



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DANIEL REBOUÇAS CARVALHO**

**As crônicas de Lulu Parola na Bahia:  
Desilusão republicana e engajamento político em Aloísio de Carvalho  
(c. 1891-1916).**

Salvador

2013

**DANIEL REBOUÇAS CARVALHO**

**AS CRÔNICAS DE LULU PAROLA NA BAHIA:  
Desilusão republicana e engajamento político em Aloísio de Carvalho  
(c.1891-1916).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção de grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Edilece Souza Couto

Salvador  
2013

---

C331 Carvalho, Daniel Rebouças  
As crônicas de Lulu Parola na Bahia: desilusão republicana e engajamento político em Aloísio de Carvalho (c.1891-1916) / Daniel Rebouças Carvalho. – Salvador, 2013.  
192f. : il.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edilece Souza Couto.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

1. Parola, Lulu, 1866-1942. – Cronistas brasileiros. 2. Carvalho, Aloysio de, 1866-1942. – Crônica – Bahia. 3. República - Bahia. 4. Ciência política. I. Couto, Edilece Souza. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 981.42

---

**As crônicas de Lulu Parola na Bahia:  
Desilusão republicana e engajamento político em Aloísio de Carvalho  
(1891-1916).**

**DANIEL REBOUÇAS CARVALHO**

Aprovada em 30 de Setembro de 2013.

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Edilece Souza Couto (Orientadora) – Universidade Federal da Bahia

---

Profa. Dra. Gabriela dos Reis Sampaio - Universidade Federal da Bahia

---

Profa. Dra. Mônica Celestino dos Santos - Faculdade Social da Bahia



PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Daniel Rebouças Carvalho		211115553	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO			
As crônicas de Lulu Parola na Bahia Desilusão republicana e engajamento político em Aloísio de Carvalho (1891-1916)			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Edilece de Souza Couto (UFBA) - orientadora	<i>Edilece</i>	585.887.445-20	
Gabriela dos Reis Sampaio (UFBA)	<i>GRS</i>	188 216 368 -01	
Mônica Celestino dos Santos (Faculdade Social da Bahia)	<i>Mônica</i>	89058453553	

ATA

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Daniel Rebouças Carvalho, mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Edilece Souza Couto, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela APROVAÇÃO do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A dissertação traz documentação inédita, privilegiando as crônicas de Aloísio de Carvalho para a interpretação da História da Bahia na 1ª República. O autor faz uma boa discussão bibliográfica. O texto é claro, coerente e apresenta boa argumentação, compatível com os dados apresentados. Dessa forma, considera-se que o trabalho atende plenamente as exigências do mestrado.

SSA, 30/09/2013: Assinatura do aluno: *Daniel Rebouças Carvalho*

SSA, 30/09/2013: Assinatura do orientador: *Edilece*

Dedico aos meus pais, Carlos Augusto e Urania Lúcia; para as minhas irmãs, Ana Clara e Fátima; à Marília. Só uma palavra resume: amor.

## Agradecimentos

Provavelmente o maior medo de se agradecer é esquecer alguém importante no caminho. O segundo medo – ou apreensão – é saber como ordenar em ordem de importância as contribuições que, ao longo do processo de pesquisa, aparecem na vida do pesquisador. Porém, depois de mais de três anos de leituras, pesquisas e discussões, fica a sensação que cada pessoa listada aqui ajudou e contribuiu à sua maneira. Por isso, as citações logo abaixo não seguem nenhuma forma de hierarquia. Espero, nestas breves linhas, retribuir um pouco do que ganhei.

Gostaria de começar agradecendo ao Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, aos funcionários da Associação Baiana de Imprensa, da Biblioteca Pública do Estado da Bahia e da Biblioteca Prof. Isaias Alves (UFBA) pelo apoio indispensável. Agradeço aos professores de História da UFBA, em especial a Muniz Gonçalves Ferreira, Evergton Sales e Maria José Rapassi, que durante a graduação me orientaram nas minhas inúmeras vontades de pesquisa. Gostaria de agradecer também a professora Edilece Souza Couto, que abraçou minha ideia inicial sobre um cronista baiano do início da República, mas ainda não estudado. As conversas na sala da Pós, as observações sempre organizadas e relevantes me ajudaram muito na realização deste trabalho.

Nas disciplinas do mestrado, o convívio com os professores e colegas, mesmo já sendo ‘velhos’ conhecidos da graduação, deram outro sentido a vida acadêmica. Agradeço imensamente às professoras Lígia Bellini, Maria de Fátima, Maria José Rapassi e Wlamyra Albuquerque pelas orientações de leitura e audição atenta com as angústias e pequenas felicidades de um pós-graduando/professor; aos professores Antônio Luigi Negro e João José Reis, pelas contribuições ao projeto e na premeditação da qualificação; por fim, às professoras Gabriela Sampaio e Mônica Celestino, pela participação efetiva na banca e na atenção para a melhoria do trabalho.

Aos amigos da graduação, estes mereceriam tantas folhas pudessem ser escritas no agradecimento. Não há como não dedicar essa etapa aos companheiros do CA (Wesley, Aline, Denise, Alex, Pedro, Flávia, Lordelo, Carol, Igor, Gabriel, Caio, Gisele e Milena): não existiria formação histórica sem vocês. Atitude e Resistência, sempre. Agradeço também ao apoio dos outros que vamos conhecendo pelo caminho, em especial a Ediane Lopes, Renato Souza, Olívia Dias, Moreno Pacheco, Iara Canuto e Ana Rocha. Aos companheiros de mestrado, sempre vale o reforço da luta: Luísa Saad, Lucas Caféé, Lucas Porto, Isis, Carol, Caio, Yukari e todos os demais presentes nas aulas pela tarde na quase bucólica São Lázaro.

Para finalizar, este trabalho não teria existido sem a existência da minha família e de Marília Prado Freire. Obrigado por tudo

## Resumo

Esta dissertação discute a relação entre crônica e política durante a Primeira República, centralizando sua atenção nas séries *Far-niente* e *Cantando e Rindo* do jornalista e poeta Aloísio de Carvalho, publicadas no *Jornal de Notícias* entre 1891 a 1916. Atuando na imprensa baiana por quase trinta anos, especialmente através do seu pseudônimo Lulu Parola, Aloísio de Carvalho se tornou conhecido para a posteridade pelos comentários leves, feitos com objetivo de divertir e distante dos interesses políticos. O presente trabalho propõe-se a reanalisar esta interpretação a partir dos conceitos de humorismo da desilusão republicana e do engajamento político, principalmente durante ascensão do seabrismo e da implantação do escotismo na Bahia.



## Abstract

This paper discusses the relationship between chronic and politics during the First Republic, centering their attention on the serie of chronicles the *Far-niente* and *Cantando e Rindo* by journalist and poet Aloísio de Carvalho, published in the *Jornal de Notícias* between 1891-1916. Acting in the Bahian press for almost thirty years, especially through its nickname Lulu Parola, Aloisio de Carvalho became known to posterity by mild comments made for the purpose of fun and away from political interests. This paper proposes to revisit this interpretation based on the concepts of humor republican disillusionment and political engagement, especially during the rise of seabrismo and implementation of Scouting in Bahia.

## **Lista de abreviaturas e siglas**

JN	Jornal de Notícias
BIC	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
APEB	Arquivo público do Estado da Bahia
IGHB	Instituto Geográfico Histórico da Bahia
ABI	Associação Baiana de Imprensa
BN	Fundação Biblioteca Nacional - RJ

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
Situando Lulu Parola no tempo e nos comentários.....	14
Situando a crônica na teoria.....	24
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>CRÔNICA E ALOÍSIO DE CARVALHO NO INÍCIO DA REPÚBLICA</b> .....	31
O princípio como cronista no <i>Jornal de Notícias</i> : a série <i>Far-niente</i> .....	37
O nascimento da <i>Cantando e Rindo</i> em tempos de desilusão republicana.....	51
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>AS CRÔNICAS DE ALOÍSIO DE CARVALHO NA POLÍTICA: O CASO DE J.J. SEABRA</b> .....	66
Crônicas de pessimismo republicano no intervalo seabrista .....	78
Política na <i>Cantando e Rindo</i> durante a ascensão de Seabra .....	86
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>UMA REPÚBLICA EM POSITIVO? ALOÍSIO DE CARVALHO E O ESCOTISMO</b> .....	114
O ‘brasileiro’ na <i>Cantando e Rindo</i> : pequenas reflexões sobre o brasileiro.....	122
Militância na <i>Cantando e Rindo</i> : da Primeira Guerra Mundial ao Escotismo..	130
“A nova escola da disciplina, da ordem e da moral”: o escotismo na Bahia.....	141
Gavetas de desenganos: 1916 e a venda do <i>Jornal de Notícias</i> .....	153
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	160
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	163
<b>ANEXOS</b> .....	170



## INTRODUÇÃO

[...] Depois, ainda no colegial do “Atheneu Bahiano” tive meu nome, dentro da soberba de um imperador oriental, no alto de uma revista, intitulada “Aurora Atheniense”, de que apenas saíram, e a muito custo, três números, hoje felizmente esgotados. É de estarrecer críticos, mesmo complacentes, saberem que eu então discuti das origens do Cristianismo ou das origens da Poesia. Quanto a estas, eu naquela época não sentira ainda em mim o mais leve anúncio do verzejador que me tornei. A audácia do colegial na escolha de temas tão profundos me ensinou a pedir depois a Deus que no decorrer da vida pública me lembrasse sempre o conselho de Apeles ao sapateiro. Nem sempre segui o sinal divino.<sup>1</sup>

Na noite No dia 28 de dezembro de 1936, o jornalista e poeta baiano Aloísio de Carvalho, aos 70 anos de idade, festejava cinquenta de anos de profissão. No salão do Instituto Geográfico e Histórico na Bahia, reuniram-se familiares, autoridades e colegas de trabalho para celebrar com um dos mais antigos jornalistas da cidade e dos poucos vivos que havia acompanhado ativamente desde a Abolição da Escravidão, Proclamação da República e o golpe de Vargas de 1930. Atuando desde 1886, tinha ainda em seu currículo uma longa passagem pelo *Jornal de Notícias*, jornal *A Tarde*, além de ter produzido umas das maiores série de crônicas do jornalismo brasileiro.

No discurso, rememorava os primeiros contatos com as ‘gazetas’ ainda na infância, quando por volta de 1875, era “leitor assíduo” do *Diário de Notícias*, correndo toda tarde ao portão da sua casa para comprá-lo junto com outros “doces mercadejados”. Já no seu segundo contato, poucos anos depois e esse mais efetivo, aconteceu no colégio Atheneu Baiano, quando fundou junto com outros colegas um pequeno jornal poético e literário, chamado de “Aurora Ateniense”.

No seu conhecido bom humor, brincou com a audiência que nas três edições, “felizmente esgotadas”, atreveu-se na mais alta pretensão juvenil, escrever sobre temas profundos como as origens do cristianismo e da poesia. Continuando a pilhéria, afirmou ter aprendido ali a lição de pedir a Deus que o lembrasse do conselho de Apeles ao sapateiro, mesmo que eventualmente não cumprisse.

Falando no habitat natural de intelectuais versados em latim e história grega, não se deu ao trabalho de explicar a passagem, mas como é importante para a narrativa, vale

---

<sup>1</sup> Jornal *A Tarde* 28 Dez. 1936.

a pena detalhar um pouco. A história, contada pelo escritor latino Plínio, trata de um diálogo entre o pintor grego Apeles (sec. IV a.C) e um sapateiro, que ao observar um erro nas sandálias na pintura, sugeriu uma correção. Acatada a sugestão, o vaidoso sapateiro animou-se em ir além com novas modificações, sendo interpelado pelo artista com a seguinte frase: “Não vá o sapateiro além das sandálias”<sup>2</sup>.

Com essa citação, Aloísio de Carvalho, mesmo que rapidamente, tentou definir seu comportamento na vida pública: não falar sobre o que não sabia ou nunca “ir além das suas sandálias”. É difícil saber se a breve ironia sobre a desobediência causou risos na audiência, mas oferece um bom ponto de partida para o estudo das suas crônicas, gênero sobre o qual mais se notabilizou. Essas, aparentemente presas ao evento imediato e ao tempo corrido das redações, também permitiam alçar pulos mais longos, mesclando o registro com o comentário, o jornalismo com a literatura ou a crônica com a intervenção política. Para usar a mesma metáfora, o cronista poderia – às vezes buscou – ‘ir além das sandálias’, mesmo que parecesse não estar fazendo.

Como indicou bem Nicolau Sevcenko, ao se estudar a relação entre bens culturais e a sociedade tem-se uma chance de “remontar alguns dos momentos decisivos das experiências de imaginação e de tomada de decisão desse prelúdio de vida republicana”<sup>3</sup>. Aloísio de Carvalho, testemunha e participante do nascimento do regime e, por um bom tempo, cronista atento seus primeiros anos, pode ser assim uma oportunidade impar de retomar um pouco as frustrações e apostas imaginadas pela sociedade.

Esta dissertação tem por objetivo central estudar as duas séries de crônicas de Aloísio de Carvalho, entre 1891 até 1916, atentando como tais produções se relacionaram com a consolidação do regime republicano. A partir de algumas indicações teóricas e metodológicas da história social da literatura, buscou-se perceber as relações entre crônica e política em finais do século XIX e início do XX. A hipótese central é que, solapado pelo sentimento de desilusão republicana, seus textos se tornaram um espaço privilegiado de intervenção do intelectual<sup>4</sup> baiano. Apesar de sua aparente ‘neutralidade’, pretende-se perceber como aqueles textos se imbricaram com as

---

<sup>2</sup> PINA, Angelina Aparecida. *Fontes latinas de Camilo Castelo Branco*. Cadernos do CNLF, 88 VOL. XI, Nº 13, 2008, p. 91.

<sup>3</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.225.

<sup>4</sup> Os conceitos de intelectual e desilusão republicana serão discutidos ao longo do trabalho.

frustrações com a República, com as disputas políticas e por fim apostas para o futuro do regime.

Sua primeira série chamou-se *Far-niente* e, com textos em prosa, foi publicada com certa regularidade no *Jornal de Notícias* entre 1887 e 1897<sup>5</sup>. Já a série, *Cantando e Rindo*, mais famosa à época e escrita em forma de crônica-poema, pois como mesmo comentou “na secção intitulada ‘Cantando e Rindo’, cheguei a 6.708 números, que me permitireis citar, por ser sem precedentes na imprensa do país”<sup>6</sup>. Ambas eram assinadas pelo pseudônimo Lulu Parola, apelido pelo qual ganhou fama e reconhecimento, principalmente devido sua longevidade e tamanho<sup>7</sup>.

Se a ‘grandiosidade’ da obra orgulhava o cronista, ao historiador isto requer uma atenção aos problemas metodológicos de como lidar com esse volume documental imenso e a imensidão de assuntos comentados durante tanto tempo. A proposta de analisá-los individualmente se mostrou logo inviável, não apenas porque demandaria um trabalho dantesco - impossível em uma dissertação -, mas também pelo perigo de uma descrição impressionista de pouco teor explicativo.

Uma saída possível apontou-se durante a pesquisa empírica, uma vez que determinados temas e comentários foram aparecendo de forma recorrente em diferentes contextos. Isso sinalizou que, pelo menos, havia uma intenção inicial de se comentar determinadas questões, a exemplo da política e a República. E foram a partir destes assuntos que as crônicas foram sendo agrupadas e analisadas, atentando principalmente para o engajamento social e político dos textos e do autor.

Feitas tais opções e recortes iniciais, cabe fazer algumas rápidas advertências ao leitor. A primeira observação é este estudo não dá conta de ser uma biografia histórica de Aloísio de Carvalho, uma vez que o objeto da pesquisa foram as crônicas<sup>8</sup> e não sua trajetória individualiza. Por essa razão as balizas temporais do estudo abarcaram ‘apenas’ o período de existência das séries no *Jornal de Notícias* (1891 -1918). Foram

---

<sup>5</sup> Devido a deterioração dos exemplares do final do século XIX, não foi possível fazer um levantamento preciso da duração e quantidade de textos. As informações utilizadas sobre essa série foram retiradas do texto de Manoel Barbosa, que será comentado logo a seguir.

<sup>6</sup> *Jornal A Tarde* 28 Dez. 1936.

<sup>7</sup> A *Cantando e Rindo* saiu diariamente por quase 28 anos, entre 29 de setembro de 1891 a 25 de março de 1919. É interessante salientar que a série em prosa praticamente caiu no esquecimento posterior, a exemplo de durante a pesquisa, não identifiquei nenhuma referência do próprio Aloísio de Carvalho a esta série.

<sup>8</sup> Quanto a isso, vale ressaltar que esse trabalho apenas pretendeu dar conta de uma parte da produção cronística, uma vez que não foram abordados os textos produzidos depois do fechamento do *Jornal de Notícias*.

deixadas de ‘fora’ da pesquisa seus anos como deputado e a partir de 1925, quando volta a publicar no jornal *A Tarde*. Em resumo, ainda que contribua em certa medida no esclarecimento de determinados aspectos da sua vida em uma parte significativa da sua biografia, esta ainda está por ser feita.

A segunda é de natureza teórica, alertando que não se pretende aqui fazer um estudo de representações de cidade, em parte já realizado pela pesquisadora Alana Freitas<sup>9</sup>. A perspectiva central originou-se, como será indicado logo a seguir, nas reflexões da história social da literatura<sup>10</sup>, (re)inserindo-as aqueles textos nas disputas da sociedade .

### **Situando Lulu Parola no tempo e nos comentários**

Os dados mais gerais disponíveis informam que Aloísio Pereira de Carvalho nasceu em 23 de março de 1866 na cidade de Salvador, filho do comerciante José Lopes P. de Carvalho e de Francisca Aleluia Dias de Carvalho<sup>11</sup>. Na infância, enquanto seu pai explorava uma indústria de genebra, morou por alguns anos na ilha de Itaparica, conhecendo lá seu futuro colega, Xavier Marques. Conforme relatou<sup>12</sup>, após completar os estudos recebeu apoio financeiro do pai para estudar engenharia na escola Politécnica do Rio de Janeiro. Chegando por volta de 1881, fez amizades com alguns intelectuais, como Coelho Neto e Ernesto Sena, além de escrever à época pequenos versos, assinando com o nome de *syolaio*, anagrama do seu prenome. Não chegou completar o curso, pois a morte repentina do seu progenitor, em julho de 1886, lhe obrigou a retornar para Salvador.

Em novembro do mesmo ano, conseguiu um emprego no *Jornal de Notícias*, recém adquirido pelo seu cunhado, Carlos Moraes. Trabalhando inicialmente com pequenas reportagens, dividia a redação com o republicano Lelis Piedade e o literato amigo de infância, Xavier Marques. Mais tarde, a partir de 1894, também passou a

---

<sup>9</sup> ; FREITAS, Alana de Oliveira. *Lulu Parola Cantando e Rindo: a crônica do riso na cidade da Bahia*. Dissertação (mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003

<sup>10</sup> Logo a adiante serão indicadas as premissas dessa abordagem. Para uma discussão crítica ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. São Paulo: Edusc, 2007.

<sup>11</sup> Uma cronologia de sua vida foi publicada por seu filho, Aloísio de Carvalho Filho, em comemoração ao centenário do nascimento do pai e publicada no jornal *A Tarde*, 1966. Ver *A tarde* 26 Mar. 1966.

<sup>12</sup> *Jornal A Tarde* 28 Dez. 1936.



trabalhar na folha o jovem Cosme de Farias, cobrindo os fatos policiais e julgamentos<sup>13</sup>. Segundo Manoel Barbosa, foi em 1887 que começou a assinar textos como *Lulu Parola* ou, em alguns versos esparsos, o pseudônimo de *Alfeu Cerúleo*, personagem do poema-épico *Íliada*<sup>14</sup>.

Em 1890, com a morte do cunhado, organizou uma sociedade com os irmãos para comandar o jornal, passando a responder a direção da folha. Conforme será detalhado no 1º capítulo, o ano seguinte foi crucial para sua carreira como cronista, uma vez que a saída do literato da casa, Xavier Marques<sup>15</sup> acabou influenciando no surgimento das séries. Trabalhando como chefe-proprietário do JN até 1916, foi obrigado a vender neste ano o periódico a um grupo de acionistas, tendo à frente seu amigo, o jornalista Ernesto Simões Filho.<sup>16</sup> Em 1920, tornou-se deputado pelo bloco seabrista (1920-1924), sendo promovido a secretário da Câmara, retornando ao jornalismo em fevereiro de 1925, no *A Tarde*.

Devido ao seu sucesso na imprensa, também se envolveu na vida cultural da cidade, participando de concursos de poesia e revistas literárias<sup>17</sup>, da fundação da Academia de Letras da Bahia, em 1917 e da Associação Baiana e Imprensa, em 1931. Ainda quando trabalhava no *A Tarde*, em 1940, ingressou na Rádio Sociedade com um programa chamado “Conversas Fiadas”. Faleceu pouco depois, no dia 02 de fevereiro em 1942, aos 86 anos.

Dessa resumida trajetória da sua vida é importante fazer duas observações. A primeira refere-se a escolha do termo “intelectual” para designar Aloísio de Carvalho, na medida em que sua inserção social esteve intimamente ligada ao manejo de um bem simbólico – as crônicas. Segundo Fernando Antonio Pinheiro Filho, a definição desse grupo não se configuraria a partir da inserção do indivíduo em uma classe social ou grupo socioprofissional, mas fundamentalmente devido a sua:

---

<sup>13</sup> SANTOS, Mônica Celestino. *As trincheiras do Major Cosme de Farias (1875-1972): a interface entre atuação na imprensa e ações de caridade em Salvador (BA) no alvorecer da República*. Salvador, Tese (doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011. pp.263-4

<sup>14</sup> BARBOSA, Manuel. *Aloísio de Carvalho (elogio póstumo)*. Revista da Academia de Letras da Bahia. Salvador: Imprensa oficial da Bahia, 1949.

<sup>15</sup> Este assinava a secção humorística em prosa, “Coisas e loisas”, assinando como *Savério*. Ver *A Tarde* 26 Mar. 1966

<sup>16</sup> Nos dois anos seguintes, trabalhou na redação do jornal e continuou publicando, mais esparsamente suas crônicas até encerrar a série em 24 de março de 1919.

<sup>17</sup> Um exemplo foi a revista *Nova Cruzada*, que reunia parte da intelectualidade letrada da cidade. Ver SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição*. Lutas políticas, intelectuais e construção do discurso histórico na bahia (1930-1949). Salvador, BA: EDUFBA, 2000.

[...] relação com uma obra no plano da cultura, de caráter conceitual ou estética, de que são autores ou intermediários. Decorre do devotamento que essa obra exige um distanciamento da pressão mais imediata das necessidades materiais – o que constitui parte dos seus privilégios, mas não os isenta da disputa por seus interesses próprios. Por outro lado, a resultante desses móveis tem destinação pública, e seus autores são agentes dos processos sociais e políticos do seu tempo ao interferir nos debates sobre as questões da cidade, em diferentes graus de participação<sup>18</sup>.

O manejo de bens simbólicos e o engajamento social foram dois aspectos muito valiosos nas reflexões sobre a relação das crônicas com a sociedade, pois ainda que os assuntos deste estudo girem em torno de temas da política, nossa intenção foi perceber a atuação através de um objeto cultural<sup>19</sup>.

A segunda observação, derivada dessa primeira, tem a ver com a participação e inserção de Aloísio de Carvalho na elite letrada de Salvador. Como apontou Rinaldo Leite (2005), entende-se por ‘elite’ um grupo dominante em termos econômico, social e político e principalmente por possuírem um “patrimônio intelectual”<sup>20</sup>. Na Bahia no início da República, era comum um mesmo indivíduo englobar em si tais características, vendo-o assim a transitar nas instituições acadêmicas, como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nas instituições literárias, como a Academia de Letras da Bahia, nas instâncias do poder, nos órgãos da imprensa e outros espaços semelhantes.

Das informações coletadas na pesquisa, é possível cogitar que Aloísio de Carvalho experimentou uma inserção *por fora*<sup>21</sup>, uma vez que inicialmente não gozava de grande base financeira e relações familiares com os membros mais antigos da elite imperial baiana. Por outro lado, sua ascensão progressiva econômica e cultural foi se

---

<sup>18</sup> PINHEIRO FILHO, Fernando Antônio. Intelectuais: perfil de grupo e esboço de definição. Em *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. Andre Botelho, Lilia Moritz Schwarcz (orgs.) São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.308.

<sup>19</sup> Alguns autores chamam a atenção que apenas a partir de 1930 seja possível se falar em atuação intelectual no Brasil, havendo a partir daí condições sócias e políticas para ‘emancipação’ desse tipo de atividade. Ver SILVA, Paulo. Op.cit.; MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, SP: Companhia das letras, 2001.

<sup>20</sup> ver LEITE, Rinaldo César Nascimento. *A Rainha Destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Tese (doutorado em História): Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, 2005.p.15 Ver também MACHADO NETO, Antonio L. A Bahia Intelectual (1900-1930). *Universitas – Revista de Cultura da UFBA*. Salvador, n° 12\13, pp.261-305, 1972.

<sup>21</sup> Tomo esta expressão emprestada do estudo de Silvia Noronha sobre a inserção de J. J. Seabra por fora dos círculos das elites baianas. Ver SARMENTO, Sílvia N. *Raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador, BA: EDUFBA, 2011.

dando pari passu ao crescimento de sua posição dentro do *Jornal de Notícias*, permitindo-lhe ampliar nas redes de sociabilidade da elite intelectual baiana.

Feitas essas breves observações biográficas, creio ser interessante situar um pouco o que foi escrito sobre o autor de Lulu Parola e suas crônicas, além de sinalizar um pouco melhor a proposta de trabalho.

\*\*\*

Apesar de sua fama em vida, Aloísio de Carvalho e sua obra não tiveram a mesma sorte posteriormente, recebendo poucas análises mais sistemáticas. Com exceção de um comentário feito de 1893<sup>22</sup>, todos os comentários ou análises identificados foram feitos *post-mortem*. Para facilitar a exposição, proponho uma divisão desse conjunto em dois grandes grupos. No primeiro foram reunidos os discursos ou relatos memorialistas, geralmente assinados por pessoas que tiveram algum contato pessoal com ele nas redações, nos salões da Academia de Letras da Bahia ou nas conferências do IGHB. Já no segundo grupo foram agrupados por trabalhos analíticos e/ou acadêmicos, ainda que alguns deles tivessem conhecido pessoalmente.

A partir da análise dos textos desse primeiro grupo<sup>23</sup>, creio que seja possível argumentar que, no geral, fixa-se uma determinada memória sobre Aloísio de Carvalho e suas crônicas. Tomando por base o mais antigo destes, do jornalista, jurista e acadêmico Pinto de Carvalho<sup>24</sup>, percebe-se a sistematização das seguintes características: reservado, pouco afeito a bajulações ou ambições políticas e autor de uma das séries mais duradouras de crônicas versejadas do jornalismo no Brasil. Já sobre as crônicas, percebe-se a construção de que na coluna de ‘Lulu Parola’ lia-se diariamente textos com leves chistes, recheados de um humorismo sutil e sem intenção de nominar ou atacar ninguém<sup>25</sup>.

---

<sup>22</sup> Extratos deste texto foram reproduzidos pelo cônego Manuel Barbosa. Como não possível ter acesso ao texto na íntegra, pois as edições deste período estarem sem condições de uso. Segundo suas informações, a análise de Ciridião Durval foi publicada em 23 maio de 1893.

<sup>23</sup> VIANA FILHO, Luiz. *Discurso*. Salvador: Imprensa Regina, 1966; CARVALHO FILHO, Aloísio de. *Discurso*. Salvador: Imprensa Regina, 1966; VIANA, Hildegardes. *Revisitando Lulu Parola*. Revista da Academia de Letras da Bahia. Salvador, n° 40.

<sup>24</sup> CARVALHO, Pinto de. *Aloísio de Carvalho (elogio póstumo)*. Revista da Academia de Letras da Bahia. Salvador: Imprensa oficial da Bahia, 1949. Sua relação pessoal com Aloísio de Carvalho foi grande, pois, além participaram da campanha da primeira eleição de J.J. Seabra, assinou no JN, entre 1910 a 1914, uma série chamada *Micrologos*.

<sup>25</sup> Para finalizar, Pinto de Carvalho diferenciava a ‘persona’ de Lulu Parola, dentro do humorismo baiano, do poeta satírico Gregório de Mattos e do jornalista Pinheiro Viegas, pela impessoalidade e não uso de

Em resumo, e salvo algum detalhe não comentado, as avaliações convergem na fixação de algumas impressões sobre a obra de Aloísio de Carvalho e suas crônicas. Atendo-se principalmente a partir da *Cantando e Rindo*, sintetizavam a imagem de um jornalista e poeta comentador da vida política e social através de textos leves, recheados de um humor leve e sem ataques degradantes ou corrosivos. Alheio aos interesses políticos, teria se posicionado acima destes, apenas cumprindo a função de “beliscar com luvas de pelica” os excessos da política e das contradições humanas.

Em grande medida, essa caracterização é grande medida correta e tem informações relevantes, porém insuficientes. Com a exceção já feita ao texto do cônego Manuel Barbosa, tais avaliações parecem estar baseada numa leitura generalizante de toda a produção, com pouco aprofundamento dos contextos específicos ou demandas do próprio escritor. Além disso, não há qualquer referência a uma diferenciação entre o seu pseudônimo, Lulu Parola, com Aloísio de Carvalho, considerando-o apenas como mero artifício jornalístico. Como será argumentado no trabalho, questionar tal aspecto permite perceber uma série de mediações e possibilidades que o uso do pseudônimo permitia.

Como citado, o segundo conjunto de textos é composto por trabalhos produzidos a partir de meados dos anos 1960, nos quais, em geral, também são reforçadas a caracterização indicada acima. Porém, analisá-los apenas sob esse prisma seria, evidentemente, injusto e infrutífero, pois a seu modo cada novo autor buscou explorar um aspecto diferente, contribuindo positivamente na caracterização de Aloísio de Carvalho.

O professor José Calasans publicou em 1967, na revista do Centro de Estudos Baianos, um texto sobre a participação da coluna *Cantando e Rindo* nos acontecimentos políticos de 1891<sup>26</sup>. Partindo da caracterização geral já indicada, salienta de maneira pioneira uma associação entre as crônicas com a vida política da Primeira República, utilizando-se inclusive de alguns textos da série em prosa. Ainda que restrito a um momento específico, sua análise aponta para a relação entre texto e contexto, sugerindo, corretamente, que as incertezas políticas dos primeiros anos republicanos teriam levado ‘Lulu Parola’ preferir os versos a prosa, dando maior liberdade no comentário<sup>27</sup>. Desta

---

um humor degradante. Ver LINS, Wilson. *Musa vingadora: crônica do epigrama na Bahia*. Salvador, BA: EDUFBA, 1999.

<sup>26</sup> CALASANS, José. *Lulu Parola e os acontecimentos políticos de 1891*. Salvador: CEB, 1967.

<sup>27</sup> Para argumentar, Calasans toma como base uma passagem escrita por Aloísio numa crônica da *Farniente*, na qual comentava que não pretendia continuar mais escrevendo em prosa, pois lhe estava lhe rendendo associações perigosas.

forma, mesmo que não explicita, aprofunda sobre como as escolhas temáticas e a construção das crônicas não seriam apenas o exercício ou passatempo de um talentoso verzejador, mas influenciado pela conjuntura e possíveis opções políticas do seu autor.<sup>28</sup>

Se no texto Calasans avança-se na análise histórica, o autor aproxima-se da tentação de conectar diretamente as opiniões do pseudônimo com o autor, não percebendo as complexas mediações que as crônicas poderiam permitir. Como exemplo, pode-se citar a sua afirmação de que o autor de “Lulu Parola” aderiu a “mais efêmera das ditaduras brasileiras e seu incondicional apoio à volta do País do regime da lei...”<sup>29</sup>, ou seja, ao governo de Floriano Peixoto logo após a renúncia de Deodoro da Fonseca, em novembro de 1891. Como será demonstrado mais adiante, as opiniões emitidas ali na *Far-niente* e na *Cantando e Rindo*, parecem propor algo um pouco diferente, principalmente pela liberdade relativa que o pseudônimo e o tipo de texto proporcionava.

Outro estudo importante nesse segundo grupo é a dissertação de mestrado de Lizir Arcanjo Alves, defendida em 1986<sup>30</sup>, sobre a vida literária da Bahia no final do século XIX e início do XX. Segundo a autora, Aloísio de Carvalho participou ativamente com seus versos da cena cultural da cidade, quase monopolizada pela poesia<sup>31</sup>. Além de participar como jurado e organizador de concursos poéticos no JN, declamou seus versos em diversas ocasiões solenes, a exemplo como o desembarque da delegação chilena na inauguração da rua da Rua Chile em 1902. Participava também como jurado. Eventualmente, também publicou seus poemas em algumas revistas literárias da época, como a *Renascença*<sup>32</sup>.

Tais informações ajudam a reforçar a inserção social que Aloísio de Carvalho tinha no influente mas restrito grupo de letrados e literatos da cidade. Ainda que por sua formação e atividade profissional não lhe desse chances de integrar as grandes

---

<sup>28</sup> Sobre a discussão de utilizar a fonte literária inserido em sua dinâmica social, ver CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida, PEREIRA, Leonardo. *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1998

<sup>29</sup> CALASANS, José. Op. Cit., p.7.

<sup>30</sup> ALVES, Lizir Arcanjo. *Poesia e vida literária na Bahia de 1890 a 1915*. Dissertação (mestrado em Letras), Departamento de Letras clássicas e vernáculas, Universidade de São Paulo, 1986.

<sup>31</sup> Segundo a autora o ‘monopólio’ da poesia durou até pelo menos 1910, quando formas de diversão começam a interessar mais, a exemplo do cinema e passeios de automóvel. Ver, FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. *Fazendo fita: cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador, 1897-1930*. Salvador, BA.: EDUFBA, Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 2002.

<sup>32</sup> ALVES, Lizir...op. cit. cap.2.

instituições, como IGHB<sup>33</sup>, participou de grêmios literários e manteve amizade por longos anos com poetas conhecidos à época, Eufrosina Miranda ou Antônio Vianna<sup>34</sup>.

A segunda contribuição importante foi a caracterização dentro das tendências literárias. De acordo com sua análise, a formação romântica típica de final de século havia dado ao poeta Aloísio de Carvalho o apreço a ideia da poesia como espaço do lirismo e de temas edificantes. Da escola parnasiana, influente sobre diversos poetas no início de 1900, mostrou-se sensibilizado pelas preocupações com a forma e a linguagem. Entretanto, a introdução de temas científicos e do esoterismo da linguagem dos simbolistas não era vista com simpatia pelo cronista, como aparece um dos seus raros registros de crítica literária:

Igualmente abominamos essa poesia sórdida, que metrifca as sífilis dos hospitais e as podridões alcoices, e que transforma um soneto em compendio de patologia e uma estrofe em tratado de jurisprudência, imprimindo ao verso ora o caráter de curandeiro, ora a missão de policia correcional.

A poesia é o Amor, é a Natureza, no que ambos possuem mais belo e mais puro. Saber quando nasce a primavera, quando enfloram os vergéis e quando despovoam-se os ninhos, dizem mais com a sua essência íntima do que traçar a purulência de um tumor ou discutir a fortaleza toxica da estriçnina (...) A ciência não se fez para o verso. Para o verso fizeram-se o ideal e a Ilusão [...].<sup>35</sup>

Era uma posição relativamente clara sobre o que entendia sobre o que deveria entrar, de fato, na poesia. Ainda que tenha participado, como citado, de revistas literárias que abrigavam poetas de todas essas escolas, era nessa última que sua poesia parece ter tido a maior influência, como apareceu em algumas ocasiões especiais na *Cantando e Rindo*<sup>36</sup>.

Essas indicações de Lizir Alves trouxeram à tona uma questão fundamental de como Aloísio de Carvalho encarava sua produção de versos satíricos. Ainda que não

---

<sup>33</sup> Via de regra reservados aos membros intelectualizados, médicos e advogados das grandes famílias. Ver SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e estratégias de consolidação institucional. (1894-1930)*. Tese (doutorado em História): Salvador. BA.: Programa de Pós-graduação em História Universidade Federal da Bahia, 2009.

<sup>34</sup> Estes dois nomes eram reconhecidamente poetas que defendiam a postura romântica em termos de poesia, sendo constantemente publicanos no JN. Ver ALVES, Lizir. op. cit. cap.2. Ver anexo I.

<sup>35</sup> JN 03 Out.1891

<sup>36</sup> Lizir Alves argumenta que era tema comum aos românticos elaborar poemas sobre a pátria e o sentimento patriótico. Ver ALVES, Lizir. Op. Cit, cap. 2.

fosse localizada nenhuma referência explícita deste sobre tal questão<sup>37</sup>, segundo a autora a tendência predominante entre os poetas da época era estabelecer uma distinção hierárquica entre a poesia oficial e os versos de humor<sup>38</sup>. Enquanto na primeira apenas entraria os grandes temas, a segunda existiria para cumprir uma “função social”, ou seja, o compromisso com os fatos da realidade, desde os problemas individuais aos problemas políticos e sociais da cidade<sup>39</sup>.

De fato, alguns autores<sup>40</sup> vêm apontando que a produção humorística, nesse final de século XIX, sofria de um desprezo mal disfarçado diante as produções literárias consideradas nobres, inclusive pelos seus próprios autores. Ocupando normalmente as ‘margens’ - como rodapés, pequenos pasquins ou pequenos espaços nos jornais, em alguns casos esses escritos não eram incluídos em coletâneas posteriores.

Por outro lado, é importante não exagerar esse “desprezo” às produções de humor, fundamentalmente por duas razões. A primeira é que tal hierarquia tem como princípio uma discussão sobre o valor estético e literário, o que se distancia no nosso objetivo ou mesmo capacidade de análise. As crônicas em versos, como citado acima, foram analisadas como ‘fonte’, inscrita em uma lógica social e histórica. Em segundo lugar, é interessante questionar o quanto a longevidade da coluna em versos humorísticos não acabou dando uma valoração e valorização<sup>41</sup> maior do que ela teria tido inicialmente, principalmente pela fama que seu pseudônimo foi ganhando<sup>42</sup>.

---

<sup>37</sup> No próximo capítulo serão indicadas algumas parolas no qual comenta sobre os princípios de sua atividade.

<sup>38</sup> No jornal *Diário de Notícias*, antes da aparição do personagem Lulu Parola, existiam outros cronistas de versos satíricos, como o Dantini e Beduíno. Neste mesmo jornal, a seção de Zé Gangolim, pseudônimo do poeta Henrique de Casaes comentava com pilhéria fatos diários, tal como fazia Lulu Parola, no periódico concorrente. Havia, além desses dois, diversos outros, que no geral não tiveram sua produção recolhida em livros posteriores.

<sup>39</sup> ALVES, Lizir..p. 139.

<sup>40</sup> VER SALIBA, Elias Tomé. *As raízes do Riso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002;. Sobre a discussão de humor e política, ver BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira política na trajetória de Angelo Agostino no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. NERY, Laura. Nostalgia e novidade: estratégias do humor gráfico em Raul Perdeneiras. In LUSTOSA, Isabel (org.) *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. pp.225-249;

<sup>41</sup> Esse ‘desprezo’, entretanto, não relegava todo tipo de humor à margem. Em, *As raízes do Riso*, Elias Saliba argumenta que, de uma maneira geral, existem dois paradigmas que definem o humor: o ‘bom riso’ e o ‘mau riso’. No primeiro, estariam aqueles textos cujo conteúdo não degradava o objeto risível, que faziam um chiste leve de determinação situação ou pessoa. O ‘mau riso’expunha e atacava nominalmente, usando de linguagem pesada ou pornográfica. Essa distinção entre os ‘risos’ pode ser importante para entender o sucesso e a importância da sua coluna, pois em quase a totalidade das suas parolas, o poeta pareceu preferir o estilo do ‘bom riso’, mesmo nos momentos de maior tensão política ou revidando algum ataque pessoal.

O último aspecto apontado por Lizir Alves, mas não menos importante, foi a caracterização histórica esboçada no final do seu estudo, cujo mérito foi perceber as mudanças temáticas em diálogo com as alterações no regime político. De acordo com a autora, se nos primeiros anos o tema central foi a decepção com a proclamação da república, posteriormente outros temas e preocupação ganham destaque, como o desenvolvimento científico, as mudanças nos costumes, entre outros. Sinaliza também como o impacto da Primeira Guerra Mundial (1914-18) foi influenciando no tipo de humor e na preocupação sobre o ordenamento cívico do país. Essas indicações temáticas se mostraram muito pertinentes, fornecendo boa parte dos referenciais temporais da presente análise.

Por fim, o último trabalho desse grupo é a dissertação de mestrado de Alana de Oliveira Freitas, defendida em 2003<sup>43</sup>. Dedicando-se fundamentalmente a *Cantando e Rindo*, a autora buscou resgatar e analisar as crônicas dentro dos parâmetros formais e de conteúdo da crítica literária, comparando-as com outras séries de crônicas no Brasil. Em sua definição, as parolas eram textos polifônicos, uma vez que o cronista ao comentar os fatos do dia a dia de maneira leve no jornal, também selecionava, ficcionalizava ou alegorizava o cotidiano, registrando, de maneira fragmentária, a vida.

Do ponto de vista social, a autora argumenta que, tendo a cidade como personagem principal, advogava-se uma defesa desta diante das mudanças nas suas tradições, operadas principalmente durante o primeiro governo de José Joaquim Seabra (1912-16). Esse era, em resumo, o perfil da série *Cantando e Rindo*, já que:

Coube a Lulu Parola, cronista de Salvador, narrador do cotidiano de sua terra, observar, capturar e ressignificar em suas crônicas cada movimento do canteiro de obras no qual se transformou a velha cidade da Bahia, naqueles agitados anos da segunda década do século XX. [...] Se cabe o cronista, o papel de ser um historiador do cotidiano, Aloisio de Carvalho, através de seu pseudônimo ilustre, Lulu Parola, cumpriu sua função de inscrever no livro de registro da cidade de Salvador suas páginas repletas de memórias, reflexões e risos sobre o período conhecido por “Bahia Civiliza-se”<sup>44</sup>

A passagem é um tanto longa, mas resume bem suas as conclusões. Sem dúvida, o estudo de Alana Freitas tem diversos méritos, principalmente por ser o pioneiro a se dedicar exclusivamente à obra Aloísio de Carvalho, resgatando sua memória. Outro

---

<sup>43</sup> FREITAS, Alana de Oliveira. *Lulu Parola Cantando e Rindo: op cit.*

<sup>44</sup> Idem, p.90.



ponto importante, como citado, é sua contribuição no estudo das representações culturais sobre a cidade de Salvador, contextualizando-as dentro as problemáticas políticas e sociais das reformas urbanas seabristas.

Entretanto, algumas ponderações podem ser feitas às suas conclusões, principalmente se forem estendidas para toda a série.<sup>45</sup> Em primeiro lugar, a afirmação de que a cidade era a personagem principal da série não suporta a uma análise mais sistemática da coluna como um todo, inclusive dentro da própria administração seabrista. Tomando por base um levantamento temático entre 1912 e 1916, a cidade aparece em 180 de um total de 1140 crônicas<sup>46</sup>, cuja preferência parece ter se mantido aos temas da política e a República, seguido da Primeira Guerra Mundial.

A tematização das reformas urbanas e dos costumes, conforme será indicado no terceiro capítulo, era tema cadente naquele momento, mas que não ocupou o espaço que o estudo de Alana Freitas aponta. Não se quer negar a importância de algumas crônicas produzidas no período sobre as reformas urbanas, como as entrevistas com o Caboclo, durante os festejos do Dois de Julho. Mas parece haver outros elementos para a análise desse momento, assim como para a série como um todo, que escapam em sua explicação<sup>47</sup>.

Após esse levantamento, que já vai longo, é possível sintetizar alguns elementos que irão nortear a proposta desta dissertação. A pretensão mais geral é propor uma análise histórica para a produção de crônicas de Aloísio de Carvalho, entendida como uma tentativa de buscar as relações complexas que foram se estabelecendo entre textos, autor e contextos. As crônicas em prosa e versos serão encaradas dentro de um jornal e por um jornalista e poeta que compartilhava de angústias, expectativas e posições políticas de intelectuais ante o regime republicano.

Como seria plausível deduzir – e a pesquisa também demonstrou – a série foi ganhando forma e perfil ao longo do tempo, ainda que algumas características se mantiveram por quase toda sua existência. Os aspectos formais apontados nos estudos

---

<sup>45</sup> Quase a totalidade das crônicas discutidas na dissertação de Alana Freitas situam-se no intervalo entre 1912 a 1916, período do primeiro governo de Seabra, com algumas poucas indicações fora desse momento. E é por essa *aparente* falta de pesquisa de maior fôlego que começam a surgir algumas fragilidades no argumento.

<sup>46</sup> Entre 1912 a 1916 foram identificadas um total de 1440 crônicas.

<sup>47</sup> Um fator fundamental não considerado para esse ‘silêncio’ foi a próxima e longa relação entre Aloísio de Carvalho e J. J. Seabra. Como iremos demonstrar adiante, desde 1906, início de uma atuação mais expressiva do poder seabrista, o *Jornal de Notícias* já mantinha simpatias com essa nova força, que ia desafiando os outros grupos já consolidados.

anteriores: o uso de um humor leve, sem críticas diretas ou degradantes ao objeto risível; a preferência pela crônica humorística em versos de fato se mantiveram por boa parte do tempo, dando-lhe certo perfil. Por outro lado, o trabalho buscou ampliar os ‘sentidos históricos’ daquelas parolas e principalmente o engajamento político de sua produção na dinâmica social e política da Primeira República.

Não se pretende dar uma leitura definitiva, mas uma contribuição parcial na sua interpretação, iluminando um pouco a pouca conhecida história da produção da crônica do humor na Bahia durante a Primeira República, envolvendo um literato até então injustamente pouco conhecido em sua terra natal.

### **Situando a crônica na teoria**

Sendo a crônica a principal fonte e objeto deste trabalho, convém tecer alguns comentários sobre sua definição, sua trajetória no Brasil e como estudiosos, principalmente da área de História, vem as estudando. Longe de ser um balanço exaustivo, a intenção é apenas situar um pouco o leitor sobre as principais referências teórico-metodológicas utilizadas.

A definição da crônica já foi alvo de discussão pela crítica literária, principalmente em torno da sua natureza e em virtude das suas mutações ao longo da sua longa história.<sup>48</sup> Do grego *chronikós* (tempo), sua origem na Antiguidade clássica, constituindo-se, grosso modo, como um tipo de texto essencialmente narrativo, linear, destinando a contar os grandes fatos históricos ou epopeias<sup>49</sup>. Essa forma, novamente de maneira simplificada, permaneceu durante a Idade Média, adentrando até a Era Moderna. A crônica moderna dos séculos XVIII e XIX herdou desse seu antepassado

---

<sup>48</sup> Como alerta a historiadora Margarida Neves, é importante ficar atento para não cair em definições essencialistas ou simplórias ao tentar se precisar o que são as crônicas. Nas suas palavras, corre-se o risco de se enveredar pelo tentador, porém perigoso caminho “das definições e classificações, sempre demasiado estreitas para abarcar a riqueza deste gênero polimórfico, tanto pela diversidade de suas concretizações” pelos diversos cronistas, tanto pela “variedade de suas metamorfoses no tempo” Ver NEVES, Margarida. História da crônica. Em *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, Rio de Janeiro, RJ: Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 17.

<sup>49</sup> Esse tipo de texto perdurou por longos séculos, a despeito de uma série de mudanças, chegando mais ou menos desta forma às crônicas medievais e textos do início da Era moderna. Alguns autores, inclusive, apontam a Carta de Pero Vaz de Caminha como um exemplo deste tipo de narrativa. SPANNENBERG, Ana Cristina M. *Entre Mudanças e Permanências – itinerário do papel social dos jornais diários soteropolitanos no século XX a partir da análise das coberturas eleitorais do jornal A tarde e, 1919, 1954 e 1990*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais): Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2009. p. 45.

mais distante sua íntima ligação com o tempo e com a história, ou seja, a tentativa de “domar o tempo e pô-lo por escrito”<sup>50</sup>.

A despeito dessa permanência, a crônica moderna tem diferenças significativas da crônica histórica, sendo, como sinaliza Davi Arrigucci Junior (1990), um ‘produto moderno’, fruto do desenvolvimento da imprensa, do consumo imediato e da diversificação dos interesses do público leitor<sup>51</sup>. Sua inserção nos jornais acontecia no espaço destinado à literatura e aos comentários diversificados sobre os assuntos do cotidiano, fazendo da natureza do seu texto algo além do registro ‘imparcial’ da informação. Segundo Ana Cristina Spannenberg (2009), o texto da crônica, mesmo se referindo ao cotidiano, “vai além dele, ou melhor, além da ocorrência tal como se deu, mas acrescenta-lhe o pessoal, dando-lhe portanto uma nova forma, perenizando a crônica a partir da ficção que, muitas vezes, cria.”<sup>52</sup>

Neste ponto fixa-se a sua principal dificuldade conceitual, uma vez não seriam textos literários publicados em um periódico ou uma matéria eivada de literatura. Por causa disso, alguns autores<sup>53</sup> a definem como um texto misto, normalmente curto e rápido, sem subterfúgios, relacionado ao cotidiano imediato, no qual o autor aparece como sujeito ativo no diálogo com o leitor.

Essa definição será em parte adotada neste trabalho, principalmente por reforçar o papel da crônica como o espaço para o comentário e registro do tempo, articulada à ideia de se ‘ir além da notícia’<sup>54</sup>. Sujeito ativo na construção de texto, e retomando novamente a passagem do início dessa introdução, não teriam sido exatamente as crônicas o lugar possível do intelectual baiano ir “ir além das sandálias”?

Mas como se aclimatou esse gênero no Brasil, para utilizar a expressão do Antônio Candido<sup>55</sup>? Seguindo as balizas indicadas acima, foi a partir do desenvolvimento do jornalismo nacional em meados do século XIX, ocupando o espaço do comentário e da literatura, que a crônica foi se tornando um gênero mais amplamente

---

<sup>50</sup> NEVES, Margarida. Idem, p.22.

<sup>51</sup> ARRIGUCCI JR, Davi. Fragmentos sobre a crônica. Em *Enigma e comentário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>52</sup> SPANNENBERG, Ana Cristina M. *Entre Mudanças e Permanências...op.cit..* p. 47.

<sup>53</sup> MOISÉS, Massaud. *A criação literária: prosa*. São Paulo, SP: Cultrix, 1982. Ver também SPANNENBERG, Ana Cristina M. *Entre Mudanças e Permanências...op. cit.*

<sup>54</sup> Antes que confirmar ou negar a existência dessas características literárias ou propor novas taxonomias ou, diversos historiadores tem buscado pensar tais textos como “documentos”, contribuindo na compreensão social de sentido.

<sup>55</sup> CANDIDO. Antonio. A vida ao rés-do-chão. Em: CANDIDO, Antonio (org.). *A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992. P. 17.

conhecido pelo público leitor. Os primeiros que se aventuraram no gênero, tiveram que lidar com dois grandes desafios. O primeiro estava em buscar uma linguagem adequada ao novo gênero, tateando entre a influência do romance e a necessidade de ser um texto acessível. A segunda era selecionar do cotidiano os assuntos que falassem do dia a dia aos dos grandes temas filosóficos.<sup>56</sup>

É preciso ressaltar que sua emergência também fez parte de um momento mais amplo de profundas transformações socioeconômicas na sociedade brasileira, a partir de 1850. Comumente denominado de ‘modernização’, esse processo atingiu diversos setores, inclusive a imprensa<sup>57</sup>. Ainda que predominasse o modelo de imprensa artesanal e/ou jornais criados em torno de um líder ou partido político, essas transformações se materializaram na incorporação gradativa de elementos empresariais na gestão, autonomia financeira e maiores parcelas de leitores. Em termos de conteúdo, iniciou-se um esforço na diferenciação mais clara entre opinião e informação, criando de espaços para comentários ao cotidiano e um maior incentivo à literatura.

Na Bahia, segundo alguns autores<sup>58</sup>, este processo de modernização apenas aconteceu a partir dos anos 1910, principalmente do ponto de vista mercadológico e administrativo. Ainda que os avanços técnicos na impressão no final dos oitocentos contribuíssem para o surgimento de diversas folhas, principalmente satíricas, ainda predominavam o ‘modelo’ de jornais pertencentes a pequenos grupos, personalidades políticas e produzidos de forma artesanal.<sup>59</sup>, Segundo Mônica Celestino Santos, o surgimento da grande imprensa baiana foi marcada, sobretudo:

[...] pela organização das instituições como sociedades anônimas, que, mesmo com vínculos partidários, eram sustentadas por investidores e pela venda de anúncios, e pela atuação ideológica, geralmente, em defesa dos grupos acionistas e da classe dominante [...]

---

<sup>56</sup> ARRIGUCCI JR, Davi. Op. cit. p. 53. Analistas como John Gledson tem demonstrado a riqueza das crônicas produzidas pelo Bruxo do Cosme Velho. Ver GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1986; ASSIS, Machado de. GLEDSON, John. *Bons dias! crônicas (1888-1889)*. São Paulo, SP: Hucitec, Ed. da UNICAMP, 1990.

<sup>57</sup> RAMOS, Ana Flávia Cernic. Política e humor...op. cit.

<sup>58</sup> É importante frisar que, do ponto de vista da técnica de impressão, desde finais do século XIX que alguns periódicos já se utilizavam do linotipo, luz elétrica ou máquinas de escrever. Neste sentido, ter um jornal exigia um investimento maior. SANTOS, José Weliton Aragão. *Formação da grande imprensa na Bahia*. Salvador. BA., Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. 1985.p.23-4. ; SANTOS, Mônica Celestino. *Op.cit.*.267-8

<sup>59</sup> Ver CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João Nepomuceno. *Anais da Imprensa da Bahia*. 2. ed Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007;. SANTOS, José Weliton Aragão. *Op.cit.*.p.23-4.

Um exemplo emblemático deste período é o jornal *A Tarde*, de 1912, gerido sob uma lógica capitalista de organização empresarial, baseado na autonomia financeira e no lucro. A diversificação dos produtos e a busca por novos leitores era condição fundamental para angrariar publicidade e aumentar sua receita<sup>60</sup>.

Por outro lado, outros autores<sup>61</sup> indicam o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias* como exemplos de periódicos, surgidos no final do século XIX, já atentos à busca pela informação e novos leitores, além do fato de não terem sua existência condicionada à um líder ou partido. Ainda que essa independência e modernização sejam discutíveis, seus membros podiam – e faziam constantemente - destacar sua ‘imparcialidade’ e compromisso ético na informação como diferenciais de mercado. O próprio Aloísio de Carvalho comentou sobre as mudanças no tipo de imprensa:

Quanto ao serviço de informação, a diferença então é pasmosa. O repórter passou a ser a alma do jornal. O velho *artigo de fundo*, doutrinário é extenso, morreu, ou agoniza. O que se quer agora é logo a informação, com profusão de títulos em todos os corpos e os competentes *clichés*, representativos da ocorrência ou da personagem. É a notícia em pílulas, que não há mais tempo para mastigar doutrinas<sup>62</sup>.  
(Grifos no original)

Em uma perspectiva geral, foi a partir deste contexto que surgiram as séries *Farniente* e *Cantando e Rindo*, marcado pelos primeiros passos de uma modernização e diversificação que já ganhava maior folego na imprensa carioca e depois baiana. Como aponta Lizir Arcanjo Alves, a introdução das séries de crônicas humorísticas já vinha acontecendo desde final do século XIX, tornando cada vez mais constante no início da vida republicana. Assim como em outros periódicos, o JN também estava nessa disputa diária por leitores, de sobrevivência, sem que isso implicasse uma desconexão com o mundo da política.

\*\*\*

---

<sup>60</sup> Segundo o mesmo autor, na chamada fase industrial, a “complexidade da produção elimina mais ainda as publicações sem estruturas” Isso tornava a disputa entre os jornais mais acirrada, uma vez que “somente as publicações que nasceram apoiadas em capital para comercializar a notícia, vender publicidade ou para servir de instrumento partidário, sobrevivem”. SANTOS, José...op. cit. p.36.

<sup>61</sup> Ver MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia Século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992; TAVARES, Luis Guilherme Pontes. Salvador. *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia*. Salvador, Ba: Academia de Letras da Bahia, 2008.

<sup>62</sup> CARVALHO, Aloísio de. A imprensa na Bahia em 100 anos. In TAVARES, Luis Guilherme Pontes. *Apontamentos..* Op. cit. p.56.

Em História, o interesse pelo estudo de séries de crônicas é um fenômeno relativamente recente, já marcado por olhares sensíveis às particularidades e potencialidades como fonte. No Brasil, até a década de 1990, prevalecia a opinião da maioria da crítica literária que a crônica era uma espécie de parente menor dentro da família literária, sombreado principalmente pelo romance ou a poesia<sup>63</sup>.

Um argumento fundamental era que, por ser escrita normalmente no vai e vem das redações dos jornais e com prazos apertados, não trariam a inspiração elevada, a elaboração narrativa ou mesmo a complexidade dos seus irmãos mais nobres. Como características positivas, os críticos elogiavam a sua leveza, agilidade, o caráter despretensioso ou a diversão ao leitor. Seriam, em resumo e com certa dose de exagero, textos bons para serem lidos, mas não necessariamente para serem pensados.

Contudo, nos últimos anos essas avaliações têm sido relativizadas, influenciando fortemente a presente análise das crônicas de Aloísio de Carvalho<sup>64</sup>. Uma primeira observação é que, contra aquela insistência em diminuir sua elaboração narrativa, aponta-se que havia certos cuidados literários em meio aos prazos corridos dos periódicos, como um investimento mais ou menos explícito na definição um campo temático, de um ponto de vista narrativo e formas próprias na escrita, especialmente na criação do pseudônimo<sup>65</sup>. Esse trabalho de construção era normalmente apresentado no primeiro texto que abria a série, servindo de ‘guia de leitura’ ao público para os próximos e tentativa de estabelecer um certo perfil.

Junto com esses cuidados prévios, algumas particularidades da crônica podiam alterar esse caminho pensado. Mesmo que de difícil comprovação empírica, a forte relação do cronista com seus leitores era um fator decisivo na escolha de temas e questões a serem discutidas. Ao escolher, no turbilhão de assuntos cotidianos, temas de seu interesse para comentar, era preciso sempre ponderar o “desejo” do leitor, considerando assim o esgotamento de um assunto e a necessidade de encontrar outro para o dia seguinte<sup>66</sup>.

---

<sup>63</sup> A literatura é extensa; ver CANDIDO, Antônio. *A vida ao rés-do-chão*. Em: CANDIDO, Antonio..op cit.

<sup>64</sup> Nesta parte acompanho a discussão feita por no trabalho CHALHOU, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005;

<sup>65</sup> Ressalta-se que este, menos que um escudo para o autor, poderia se tornar um personagem/narrador com características muito próprias.

<sup>66</sup> O leitor, por sua vez, queria encontrar no personagem que assinava a série a leitura específica crítica ou irônica sobre determinado fato e personalidade.

Outro elemento importante, que inclusive singulariza a crônica diante dos outros gêneros, é a natureza da sua indeterminação. O cronista está inevitavelmente susceptível ao “imponderável do cotidiano”, pondo objetivos e formas anteriores em suspensão. Em resumo, a despeito de todo o investimento inicial, sua particular relação com o tempo vivido lhe tornava dependente do esgotamento do interesse de uma questão ou novos rumos dos acontecimentos. Uma série podia experimentar assim “caminhos e descaminhos” durante sua existência, numa complexa relação dialética entre cronista, leitores e a realidade.<sup>67</sup>

Essas indicações teóricas foram muito valiosas para esse trabalho. Produzidas durante longo período de tempo, especialmente no caso da coluna versejada, foi fundamental se perguntar sobre as intenções iniciais, o perfil e influência do público leitor. Além disso, ao passo que primeiros elementos estabelecidos nas aparições iniciais foram sendo mantidos, também buscou-se perceber as mudanças temáticas e de perfil.

No caso concreto, a hipótese defendida foi que na série *Far-niente* começou-se a desenhar um personagem irônico com o novo regime que, “beliscava com luvas de pelica” os políticos locais em suas contradições às promessas com a república. Porém, com a mudança de série para a *Cantando e Rindo*, novas demandas políticas e sociais foram influenciando em novas configurações do perfil e preocupações. Em outros termos, o perfil já minimamente delimitado – formato e temas de interesse – manteve-se *pari passu* a mudanças de opiniões ou nas incorporações de novas questões.

\*\*\*

Encerrando as apresentações, a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro está centrado no surgimento das séries e do personagem de Lulu Parola (1887-1891), situando-as no contexto político e social dos primeiros anos do período republicano. Questionou-se sobre o início da sua atividade, suas principais séries e características, a relação estabelecida entre as duas. Além disso, apesar as poucas fontes disponíveis para consulta, foi tentada uma caracterização do personagem/narrador e das

---

<sup>67</sup> Considerando tais aspectos e guardadas as devidas diferenças, a crônica acabava por se aproximar na importância aos outros gêneros. Os investimentos literários na criação, a complexidade na escolha de temas e a conexão com a sociedade tornam a crônica mais que um gênero misto de menor envergadura ou uma produção corriqueira para divertir.

séries, levando em conta não apenas os aspectos sinalizados, mas o pessimismo e a desilusão republicana presente em diversos intelectuais e republicanos na Bahia.

No segundo capítulo, a atenção deslocou-se para a relação das crônicas com a realidade política baiana, principalmente na ascensão do seabrismo (1906- 1912). O objetivo foi avançar na compreensão do seu engajamento político, questionando a sua ‘aparente’ distância das disputas partidárias, demonstrando como tais crônicas estiveram envolvidas naquele momento político importante da Primeira República na Bahia. No terceiro capítulo, buscou-se mapear os últimos da série no *Jornal de Notícias* (1912-16), sinalizando seus principais temas. Além disso, em um contexto marcado por guerra mundial, desilusão republicana e salvação da nação, foram discutidas algumas aproximações da série com o engajamento intelectual de Aloísio de Carvalho nas apostas de salvação da República pela educação cívica.

Boa parte da pesquisa para essa dissertação foi feita a partir do *Jornal de Notícias*, até 1916, dos quais foram retiradas as crônicas e textos de Aloísio de Carvalho. Foram consultados também outros periódicos, como o *Jornal A tarde*, *Gazeta de Notícias*, *O Pequeno Jornal*, *Diário de Notícias* e *Diário da Bahia*. Além disso, algumas revistas, citadas no JN, foram consultadas, como forma de mapear por onde os versos de Aloísio de Carvalho também apareciam. Desta forma, a *Revista do Brasil*, *Renascença*, *Revista da Academia de Letras da Bahia* e *Nova Cruzada* ajudaram a aumentar os diálogos e outras versões para o mesmo fato.

Como o leitor já pode perceber, este trabalho busca contribuir na compreensão de como um determinado intelectual baiano interpretou, participou e contribuiu através da sua produção simbólica da consolidação do regime republicano. Seguindo os caminhos da história social da literatura, as crônicas são tomadas aqui como índices de um debate e de uma realidade social do passado, cuja tarefa do historiador é (re)conectar em alguma medida tais inserções.



## CAPÍTULO 01 – Crônica e Aloísio de Carvalho no início da República na Bahia (1891-1906).

### *Número de festa*

Quando iniciei esta secção  
Supus que não passasse de deinquenta;  
Que o brasileiro, em regra, não sustenta nenhuma  
criação;

Como lembrança o caso me apresenta!  
Era ao princípio simples distração;  
Depois, se fez paixão,(...)

Um a cinquenta, cem, quinhentos, mil,  
Dois mil, e três, e quatro, e cinco, e seis...  
Seis mil hoje completo! Do Brasil

Nestes últimos anos fiz a história...  
Vós, que o assunto me dar, ou que me deu,  
Tendes aqui cordial dedicatória!  
Lulu Parola<sup>68</sup>

Em 1916, enquanto parte da população da cidade de Salvador tentava se organizar para a comemoração do Carnaval em plena guerra mundial, o cronista Aloísio de Carvalho tinha seus motivos para celebrar outra festa à parte. Era a celebração da impressionante marca de seis mil versos da sua coluna *Cantando e Rindo*, publicados quase que diariamente no *Jornal de Notícias*. Como enfatizava, no início teria começado apenas como uma ‘simples distração’, que não passaria dos cinquenta versos, mas que acabavam por chegar, vinte e cinco anos depois, àquela marca.

Com certa dose de pretensão, comentava também que, em virtude de tanto tempo na folha, mais do que um simples ato para matar o tempo, acabou por ver passar – e registrar- a história do Brasil. Não deixava de ser, mesmo aos leitores de hoje, uma frase de impacto, mas o cronista tinha suas razões, pois a longevidade única da sua coluna lhe autorizava a pequenos arroubos de vaidade como estes. Mas retomando a sua modéstia mais comum, agradecia no final a todos aqueles que já deram e davam motivos para sua existência.

---

<sup>68</sup> JN 10 Fev. 1916.

A razão para Aloísio de Carvalho escrever aquela crônica, numa primeira leitura, era evidente: com quase cinquenta anos de idade e seis mil crônicas, seria plausível supor estivesse agradecendo uma jornada cumprida ou uma tarefa realizada. Além desse fato, as pequenas homenagens de amigos poetas pareciam lhe estimular, como publicado no dia anterior e com o título de “A mocidade e o velho”. Assim escreveu Aureliano Lisboa:

Ao exímio poeta Aloísio de Carvalho

São risos, são flores, são encantos de amor,  
Os dias fagueiros de nossa existência;  
No peito infantil é tudo inocência  
E a vida se expande com vivo fulgor;  
Não há sentimento que exprima rancor,  
Há ternos carinhos e doce clemência;  
Correm os dias, nem mesmo a indigência  
Se queixa da sorte, não tem dissabor;  
Mas, chega a velhice, e logo as torturas,  
De instante a instante, nos vem perseguindo,  
As flores se tornam em fel de amarguras –  
A vida assim é, gemendo, carpindo,  
Nós todos sofremos cruéis desventuras;  
A morte, por fim, vai tudo extinguindo –  
Bahia, 27 de janeiro de 1916. <sup>69</sup>.

Eram versos com temas bem parecidos com a parola inicial: a inocência da infância, a chegada da velhice e a transformação de sentimentos durante a vida. Era um incentivo a mais, reforçando o tom de balanço final, mesmo ainda não se tratando de uma despedida, pois no dia seguinte já avisava aos seus leitores que não estava pensando em fim, mas que apenas continuaria “diariamente escrevendo” e “diariamente somando”.<sup>70</sup>

Mas antes de se chegar neste quase momento final, talvez seja proveitoso ir à busca do princípio da jornada, ao ‘início da seção’. Se em 1916 o autor narrava o início da sua série como uma ‘simples distração’, o objetivo central deste capítulo será retornar exatamente a este nascedouro, buscando responder algumas questões sobre os primeiros momentos de Aloísio de Carvalho no *Jornal de Notícias*. Como iniciou sua atividade de cronista? Quais eram suas principais séries? Como elas se caracterizaram? Qual o perfil construído para o personagem/narrador de *Lulu Parola*? Qual a relação estabelecida entre as duas?

---

<sup>69</sup> JN 09 Fev. 1916.

<sup>70</sup> JN 11 Fev. 1916.

Desta forma, a primeira parte da empreitada será ampliar sua atenção para a série em prosa, a *Far-niente* (1887-97), que antecedeu a coluna de verso *Cantando e Rindo*. A argumentação central é que foi naquela primeira que foi sendo construído um determinado perfil de crônicas sobre o cotidiano e política, marcado por um forte tom de desengano com a República, pelo comentário ácido e a opção pelo humor ‘bom’<sup>71</sup>.

Como citado, seus primeiros passos no jornalismo datam de 1886, após um período de cinco anos no Rio de Janeiro para estudar engenharia. Empregando-se no periódico do seu cunhado, Carlos Moraes, encontrou um jornal que ensaiava aquele modelo de folha mais ‘moderna’, com finalidade lucrativa e oferecendo ao leitor um pouco mais que os extensos artigos de fundo e engajamento declarado. Ocupando inicialmente as tarefas na redação, sem assinar nenhuma coluna, tendo como companhia os outros dois já conhecidos intelectuais na cidade: o republicano Lelis Piedade e o jovem aspirante a escritor, Xavier Marques.

Mas como era a Bahia que Aloísio de Carvalho encontrou em finais de Império e que não iria se diferir muito durante a Primeira República? Do ponto de vista econômico, tinha como principal centro comercial a Cidade de Salvador e baseada ainda uma economia agroexportadora<sup>72</sup>. Dependente do mercado externo, ainda convalescia de uma crise causada pela queda drástica das exportações de açúcar e tabaco. Contava também com bancos e algumas indústrias, principalmente do ramo têxtil, cujo parque assistiu um aumento no novo regime, ainda que com receitas limitadas se comparadas às outras capitais.

A terceira capital do país, Salvador, tinha uma população majoritariamente de negros e não brancos, superior a 60%. Era uma cidade com muitas desigualdades, com índice de 90% de pessoas vivendo na pobreza, em péssimas condições de habitação e preservação dos prédios, além de precária infraestrutura de transportes e limpeza urbana. A pequena elite local, ocupando as regiões do centro e bairros próximos, mantinham-se seus sinais de distinção social, que do Império adentraram a República. Trabalhando como profissionais liberais (médicos, advogados, grandes comerciantes e

---

<sup>71</sup> Ver a discussão sobre os tipos de humor na Primeira República em SALIBA, Elias Tomé. *As raízes do riso*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

<sup>72</sup> Acompanho os dados apresentados por Aldo José Morais Silva sobre a Bahia no início da República. Ver SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Origem e estratégias de consolidação institucional (1984-1930). Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2006.

alta burocracia), costumavam passear no Campo Grande para ver os primeiros símbolos de modernidade, como luz elétrica ou o carro<sup>73</sup>.

Socialmente, havia os setores médios, que segundo as informações de Dilton Araújo (1992), não compunham mais de 2% da população da cidade<sup>74</sup>. Vivendo sobre tudo no comércio e média burocracia, não tinha a mesma força política e financeira da elite intelectualizada da cidade. Como citado no capítulo anterior, era nessa posição *de fora* que Aloísio de Carvalho parecia estar situado quando iniciou sua carreira como jornalista e poeta.

Já sobre seu período na capital do país quase não existem informações, em especial sobre as possíveis relações que estabeleceu com o ambiente cultural e intelectual da cidade. É interessante notar que em sua entrevista de 1936<sup>75</sup>, Aloísio de Carvalho não comenta sobre esse momento, bem como quase todos os seus comentaristas posteriores. Embora fuja da proposta da dissertação, caberia no âmbito da conjectura, sugerir que tenha havido entre o estudante baiano de engenharia um convívio de perto com positivistas, militares e entusiastas republicanos daqueles anos finais de Segundo Reinado<sup>76</sup>.

Já sobre a convivência específica com o jornalismo da capital à época e mesmo local, os dados disponíveis são escassos, permanecendo mais lacunas que conclusões. Como citado na introdução, o próprio Aloísio de Carvalho comentava sobre seu prazer de ler o jornal quando criança e da sua iniciação na escola. Entretanto, quanto ao exercício da profissão, sua entrada na área se deu de uma forma quase compulsória, ou seja, da necessidade de sobrevivência com a morte do pai.

Essas considerações biográficas ganham mais sentido histórico em três aspectos. O primeiro é para relativizar a insistência de alguns dos seus comentaristas que previam uma espécie de destino biográfico para Aloísio de Carvalho, numa espécie de destino manifesto pré-traçado ao jovem às belas letras, cuja manifestação foi a poesia e o jornalismo. Os olhares retrospectivos sobre esse momento inicial tendiam a criar um

---

<sup>73</sup> Um exemplo singular foi a vinda do primeiro carro do empresário Henrique Lanat, em 1902, que nos anos seguintes passeava com seus outros modelos pela cidade. Ver TEIXEIRA, Cid. *História do Petróleo na Bahia*. Salvador, BA: EPP, 2010.

<sup>74</sup> ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Republicanism e classe média em Salvador (1870-1889)*. Salvador, 1992. Dissertação (mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> Ver sobre este tema em CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

‘sentido da existência’, como salientou Pierre Bourdieu, ordenando de forma lógica e coerente uma sequência de fatos da vida daquele indivíduo<sup>77</sup>.

A segunda observação deriva dessa primeira, uma vez que a ideia de missão e paixão eram temas caros aos jornalistas e literatos no final do século XIX. Como demonstrou Leonardo Pereira<sup>78</sup>, a partir de 1880, principalmente no Rio de Janeiro, alguns literatos irão tentar consolidar um novo lugar para o seu trabalho literário, que lhes permitissem não apenas sobreviver dessa atividade, mas ao mesmo tempo pôr em prática uma tarefa maior da qual se achavam portadores. Conscientes de que a literatura funcionaria como um “campo privilegiado de construção do passado, presente e principalmente, do futuro da nação”<sup>79</sup>, sua tarefa era propor um modelo novo de sociedade, em boa medida livre dos atrasos e apontando para a civilização.

Para parte desse grupo, o trabalho em periódicos poderia assumir alguns significados. Por um lado, era uma das raras chances de ser remunerado pelos seus textos e alcançarem um público mais ampliado. Como demonstrou Leonardo Pereira, ter direito a uma coluna para discorrer sobre vários assuntos era considerado uma parte ‘nobre’, bastante valorizada por quem o tinha. Isto os tornava de alguma maneira conhecidos e reconhecidos em seu trabalho. Porém, ao lado dessa parte mais glamorosa, havia o trabalho da escrita dos simples noticiários e da redatoria. Segundo Leonardo Pereira, interessados em formar através de seus projetos, estes escritores se incomodavam em apenas registrar e informar. Era preciso cumprir a missão<sup>80</sup>.

Por fim, a terceira observação está relacionada com o tipo de crônica de humor produzido no Brasil e na Bahia no final de século XIX e primeira década republicana. A historiografia dedicada ao tema utiliza-se da expressão “humorismo da desilusão republicana” para caracterizar uma produção em jornais e revistas marcada pelo “sentimento de bonomia”, pela autoimagem de “civilizador e cultor de gestos nobres” e pelo sentimento de frustração com as promessas entre a abolição e república<sup>81</sup>. Segundo

---

<sup>77</sup>BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 185.

<sup>78</sup>PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. – 2 ed. rev. – Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. Ver também SALIBA, Elias Thomé. *Cultura: as apostas na República*. EM SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.) *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

<sup>79</sup>Idem. p.32-4.

<sup>80</sup>Idem. p. 41.

<sup>81</sup>Ver um balanço historiográfico em DANTAS, Carolina Viana. *O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade acional em periódicos: Rio de Janeiro, 1903-1914*. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2010.

Elias Thomé Saliba<sup>82</sup>, boa parte da elite literária brasileira deste período escreveu páginas humoristas, ainda que nem todos fossem humoristas. Fortemente impulsionada pela diversificação da imprensa, das revistas e da modernização tecnológica ligada à impressão, essa produção era fortemente impregnada pelo tema da desilusão com a República.

Ainda seguindo Elias Saliba, guardadas as especificidades entre seus autores, algumas das características desenvolvidas neste final do século XIX serviriam de base para a produção de humor na primeira década do século posterior. Dentre os procedimentos formais dois nos interessam mais de perto: a crítica sobre a indefinição entre os interesses públicos e privado e o uso da crônica-poema<sup>83</sup>. Como exemplo do primeiro aspecto, Saliba cita alguns literatos famosos à época, como o já citado Machado de Assis, os poemas cômicos de Guimarães Passos ou as pequenas peças de Arthur de Azevedo, que insistiam nessa aproximação perniciosa entre as duas esferas. Havia neles uma intenção de chamar atenção, pelo deslocamento, “todo o dilema histórico da República brasileira, construída sobre arranjos instáveis e informais entre as bases sociais e as estruturas políticas”<sup>84</sup>.

Apesar de um pouco longas, essas observações iniciais são importantes na contextualização inicial das crônicas do autor de Lulu Parola. Ainda que seja difícil precisar o quanto dessa literatura foi lida de fato por Aloísio de Carvalho, pretende-se argumentar como sua produção era influenciada por este humor republicano, uma vez que publicou, nos dias de comemoração da proclamação da República, em seu jornal alguns desses literatos. Um exemplo interessante foi o texto “15 de novembro”, de Arthur de Azevedo<sup>85</sup>, que narrava a história do Velho Lima, antigo empregado de uma repartição pública que adoece durante a proclamação da República e acorda estranhando as novidades do novo regime.

---

<sup>82</sup> SALIBA, Elias Tomé. Op. Cit. cap.2.

<sup>83</sup> Quanto ao segundo aspecto, Sonia Brayner comenta, no Rio de Janeiro do final do século XIX, os folhetins rimados estavam em moda, a exemplo de Augusto Fábregas e Oscar Perdeneiras, no O País e Jornal do Comércio, respectivamente. Na Bahia, este humor também existia em alguns jornais, tornando a opção pela crônica em verso algo recorrente no jornalismo da época. Ver BRAYNER, Sonia. Machado de Assis: um cronista de quatro décadas. In CANDIDO, Antonio. *A Crônica. O Gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. P.411

<sup>84</sup> SALIBA Elias T., p. 75.

<sup>85</sup>.Ver JN 14 NovJ 1913; JN 16 Nov. 1912. Para uma contextualização histórica desse texto, ver SALIBA, Elias Tomé. *As raízes do riso...*op. cit. cap.2.

## O princípio como cronista no Jornal de Notícias: a série *Far-niente*.

Como indicado na introdução, a assinatura de *Lulu Parola* apareceu pela primeira vez em 23 de junho de 1887, lamentando a notícia da morte de um jornalista amigo<sup>86</sup>. As razões para a escolha desse nome não ficaram bem esclarecidas, pois não foram encontrados registros do próprio autor, nem referências nas crônicas posteriores sobre a origem do nome. Segundo alguns dos seus comentaristas, a origem teria sido resultado da junção de um diminutivo carinhoso do seu primeiro nome, Aloísio, com uma adaptação da palavra italiana ‘parole’(palavra)<sup>87</sup>. É importante notar que o pseudônimo ‘Lulu’ já havia sido usado por Ferreira Araújo, na série *Balas de Estalo*, do jornal carioca *Gazeta de Notícias*<sup>88</sup>.

Sua estreia como cronista só aconteceria seis meses depois, no dia 14 de dezembro daquele ano, no seu primeiro *Far-niente*. Como os exemplares desta época não estão disponíveis mais para consulta, torna muito difícil presumir suas intenções iniciais em um texto inicial da série.<sup>89</sup> Do pouco que foi possível obter deste primeiro momento está baseado nas informações do cônego, que indica que o pseudônimo antecedeu a aparição da série. As razões para a escolha do nome *Far-niente* também são pouco conhecidas. Uma interpretação possível, a partir da influência do jornalismo praticado na capital, estaria relacionada com a própria história da consolidação da crônica no Brasil.

Como apontam alguns estudiosos<sup>90</sup>, era comum, nas primeiras aparições do gênero nos jornais, seus autores associarem ao ato de escrever como uma conversa fiada à porta de casa, descansando do dia, passando em revista os assuntos da semana, das mudanças no preço da farinha à política imperial. Neste sentido, haveria uma persistência da ideia de criar uma crônica como algo que se faz quando não se está fazendo ‘nada’ ou no momento do ‘dolce-far-niente’.

---

<sup>86</sup> É interessante notar que esse primeiro nome, “Lulu”, já havia sido usado por Ferreira Araújo, na série *Balas de Estalo*, do conhecido jornal carioca *Gazeta de Notícias* BARBOSA, Manuel. *Aloísio de Carvalho (elogio póstumo)*. Op cit.

<sup>87</sup> Apesar da referência em italiano de Parola e Far-niente, também não se identificou razões para seu apreço a essa língua. VIANA FILHO, Luiz. *Aloísio de Carvalho*. Op. cit

<sup>88</sup> Segundo comentário de Leonardo Pereira e Sidney Chalhoub, a *Gazeta de Notícias* foi um periódico conhecido no final do século XIX por suas colunas de crônicas e marco nesse início de diversificação jornalística. Ver aprofundamento em RAMOS, Flávia Cernic. Op cit. p. 92.

<sup>89</sup> Ver introdução em CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs). *História em cousas miúdas...*

<sup>90</sup> Ver Em CANDIDO, Antonio. *A Crônica*. O Gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Op. cit.

Ainda segundo Manoel Barbosa<sup>91</sup>, até aquele ano sua aparição era irregular e sem espaço definido. Uma das razões para isso, informa o cônego, devia-se a existência de outro literato na redação, Xavier Marques, que tinha a tarefa de oferecer aos leitores a literatura da casa. Desta forma, apenas após a sua saída foi que Aloísio foi assumindo essa função, com alguma regularidade. Como foi um fato cercado de certa polêmica e influenciou decisivamente na história, vale a pena apreciar os fatos em maior detalhe.

O entrevero girou em torno da nota sobre a saída do jornalista, publicada no dia 29 de agosto de 1891<sup>92</sup>, que ao lamentar a perda do colega, afirmava compreender a busca do antigo companheiro por proventos mais seguros. A reação de Xavier Marques foi imediata, irritado com a ideia implícita de que estaria saindo por um motivo por demais mundano, o dinheiro. Dois dias depois, na primeira página lá estava o esclarecimento do literato, no qual dizia era necessário:

[...] explicação da minha parte, algumas linhas que, envolvendo conceito imerecidamente economístico das minhas aptidões, dão a entender, certamente sem intenção, que me retirei do Jornal de Notícias, movido pela necessidade de encontrar mais rendosa ocupação, o que, a ser exato, nada teria de desairoso para mim. Amando a imprensa pela imprensa, considerando o jornalismo antes um sacerdócio que um mister de ganha pães, antes um posto de abnegações e sacrifícios pela causa pública do que um balcão de mercearia intelectual, eu não podia obedecer à tal sede do dinheiro, que a tudo nos obriga. [...]<sup>93</sup>

Desta maneira, não estaria saindo para procurar fontes mais seguras, mas em virtude de ter concluído sua *missão* no jornalismo. Seus motivos nobres superavam as razões materiais e não aceitava sair sem deixar isso bem claro. Queria preservar a imagem de homem das letras que lutava bravamente pelas causas do povo, jamais escravo do torpe dinheiro.

Porém, quando tudo parecia esclarecido, no final da mesma nota Xavier Marques deixava uma indicação dúbia no ar. Reforçava que poderia ter continuado a sua missão na imprensa, não fosse o motivo digno que havia confiado pessoalmente e por carta ao colega Aloísio de Carvalho. Curiosamente ou não, este preferiu o silêncio, não comentando nem a carta, nem divulgando aquele pequeno segredo.

---

<sup>91</sup> BARBOSA, Manuel. op. cit.

<sup>92</sup> - JN 29 Ago.1891.

<sup>93</sup> Idem.



O literato, como comentado, fazia questão de demarcar sua auto imagem de missionário de algo maior<sup>94</sup>. A nota do jornal que abria espaço a réplica do literato não fornece elementos concretos para analisar se Aloísio de Carvalho endossava as concepções de Xavier Marques. O fato é que, a partir daquele evento, os textos do *Fariniente* foram se tornando mais regulares, já que a tarefa de preencher as folhas do *Jornal de Notícias* com o comentário ficava a cargo do colega que permaneceu na redação.

No dia 29 de julho, então um mês antes da pequena polêmica acima, era publicado, ao que tudo indica, o primeiro texto da série naquele ano. Assim aparecia no JN:

Hoje, a grande questão entre nós não é direitos em ouro, nem *el-rei* Fonseca: é a estatua do caboclo. Economistas discutam aqueles; políticos ataquem o segundo; que o patriotismo baiano está agora seriamente atarefado entre o Barbalho, Campo dos Mártires e o Campo Grande. (gripo no original)<sup>95</sup>.

O assunto principal escolhido foi uma discussão sobre o futuro lugar para a instalação do monumento ao Caboclo, símbolo das lutas independência na Bahia de 1823. Tal questão, segundo o personagem, andava tomando a atenção do patriotismo baiano, relegando os assuntos políticos e econômicos do governo de Deodoro da Fonseca para os políticos e economistas. É interessante notar que a estratégia de abertura, comum em crônicas do final do século XIX segundo Davi Arrigucci Júnior<sup>96</sup>, criava certa tensão sobre qual tema deveria vir à pauta, permitindo ao cronista discutir um assunto do seu interesse atrelado a outro mais imediato da realidade da cidade.

Segundo a historiadora Wlamyra de Albuquerque<sup>97</sup>, em 1891, o jornal *Diário da Bahia* convocou um plebiscito para decidir onde deveria ser construído o monumento. Em disputa, estavam as regiões do Campo Grande, Campo dos Mártires, Praça Municipal e Barbalho<sup>98</sup>, cuja vitória final saiu para o primeiro lugar da cidade, ponto preferido entre diversos políticos e intelectuais por se configurar uma das áreas mais elegantes. Sendo um tema relativamente polemico à época, dividindo opiniões entre os leitores, acabou gerando o interesse do cronista<sup>99</sup>. Mas no correr da leitura, rapidamente

---

<sup>94</sup> Ver PEREIRA, Leonardo. *O carnaval das Letras*.op. Cit.

<sup>95</sup> JN 29 Jul. 1891.

<sup>96</sup> ARRIGUCCI JR, Davi. Fragmentos sobre a crônica. Em *Enigma e comentário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>97</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. pp. 91-3.

<sup>98</sup> Na crônica de Aloísio de Carvalho não é citada a Praça Municipal.

<sup>99</sup> ALBUQUERQUE. Wlamyra...idem. p.93.

era possível perceber que aquele não era o único assunto em questão: a nova Constituição de 1891 e o Marechal Deodoro da Fonseca também estavam no alvo.

Para aprofundar mais esse segundo sentido, o autor decidiu atribuir vida própria para cada lugar da cidade para que estas argumentassem por elas mesmas as suas razões:

[...] Um alega que foi o primeiro a ouvir aquela história do sul ser mais brasileiro no dia 2 de que no dia 1, obrigado o outro rei a ler a folhinha para ver quando deve brilhar mais; outro, porque ali morreu sangue pela liberdade, e que é preciso que esse sangue germine, ao menos um pedaço de bronze, para a chapa não ficar desmoralizada; o terceiro, conta desde o mindinho até o mata-piolho e diz que é maior de todos, e que é o mais rico, sendo uma espécie de comandante superior que manda chover. [...] <sup>100</sup>

Na construção do texto, o narrador deu as duas primeiras áreas da cidade argumentos de certa maneira ‘históricos’, ligados às comemorações do Dois de Julho e da luta na Bahia pela independência. A primeira região, o Barbalho, mais distante do centro, defendia que teria sido lá onde se ouviu de fato o grito de liberdade em 1823; o Campo dos Mártires teria a seu favor ter sido o local onde as lutas sangrentas selaram a nossa liberdade de Portugal. Porém, no momento do Campo Grande se manifestar, o cronista ampliava mais a discussão, introduzindo uma referência mais claramente política: “o terceiro, conta desde o mindinho até o mata-piolho e diz que é o maior de todos, e que é o mais rico, assim uma espécie de comandante superior que manda chover”<sup>101</sup>.

Se para o público baiano em geral, a referência à riqueza ao Campo Grande era quase ‘chover no molhado’, uma vez que a praça era conhecida por ser local dos passeios da elite e desfile da última moda francesa, por outro lado, é possível argumentar que a ironia estaria na analogia entre o local e nacional. Na primeira, num curto alcance, o cronista caçoava levemente com os sentidos atribuídos pelas elites políticas e intelectuais citadas acima, defensores do lugar como merecedor daquele símbolo de civilização<sup>102</sup>.

---

<sup>100</sup> JN 29 Jul. 1891.

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> ALBUQUERQUE. Wlamyra...op.cit.

A tentativa de humor, na introdução do elemento estranho à normalidade<sup>103</sup> -, se daria em outro plano: na analogia à política nacional, ou mais especificamente, o marechal Deodoro da Fonseca. Ao comparar o Campo Grande como um comandante maior de todos, que mandava até chover, Aloísio de Carvalho fazia uma referência indireta ao título de *el-rei* dado a Deodoro no início da crônica. Essa ironia com o presidente devia-se, essencialmente, aos primeiros momentos de governo, marcados por uma instabilidade política e críticas às suas posturas autoritárias. Tal situação era amplamente noticiada nos jornais, inclusive no próprio JN<sup>104</sup>.

Como apontam alguns historiadores, após sua vitória durante as eleições constitucionais em 1891, Deodoro buscou interferir na organização política dos Estados, excluindo da ‘situação’ os grupos que tinham feito oposição durante o governo provisório. Além desse desgaste com as oposições estaduais, o governo do Marechal ainda sofria resistência do Congresso Nacional, uma vez que ainda mantinha inúmeros monarquistas à época da sua eleição. Esse segundo problema lhe gerava maiores impedimentos, uma vez que para governar em moldes republicanos era preciso considerar a existência do legislativo<sup>105</sup>. Pelo viés da alegoria, Aloísio de Carvalho também parecia querer ali ironizar o assunto.

Mas o texto não terminava ali. Continuando sua estratégia de misturar os assuntos e manter a aparência de não querer tomar posição definida, Lulu parolava:

*O entre les deux mon couer balance*, eu traduzo, pra mim: entre os três um voto vacila.

Sou pelo Barbalho, sou pelo Campo dos Mártires, sou pelo Campo Grande; conceito: não sou por nenhum. O primeiro não pode vencer, sem mais uma punhalada na constituição. As acumulações são proibidas, e o Barbalho está incompatibilizado porque já há um ministro com esse nome. (...) O segundo é dos Mártires, classe de gente que, em lugar de aderir e fundar empresas, cabia a asneira de fazer barulho. Que não se lhe dê, portanto, coisa alguma, para ensinamento aos novos. (...) No terceiro, moram famílias que tratam-me com muita amizade, de sorte que, além de eu ser suspeito, não quero indispor-me. Lembro apenas, que si o campo é grande, o monumento pode ser pequeno para o Campo Grande.<sup>106</sup>

---

<sup>103</sup> Sobre as teorias do final do século XIX e início do XX de como se produz o efeito risível, ver SALIBA, Elias Thomé. *As raízes do Riso*. Op.cit; Para uma discussão mais ampliada, ver ALBERTI, Verena. *O Riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

<sup>104</sup> Nos números consultados em 1891 do *Jornal de Notícias*, foram identificados comentários críticos às posturas do Marechal Deodoro da Fonseca.

<sup>105</sup> Ver PAMPLONA, Marco A. *Revoltas, república e cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.131.

<sup>106</sup> Idem. (grifado no original).

A passagem é rica de possibilidades. Em primeiro lugar, o recurso de se utilizar uma citação em outra língua era prática em crônicas no final do século XIX, a exemplo da série “Bons dias!”, de Machado de Assis<sup>107</sup>. O crítico literário John Gledson comenta que ao se utilizar de expressões em diversas línguas, Machado estabelecia uma espécie de diálogo com o leitor. Em alguns casos, deixava o trecho sem tradução, mas com expressões que permitiam ao leitor intuir a tradução. Em outros casos, em situações mais extremadas, introduzia palavras em línguas exóticas sem tradução, presumindo que o leitor não pudesse traduzir por si só. Com isso, o cronista reforçava a criação de sua ‘persona’ que dialogava com o leitor.

Seguindo por um caminho semelhante, a proposta de Aloísio de Carvalho, ao escolher a passagem do título de uma cantiga popular francesa do século XIX, presumia que, além de ser uma frase que comunicasse com parte dos seus leitores elitizados e afrancesados, estes soubessem traduzir por si só o trecho<sup>108</sup>. Contudo, imediatamente é proposta uma livre tradução, permeada de uma ligeira modificação/adaptação. Se na canção em francês, o coração da pessoa ficava balançado entre dois amores, o personagem da crônica naquele momento sofria de mal maior: estava dividido entre três. Essa tradução readaptada, juntamente com a alegoria ao debate local, reforçava o tom de humor que o cronista consolidava para seu personagem.

Mas a discussão sobre os problemas em níveis federais ainda permanecia, agora com certo deslocamento de região na cidade. Se antes era o Campo Grande, agora era o Barbalho que estaria associado às posturas autoritárias do presidente ao ferir os princípios da Constituição de 1891 e ao estímulo às acumulações. Tal mudança permitia a manutenção do tom de galhofa junto na crítica política, reforçada pelo deslocamento também ao Campo dos Mártires. Como o próprio cronista brincava, era melhor não brincar com o Campo Grande, pois os moradores de lá muito apreciavam Lulu Parola.

Seria possível já propor a existência de certo perfil? Pelo percebido até aqui, vai se delineando um texto de tom crítico, mas que lança mão da leveza nas alegorias, que ao comentar sobre o Caboclo, trazia junto os chistes políticos, o ‘riso bom’, além de se

---

<sup>107</sup> O pesquisador John Gledson comenta que, em alguns casos, Machado de Assis não traduzia passagens em alemão, mas cujo significado poderia ser deduzido pelo leitor, como ‘Konstitutionelle Monarchie’ ou “absolute Oligarchie”. Em outros, usava citações em um cartaginês imaginário. Ver GLEDSON, John. Op. cit. p. 145.

<sup>108</sup> Sobre o afrancesamento da elite brasileira e baiana, ver AZEVEDO, Thales de. *A francesia baiana de antanho*. Salvador: CEB, 1985. A letra da canção popular francesa pode ser acessada em [http://seynoise.free.fr/chansons/chansons\\_enfantines.html#ANCRE18](http://seynoise.free.fr/chansons/chansons_enfantines.html#ANCRE18). Acessado em 26.01 2013.

informar sobre as últimas notícias na Bahia e da capital federal. Esse procedimento, tal como era reiterado em crônicas do final do século XIX, contribuir em criar uma personagem que comentava os fatos políticos, com aparente isenção e de maneira genérica, mas que trazia uma crítica forte e evidente. Mas talvez seja cedo e valha a pena se dedicar às próximas crônicas.

No dia 28 de outubro de 1891, o autor de Lulu Parola escolheu comentar um incêndio que tomou conta de prédios na cidade, dois dias antes. Segundo sua versão, muita gente tinha corrido às ruas para ver o caso, com falatórios por informações, círculos de curiosos e pessoas solícitas em dar alguma ajuda. Na sua descrição inicial:

O povo veio para a rua, saíram piquetes, as companhias puseram as mangas de fora e andou-se de Santana para Brotas, de Brotas para Santana, num fogo incrível de atividade a descobrir-se onde crepitava a atividade crível de fogo. Uns ignoravam por mercê da idade e a outros fora imprudente perguntar. À semelhança do que ocorre na opereta, quando procuram-se uns dos falsos Boccacios para metê-lo numa roda de pão, assim andava-se numa roda viva de curiosidade, a interrogar todo o mundo.

- Onde é que ele está?

- Ele quem? O sebastianismo?

- Não, homem, ele, o fogo!

- Ah! Um incêndio que as igrejas estão anunciando? E que está lavrando intensamente? E onde há um mundo de labaredas a lamberem moveis, edifícios? O incêndio, edifício e tudo? E que o srs. vieram para extinguir, não é?

- Sim, homem! Responde depressa, que estamos queimando de impaciência.

- ... Não sei onde é, não.<sup>109</sup>

Como é possível notar, o cronista tenta estabelecer uma ansiedade em se saber onde seria o incêndio, estimulado pela movimentação de pessoas pela cidade e pelo diálogo, mas que pela via da distensão, anunciava o assunto político: o sebastianismo. O transeunte nada sabia sobre o grande incêndio que tomava conta da cidade, que fazia os sinos dobrarem e movimentava o povo. Porém, se o cidadão pouco sabia sobre um assunto, não era o mesmo sobre o sebastianismo. Nas linhas seguintes, orienta o leitor para onde – ou para o qual tema – se deveria seguir:

Proximamente ao quartel da Palma e na Praça do Palácio houve vivas à monarquia. E logo para lá dirigiram-se muitos, que afinal de contas se ali não havia fogo, havia efervescência. Nada aquilo era calor latente, e não fogo às

---

<sup>109</sup> JN 28 Out. 1891.

claras. E voltou-se à escuridão. (...) Veio a frieza, que nesse caso toma o nome de decepção. E para a quentura dos lençóis, tiveram que voltar os indagadores, molhados de suor e apagados das glórias que já haviam sonhado pela extinção do incêndio. Puro sonho cor de fogo. E agora somente a polícia é quem ainda está em brasas para descobrir onde esteve a chama. Porque a polícia deve saber que uma faísca desprezada é perigosa. Recorde-se do tempo em que aprendeu o latim do Novo Método.<sup>110</sup>

Ao assunto do incêndio, fato relativamente comum no cotidiano da cidade, embaralhava-se uma discussão sobre os focos de defesa do regime monárquico, ainda fortemente acesos nas crises do governo republicano e com as constantes notícias sobre D. Pedro II. Além disso, alguns autores sinalizam que existia na população, inclusive em Salvador, um apego grande à figura do antigo imperador, fato que alimentaria as esperanças de um retorno do monarca<sup>111</sup>.

Um ponto interessante nesta crônica foi a escolha do lugar onde se ouviram os vivas a monarquia: Quartel da Palma e Praça do Palácio. O primeiro poderia ser associado facilmente ao Exército, pois se tratava de uma manifestação em frente a um quartel. O segundo local situava-se em frente à sede do poder legislativo, lugar simbólico do fazer político em um regime republicano. Mas logo imediatamente o cronista resolve dar ao jogo mais complexidade, pois ao mesmo tempo se notava que não se tratava de um grande movimento e nem algo às claras.

Assumindo o risco da interpretação, nessa crônica, Aloísio de Carvalho ironizava de um lado os movimentos de luta pelo retorno do governo monárquico, deixava implícito que o mesmo poderia acontecer “às escondidas”. Lido de outra forma, poderia ter se ouvido vivas à monarquia pelos menos que ali estavam na Praça do Palácio ou Quartel da Palma. Dentro das crônicas em prosa, esta foi a única sobre o tema, o que limita qualquer discussão mais aprofunda sobre as ideias de Aloísio de Carvalho naquele momento sobre a monarquia, ainda que já deixasse alguns elementos indicados no editorial sobre a morte de D. Pedro II<sup>112</sup>. Como citado, há ainda que se considerar o espaço de ambiguidade que o recurso ao pseudônimo permitia ao cronista se afastar estrategicamente de uma opinião definida sobre o tema.

---

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Ver ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. SCHWARTZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>112</sup> JN 09 Dez. 1891.

Por outro lado, o recurso formal da associação entre a monarquia e república era corrente nos literatos e intelectuais desiludidos<sup>113</sup>, gerando assim a crítica política através da comparação entre os dois regimes. Segundo argumenta a historiadora Carolina Dantas, tal procedimento buscava salientaria os problemas do atual regime e menos defender de fato um retorno ao antigo regime<sup>114</sup>. Porém, o centro da discussão parece ser outro: a instabilidade política de 1891 as, as críticas ao autoritarismo do marechal Deodoro e os diversos discursos positivos em torno da *persona* do ex-imperador. Tais tópicos já tornavam o tema passional e interessante o suficiente para boa parte dos leitores do jornal e para o próprio cronista.

Terminado outubro de 1891, o próximo mês novembro foi politicamente bastante agitado no país, vez que as crises políticas no Rio de Janeiro renderam movimentações nas outras unidades federativas, bem como nas redações dos jornais. O evento fundamental para tudo isso foi a decisão do presidente Deodoro da Fonseca de dissolver o Congresso no dia 03 daquele mês e decretar o estado de sítio. Tal atitude era a culminância dos atritos entre o governo federal e os poderes das oligarquias estaduais no legislativo.

Como aponta Marco Pamplona<sup>115</sup>, os primeiros governos republicanos foram permeados de conflitos políticos, relativos ao ajustamento das velhas oligarquias locais ao novo arcabouço federalista. O governo provisório, entre a proclamação da República e a votação da constituição, havia sido marcado por medidas consideradas autoritárias e centralizadoras do militar Marechal por parte dos políticos civis. Além disso, no congresso sua base de sustentação era frágil – e mesmo hostil -, pois ainda era grande a presença de antigos monarquistas pouco simpáticos a sua figura.

Na Bahia, na mesma época, a tensão principal estava entre os antigos grupos ligados ao Império, que dominavam a política local, e uma oposição raivosa e ansiosa em encontrar uma forma de ocupar o poder. A dissolução do Congresso, neste sentido, aparecia como uma brecha oportuna, sendo logo transformada num discurso que exigia a saída do ‘ditador’ no Rio e a condenação do governador<sup>116</sup>. O argumento era que o chefe do executivo local havia se tornado um cúmplice daquele ato por não ter

---

<sup>113</sup> DANTAS, Carolina. Op. Cit.

<sup>114</sup> Idem.

<sup>115</sup> PAMPLONA, Marco A. *Revoltas, repúblicas e cidadania*. Op.cit... p.128-135.

<sup>116</sup> Ver ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de. *A Bahia e seus governadores na República*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010.

censurado explicitamente o golpe. O governador José Gonçalves, por sua vez, negava tal acusação, afirmando ter seguido o honrado princípio de manutenção da ordem pública. Porém, como este não havia apresentado qualquer manifestação pública sobre o ato no Rio de Janeiro<sup>117</sup>, a oposição tinha respaldo suficiente para iniciar uma campanha para derrubar o governador.

Entrando nesse clima, a pena de Lulu Parola trabalhou bastante, rendendo 04 textos em prosa. No dia 14 de novembro, em meio aos duros ataques contra Deodoro da Fonseca e as brigas entre as facções baianas, Aloísio de Carvalho resolveu se manifestar:

O governador do Rio Grande do Sul foi também dissolvido. Do acontecido com o Congresso houve apenas a diferença de que no Rio Grande foram muitos contra um só, ao passo que, no outro caso, foi um só contra muitos. No mais, a mesma razão: V. está nos comprometendo, e, portanto, procure suas melhoras. Em processo sumário, isto é o mais moderno possível. Congresso ou governo de estado, tudo regula como numa casa de família: a comida não agrada o paladar do chefe, despede-se a cozinheira. A dificuldade está em achar substituta que sirva ao mesmo tempo a um que quer o bife adubado e a outro que não pode tragar o bife com tempero.

Daí o vemos de vez em quando um comensal, que não tem força bastante para deitar para fora a cozinheira, e que, por isso, cruza seu talher e levanta-se da mesa. A isto tem se dado o nome de resignação de lugar, quando exatamente o que não houve foi resignação, por parte de quem achou dura a carne assada<sup>118</sup>.

Anunciando a discussão política sem muitos rodeios, e deixando as analogias para um segundo momento do texto, a dissolução do congresso e as deposições de governadores, nomeadamente no Rio Grande do Sul sensibilizaram o autor de Lulu Parola a emitir um juízo de imediato sobre os fatos. O presidente havia se comprometido, numa ação de um contra todos, cuja consequência era comprometer todos 'nos'. Para desenvolver melhor essa crítica, o cronista adotava a já citada estratégia dos desencantados com a República, equiparando os assuntos de ordem pública com a ordem privada.

A simulação escolhida foi uma briga entre um chefe de família e a sua cozinheira, conjecturando algumas possíveis situações entre eles: não gostando do prato servido no jantar, o dono da casa poderia resolver despedir a cozinheira; ou ao invés de demiti-la, considerar ser difícil achar uma que conseguisse agradar todos os gostos; ou

---

<sup>117</sup> Idem.

<sup>118</sup> JN 14 Nov.1891.



por fim, diante de uma fraqueza de ânimo, o chefe poderia “cruzar o talher e levantar da mesa”<sup>119</sup>.

De todas as possibilidades aventadas, era na última situação que se fazia a analogia com a ação presidencial, chamada por ele de “resignação de lugar”. Mas como já era sabido desde o dia 03 de novembro, não foi esse o acontecido, pois foi o chefe além de não ter deixado cargo, expulsou todos os presentes mesa afora, fechando o congresso. Na crônica, a falta de ‘resignação’, vale frisar, ganhava maior ênfase, na medida em que Aloísio de Carvalho não parecia concordar com o ato do presidente, registrando pelo personagem sua opinião.

Mas a estratégia de aproximação entre o espaço público e o privado também tinha outro significado histórico, relacionado às críticas que os propagandistas da república faziam à manutenção dos vícios do Império. Como pontua o historiador Elio Flores, apesar das divergências, tanto a ala mais radical como os mais moderados, recriminavam as estruturas de poder no Império como ‘atrasadas’, baseadas em interesses privados <sup>120</sup>. Entretanto, como era percebido pelos intelectuais, os primeiros atos do novo governo em nada se diferenciavam do antigo regime imperial.

Mas, apesar do registro indicado no personagem, ainda caberia se perguntar até que ponto essas reflexões chegariam às concepções de Aloísio de Carvalho. No cruzamento com outros textos, escritos no seu ambiente intelectual imediato<sup>121</sup>, estava presente a ideia de equivalência entre os regimes, caso se descuidasse de alguns dos seus princípios. Como exemplo, no editorial sobre a aprovação da Constituição baiana de 1891 aparecia que a:

[...] república, efetivamente, será pior que a monarquia se não se escudar na virtude política dos cidadãos. Com ela, só é compatível o regime do direito, a liberdade e a igualdade. O absolutismo das assembleias, do mesmo modo que a tirania dos chefes de Estado, a falta de harmonia entre os poderes com a suas invasões recíprocas, a desobediência da lei, a preponderância pessoal, o conflito de interesses inconfessáveis, a preterição da probidade e do talento pela ignorância sem escrúpulo, tudo isso concorre para desvirtuar e anular a república [...]<sup>122</sup>.

---

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. Em FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.) *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 51.

<sup>121</sup> Na redação do *Jornal de Notícias* trabalhava o jornalista Lelis Piedade, reconhecido defensor da implementação da República na Bahia. Ver Araújo, Dilton. op.cit.

<sup>122</sup> JN 04 Jul. 1891.

Como é possível perceber, a lista de vícios e perigos à república não era pequena, muito deles já citados em *Far-nientes* anteriores. Nessa primeira parte da crônica sobre a dissolução do Congresso pelo presidente, enfatizava-se como este havia agido contrariando a ‘promessa’ de mudança: os interesses privados continuavam sendo maiores que os coletivos. Mas ainda havia mais um pouco a ser debatido. Retornando a Lulu Parola:

Em outras ocasiões, porém, a corda quebra pelo lado de quem preparou o ensopado e que esqueceu-se de que o dono da casa ou a maioria dos inquilinos não podia suportar a folha de louro. Foi o que se deu com o Congresso, que quis tomar sopa com o ditador, depois de tê-la aprontado, e com o governador rio-grandense, que deixou queimar o churrasco. (...) Nesse ínterim, os utensílios da cozinha vão-se estragando, e com eles o estomago do povo, que ora como salgado e ora ensosso, e ha de acabar por contrair uma terrível dispepsia política. E, por enquanto, estamos no começo do jantar. Imagine-se quando chegar a sobremesa, e se tiver de partir o bolo dos bem-casados.<sup>123</sup>

Diminuindo temporariamente a tensão sobre o presidente militar, o cronista convida o leitor a refletir sobre a participação do congresso naquele ato discricionário. Segundo sua versão, haveria ali do próprio legislativo certo grau de cumplicidade, uma vez que quis sentar à mesa com o ditador, cujo resultado não poderia ser positivo. Desse jantar desastroso, cogitava-se a deterioração dos ‘utensílios da cozinha’, simbolizando o regime republicano, com uma imediata consequência sobre o povo: a indigestão (dispepsia) política e a incerteza que se chegaria a sobremesa dos bem-casados.

Comum em casamentos no Brasil desde final do século XIX, a oferta desse doce, de origem portuguesa, associava-se ao desejo de um destino promissor aos noivos e para todos aqueles que comiam. De maneira irônica e divertida, ao colocar a ideia de casamento em pauta, sugeria-se ao leitor pensar sobre a união de povo e com a política ou governo federal e governo estadual. Lido em termos históricos, estava implícita o debate sobre sistema que tinha sido proclamado em nome de uma inclusão do povo na política ou sobre o regime federalista adotado em 1891.<sup>124</sup>

De fato, Como apontou Hebe Mattos, o modelo vitorioso a partir de 1891 permaneceu com a lógica excludente do império, com a manutenção do critério de

---

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> MATTOS, Hebe. A vida política. Em SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.) *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 93.

alfabetização e o voto aberto, acrescido da organização federalista dos Estados. Havia ainda contingente populacional expressivo alijado dos processos formais de cidadania política, torando a participação popular as vezes em um ato heroico. O texto de Aloísio de Carvalho, desta forma, se aproximava desse sentimento de desengano republicano, tão caro a diversos intelectuais neste começo de república<sup>125</sup>.

Em meados de novembro, a pena de Lulu Parola voltava a aparecer para os leitores do *Jornal de Notícias*, quinze dias após o marechal Deodoro da Fonseca se manifestar à nação sobre os eventos no dia 03<sup>126</sup>. Além de tentar esclarecer a situação, o presidente tentava se reestabelecer politicamente, angariando defensores junto às chamadas classes conservadoras, fortemente ligadas ao comércio e aos grupos dominantes nos estados<sup>127</sup>. Na Bahia, numa espécie de retribuição, parte desses setores resolveram se reunir e manifestar sua opinião sobre a conjuntura do país. Esse foi o mote para o *Far-niente* do dia 20 de novembro, no qual Aloísio de Carvalho descarrega sua crítica mais ferina. Vamos ao original:

As tais classes conservadoras, cujo auxílio o ditador agradeceu no seu manifesto, sem pensar que iria ofender a sua reconhecida modéstia, delas estão agora saindo da sua conserva. No Rio Grande depuseram o governador, fato em que não vale a pena intervir por mal, porque algum dia isso há de vir às boas. Aqui, querem depor o orçamento. Para isso, os negociantes efetuaram ontem uma reunião, a qual, sem serem precisos, decretos (sic) e manifesto, dissolveu-se em desunião. Longe de mim apresentar o comércio de minha terra como digno de processo sumário, por estar falando tanto numa época em que o silêncio exprime tudo.

Mas, entendo que o comércio faz mal porque não tem razão alguma. O país vai numa prosperidade assombrosa; e si não tem chovido maná, a culpa é da atmosfera, que também está precisando muito de uma dissolução. A paz é geral; tão geral, que encontra-se até em todos os telegramas. Si o cambio desce, já se sabe que é por excesso de maquinismos, e não por falta de maquinista, como aquele sujeito perigoso andava espalhando. (...) O fato de nossas garantias estarem suspensas (as individuais somente, não as de juros) prova mais em nosso favor do que si tivessem deitadas. As nossas garantias, como se vê, subiram. (...) Ora, eu vejo todo o país calado e lembro do adágio que diz que se a palavra é prata, o silêncio é ouro, o que leva a crer que estamos riquíssimos.<sup>128</sup>

---

<sup>125</sup> Sobre o desengano dos intelectuais, SALIBA, Elias Thomé. *As raízes do riso...* op. Cit.; DANTAS, Carolina. Op. Cit.

<sup>126</sup> *Jornal do Brasil*. 05 Nov 1891.

<sup>127</sup> Sobre a composição das chamadas classes conservadoras na Bahia, ver SANTOS, Mário Augusto Silva. *Associação comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2011.

<sup>128</sup> JN 20 Nov. 1891.

Em primeiro lugar, é importante assinalar o tom mais severo e direto, quase resvalando na prática da nomenclatura dos agentes envolvidos. A irritação aparente do personagem Lulu Parola parecia advir da postura das classes conservadoras baianas de saírem de sua posição de ‘neutralidade’ política e se comungarem na defesa do presidente. Como já havia se pronunciado no seu último *Far-niente*, não simpatizava em nada com as posturas do chefe do executivo federal.

Porém, se essa seriedade era a tônica na primeira parte, o autor parece operar com uma certa ‘quebra’ na segunda parte do texto, oscilando para uma galhofa mais escancarada. Neste sentido, podem ser úteis as indicações de Lúcia Granja<sup>129</sup> sobre a crônica de Machado de Assis em meados do século XIX, que ao realizar uma espécie de ‘quebra’ no texto, caminhando para galhofa ou exagero, acabava-se gerar um pacto com o leitor, atraindo sua atenção ao texto. Esses momentos de riso, continua a autora, funcionariam como sinais de dobras do texto, que ocultariam opiniões sobre um fato ou um comportamento “que parece, para o narrador, ser deslocado em relação à estrutural geral, na qual deveria se encaixar”<sup>130</sup>.

Seguindo essas indicações, é possível arriscar uma interpretação para a segunda parte da crônica acima. A operação de inversão, de criar a imagem de uma sociedade ‘irreal’ parecia uma estratégia de chamar atenção do leitor para o caos causado pelo ato do Marechal. Neste caso, a ironia estava em retomar os termos do próprio pronunciamento, a exemplo das promessas de paz, manutenção da ordem e garantias constitucionais<sup>131</sup>. Apesar de decretação do estado de sítio em 03 de novembro, uma vez que autorizava o executivo a se sobrepor sobre o legislativo e promover atos discricionários.

O reclame contra o silêncio adquiria um tom irônico, que, novamente correndo o risco da interpretação, tinha um duplo alvo. O primeiro era atacar mais uma vez o ato do marechal, que prometia julgar sumariamente quem se manifestasse contra o regime<sup>132</sup>. Por outro lado, os grupos na situação na Bahia, receosos em perder seus postos com uma possível derrota de Deodoro da Fonseca, mantiveram uma posição de indefinição,

---

<sup>129</sup> GRANJA, Lúcia. A língua engenhosa: o narrador de Machado de Assis, entre a invenção de histórias e a citação da história. Em CHALHOU, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1998.

<sup>130</sup> Idem. p. 91.

<sup>131</sup> Decreto N° 641 03 Nov. 1891. Ver também FLORES, Elio...op.cit. p.57

<sup>132</sup> FLORES, Elio...op.cit. pg.57-8.

sem se manifestar claramente a situação ganhar contornos mais definidos. Se colocada em conjunto com a crônica do dia 14, o alvo político das ficava bem indicado, assim como uma posição no embate. A progressão continuada da crítica em Lulu Parola parecia indicar que o próprio Aloísio de Carvalho não concordava com as posturas do marechal Deodoro da Fonseca.

### **O nascimento da *Cantando e Rindo* em tempos de desilusão republicana.**

Após o golpe, o presidente passou a tratar as manifestações políticas sob o rigor da lei, provavelmente prevendo a ampliação das oposições. Na Bahia, como citado, os grupos excluídos do poder bradavam palavras e textos em nome da República. Como citados acima Aloísio de Carvalho reclamava através de seu pseudônimo na Far-niente. Entretanto, não era apenas nessa coluna que assinatura de Lulu Parola aparecia somente aos leitores do JN, pois desde do dia 29 de setembro de 1891 que começava a ser publicada a série *Cantando e Rindo*. Pouco antes dos acontecimentos de novembro, nos primeiros versos publicados<sup>133</sup>:

Rufam nos vidros baços das janelas/ As gotas do aguaceiro correntio./ Roça-nos a epiderme um vento frio/ A lembrar-nos o gozo das flanelas./  
E nas ruas misturam-se, às barrelas/ Da chuvarada as gotas, frio a frio:/ Congregam-se; e formando breve rio/ Trefegas correm ruas o vielas./  
Lavam toda a cidade. E nesta desperta/ Límpida e alegre. A Chuvarada veio/  
Dando quinaos à junta e a Intendência!  
Vassoura grátis, poderosa, certa/ Que a Ciscópolis dá o maior asseio/  
Transformando em empresário a Providência.<sup>134</sup>

Ao leitor rotineiro era uma apresentação diferente do personagem já conhecido: uma faceta lírica e poética do humorado de Lulu Parola, que agora glosava os acontecimentos em estrutura poética e com versos rimados. Como se pode perceber, não havia uma apresentação de programas, campo temático ou duração<sup>135</sup>, fato comum em série de crônicas em prosa. Também não é explicitado uma definição de narrador e ponto de vista, provavelmente por adotar a mesma assinatura. Como será argumentado

---

<sup>133</sup> JN 29 Set. 1891.

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> Alguns dos comentaristas atribuem o fato dela vir já numerada desde o princípio, indicaria que tinha pretensões de duração. Ver CARVALHO, Pinto de. *Aloísio de Carvalho (elogio póstumo)*. Op. cit; BARBOSA, Manoel. Op.cit.

no restante do capítulo, de fato parte significativa dos elementos do seu perfil em prosa iria permanecer: misturas de temas, proximidade pelo político e o humor leve. Se colocada em comparação às crônicas da *Far-niente*, aparecia como uma proposta de comentar os fatos da cidade como uma ‘distração’ literária.

Como já citado, a criação de uma série de versos não se tratava propriamente de uma novidade, pois desde o final do século XIX havia uma tendência de parte do jornalismo nacional de se utilizarem da crônica versejada como forma de atrair o público leitor. Como demonstrou Lizir Alves<sup>136</sup>, na Bahia, a poesia mobilizava boa parte das opções de lazer da cidade, pelo menos até 1910, quando outras formas de divertimento e lazer começaram a tomar seu posto. Além disso, o próprio JN já havia apostado em outras colunas de versos, com forte acento de humor e crítica social<sup>137</sup>. Desta maneira, a aposta em uma coluna deste tipo poderia ser também fruto de uma necessidade mercadológica de leitores interessados por poesia<sup>138</sup>..

Inicialmente, a série *Cantando e Rindo* apareceu de forma irregular<sup>139</sup> e em diálogo intenso com os textos em prosa. Nesses primeiros versos, alguns temas desenvolvidos com mais apuro na *Far-niente* eram comentados dias antes na coluna nova. Como exemplo, nos versos do dia 18 de novembro, Lulu Parola brincava:

*Há paz, há tranquilidade, diz o nosso oficialismo.  
Pode-se crer que é verdade.  
Há paz, há tranquilidade.  
Baixa o cambio. Novidade!  
O culpado é o maquinismo.  
Há paz, há tranquilidade.  
Diz o nosso oficialismo<sup>140</sup>.*

Nos versos, o tema central girava em torno de um clima de paz propagandeado pelo ‘oficialismo’, mas ironizando o discurso governista baiano, que não desejava alimentar os rumores da oposição em torno da renúncia do presidente e do governador

---

<sup>136</sup> ALVES, Lizir Arcanjo. *Poesia e vida literária na Bahia de 1890 a 1915*. Dissertação (Mestrado em Letras) Departamento de Letras clássicas e vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

<sup>137</sup> Idem. cap. 03.

<sup>138</sup> Ainda segundo Lizir Alves, é possível sugerir nessa primeira crônica uma influência do lirismo de finais do movimento romântico, comum em muitos poetas baianos no período. O flerte com a poesia satírica também seguia a outra tendência dessa mesma elite letrada, seguindo a citada divisão entre a produção poética satírica e a ‘poesia oficial.

<sup>139</sup> O verso número 06 foi publicado dia 14 de novembro, sinalizando algum intervalo entre as crônicas.

<sup>140</sup> JN 18 Nov. 1891

José Gonçalves. Nos caminhos do perfil desenvolvido na *Far-niente*, tom aparentemente leve e alegórico, fazia graça com a tensão dos grupos dominantes na Bahia em relação aos problemas no Rio de Janeiro. O leitor diário da prosa encontraria o personagem narrador já conhecido, ainda que em utilizando outro gênero.

Entretanto, o curso dos fatos no mês de novembro aprofundou a crise anunciada, com impactos diretos na produção cronística de Aloísio de Carvalho. Vamos sinteticamente a eles. Como pontua Margarida das Neves<sup>141</sup>, diante de uma ameaça de guerra civil na capital, da pressão militar vindas dos correligionários do vice presidente Floriano Peixoto no Exército e dos políticos capitaneados pelo Partido Republicano Paulista, em 23 de novembro, Deodoro da Fonseca renunciou. Em seu lugar, assumiu o vice, que prontamente começou a agir em nome do restabelecimento da ordem e da normalidade republicana.

Na Bahia, a pressão da oposição pela renúncia do governador já era grande, principalmente através de uma intensa campanha nos jornais e organização de *meetings* em frente à sede do governo. Como citado, o ponto central do argumento oposicionista se baseava em uma anuência do chefe do executivo local e que não seria possível se manter um chefe que tinha apoiado um ato contra a República. No dia 24, a situação chegou a um ponto máximo, com conflitos sangrentos entre a força militar do Estado contra chefes da oposição e civis e, com direito a incêndio em prédios, tiros, perseguições e confusão por horas nas ruas de Salvador. Diante da instabilidade, o governador preferiu sair do cargo até novos ventos soprarem. Em seu lugar, assumiu o general Tude Neiva<sup>142</sup>, com a responsabilidade dada pelo Floriano Peixoto de manter a ordem pública. Para a oposição, a permanência de um militar poderia ser uma etapa para que, num momento posterior, o cargo do executivo pudesse ser tomado por um civil.

Logo após esses conflitos e os primeiros atos do novo presidente, o último *Far-niente* daquele mês era publicado no dia 27, junto com uma parolá na *Cantando e Rindo*<sup>143</sup>. No primeiro texto a discussão escolhida foi a tomada de poder de Floriano

---

<sup>141</sup> NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República*. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.p.36. Ver também PAMPLONA, Marco op. cit.....p. 132.

<sup>142</sup> Para a renúncia do governador baiano e a posse de Tude Neiva, Aloísio de Carvalho destinou uma crônica na *Cantando e Rindo*. Ver JN 27 Nov.1891

<sup>143</sup> JN 27 Nov.1891.

Peixoto, enquanto nos versos comentou a intervenção federal no governo baiano<sup>144</sup>. Como já citado, José Calasans argumentou que Aloísio de Carvalho teria ‘aplaudido’ esse governo, caracterizado como uma das mais breves ditaduras da história do país. Entretanto, outra leitura da crônica será proposta, relacionado contexto e perfil da *Far-niente*. Vamos à primeira parte do texto original:

Eu aderi sem demora ao governo do Marechal Floriano Peixoto, que, embora os laços de parentesco, talvez não se recorde mais das íntimas relações de amizade que sempre tivemos e que enfraqueceram, por ter eu deixado de escrever-lhe. E aderi, não só por isso, como porque, se eu não tivesse aderido, o meu vizinho aderiria, e ficava assim sendo mais brasileiro do que eu, só pelo simples fato de adesão. Escrito este último período – que é uma ginástica do verbo aderir, cabe-me dizer (porque um homem público, como eu, não deve ser baú de segredo) as outras razões porque telegrafei a meu prezado tio e padrinho<sup>145</sup>.

Diferente do *Far-niente* anterior, o tom galhofeiro se apresentava logo de início, na falsa relação de parentesco entre o narrador e o novo presidente, lamentando a possível perda da intimidade por ter deixado de escrever. Seguindo a pilhéria, continuava na relação entre tensa que existia entre adesão e patriotismo, pois era comum entre os grupos políticos adversários se acusarem usando tais termos. Como exemplo, os antigos propagandistas da República chamavam aos antigos defensores do Império republicanos de “undécima hora” ou “16 de novembro, ironizando a imensa rapidez da defesa dos preceitos do novo regime<sup>146</sup>. Entretanto, com as medidas repressoras do governo de Floriano, o tema da adesão se ampliou da esfera dos políticos de carreira e para atingir outros grupos, como os cidadãos e intelectuais. Ser considerado contra a nação podia render dissabores, valendo por isso a adesão imediata.

Desta forma, na linha da ironia, o personagem então se apressava, pois tinha medo ser menos brasileiro que seu vizinho ‘pelo simples fato da adesão’. Neste aspecto, é possível identificar nessa passagem de Aloísio de Carvalho aquilo que Elias Thomé Saliba de ‘sensação de exterioridade e sobreposição de temporalidades’ dos primeiros anos da República<sup>147</sup>. Segundo o autor, diferente do que as projeções da vanguarda

---

<sup>144</sup> Como já citado, José Calasans argumentou que Aloísio de Carvalho teria ‘aplaudido’ esse governo, caracterizado como uma das mais breves ditaduras da história do país. Entretanto, outra leitura da crônica será proposta, relacionado contexto e perfil da *Far-niente*.

<sup>145</sup> JN 27 Nov. 1891.

<sup>146</sup> FLORES, Elio...p. 54.

<sup>147</sup> SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República Brasileira. Em *História da vida privada no Brasil*. NOVAIS, Fernando. (org.) São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 291.



intelectual desejavam, o regime continuava ‘republicano na forma’, mas ‘oligárquico no conteúdo’, ou “liberal no vestuário, mas profundamente conservadora na realidade”<sup>148</sup>. Assim, o sentido político na ‘ginástica com o verbo aderir’ citada no texto se relacionava em alguma medida com a sensação de exterioridade do sentimento patriótico e valores republicanos, uma vez que a realidade se mostrava distante da sonhada.

Passado esses esclarecimentos mais ‘pessoais’ de sua adesão imediata, a crônica seguia para enumerar as razões do porque, como homem público, o personagem Lulu Parola tinha que telegrafar ao seu parente. A passagem é rica de significados e vale a pena mais uma transcrição:

Pra mim, não há nada que se compare ao sabor de uma coisa nova. Poeta, só para fazer pirraça aos que chamam o Parnaso – Asilo de São João de Deus, justo que eu queria bem ás auroras, ainda mesmo ás de regeneração, apesar de já estarem desmoralizadas. E ninguém pode negar que o governo Floriano é mais uma aurora, que veio juntar-se ao numero das muitas que já esclarecem a nossa historia política. O país estava a borda do abismo, cai não cai no precipício, faltando mão segura às rédeas daquele carro do estado, que, si se fosse dar crédito ao que diziam as antigas oposições, seria impossível que ainda existisse hoje. Além disso, o presidente garante-nos, por uma simples divisão de seu nome, que o Brasil viverá vida de flores e de anos, vida calma e longa. Afirmando a inteira solidariedade de vistas, ha na guerra – a oliveira, e na marinha – o mel, isto é, na paz e na doçura, para esse exercito e armada que, em nome da nação, etc... Quem foi dissolvido, o como si não fosse: e si tiveram *ex* por alguns dias, foi este o melhor presente que podiam receber para tão bom futuro. O *ex* é que foi dissolvido; tanto fez que ficou sendo o que dizia que os outros eram. E um governo que começa assim matando o *ex* bem se vê que é um governo de futuro. O período de Deodoro está passado. Quanta gente teria ficado passada com isso.<sup>149</sup>

O centro da crítica tinha por base a ideia da novidade, quer para a nova moda em poesia, quer para o novo presidente. No campo literário, o cronista retoma o debate entre os círculos de poetas refratários às ‘novidades’ da escola parnasiana, que no final do século XIX ganhava os primeiros adeptos na Bahia<sup>150</sup>. Com forte influência do romantismo já citada, havia diversos poetas baianos que buscavam deslegitimar os novos movimentos poéticos. Desta forma, a pilhéria estava em associar com o Asilo de São João de Deus, local fundado em 1874 com objetivo de internar os ‘loucos’ de forma

---

<sup>148</sup> Idem.

<sup>149</sup> JN 27 Nov.1891.

<sup>150</sup> ALVES, Lizir Arcanjo. *Poesia e vida literária na Bahia de 1890 a 1915*. op. cit.

moderna e científica<sup>151</sup>. Era nessa leve tensão – regeneração e desmoralização – que a crítica ia das artes à política, pois tal como as auroras da poesia do Parnaso já chegavam desmoralizadas, a novidade ‘Floriano Peixoto’ caminhava no mesmo sentido.

O leitor mais atento poderia perceber como o cronista questionava a capacidade de salvar o país da beira do abismo que se encontrava no final do governo de Deodoro. Como o próprio personagem brincava, as garantias do presidente recém empossado teriam a frágil base da simples divisão do seu nome. Mas não tinha apenas isso para embasar as desconfianças do personagem, pois tão logo o chefe do executivo assumiu o cargo, o governador da Bahia foi deposto, sendo substituído pelo marechal Tude Neiva. O novo, desta forma, já começava pelo velho hábito, ou como o personagem Lulu brincava: “É um governo que começa assim matando o ex bem que se vê que é um governo do futuro”<sup>152</sup>.

Já na crônica em verso daquele dia, o tema também era sobre o problema da adesão em torno da mudança do governador baiano em meio às confusões e brigas na rua do dia 24 de novembro. Na parolada do dia 27 de novembro:

Perguntaram-me a serio a opinião:/ - Você agora o que é? É *Gonçalvista*?  
Ou, em virtude dos fatos, é *tudista*? / E eu respondi: Desculpe, cidadão.  
Para falar de política do estado,/ Mais do que nunca sinto-me indisposto:  
Por um não sou, porque já está deposto!/ E acho feio ser logo do outro lado.  
Peço-lhe, pois, amigo, que me deixe./ Meu civismo não é...carne nem peixe.../Não é nada quando há pancadaria.  
Perde a fala, devido a comoção.../E, por isso, quando há revolução/Já não pertence a mesma freguesia.( Grifo no original) <sup>153</sup>

Em diálogo evidente com o *Far-niente*, o personagem aparecia aos leitores ironizando as adesões de última hora ou ao sabor dos interesses pessoais, achando ‘feio’ mudar tão rápido para o outro lado, mesmo quando já estava deposto o antigo governador. No terceiro terceto, o cronista aprofundava um pouco, comentando que seu civismo – ou sentimento de nacionalismo- não era mercadoria como carne ou peixe, objeto comerciável e que preferia manter a neutralidade quando havia confusão envolvida pelo poder.

---

<sup>151</sup> Ver JACOBINA, R. R. e CARVALHO, F. M.: ‘*Nina Rodrigues, epidemiologist: historical study of beriberi outbreaks in a mental illness asylum in Bahia, Brasil (1897-1904)*. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VIII(1): 113-32, Mar.-June 2001.

<sup>152</sup> JN 27 Nov.1891.

<sup>153</sup> JN 27 Nov. 1891.

Se na crônica em verso, Aloísio de Carvalho reforçava o problema de adesão e sua antipatia pela violência, no texto em prosa permanecia o tema da dúvida sobre o regime. Essa incerteza de paz ao novo regime, se a proposta de leitura estiver coerente, era uma peça central no argumento sobre a série *Far-niente*: o narrador Lulu Parola era o meio pelo qual, em tom de galhofa, manifestava-se um pessimismo quanto ao futuro da República. Desde as primeiras decepções à época da votação das constituições federal e baiana, somada aos atos autoritários e violência do Marechal Deodoro, exclusão das oposições, adesões sem substância, briga entre os grupos políticos, entre outros atos, tornavam aqueles intelectuais, principalmente ligados ao *Jornal de Notícias*, desconfiados com a República.

Esse clima rondava o contexto mais imediato do cronista, a exemplo dos editoriais que refletiam sobre a situação daquele início de República. No editorial do JN do dia 17 de outubro, com o interessante título “para onde iremos?”<sup>154</sup>, discutia-se a ‘desoladora tristeza’ da “orientação que seguem as coisas públicas”, que mesmo “otimismo oficial” não podia mais dissimular. Essa apreensão atingia, segundo o mesmo editorialista, desde as “classes pobres”, os “contribuintes anônimos” e no “alto, nos alcandorades da representação popular”, pois em todos, percorria o “mesmíssimo desgosto”, que ia “da suspeita ao desespero.” Ao finalizar o texto, o autor deixava em suspenso: “Para onde iremos? Onde nos conduzirá esse justo desgoverno que começa a revoltar-se, aproveitando distúrbios ligeiros, resignando cadeiras no parlamento, contestando o Poder Executivo.”<sup>155</sup>

Menos de um mês depois, esse mesmo tom apareceria no editorial sobre as comemorações da proclamação, em 15 de novembro, no qual se questionava os limites da mudança de regime. As citações já são muitas, mas vale ler no original:

A forma de governo fora mudada, qual nos encantos de um sonho, mas os vícios ingênitos ao nosso ente moral continuaram de corroer-nos, num opressivo pesadelo. Adesões hipócritas não tardaram de desmascarar-se, numa guerra surda, num prurido de descrédito, contra as nascentes instituições, contra seus homens e as suas coisas. A seu turno, foi-se adulterando o evangelho democrático e falecendo aos destinos do país a precisa orientação, patriótica e segura que trouxe à alma do povo a justificação das suas esperanças e o prêmio da confiança do novo regime. *Por isso, sentimos que se está ainda percorrendo*

---

<sup>154</sup> Ver CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias: a série “A + B” de Machado de Assis...em CHALHOUB, Sidney. *História das cousas miúdas...*op. ciJN 17 Out. 1891.

<sup>155</sup> JN 17 Out. 1891.

*caminho incerto e brávio, difícil para todos nós que temos de defender as tradições de glória e o futuro de luz d'esta terra.*<sup>156</sup> (grifo nosso)

A incerteza do processo estava em debate nos editoriais do *Jornal de Notícias*. A República, que segundo a perspectiva defendida pelo jornal, era significava a vontade do 'povo', vivia em um momento de suspensão. No personagem construído por Aloísio de Carvalho, essas dúvidas retornavam sobre a pena da galhofa e da ironia. Logo, os temas das adesões de última hora, da resignação de lugar e do cumprimento do dever de representação ganhavam nas crônicas um formato irônico que permitia Aloísio de Carvalho ir além do que se discutia em outros textos do próprio jornal. Era uma demonstração de posição política e intento de participar daqueles debates.

Mas quais seriam as aproximação e distância do personagem com as opiniões de Aloísio de Carvalho? Como comentado no início do capítulo, essa é uma questão fundamental para indicar o conteúdo do testemunho de Aloísio sobre o regime republicano. Seguindo as indicações de Marcelo Balaban<sup>157</sup>, que ao estudar os jornais de caricatura do final do século XIX, aponta para a existência entre o autor e os seus desenhos/personagens uma sutil tensão entre a intenção, a autoria e a dissimulação, gerando um espaço de ambiguidade. Como enfatizou para os desenhos de Agostini, era desta forma que acontecia a contribuição para o debate político seguia dentro de uma série de características próprias, ainda que essas não fossem sempre as mesmas.

De maneira semelhante, é possível argumentar que o personagem Lulu Parola ia consolidando uma forma de participar que lhe permita essa ambiguidade: lia, selecionava os temas e conferiria sentido aos episódios por meio da sátira, das inversões humorísticas em tom leve e mostrava incongruências. Em alguns momentos, como demonstrado, se aproximava da leitura do próprio Aloísio de Carvalho, mas sem perder em alguma medida uma distância<sup>158</sup>. Neste aspecto, diferente de boa parte dos comentadores que insistiam em aproximar ou transformar em um só o pseudônimo e o jornalista, a proposta aqui foi perceber a construção desse personagem que permitia ao cronista criticar e participar do debate.

---

<sup>156</sup> JN 14 Nov 1891

<sup>157</sup> BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2009. p.150.

<sup>158</sup> BALABAN, Marcelo, *idem*...p. 235. Como já citado, boa parte dos comentadores insistiam em aproximar ou transformar em um só o pseudônimo e o jornalista. São elementos inseparáveis, mas que apareciam com mediações narrativas, próprias da linguagem da crônica. Levar esses elementos em conta é fundamental para se compreender o sentido social daqueles textos.

Porém, em finais do ano de 1891, este espaço de liberdade aparecia como um problema a ser definido. Retomando novamente José Calasans, este pesquisador baiano afirmou que, em virtude do aumento da tensão política, Aloísio de Carvalho havia criado uma série em verso, para poder escrever sem medo de retaliações. Neste sentido, a *Cantando e Rindo* seria um espaço para um lirismo despreocupado com as questões sociais. Ainda que, de fato, no início houvesse crônicas sem um evidente cunho social, é possível argumentar essa não foi a tônica geral desse momento, guardando semelhanças a predileção pelos assuntos sociais da prosa. Mas vamos às primeiras linhas do último *Far-niente* daquele ano, em 12 de dezembro, onde a questão é revelada logo de princípio:

Já se pode rir em prosa? Eu estava esperando que a coisa se revolvesse definitivamente, em última instância estadual ou federal, para aparecer então rindo-me em prosa. Que em verso já tenho glosado o acontecimento, e sem medo de responsabilidades, porque ser poeta neste país é o mesmo que dizer não ter juízo. A coisa, porém, está demorando tanto, que eu não devo furtar-me à obrigação de vir acordar toda essa gente que está dormindo sobre o caso. Antes de tudo, declaro que, desde o principio da minha vida pública, sou pelo princípio das deposições. Quem está no alto ou é mandatário ou não é. Si é, estou no direito de gritar que não quero mais que seja. Se não é, passe então o governo para cá, sem explicações. A verdadeira soberania está nisso.<sup>159</sup>

A pergunta inicial era direta: era possível rir em forma de prosa diante de todo o clima de indefinição e tensão? Do seu último texto nessa coluna, já haviam se passado quinze dias. Nesse ínterim, como lembrava ao leitor, tinha glosado dos acontecimentos em verso, sem medo das responsabilidades, pois ser poeta no país “é o mesmo quer dizer não ter juízo”. Essa indicação da autoria parecia ser fundamental para a migração citada, vez durante esse intervalo de meio mês, Lulu Parola manteve seus comentários afiados sobre a situação política. Mas se o antigo presidente já havia renunciado, qual seria a indefinição que impediria de Lulu Parola de se manifestar?

A pendência era quem iria assumir o governo do Estado, fato que vinha mobilizando as lideranças políticas naquele final de 1891. Como já citado, após os confrontos violentos do dia 24 de novembro e a saída de José Gonçalves, ficou na chefia do executivo o general Tude Neiva. Sem tomar nenhum ato administrativo e apenas cuidando da ordem pública, esperava-se uma definição clara do que o presidente Floriano Peixoto pretendia fazer. Internamente, a oposição ao antigo governador

---

<sup>159</sup> JN 12 Dez. 1891.

buscava criar condições para retirar Neiva e garantir a criação de junta temporária. Era uma estratégia para retirar o grupo dominante do poder<sup>160</sup>. Do outro lado, os aliados de José Gonçalves atacavam a ilegitimidade da posse do general e apelavam o quanto podiam nos jornais por uma definição imediata por parte da esfera federal. Como uma resolução não parecia clara a nenhum dos envolvidos, Lulu Parola retornava para comentar o caso.

Nos versos, como o próprio autor menciona, o grande tema era a indefinição política, já parecendo “até pilhéria” quem teria “de assumir”<sup>161</sup>. Contudo, no texto em prosa, tal como já tinha feito em outro momento, havia mais espaço para aprofundar o entendimento que pretendia apresentar através do seu personagem. Neste sentido, parecia o cronista consciente da maior responsabilidade das suas opiniões ali e dividia isso com seus leitores. E o fazia de maneira direta, declarando a partir do seu personagem a favor do princípio das deposições: mas do povo de seu governante e não o contrário. Era sobre esse aspecto que entendia a soberania,

No parágrafo seguinte, a partir das citadas ‘quebra’ de tom das analogias entre espaço privado e público, a discussão era aprofundada. Vamos à prosa:

Quando a gente chega aos vinte e um anos de idade, o pai de cada um de nós, separadamente, é obrigado pela lei a nos entregar uma chave de trinco, para entrarmos em casa à hora que nos aprouver. O principio das deposições é a chave de trinco dos que chegaram à maioridade em 15 de novembro. Toda a família, porém, sempre tem um avô, que manda mais que os outros. E algumas vezes acontece que o avô não concorda com o abuso que se está fazendo da chave de trinco. Foi o que se deu com os filhos rebeldes de nosso 24: o governo federal, que n’esta historia faz o papel de avô, não concordou inteiramente com a deposição. Por isso, há quase três semanas, estão ambos na rua, e ninguém dentro de casa. Os transeuntes acham graça naquilo, e em lugar de seguirem seu caminho, descansam no chão os embrulhos e principiam a jogar búzios: entra, não entra. (...) Levantam-se todos para ler o que é que diz o telegrama do Rio. E o telegrama diz: Oh! Homens, vocês ainda estão assim? Um outro, dai a pouco: “compadre, mande notícias. A gente já está há muitos dias sem ter a quem aderir.”<sup>162</sup>

A mudança de tom neste caso operava-se do sério para o leve, ambientadas no espaço doméstico, com o objetivo seria chamar a atenção sobre o seu entendimento sobre o princípio das deposições. Este era comparado ao sinal de maturidade política,

---

<sup>160</sup> Ver ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de...op. cit.

<sup>161</sup> JN 07 dez. 1891

<sup>162</sup> JN 12 Dez. 1891.

que a república teria promovido ao povo. Porém, o cronista introduz um terceiro elemento, superior e capaz de desautorizar essa liberdade alcançada quando o filho recebia a chave de trinco da casa. Lido de outra forma, eram as ações e os vícios que não permitiam a ‘República’, principalmente no seu princípio representativo, se emancipar.

No contexto concreto do texto, a intromissão referia-se as disputas em torno da deposição de José Gonçalves, indicando de que o governo federal não soube lidar com a autonomia exercida nas ruas no dia 24 de novembro. Os representantes políticos entravam em contradição: se a chave de trinco deveria ser utilizada quando aprovesse aos filhos emancipados, não deveria existir intromissão do avô/presidente. Lida em conjunto com outros textos da série, versos do *Cantando e Rindo* e os textos editoriais apresentados até aqui, o cronista dava a entender que o princípio da soberania, mencionado no início do texto, não existia na prática. Não se assistia a uma república como expressão da vontade e maturidade política de um povo, mas um regime de vícios, adesões sem princípios e reguladas pelos interesses pessoais. Retomando a metáfora utilizada por Elias Thomé Saliba, havia a forma, mas não conteúdo.<sup>163</sup>

Porém, as risadas em prosa não pareciam encontrar um clima favorável. Ainda que em termos políticos o governo de Floriano Peixoto ainda não tivesse executado as deposições aos seus opositores, o clima pós-Deodoro não parecia ter passado. Como exemplo, cabe citar as diversas deposições e intervenções feitas pelo novo presidente militar, o que lhe galvanizou no início de 1892 diversos focos de oposição. Na Bahia, a resolução inicial tomada pelo presidente foi o envio de um membro da armada, o tenente-coronel Francisco Abreu Lima, por volta do dia 15 de dezembro, para negociar uma solução e acalmar a situação política. A ação de Floriano Peixoto foi intensamente criticada por ambos os grupos da política baiana, aumentando o clima de tensão. Espalhavam-se boatos que José Gonçalves estaria organizando capangas para ocupar a capital do estado<sup>164</sup>.

Porém, três dias depois, era anunciada nos jornais da cidade a ‘resolução definitiva’ do caso baiano: o manifesto escrito pelo tenente enviado de Floriano, em que se declarava o governador do Estado<sup>165</sup>. Afirmando que se a paz pública preponderou nos 23 dias de indefinição sobre a chefia do Estado, não se poderia permitir tal

---

<sup>163</sup> SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica..op. cit.

<sup>164</sup> O Pequeno Jornal 15 Nov. 1891.

<sup>165</sup> ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. Op cit. p 72.

circunstância, sob o risco se gerar a convicção “de que o povo, inerte e indiferente aos seus destinos políticos, abdicou de seus direitos alienando de si os seus deveres.”<sup>166</sup> Para o tenente, a revolução do dia 24 fora aquele momento último que o povo apela para garantir o “sagrado exercício do seu poder super omnia”<sup>167</sup>. Prosseguia argumentando que ante ao ato de lesa-república do marechal Deodoro da Fonseca, esperava-se reações indignadas dos representantes legais. Porém o que teria se ouvido foram “palmas” e louvores dos representantes legais do povo, trocando os sentimentos do povo pelos seus próprios. Finalizava saudando a República, ao patriótico governo federal, a soberania popular e ao povo baiano.

A carta em nada aplacou a indignação dos políticos locais, pois aquela intervenção federal não era desejada por nenhum dos grupos. Como citado, a oposição vinha apoiando Tude Neiva na esperança que este rapidamente saísse e fosse colocado um civil. Já o grupo da situação calculava que um outro militar tornaria ainda mais difícil retornar ao poder. Para o cronista, o simples ato de transformar o representante interino em oficial já o deixava o insatisfeito. No dia 18, foram essas a parolas:

Alguém já está governando sem ser um membro legal? A coisa vai se aclarando... Alguém já está governando/ Veio aos bocados chegando a intervenção federal/ (...) Mesmo sem ser aclamado, já não é mais interino. Governador é chamado mesmo sem ser aclamado. Do embaixador nomeado, que perspicácia, que tino! Mesmo sem ser aclamado, já não é mais interino<sup>168</sup>.

A intervenção do governo federal era ironizada como uma articulação ‘inteligente’, vez que o representante militar virou o governador por indicação do próprio presidente. A soberania popular, a expressão da vontade do povo, temas caros e discutidos diversas vezes nos textos de Lulu Parola, aqui reaparecem na chave da ironia.

Diante da pressão dos grupos locais, a opção pelo militar do Rio de Janeiro perdeu um pouco a força, pois dois dias depois surgia a notícia de que os líderes políticos de ambos os lados haviam conseguido arranjar uma nova solução: mantinha-se um afastamento de José Gonçalves, mas com a indicação do almirante da Marinha e senador Leal Ferreira para ocupar o governo até serem realizadas as eleições marcadas para o início de 1892. Tal articulação política garantia assim o fim do problema da

---

<sup>166</sup> JN 18 Dez 1891.

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> JN 18 Dez. 1891.



acefalia do governo estadual, ao mesmo tempo em que apaziguava as lideranças políticas por algum tempo<sup>169</sup>.

Tal solução não escapou da pena de Aloísio de Carvalho, manifestada em duas parolas. No dia 22, o cronista comentava que:

Depois do tal manifesto/ Tem-se visto na amarela./ Cada qual faz seu protesto,/ Depois do tal manifesto./ Que não é sério, eu contesto./ A meu ver, isto é balela.../Depois do manifesto,/ Tem-se visto na amarela.  
Tem-se um novo diplomata./ Sob a forma de um despacho./ Para fazer-se nova errata,/ Tem-se um novo diplomata./ De grande acordo se trata,/ Sem ser preciso o penacho./ Tem-se um novo diplomata/ Sob forma de um despacho.<sup>170</sup>

O cenário final parecia negativo, pois os protestos de ambos os lados não se configuravam em atitude séria, mas em um mero ato de interesses particulares e sem efetividade. Passado dois dias, 24 de dezembro, o cronista retomava o tema do acordo político, registrando para seus leitores:

Lavremos, pois, uma ata/ Cada qual cede um bocado/ do bem público se trata: Lavremos uma ata/ Isto é nó que se desata;/ Não precisa ser cortado/ Lavremos, pois, uma ata.../Cada qual cede um bocado./  
Foi um ligeiro acidente/ Patológico e chinfrim./ Já está em paz toda gente; Foi um ligeiro acidente./ O *super-omnia* tenente/ Viu perdido seu latim/ Foi um ligeiro acidente/ patológico e chinfrim.(grifo no original)<sup>171</sup>

Nestas parolas, o cronista sinalava criticamente o acordo entre as elites, que resolviam o bem público através de atas. Para isso, bastava ceder um pouco cada lado, acabava-se por encontrar uma solução que atendia bem seus interesses, relegado a um segundo plano o interesse coletivo, ou talvez, a soberania do povo. Para o leitor mais atento da série e das notícias que envolviam a posse do tenente, era possível perceber o cronista se utilizou dos próprios termos escrito pelo tenente em seu manifesto para ironizar a situação, a exemplo do '*super omnia*'. Porém, após os acordos, o super poderoso sai de cena como um breve acidente, patológico e chinfrim.

Diminuída a tensão política, os grupos abaixaram suas armas e tiraram seus descansos para as comemorações finais de fim de ano. O cronista encerrava, temporariamente, também seus trabalhos naquele agitado ano de 1891. Como apontado,

---

<sup>169</sup> Ver em ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de. Op cit. p. 72.

<sup>170</sup> JN 22 Dez. 1891.

<sup>171</sup> JN 24 Dez. 1891.

parecia que, do ponto de vista da sua atuação como cronista, Aloísio de Carvalho parecia indicar uma preferência pelo verso. Nestes permaneceu o tema político, pois das 28 parolas na *Cantando e Rindo* até o final daquele ano, 15 versavam sobre esse tema, prevalecendo sobre a produção lírica. Logo, é interessante notar como uma série, em consonância com o modelo de coluna de crônica versada comum no período, pode ser pensada também como um artifício do autor para continuar sua discussão política com maior liberdade de ação e ambiguidade entre a opinião do autor e do personagem.

A outra observação relevante é que a mudança progressiva pelos versos manteve um perfil já inicialmente traçado na *Far-niente*. Constituiu-se – ou reafirmava-se – um personagem Lulu Parola afeito ao comentário político ácido, o uso do humor através da opção pelo ‘riso bom’, com forte acento na crítica aos caminhos da República. A análise da primeira coluna, como espero ter demonstrado, permitiu ao cronista criar um narrador/personagem capaz de lhe dar um espaço para uma crítica contundente ao comportamento político nesse princípio de república. Como já enfatizado, a construção das séries foi sendo influenciada – e influenciando de alguma maneira – pelas circunstâncias históricas, políticas e pessoais do autor, etc.

Uma terceira observação final é sobre essa ênfase na desilusão com a República nas colunas de crônicas. Uma das razões pode ser encontrada na predominância, como apontou Dilton Araújo<sup>172</sup>, de um tom mais radical de republicanismo que se fazia na Bahia, principalmente nos setores médios da sociedade, grupo do qual Aloísio de Carvalho mantinha forte contato.<sup>173</sup> Entretanto, segundo o mesmo autor, esse radicalismo tinha algumas ressalvas importantes, pois no geral não pareciam apontar para uma ruptura radical na sociedade. Antes disso, seu núcleo mais ativo de setores médios da sociedade, tinha como foco a crítica contra o favoritismo, clientelismo, a não ascensão pelo mérito e igualdade jurídica<sup>174</sup>.

---

<sup>172</sup> Como apontou Dilton Araújo, a partir da fundação do Clube Republicano Federal, o movimento baiano ganhou algum fôlego, adquirindo ares mais radicais e em diferença com o movimento nacional. Uma das bandeiras dessa radicalidade, principalmente já em finais de 1888, era a luta democrática pela ampliação na participação dos espaços decisórios e uma igualdade jurídica formal entre os indivíduos. Essa luta tinha mais eco que as discussões sobre o federalismo, aspecto fundamental do republicanismo em torno do Partido Republicano em São Paulo. ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Republicanism e classe média em Salvador (1870-1889)*. Dissertação (mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1992.

<sup>173</sup> Ver sobre a influência do ideal federalista no Partido Republicano de São Paulo, em CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados...* op. cit.

<sup>174</sup> Não entravam na agenda desse grupo ações com vistas a diminuir as desigualdades socioeconômicas mais profundas. Para Dilton Araújo, era na luta pelo fim do trabalho escravo que residia a maior radicalidade do grupo. ARAUJO, Dilton. op.cit. p. 104.

Estes elementos podem auxiliar a compreender um pouco a crítica que Aloísio de Carvalho estabelece à República nesse momento, em especial na exclusão que se fazia ao real poder decisório do povo. Como citado, nos textos em prosa e em versos, fica indicado que a soberania não andava valendo muito nos arranjos políticos, principalmente naqueles operados pelo governo central. As intervenções do presidente desrespeitavam as decisões da população votante, pelo menos, tiravam dela a prerrogativa de definir concretamente quem deve ficar no poder ou não. Essa irritação, oriundo desse tom radical do republicanismo na Bahia, vai ganhando corpo no decorrer de outros textos, especialmente durante as eleições fraudulentas que se iniciarão ainda no final do século XIX.

Além disso, as crônicas também transparecem que o autor de Lulu Parola não simpatizava com as ações autoritárias dos primeiros governantes republicanos e as intervenções militares. Era constante a tematização desses assuntos, ironizado por Lulu Parola, com suas metáforas à família, resvalando às vezes em adjetivos diretos. O regime dava seus primeiros passos num caminho tortuoso e futuro incerto.

A partir de 1892 a série *Far-niente*<sup>175</sup> foi sendo preterida pela *Cantando e Rindo*, que vai se tornando a forma literária de intervenção do jornalista. Como apontou o cônego Manuel Barbosa, seus últimos textos datam de 1897. Infelizmente, os exemplares do *Jornal de Notícias* desse período não estão disponíveis para consulta, limitando maiores comentários sobre seus textos em prosa. A série foi, sem dúvida, importante na constituição do perfil de Lulu Parola e como fonte de alguns elementos que auxiliarão na análise dos próximos textos. Deles, a sensação deixada ao leitor de mais de cem anos depois, é que o seu autor registrava uma república nascendo em negativo, distante de alguns dos discursos – e talvez esperanças – sob os quais ela tinha sido proclamada.

---

<sup>175</sup> Devido a deterioração dos jornais, a partir de 1892 poucos textos da série foram encontrados.

## Capítulo 02 - As crônicas de Aloísio de Carvalho na política: O caso de J. J Seabra (1906 -12)

Como indicado na introdução, é recorrente entre seus comentaristas a ideia que Aloísio de Carvalho e seu jornal ficaram alheios às disputas políticas e partidárias. Restringindo sua atuação jornalística ao compromisso com a verdade dos fatos e informação do leitor, a imagem de um comentarista irônico acima das querelas locais acabou por se firmar. O objetivo deste segundo capítulo é relativizar um pouco essa interpretação, mostrando como a série *Cantando e Rindo* estiveram intimamente conectadas às disputas políticas no período da ascensão de Seabra, participando e intervindo, à sua maneira, nos acontecimentos desse momento. Dessa forma, pretende-se perceber possíveis permanências e mudanças daquele perfil, caracterizado por um personagem irônico e crítico aos ‘vícios’ do regime, em especial as fraudes eleitorais e articulação dos grupos oligárquicos. Além disso, sustenta-se que esta mesma marca serviu como forma de participação de Aloísio participar das disputas políticas durante a ascensão do seabrismo na Bahia.

A pesquisa empírica sinalizou que, durante boa parte de sua existência, o *Jornal de Notícias*, bem como Aloísio de Carvalho mantiveram relações políticas muito próximas com um dos mais destacados políticos baianos da Primeira República: José Joaquim Seabra. Em diversos episódios, ambos estiveram envolvidos nas tentativas do ex-governador de conquistar seu espaço político na Bahia e mesmo depois, quando conseguiu efetivamente o posto do executivo. Como será demonstrado, essa relação se materializou nas crônicas e em outros textos.

Nascido em Salvador em 1855, José Joaquim Seabra fez seus estudos superiores em Recife, graduando-se em 1877 para três anos depois ser professor da Faculdade de Direito, além de ter se estabelecido como advogado na capital de Pernambuco. Indo atuar como político no Rio de Janeiro, contudo, não conseguiu grandes resultados iniciais durante o Império, principalmente pela rejeição do fechado círculo do partido conservador na Bahia. Nas eleições de agosto de 1889, última dos tempos imperiais, saiu como candidato avulso, mas acabou perdendo. No novo regime, conheceu ventos melhores, pois apesar de monarquista, já em 1890 proferiu discursos republicanos no interior do Estado em busca de uma vaga na Assembleia Constituinte. No final daquele

ano, após receber apoio de alguns chefes locais, partiu para o Rio de Janeiro para tomar posse como deputado federal.

Como salienta Silvia Sarmiento<sup>176</sup>, a atuação de Seabra na política baiana pode ser percebida, em termos gerais, a partir de duas estratégias simultâneas: por *dentro* do poder nacional e *a partir de fora* da Bahia. No Rio de Janeiro, conseguiu, já nos primeiros anos republicanos, uma rápida mobilidade n, principalmente devido a forte presença de monarquistas na Bahia. Estes, fechados e conservadores, acabaram por criar um espaço para os republicanos ou – adesistas de última hora em outros espaços. Além disso, sua forma de fazer política o tornava um nome forte, com inflamados discursos e disposição para o enfrentamento.

Porém, no primeiro ano da presidência de Floriano Peixoto, em 1892, o político baiano se envolveu em problemas políticos graves. Em virtude da sua participação no Rio de Janeiro de passeatas contra o governo, acabou amargando uma viagem forçada à Amazônia, exilando-se até 1896<sup>177</sup>. Logo que retornou a Bahia, conseguiu um mandato de deputado federal com a ajuda de alguns políticos baianos, a exemplo de Manuel Vitorino, à época com grande destaque nacional. Durante as presidências de Prudente de Moraes e Campos Sales, tornou-se governista fervoroso, superando antipatias à sua pessoa pelos chefes do executivo nacional, principalmente vindas da sua pecha de turbulento e agitador.

Em 1902, conseguiu seu maior ganho político com a nomeação para ministro da Justiça e Negócios Interiores no governo do paulista Rodrigues Alves, demarcando de vez sua ascendência aos altos escalões da política nacional. Como salienta Cláudia Viscardi<sup>178</sup>, a pasta era “reconhecidamente importante, sobretudo porque a ela estavam submetidas as eleições e as ações no campo da saúde”, além do fato ter recebido a parcela mais significativa em termos orçamentários.

Em linhas gerais, esta foi a escalada inicial de Seabra por dentro da máquina federal no início da República. Já na Bahia, suas tentativas de apoio das lideranças

---

<sup>176</sup> Para esta segunda parte do texto, siga de perto as discussões de Silvia Sarmiento e Consuelo Novais Sampaio sobre a ascensão de Seabra na política baiana.. SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1999.

<sup>177</sup> FLORES, Elio Chaves. *A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso*. Em FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 61.

<sup>178</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. p.79.

políticas não foram bem sucedidas ou demorariam mais para acontecer. Entre 1902 a 1906, algumas investidas de aproximação foram se tornando foco de tensões com as lideranças políticas locais. Em 1903, por exemplo, este não concordou com a indicação feita por Severino Vieira ao nome de José Marcelino a governador. Nas regras do jogo político oligárquico, desconfortos políticos como esse pouco ajudava na aproximação com aqueles líderes da política local.

A desavença de maior impacto ocorreu com a implantação da reforma eleitoral da Lei 1.269, de 1905, que visava alterar os chamados distritos eleitorais. A responsabilidade por essa reconfiguração estava exatamente na pasta de Seabra, que havia pedido a todos os partidos dos estados sugestões de como deveria ser a nova organização distrital. Na Bahia, as recomendações do governador foram solenemente ignoradas pelo ministro, que buscou organizar novas subdivisões com base em seus interesses, aglomerando cidades onde tinha mais força.

Neste mesmo ano, as disputas em torno do candidato a presidente também influíram nas correlações de poder dentro do Estado. De um lado, o governo federal buscava construir o nome do ministro Bernardino de Campos<sup>179</sup>, o qual Seabra havia se colocado favorável. Do outro, José Marcelino se adiantou ao próprio Catete e anunciou o nome de Rui Barbosa. Como argumenta Silvia Sarmiento, a indicação do famoso senador baiano já era uma forma de bloquear o avanço seabrista, em virtude do seu prestígio na pasta ministerial<sup>180</sup>. Porém, o chamado *Bloco*<sup>181</sup> ganhou a disputa, elegendo Afonso Pena no lugar de Rodrigues Alves. Nesse aglomerado de forças políticas dos estados mais poderosos da federação havia a presença de dois políticos que iriam influir na vida política de Seabra e na pena satírica de Aloísio de Carvalho: o senador baiano Rui Barbosa e o influente político gaúcho Pinheiro Machado<sup>182</sup>.

Durante o ano de 1906, após as dificuldades e tensões para adentrar nos grupos mais poderosos da política estadual, Seabra manteve a tática de, *a partir de fora*, conseguir ampliar seu poder na Bahia. Ante seu pouco enraizamento político no estado e postura refratária dos principais líderes locais, seu foco de aproximação passou para os

---

<sup>179</sup> Como salienta Cláudia Viscardi, o nome de Bernardino de Campos surgia como a proposta do próprio presidente fazer sua sucessão, em oposição aos nomes de Afonso Pena e Campos Sales. Ver VISCARDI, Cláudia, op. cit., p. 84-86.

<sup>180</sup> SARMENTO, Sílvia...p.105.

<sup>181</sup> O Bloco, ou também chamado de Coligação, era uma articulação política entre alguns dos chefes dos estados de Rio Grande do Sul, Bahia, Minas e São Paulo. Ver VISCARDI, Cláudia. op. cit.

<sup>182</sup> VISCARDI, Cláudia, op. cit. especialmente capítulos 02 e 04.

elementos relativamente negligenciados nos círculos da alta política, como os comerciantes e os trabalhadores. Para o primeiro grupo, por exemplo, desde 1902 que Seabra já se colocava como defensor das chamadas ‘classes conservadoras’, numa relação que funcionou relativamente bem até o final do seu primeiro governo, em 1916. Como salienta Mario Augusto Silva, J.J. Seabra manteve uma boa relação com Associação Comercial da Bahia, importante grupo de pressão política. Além desse, havia outras agremiações dos trabalhadores no comércio, na qual inclusive Aloísio de Carvalho teve grande presença em meados de 1910.<sup>183</sup>

Ainda que esse apoio tivesse um alcance limitado em termos eleitorais, devido às fraudes, que favoreciam quase sempre o poder estabelecido, havia o outro lado: o apoio popular nas ruas e na imprensa eram moedas valiosas no jogo político, pois, entre outras consequências, poderiam justificar uma intervenção federal. No contexto da Primeira República, essa era a arma por excelência para rachar o poder das oligarquias estaduais. Como será citado mais adiante, em 1912 essa articulação com o poder federal foi fundamental para o governo de Seabra se concretizar.

Mas como se processou essa aproximação entre Seabra e Aloísio de Carvalho? Um fator importante, ao que tudo indica, adveio da posição relativamente participante na vida comercial e jornalística da cidade do autor de Lulu Parola. Além de importante redator do JN, participava das reuniões da Associação de Empregados do Comércio. Do ponto de vista político, o fato de Seabra ser um dos nomes mais efetivos para derrubar os grupos oligárquicos estabelecidos na política local pode também ter contribuído para a simpatia do JN e de Aloísio de Carvalho com o seabrismo, nascente naqueles anos de 1906. Entretanto, seria preciso um aprofundamento maior da atuação de Seabra junto a estes setores, que ultrapassa os objetivos dessa pesquisa, mas tudo indica que existia uma relação amistosa e de mútuo interesse, manifestada em diversas páginas elogiosas no JN a atuação política do chefe político ou nas informações sobre as comissões para a celebração do aniversário, entre outras. Este, por sua vez, retribuía com declarados elogios aos membros do periódico ou visitando a sede do jornal em suas viagens a capital baiana.

Mas o ano de 1906 ainda guardava um fato importante para a vida política de Seabra e os rumos dessa relação, quando em setembro foi proclamado senador por

---

<sup>183</sup> Aloísio de Carvalho chegou a presidir a Associação de trabalhadores do Comércio em 1910. Sobre a relação destes grupos com Seabra, ver SANTOS, Mário Augusto Silva. *Associação comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2011.

Alagoas, com uma votação de mais de 12 mil votos. Mesmo sem ter feito campanha pessoalmente no Estado e com o apoio do chefe da política local, Euclides Mata, o político baiano venceu o candidato da oposição, que ‘oficialmente’ teria recebido apenas 410 votos.

Era uma vitória muito importante, pois lhe manteria em um cargo de influência nos altos círculos do poder central. Mas ainda faltava um segundo passo: o reconhecimento das atas no Congresso Nacional, momento especial das reviravoltas e ajustes dos grupos estabelecidos. Para azar dos seabristas, no cenário federal os sinais de bons ventos não eram animadores, pois seus adversários baianos e o *Bloco* não tinham maiores interesses em deixar aquele caso passar. E, de fato, não deixaram.

Os interesses de Rui Barbosa e Pinheiro Machado, como salienta Silvia Sarmiento, parecem ter sido eficientes a ponto de conseguirem anular sua eleição, com a determinação de um novo pleito. Como era de se esperar, após a degola, os jornais simpáticos ao seabrismo passaram aos ataques contra aquela ação tida como uma afronta a ‘república do povo e as eleições democráticas’. Apareciam referências a ressentimentos pessoais de Rui Barbosa, embora esse tivesse negado problemas dessa ordem, mas apenas políticas. Por outro lado, como tem colocado alguns autores<sup>184</sup>, o crescimento político de Seabra já era um problema efetivo para as elites políticas baianas, em especial após sua atuação como ministro.

O JN também não ficou passivo no espectro pró-Seabra na imprensa local.<sup>185</sup> As simpatias políticas já haviam sido evidenciadas naquele ano, como no envolvimento do jornal em recepções a J.J. Seabra em Salvador. Um exemplo disso ocorreu no dia 21 de agosto de 1906, quando o JN saudava Seabra pelo seu aniversário e noticiava a bela missa a ser realizada, com grande presença dos admiradores e amigos. Um retrato em destaque era acompanhado do seguinte texto:

Passa hoje mais um aniversário natalício do nosso honrado conterrâneo dr. José Joaquim Seabra, ex-ministro do interior, cargo em que num brilhante desempenho, s. ex. demonstrou, além da sua muito reconhecida capacidade intelectual, altos dotes de verdadeiro administrador. Estranho absolutamente, como é, a qualquer agremiação política, o Jornal de Notícias, estampando o

---

<sup>184</sup> Ver Leite, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador (1912-1916)*. Dissertação de mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em História, UFBA, 1996; Ver SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1999; TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

<sup>185</sup> Foram identificadas manifestações a favor de Seabra desde 1905. Ver JN 15 Out. 1905.



retrato do ilustre baiano e rendendo-lhe nestas linhas mais uma prova do seu apreço, cumpre um ato de justiça...<sup>186</sup>

A explicação sobre o desenho aos leitores defendia um discurso de imparcialidade política, condizente com uma imagem construída em torno do jornal, referendada por parte dos seus contemporâneos<sup>187</sup>. Mas, se lido a contrapelo, a ressalva naquele momento buscava resguardar algo que estava sendo quebrado, como as ações posteriores de fato confirmavam. Longe de ser uma contradição, operava-se ali uma estratégia, que seria repetida algumas vezes mais.

Durante as discussões do caso de Alagoas, além de transcrever em primeira página matérias de periódicos da capital federal favoráveis a Seabra<sup>188</sup>, posicionou-se claramente em um editorial no dia 22 de outubro. Para o autor do texto, que não se pode atribuir com precisão se foi Aloisio de Carvalho, cometia-se um grave crime contra umas das mais solenes e inteiras consagrações que, na República: a soberania do voto. Derrotado por 27 contra 19, a candidatura de Seabra havia sido rejeitada pelo senado, apesar da sua eleição ter sido, segundo o jornal, uma das mais solenes e inteiriças consagrações do sufrágio popular que o regime tivera visto. Reforçavam enfaticamente que não pareciam estar em um regime do povo pelo povo, ou numa “republica justa, livre”.

É interessante notar que o JN fazia questão dizer que nada tinha com o partido de Seabra, mas estavam apenas no cumprimento do dever de amigos do regime, repetindo a estratégia de ‘imparcialidade’ feita à época do retrato de aniversário. Para fundamentar ainda mais sua ‘nobre’ ação em nome do regime, afirmavam que não estavam sozinhos naquela defesa, pois na imprensa do Rio de Janeiro muitos recriminavam a ação, inclusive os desafetos do político. Por fim, concluía que para o país “o senador Seabra continua o representante do nobre estado de Alagoas. Está apenas licenciado pelo ódio político.”<sup>189</sup>

Ao passo que as notícias – ou defesas -sobre Seabra apareciam no jornal, a série *Cantando e Rindo* também não deixou o assunto de fora. Mas ao que tudo indica, começou pela via indireta ou de maneira mais geral, comentando sobre o poder do

---

<sup>186</sup> JN 21 Jul. 1906.

<sup>187</sup> Em alguns editoriais de comemoração de aniversário do jornal, bem como nas cartas recebidas pela redação, reforçava-se esse discurso de imparcialidade.

<sup>188</sup> Ver JN 03.out.1906; 22 Out.1906.

<sup>189</sup> Idem.

Bloco ou sobre o tema das eleições. Naquele mês de outubro, por exemplo, o cronista fazia pilhéria sobre a força do *Bloco* novamente mais três vezes<sup>190</sup>, a exemplo do dia 06, com título de “O Bloco Eleitoral e El-rei do Café, que estão governando o país, influenciando até nos poetas.”:

Para fazer um triolet/ Eu duas forças invoco/ Bastam as duas, olé!/ Para fazer um triolet!/ Uma – o poder do café/ Outra – a influência do Bloco! (...)Não há mais forte poder, mormente estando ligados! /São os que mandam chover.../Não há mais forte poder!/ Um – faz o cambio descer;/ O outro – faz deputados...(...)/ Quem tem os dois – está feito.../E nada mais é preciso!/ Altera o cambio, é eleito; Quem tem os dois está feito! Só há nos dois um defeito: é que nenhum tem juízo...<sup>191</sup>

Na crônica, o personagem Lulu Parola convidava o leitor a rir um tanto sobre o poder do Bloco e do café em influir nos caminhos do governo<sup>192</sup>, principalmente pela possibilidade cada vez mais concreta do não reconhecimento de Seabra. No dia 19, por exemplo, o personagem fazia pilhéria sobre a notícia da oposição ao nome de Miguel Calmon para ministro e um suposto monólogo do futuro presidente, Afonso Penna:

Se a bancada não quer quem eu quis,/ Eu já vejo que estou arranjado!/ Poderei governar o país/Se, antes mesmo de ser empossado,/Já começo por ser governado?/  
Comentários eu sei que provooco.../ Todo o mundo dirá certamente/Que já sendo o Congresso do *Bloco*,/ Inda o *Bloco* acha pouco esta gente,/ E comigo arranjou presidente!/  
Afinal, quem governa? Quem é?/ Sou figura segunda, ou primeira?/ É bastante ficar o CAFÉ/ Governando a questão financeira.../ Basta isto! E já não uma asneira!... (grifo no original)

As crônicas em destaque podem servir de exemplo para o fato de que, ainda que fossem comentários genéricos sobre o Bloco em fazer deputados ou influir nas decisões do próximo presidente, um leitor mais assíduo da série e do jornal poderia relacionar ao caso do senador em Alagoas. É interessante notar que, neste momento, Aloísio exercia seu espaço de ambiguidade, utilizando a coluna como espaço ironia e crítica, ainda que maneira tímida. Mas os próximos eventos fariam a aproximação ficar maior. Vamos a eles.

<sup>190</sup> Ver JN 17 Out.1906; 19 Out.1906; 26 Out.1906.

<sup>191</sup> JN 06 Out. 1906.

<sup>192</sup>Cláudia Viscardi comenta que o café, no final do governo de Rodrigues Alves, vinha de uma crise desde final do século XIX, aumentando a pressão sobre o presidente. Ver VISCARDI, Cláudia, op cit.

No mês novembro de 1906, com a aproximação do momento da posse dos representantes eleitos, o caso tendia para uma resolução final e, principalmente, com a derrota de Seabra. A data chave aconteceria em 15 de novembro, quando os candidatos eram efetivados. Por outro lado, como já vinha sendo feito em anos anteriores, todo aquele mês era chamado pelo cronista de ‘mês do barulho’, das revoltas ou das mudanças inesperadas. No dia 06, numa longa crônica intitulada de “A tradição barulhenta do mês de novembro, e telegrama de que se receia *qualquer coisa* no Rio, se o Seabra não for reconhecido senador”, registrava-se na primeira folha do jornal:

Se o segundo escrutínio do senado/Na eleição do Seabra – der em pau/ Eu já  
estou há seis dias convidado/Para assistir ao sarau!  
Se o tempo se fechasse no mês findo,/Surpresa para mim podia haver;/Mas,  
logo que novembro foi abrindo,/Eu fiquei a tremer!  
Das glórias do país republicano/quem fizer o poema - há de compô-lo/Pondo  
Novembro no primeiro plano,/Pois o mês de novembro é o mês do *rolo*! Foi o  
mês em que o povo descobriu/Que tinha fé...naquilo em que não crê;/E desde  
então que o imperador saiu,/Todos os anos dá-se um *bererê*...  
Vindo novembro, o mês dos cataclismas,/ Quem sabe história – de cautela fica;/  
O mês que rebentam os aneurismas,/ mês do estado de sitio e da botica/(...)  
Tem sido assim sempre...Porque razão há de se mudar agora?/ Pau que torto  
nasceu, diz o refrão/ Tarde ou nunca consegue endireitar!/(...)  
Passo, todos os anos, este mês/ Pulga na orelha, atento, lança em riste,/ A seguir  
hora a hora a câmbio inglês,/ o mais fiel barômetro que existe!  
Meu receio, portanto, agora cresce;/ O “barulho Seabra” eu acho crível/ Talvez  
no mês de outubro não se desse.../ Mas, entrando novembro – é bem possível!  
As glórias desde mês hão de crescer.../Uma, eu já vejo que o futuro acena;/ Há  
de ser o escolhido, podem crer,/ Para o Nilo deitar abaixo o Penna!<sup>193</sup>

O chiste com o chamado ‘mês do barulho republicano’ ganhava um sabor político diferente: a situação do político baiano. Na realidade, a crônica articula dois níveis de tema. No plano mais imediato dos fatos, a ironia estava em comentar que o barulho de Seabra deveria se resolver naquele mês, obedecendo a tendência republicana. Em perspectiva mais ampliada, o cronista também usava aquele espaço para reiterar suas ironias com relação ao próprio regime, cuja fé o povo descobriu também naquele mês<sup>194</sup>. Assim, o receio relatado no suposto telegrama de que se desse ‘qualquer coisa’

---

<sup>193</sup> JN 06 Nov. 1906.

<sup>194</sup> Apesar de não ser objeto desse trabalho, é interessante notar que Aloísio de Carvalho foi se referir por diversas vezes à falta de sentimento do povo à república e simpatia de parte da população pelo governo imperial.

no Rio era associado ao ‘barulho do caso Seabra’, pondo em certo destaque a resolução político baiano.

Vale ressaltar a recorrência da estratégia discursiva na crônica em verso, já comentada nos exemplos da prosa da *Far-niente*, no qual se associava fatos cotidianos com discussões mais profundas<sup>195</sup>. O tom aparentemente leve de falar sobre os boatos e “barulho de Seabra” apareciam indissociáveis da discussão mais profunda sobre o própria regime. Desta forma, com o sentido histórico de associar a Proclamação com ‘barulho’ ou ‘qualquer coisa’ não era gratuito, pois trazia a ideia que a República teria disso uma surpresa, aumentando o sentimento de dúvida. Na aparente falta de assunto ou pelo caminho de uma pilhéria já repetida, o personagem permitia o cronista discutir o regime republicano e participar no caso político de Seabra.

A brincadeira da crônica se confirmou na vida real: o mineiro Afonso Penna realmente tomou posse, interrompendo uma sequência paulista na chefia do executivo nacional. Politicamente, como argumenta Cláudia Viscardi<sup>196</sup>, era uma eleição que trazia mudanças importantes, como a projeção do Rio Grande do Sul ao centro do poder federal, principalmente através do líder Pinheiro Machado. A eleição do novo presidente era fruto de um acordo entre diversos estados, como Minas, Rio Grande do sul, Bahia e Rio de Janeiro, pondo a hegemonia paulista na sucessão presidencial em suspensão. Como citado, a presença do Bloco e de Pinheiro Machado já era ironizada na *Cantando e Rindo*, em especial por significar uma perda de espaço de Seabra e a repetição de vícios e práticas condenáveis na ótica de Aloísio de Carvalho.

Retornando a nossa saga, a alteração no Rio de Janeiro acabou por interferir no desfecho do caso do senador em Alagoas, conforme comentou através de Lulu numa longa parolá no dia 19 de novembro. Partindo do tema de um suposto telegrama recebido na redação, que informava que o primeiro chefe do Bloco, Pinheiro Machado, teria feito o novo presidente ver que a escolha era Rui Barbosa e não Seabra, comentava:

Sendo exato o que diz o telegrama,/ pois muita coisa custa a garantir/Afonso Penna está fazendo cama,/Em que não poderá dormir...  
Posto o dilema de – “ou Seabra ou Ruy”,- Sua Excelência, em vez de responder/Que nada tem com o peixe – se institui/ Penna também, para fazer eleições!

---

<sup>195</sup> Ver JUNIOR ARRIGUCCI, D. op.cit.

<sup>196</sup> VISCARDI, Cláudia.op. cit... p. 110-1.

Devera ter, de pronto, declarado:/ - “Esta consulta me coloca em boas.../ Quem é o eleitorado? É o Ruy ou Alagoas?”  
E dito mais: - “ Eu, nisto de eleições,/ Quero somente ver a fraude estanque.../ Não tenho voto algum nas votações; Assisto de palanque! Até porque não quero, tomem nota/ Meu nome em trocadilho irreverente: Se ,fora do governo, *penna* vota/ Quanto mais *Penna* sendo presidente!  
Desculpem-me, portanto; eu *penna* sou,/ Mas, nisto de eleições, não dou penada...<sup>197</sup> (*grifos no original*)

O personagem tomava a palavra pelo presidente para estabelecer perguntas crucias ao ‘barulho’ no caso de Alagoas, encaminhando a questão para a discussão sobre a fraude eleitoral. O trocadilho, com certa dose de piada pronta, era entre o nome do presidente e o conhecido *bico de pena*, metáfora para as canetas tinteiras que fabricavam as atas enviadas ao reconhecimento no Senado. Tal como citado no editorial que comentava a derrota de Seabra, nessa crônica o JN continuava a questionar a legitimidade do desejo do povo alagoano em escolher o nome de Seabra. Entretanto, nos dois últimos quartetos, o narrador optava por fazer uma ligeira modificação no encaminhamento do texto, deslocando para a eleição do próprio presidente. Ao colocar-se na voz do presidente, Lulu Parola continuava:

E pergunto também: quem me votou?/ Quem foi que me meteu nesta rascada?  
Se foi *Zé-Povo* – ao povo hei de pagar.../Mas, si por outro voto eu estou aqui,  
Devo a mim tão somente o meu lugar; “Eu *Penna* sou; fui eu que me elegi!”(...)  
Entre o dilema – qual dos dois prefere,/ Deveria ter tido o novo rei;  
- Vae depender de mim?/Pois bem, espere.../Não prefiro nenhum...Prefiro a Lei!  
Vou defender, porém, o presidente:/  
Si respondeu diverso ao tal dilema /Foi para ser praticado integralmente  
O sistema...  
O Povo é quem governa...Ora, ele sendo/ Governo – O Povo é ele...  
Um mais dois: três!/ É lógico, portanto: Ele escolhendo,/  
Foi o próprio *povo* quem a escolha fez!<sup>198</sup>

A dinâmica escolhida foi colocar a falta de lógica como regra do sistema, sugerindo que o presidente não deveria por não seguir a lei, pois apenas obedecia a lógica do sistema. Se o governo era o povo e, por conseguinte, a sua vontade, era nessa prática desviante de preceitos que o regime caminhava, reforçando uma visão da república em negativo. É importante ressaltar que nessa crônica, espécie de lamento final da contenda, bem como nas outras já citadas, ia ao encontro da posição defendida pelo jornal, como provavelmente por Aloísio de Carvalho.

---

<sup>197</sup> JN 19 Nov. 1906.

<sup>198</sup> Idem.

Defendia-se a legitimidade da eleição de Seabra como expressão da vontade do povo de Alagoas e a ação do senadores mero ato de corrupção do regime do povo. Neste ponto, o personagem entrava como um espaço a mais para engrossar o coro a favor de Seabra. Tomando a liberdade de fazer pilhéria à moda Lulu Parola, faltou uma informação importante ser citada em toda cobertura do caso pelo JN: o fato do político baiano não ter pisado naquele Estado durante todo o pleito.<sup>199</sup>

Aloísio de Carvalho não deixou também de registrar a participação influente do senador Rui Barbosa, pois como citado, por esta época era comentado na imprensa as desavenças entre este com Seabra, sejam pessoais ou políticas.<sup>200</sup>. Percebendo a influência direta do senador no caso, a crônica de Aloísio de Carvalho registrava ali os interesses em jogo, inclinando alfinetando a favor de Seabra.

Como exemplo, na coluna de Lulu em 24 de novembro de 1906, dia exato do julgamento do caso, alguns líderes da política baiana ganharam versos em sua homenagem. O mote inicial central era uma reflexão sobre os males da política, que tudo invertia: perda de tempo em discussões infundadas, mácula na biografia de grandes personalidades, a exemplo do “grande Ruy, Sol da Doutrina, Virado lamparina”<sup>201</sup>. Era também um território para ilusões, cujo exemplo não se tinha prova melhor que a “eleição do Estado de Alagoas”, que “todo o país supunha” havia sido eleito o Seabra. Na realidade, “assim também pensavam firmemente os eleitores/ que não votaram em noutro, quase todos/Que conta aquele estado!...”, mas vinha o senado dizia que não “votou ninguém!....”.

Elaborar uma crônica com certa ênfase no senador não deixava de ser uma forma de defender Seabra. O Senado, ou explicando melhor, a ação do *Bloco* manchava, distorcia ou reforçava a sensação de ilusão do regime baseado na existência do povo e do seu poder de escolha. Este, quando eleitor, era substituído pelo governo, passando a não existir em sua vontade. Concluindo sua opinião sobre o caso, no dia da divulgação do julgamento, assim comentava o cronista no *Cantando e Rindo*:

Achei muito engraçado/ Que para se deitar o Seabra fora,/ O maior argumento fosse agora/Não haver sido eleito pelo estado,/ E apenas pelo seu governador!

---

<sup>199</sup> Esta informação foi retirada de SARMENTO, Sílvia. op. cit.

<sup>200</sup> Entretanto, o crescimento da força do seabrismo, a partir de 1906, já se mostrava um incômodo no delicado equilíbrio entre Rui e os “que dominavam o governo da Bahia SARMENTO, Sílvia. op. cit.

<sup>201</sup> JN 24 Nov.1906.

O Aviso não é novo;/ Até o senado diz que não há povo!/Mesmo assim!/ Já permito que assim fosse.../ Há melhor eleitor?/ Aos que votaram contra, eu dou um doce/ Si poderem um dia o dispensar,/ Em qualquer eleição..<sup>202</sup>

Quais seriam as possíveis mudanças da coluna neste momento? Em primeiro lugar, havia uma aproximação entre personagem e autor, mas que estabeleciam uma defesa de Seabra pelo viés da suposta legitimidade da eleição e da fraude no reconhecimento. O outro era que a coluna, espaço por excelência do comentário, também se aproximava da discussão política de forma mais concreta, tornando-se mais um elemento naquela disputa. Por fim, reiterava-se as críticas políticas ao novo regime, reiterando para o leitor de uma sensação de descrença.

Vale ressaltar que essa aproximação na coluna acontecia em outros espaços, a exemplo da participação do JN e Aloísio de Carvalho durante as visitas de Seabra à cidade. No evento ocorrido no dia 01 de dezembro, além de divulgar notícias como parte da comissão organizadora<sup>203</sup>, estampou na primeira pagina um editorial sobre a primeira visita do ilustre conterrâneo. Na sua passagem pela cidade, após efusivas recepções e salves pelas ruas, Seabra realizou o itinerário pela imprensa, recebido com muita alegria na redação do *Jornal de Notícias*.

Segundo relatado na própria matéria, o político fizera questão de explicitar os motivos de estar ali: agradecer ao JN “órgão inteiramente alheio a partidos políticos, a solidariedade que lhe tinha prestado, a defesa espontânea com que havia concorrido e, prol do seu direito”<sup>204</sup>. “Agradecido” pelo “nosso colega Aloísio de Carvalho”, o jornal dizia estar apenas cumprindo seu dever e realizando um ato de justiça diante daquele assalto ao regime. Dois dias depois, dia 03, esse foi o assunto da coluna, mas sem deixar de colocar uma pilhéria. Comentando que muitas pessoas concorreram na recepção do “senador eleito de Alagoas”, mas era difícil precisar o número:

(...) pois o povo assim aglomerado/ Engana mais que o senso do senado/  
Quando faz eleição;/ Direito que só ele é quem possui,/ No regime de agora, /  
Ele, Pinheiro Machado, e mais o Ruy/ Os outros cá de fora, / Que não são nem  
senado, nem eleitores, / É só para acompanhar a procissão,/ E pagar a despesa  
dos andores!..

Si, nas festas de ante ontem, realmente, / Os neutríssimos viram muita gente,/  
Eu confesso por mim; não vi ninguém!/ Esteve o povo...Mas, o povo é trem?/

---

<sup>202</sup> Idem.

<sup>203</sup> JN 03 Dez. 1906.

<sup>204</sup> JN 03 Dez. 1906.

Vale nada hoje em dia?/ foi ele que ao Seabra espoliou?.../ Vinha até perguntar se alguém sabia/ Si o Seabra chegou!<sup>205</sup>

Na ironia sobre o número de pessoas presentes ficavam registrados significados do jogo político daquele momento: relacionar a ‘audiência’ com o nível de popularidade de um chefe político e ironizar sobre a falsidade dos números de pessoas presentes nas atas de votação. Os jornais aliados buscavam dar pompa a recepção, diferentemente dos seus adversários, que minimizavam o acontecido. Provavelmente, era a explicação da referência final da crônica: duvidar se havia chegado alguém. O JN informava ter havido muita gente, dando neste embate de versões o mote para Aloísio de Carvalho tirar sua pilhéria: Lulu Parola não via povo algum, afinal era alguma coisa?

### **Crônicas de pessimismo republicano no intervalo seabrista (1907 a 1909).**

Alguns autores<sup>206</sup> apontam que após a derrota de 1906 houve um recuo momentâneo do avanço político seabrista na Bahia, retomado apenas nas eleições para o legislativo de 1909. Por outro lado, ainda que afastado dos cargos públicos relevantes, seu “exílio” político esteve longe de significar um abandono por parte dos seus partidários e simpatizantes. Estes ainda mantiveram, entre aqueles anos, a referência como aposta alternativa na política local e a reverência, tratando-o como chefe. Neste intervalo, porém, alguns eventos políticos foram importantes, bem como algumas mudanças dentro do próprio *Jornal de Notícias*. Estes, se a argumentação defendida estiver correta, tiveram algum impacto em Aloísio de Carvalho e no perfil do personagem narrador da série *Cantando e Rindo*.

O primeiro deles veio da crise em torno das indicações para o candidato governista nas eleições de 1907. Os principais líderes do Partido Republicano da Bahia (PRB), agrupamento que reunia os principais nomes da situação, divergiam quanto ao nome do futuro governador. Segundo Consuelo Sampaio (1999), a indicação deveria vir, seguindo o hábito político da época, do ocupante atual do cargo, ou seja, de José Marcelino. Este havia indicado João Ferreira de Araújo Pinho, presidente do Banco de Crédito e de família influente do Recôncavo. No primeiro momento, houve uma aceitação de diversos membros do partido, além de políticos significativos, como Rui

---

<sup>205</sup> Idem.

<sup>206</sup> Ver SARMENTO, Sílvia, op. cit. SAMPAIO, Consuelo Novais. op. cit.



Barbosa. Porém, o chefe político do PRB, Severino Vieira, divergindo daquela prática, propôs o nome de Inácio Tosta, deputado federal e membro da Associação Comercial.

Ainda segundo a historiadora, o impasse foi grande, com a realização de convenções e reuniões de aliados políticos em ambos os lados. O lado mercelinista, durante aqueles primeiros meses de 1907, ia se delineando mais forte, recebendo apoio dos altos próceres da política nacional, como Pinheiro Machado, Miguel Calmon, o presidente Afonso Pena, além do citado Rui Barbosa<sup>207</sup>. Os próprios seabristas, conforme argumenta Consuelo Novais, também tendiam a defender o nome do indicado por José Marcelino<sup>208</sup>. A querela foi resolvida durante a convenção do partido em junho daquele ano, com o lançamento do nome oficial de Araújo Pinho como candidato do partido, derrotando Inácio Tosta.

Mas a situação ainda permaneceu tensa, principalmente pelo uso da violência durante a apuração das eleições, momento real da definição do vencedor. Durante o tempo que o legislativo reconhecia as atas, o governo colocou nas ruas a força estadual e municipal, ao passo que a oposição aglutinou seus jagunços<sup>209</sup>. No fim, o candidato governista ganhou a apuração, com a eleição de Araújo Pinho(1908-12) como governador estadual. Mas o principal resultado negativo foi para o PRB, pois a sua fragmentação interna acabaria por ajudar no avanço seabrista em breve.

Ao passo que essas articulações políticas aconteciam, nas páginas do *Jornal de Notícias*, entre os anos de 1907 e 1908, Seabra pouco apareceu no JN e na *Cantando e Rindo*. Foram identificadas apenas quatro notícias que cobriam eventos ligados a J. J. Seabra na cidade, todas com a participação ativa do membro do jornal. Em janeiro de 1907, visitando a sede do jornal antes de uma partida ao Rio de Janeiro, ouvia ali dos presentes que acreditavam no seu retorno aos mais altos postos da República<sup>210</sup>. Ainda no mesmo ano, em outras duas vindas a Salvador, entre outubro e dezembro, estava presente Aloisio de Carvalho pelo JN, demarcando sua proximidade com o chefe político.

Em 1908, apenas foi localizada uma recepção, porém para um evento de grande destaque. Entre 20 de novembro e 11 de dezembro, o autor de Lulu Parola estava à

---

<sup>207</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos...* op. cit. p. 96.

<sup>208</sup> Idem.

<sup>209</sup> Idem. p.99.

<sup>210</sup> JN 09 Jan.1907

frente da comissão para a eleição à Câmara Federal<sup>211</sup>. Chegando a Salvador no dia 05 de dezembro, Seabra fez diversas reuniões e compareceu a inúmeros eventos. Novamente, visitou a sede do JN, no dia 11, recebido calorosamente por Aloisio de Carvalho e outros companheiros de jornal<sup>212</sup>. É interessante notar que, nos versos da *Cantando e Rindo* entre 1907 e 1908, não foi identificada nenhuma crônica sobre J. J Seabra. Tratando de diversos outros temas da cidade, política e República, o político baiano desapareceu por um tempo da pena de Lulu Parola.

Esse ‘sumiço’ não deixa de ser interessante, uma vez que após a citada cisão do PRB, a vida política baiana não deixou de ser movimentada. Parte dos políticos marcelinistas e figuras do âmbito nacional, como informa Consuelo Sampaio, se aproximaram do seabrismo, inclusive o próprio Rui Barbosa, mesmo somente por alguns momentos<sup>213</sup>. Do outro lado, o chefe político Severino Vieira, que contava com a maioria das casas legislativas, não conseguiu estabelecer um diálogo com o grupo pró-Seabra.

Na realidade, se o ator político Seabra não visitava as colunas de Lulu, o assunto do desengano com a república ia ganhando maior força. Eram as dúvidas dos seus *Farnientes* quanto aos caminhos de incerteza do novo regime, que passada quase a primeira década do novo século, ainda faziam sentido ao cronista. Esse desengano, geralmente, era tematizado através de um tópico fundamental: a inverdade do processo eleitoral, entendido como a não efetivação da vontade dos eleitores. Era uma crítica reiterada em diversas ocasiões na coluna, sinalizando como aquele tema lhe era importante discutir.

Os eventos de 1906 (a não eleição seabrista) e as disputas dentro da política baiana entre 1907 e 1908 foram reforçando e – ao mesmo tempo influenciando- uma visão de Aloísio de Carvalho sobre o novo regime, baseada em um descrédito de se construir uma república de princípios liberais mais radicais, fortemente presentes na Bahia. O que se estaria assistindo era um constante jogo dos grupos oligárquicos em torno do poder, com eleições altamente fraudulentas. As atas falsificadas pelo chamado ‘bico de pena’ foram constantemente ironizadas na coluna de Lulu, pelo o que ele

---

<sup>211</sup> JN 24 Nov.1908

<sup>212</sup> JN 11 Dez. 1908

<sup>213</sup> Ver SAMPAIO, Consuelo. op. cit.

chamava de Dom Bicório. As eleições se transformavam assim numa espécie de jogo de cena, na qual os eleitores ‘compareciam’ mesmo estando mortos ou ausentes<sup>214</sup>.

Entre os comportamentos mais comentados na coluna, estavam os rearranjos, comuns e habituais dentro da política republicana. Isto foi alvo, por diversas vezes, de irônicas parolas<sup>215</sup>, como exemplo, numa crônica do dia 18 de abril de 1908, o narrador Lulu versava sobre a cisão do partido:

Do que o consumidor ultimamente mais se tem espantado  
Já não é deles dois terem brigado...  
Isto, hoje em dia, não assombra mais a gente.  
Não é de certo cousa de outro mundo, que apavore ninguém.  
Quem viu como embarcou Pedro Segundo,/ Não se espanta que os  
outros vão também!.../ Antes, pelo contrário, a sensação/ É demoraram  
muito sem cisão...  
O fato surpreendente, o fato novo,/ Que tem embasbacado o nosso  
povo,/ É haver discussões no *Aprovatório*,/ Deputado falar, mostrar  
ideia,/ Quando entre nós, conforme *Dom Bicório*,/ Não é este o papel de  
uma assembleia!<sup>216</sup>

Os rompimentos entre as lideranças não assustava mais ninguém, principalmente aqueles que vinham vivenciando as mudanças políticas desde o desembarque de D. Pedro II. A surpresa estaria, lançando mão da inversão do sentido, no papel do *Aprovatório*, apelido escolhido por Aloísio de Carvalho ao Congresso. É interessante notar que, no dia seguinte, o cronista aprofundava sobre o papel dos legisladores em plena crise política baiana, ironizando que: “enquanto o *Aprovatório* se distrai, em protestos de amor ao Severino, em juras de paixão ao Marcelino, não trata de orçamento, nem se lembra do Imposto.”<sup>217</sup>

Mas, entre 1907-1908, Aloísio de Carvalho não estava sozinho no *Jornal de Notícias* nas suas críticas ao regime, dividindo o espaço do comentário com outra série, denominada de *Rabugices*. Escrita em forma de prosa, era assinada por um Braz Velhinho, sendo publicada por alguns meses apenas. Nas pesquisas feitas no JN, não foi

---

<sup>214</sup> Na pesquisa, não foram identificados outros cronistas que se utilizassem desses termos para se referir ao Legislativo como *Aprovatório* ou D. Bricório ao bico de pena, referindo à caneta que assinava as atas finais.

<sup>215</sup> Ver as crônicas do mês de abril a novembro de 1907.

<sup>216</sup> JN 18 ABR 1907.

<sup>217</sup> JN 19 Abril 1907.

identificado nenhuma referência explícita ao autor da série, mas é bem provável que seja do intelectual e político baiano Braz do Amaral<sup>218</sup>.

Alguns elementos apontam para isso. O primeiro – e relativamente mais óbvio-, é a referência indireta ao primeiro nome do médico e integrante do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, cujo adjetivo se explicaria pelo personagem narrador assumir sua velhice. Um segundo aspecto são as referências, nos três primeiros textos da série, a autores e discussões médicas no final do século XIX e princípio do XX, temas sobre os quais o médico Braz do Amaral poderia ter proximidade e conhecer.<sup>219</sup> Por fim, como apontam alguns autores, a posição política de Braz do Amaral, durante a primeira república, se aproximou à crítica à república e defesa da monarquia.

Escrito em forma de prosa, o autor apresentava no primeiro texto seu ‘programa’ de ação: dizer e comentar tudo aquilo que presenciou, com a liberdade permitida aos velhos. Para a personalidade do narrador, utilizou-se da estratégia textual de apresentá-la em contrapontos: rabugenta, mas sem ser caduca; pretendia ser cristã, mas cair na hipocrisia; não teria a empolgação e excitação, pois tal comportamento não condizia com a velhice. Era um personagem como um velho de consciência crítica, distante dos vícios dos hipócritas e da imaturidade juvenil.

Definindo mais ou menos o perfil, mas sem delimitar inicialmente o campo temático, o autor dá uma pista ao leitor sobre um tema que lhe parecia importante: a política. Neste aspecto, é interessante ir ao original: “[na] Política, não terá aplausos para os pequenos déspotas, que se julgam príncipes na República e nem elogios para a (sic) bacanal das eleições e nem simpatias para os que mudam de ideia, na razão direta de suas conveniências”.<sup>220</sup>

Desta forma, anunciava-se aos leitores um velhinho Braz, comentador rabugento e severo, que em política ou outros temas faria suas críticas pelo privilégio da idade avançada e graças ao fato de ter visto as coisas passarem. Em outras palavras, poderia criticar, pois tinha visto as promessas e os desejos não se concretizarem. É interessante notar que estas críticas – ou pelo menos a promessa de fazê-las- estavam próximas às desenvolvidas no personagem Lulu Parola, fato reforçado pela presença da série de Braz

---

<sup>218</sup> Braz do Hermerengido do Amaral (1861-1949) foi um importante membro da intelectualidade baiana no final do Império e primeiros anos da República. Além de médico e político, foi integrante do IGHB e fundador da Academia de letras da Bahia.

<sup>219</sup> Entre os temas, estava o uso do espartilho e suas implicações na higiene feminina, a morte do médico Fillemon Pontes e os livros do neurologista italiano do final do século XIX, Paolo Mantegazza.

<sup>220</sup> JN 13 jul. 1907.

Velhinho no jornal. Em resumo, os personagens de ambos pareciam servir como forma para se discutir a política naquele início de República.

Ainda que não seja o objeto central da dissertação, pode ser interessante aprofundar mais na série, percebendo mais detalhadamente essas aproximações. Buscando manter uma coerência com o perfil prometido em sua apresentação, o cronista Braz parecia empenhado em reforçar a ideia de que o novo não superou em nada os problemas antigos, apesar da promessa de se fazer o inverso. O regime republicano apenas agravava os problemas já existentes, tornando-os estes piores, ou petulantes, como afirmou em sua série. O velho, o antigo ou as coisas do passado acabam por se configurar em vantagem ao novo.

O primeiro comentário veio na crônica do dia 20 de julho, tematizando as agitações no país e na Bahia para a exposição comemorativa 100 anos da abertura dos Portos, em 1908. O narrador elogiava a movimentação como algo louvável, mas que lhe parecia incrível diante da “deturpação do atual regime” no qual imperava nos “espíritos dirigentes e por toda parte” era a “loucura da politicagem que se apresenta mais requintada do que nos tempos ominosos da monarquia que Deus tenha longe de nós por muitos anos.”<sup>221</sup>

É interessante salientar que o final da afirmação funcionava como uma estratégia, que matizava um julgamento imediato do leitor sobre a posição política do personagem, uma vez que não desejava o Império, pois suas atenções estavam no novo regime. Mas na continuação do texto, o cronista afunilava mais a discussão, relatando seu receio com o desempenho da Bahia, que diferente do engrandecimento de outros estados “menores” ou do Sul do país, padecia de uma perda de força e importância assistida em tempos passados. Sem propor uma resposta do motivo de tal situação, o cronista induzia o leitor para um caminho ao colocar as seguintes questões:

Mas então porque não a fazem prosperar grandemente, porque em 18 anos de República não a tornaram digna de progresso, revivido o seu antigo renome, engrandecida sua hegemonia? Porque todos os melhoramentos que nela se projetam, porque todas as ideias generosas e civilizadoras, que se erguem para lhe dar um grande impulso, juntam-se logo, em criminosa solicitude, as ambições e os interesses pessoais e, doloroso pergunta-lo, porque aparece a política e politicagem impatriótica para tudo embaraçar (...)?<sup>222</sup>

---

<sup>221</sup> JN 20 Jul. 1907.

<sup>222</sup> Idem.

De modo direto, o personagem colocava que se estaria assistindo: um sobrepujamento dos interesses individuais sobre o coletivo, tema que, como salientado, era característico do sentimento de desilusão republicana. Além disso, se somando ao artifício da comparação com a monarquia, aproximava-se de fato Aloísio de Carvalho. torna esse personagem, de imediato, um espaço de discussão sobre a república.<sup>223</sup> Ao leitor mais assíduo da *Cantando e Rindo*, o Braz Velhinho retomava, em forma de prosa, parte do que era comentado através de Lulu Parola.

Um fato que mobilizou ambos os intelectuais, e por conseguinte, seus personagens, foram as citadas discussões no seio do PRB em torno da sucessão governamental de 1907. Nos comentários em Lulu, feitos no mês de abril, ironia esteve na postura dos políticos adesistas de última hora e falta de partidos unidos para além dos desejos privados. Na crônica do dia 22 de agosto<sup>224</sup>, o Braz Velhinho retomava o tema, lamentando “como bom republicano” que era, a “pouca vergonha dos desfalques do atual regime”, no qual se assistia, todos os dias, escândalos e mais escândalos.

Na sequência do texto, ilustrava diferentes reações dos tipos políticos. De um lado, havia os “homens de ontem, hoje transformados em republicanos de zelo fariásico”, que ainda se espantavam com as novas gatunices, proferindo um “oh” de espanto. Mas o narrador considerava aquilo uma reação de “araque”, pois não se benziam ao final, sabendo que no julgamento divino poderiam ser pegos em falsidade. Do outro, os monarquistas fiéis impeliavam “exclamações” e mostravam-se “escandalizados” e asseguravam que tão “grandes roubaheiras vistas não eram no antigo regime”. Mesmo considerando justo que monarquistas nutrissem o desejo de um retorno ao governo monárquico, considerava que de nada adiantaria, pois à época do exílio de D. Pedro II não souberam defender o regime e permitiram a partida daquele grande espírito.

Por fim, havia o grupo com o qual o cronista desejava acertar contas: os “puritanos da República” ou “certos adesistas, que tiveram a propriedade de esmagar os verdadeiros democratas, os republicanos da propaganda, por estarem aí emporcalhar o

---

<sup>223</sup> Como tem demonstrado alguns autores, a posição da Bahia no novo regime foi alvo de constantes discussões das elites intelectuais, quer fossem na sede do Instituto Geográfico Histórico da Bahia, quer nas páginas dos jornais. Ver sobre o tema, os trabalhos de ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.; LEITE, Rinaldo. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e infortúnios nas primeiras décadas da Bahia republicana*. Tese: Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

<sup>224</sup> JN 22 Ago. 1097.

regime”<sup>225</sup>. Mas era preciso, enfatizava o narrador, ser justo, já que os desfalques não nasceram com a República. Pelo contrário, já eram imensos no Império, com a diferença que agora poderiam estar mais petulantes. Deste modo, terminava na esperança que os próprios escândalos engolissem aqueles falsos servidores e que os verdadeiros lutadores poderiam cumprir seu dever de salvar o novo regime de “um só partido”. A ironia sutil no final contribuía para deixar o narrador mais `livre` em sua crítica, nesta caso provavelmente direcionada ao PRB, partido da situação.

Para finalizar e não alongar demais, nas duas últimas crônicas se deteve sobre o problema da ‘verdade’ das eleições. No dia 29 de Agosto<sup>226</sup>, após a apresentação dos nomes através de um manifesto do partido (Araújo Pinho e Inácio Tosta), o Braz Velhinho discutia a verdade das eleições. Na sua argumentação, uma vez colocado os candidatos, deveriam seus apoiadores agora cuidar da honestidade daquele pleito, pois qualquer trapaça não seria um desrespeito mais a república, mas sim a própria honra dos que concorriam. Era um apelo, continuava, em nome da honra daqueles homens e do papel do povo como juiz.

Já no dia 04 de setembro era publicado o último texto da série<sup>227</sup>, não dando tempo ao Braz velhinho presenciar a tensão da eleição em 1908. Como citado, a série e o personagem de Braz do Amaral por aquele breve período atuou junto com o personagem de Lulu Parola numa espécie de espaço de comentário sobre os vícios do regime. Numa análise mais detida, inclusive, durante aqueles meses (julho até setembro), coube ao Braz (cronista e personagem) o papel de aprofundar uma reflexão sobre o regime, ao passo que ocorriam as articulações políticas estaduais em torno do candidato ao governo. Se a proposta de caracterização de Lulu Parola estiver correta, este fato reforçava uma visão de uma república em negativo, cujos males giravam em torno da proeminência dos interesses pessoais e da falta de legitimidade do processo eleitoral.

As pilhérias constantes sobre o papel do legislativo, a falsidade das atas, as adesões, entre outros, foram se tornando uma constante do personagem de Aloísio de Carvalho. Como citado, este tom de dúvida e ironia já vinha de esboçando desde 1891, que naqueles anos iam se tornando mais consolidado. Da pesquisa realizada, esta foi a

---

<sup>225</sup> Idem.

<sup>226</sup> JN 29 Ago. 1907.

<sup>227</sup> JN 04 Set. 1907.

primeira vez que aparecia no JN uma série de crônicas com um teor fortemente político e direcionado para esse sentimento de desilusão republicana.

### **Política na *Cantando e Rindo* durante a ascensão de Seabra (1909 a 1912)**

O ano de 1909 foi fundamental para J. J Seabra em seu retorno a política do estado, já que concorria desde o final do ano anterior a uma vaga como deputado federal nas eleições em 30 de janeiro. Junto com outros periódico, o JN buscou dar sua contribuição, atuando diretamente nos editoriais e matérias com comentários a favor do político baiano ou recuperando inclusive notas antigas sobre a atuação do antigo ministro. Como exemplo, estampou na sua primeira folha uma análise da atuação de Seabra no governo de Rodrigues Alves, publicada em 1906 na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro<sup>228</sup>.

Ao passo que essas ‘defesas’ apareciam constantemente em primeira página, a persona de Seabra não frequentou as parolas de Lulu, pelo menos não diretamente. Na coluna a discussão girou em torno que, com certa dose de aproximação analítica, conectavam-se em favor do seabrismo: o processo eleitoral<sup>229</sup>. No texto do dia 11, intitulada “As eleições no Brasil, a propósito do próximo pleito.”, o cronista sintetizava em poucos versos sua discussão: “A cédula na urna botarei/ Mas, não garanto o voto, não me atrevo/ Votado, não sei mais em quem votei,/ Porquanto as atas não sou eu que escrevo!”<sup>230</sup> Já no dia 30, dia exato do pleito, os versos repetiam a ideia, supondo um diálogo entre eleitores:

Você foi votar hoje? – Votei!/ - Fez muito bem!/ Em quem? Isto, por ora..não sei!/ Mas na cédula não diz? / -Ah, meu amigo, atualmente, o processo é diferente/ No país../ Hão de os votantes saber/ O candidato votado, / Depois da câmara ou senado/ Reconhecer...<sup>231</sup>

Em pilhérias mais genéricas e certa participação distanciada, reiterava sua opinião sobre as eleições como um dos momentos mais importantes para a República, pois era quando o povo exprimia sua vontade, ao mesmo tempo que não deixavam de

<sup>228</sup> Ver JN de dezembro de 1908; JN 28 Jan.1909.

<sup>229</sup> Totalizando dez crônicas diretas durante esse período, esse tema parecia importante de ser discutido por Aloísio de Carvalho. Ver as crônicas do mês de janeiro de 1909.

<sup>230</sup> JN 01 Jan. 1909.

<sup>231</sup> JN 30 Jan. 1909.



comentar o clima eleitoral daquele momento. Assim, temas como as práticas maléficas, que ajudavam nesse ‘andar torto’ por vezes denunciado na *Cantando e Rindo*; o chamado *Dom Bicório*, responsável em preencher atas falsificadas; a presença das comissões de verificações, que ao sabor do jogo político, alteravam ou criavam a ‘vontade’ do povo.

Já os editoriais dos dias 29 e 30 de janeiro complementavam as crônicas, clamando para a lisura do processo. No primeiro, além de esperar que pleito fosse tranquilo e sem perturbações da ordem pública, refletia-se sobre a importância daquele momento, pois:

Fato da maior culminância da vida de um povo, a escolha de seus pares para o mandato de representante no poder legislativo, é dever de todo cidadão ir às urnas, depositar livre e conscientemente, a sua cédula com o nome daqueles que mais dignos lhe parecem para desempenhar tão honrosa missão, e dever do governo cercar de todas as garantias, o votante e lhe respeitar a vontade expressa nas urnas...<sup>232</sup>

O texto anunciava a importância das eleições, deixando claro o dever de cada um dos envolvidos na eleição. No outro dia, entretanto, o editorial fazia uma espécie de mea-culpa das insinuações sobre aquele ritual na *Cantando* do dia 30. Assim abria o texto:

Não saberíamos honrar a nossa missão patriótica, si insinuássemos o retraimento do eleitorado, como si nos não interessasse a crença inabalável de que, sem eleições francas e liberais, sem o pronunciamento, espontâneo e respeitado, das urnas, poderia o povo triunfar de qualquer conquista, no terreno das suas sempre sofismadas reivindicações políticas.(...)<sup>233</sup>

Conscientes do momento importante para o retorno político de Seabra, o JN entrava na disputa. Se as críticas mais genéricas ao processo eleitoral se acentuavam nas parolas de Lulu, parecia importante ressaltar a importância daquele mesmo processo no jornal. Numa espécie de jogo sutil, editorial e coluna trabalhavam em diálogo, deslegitimando as fraudes por parte dos grupos no poder e ratificando o processo como um todo, forma única de Seabra voltar ao poder.

---

<sup>232</sup> JN 29 Jan. 1909.

<sup>233</sup> JN 30 Jan. 1909.

Uma crônica daquele mês poderia ser utilizada para melhor exemplificar esse argumento. Seus temas eram, aparentemente, assuntos distantes do debate político: Segunda Feira do Bonfim. Como já vinham fazendo em outras parolas sobre a festa, o cronista utilizava daquele momento para fazer um balanço do que foi o ano e comentar os mais variados temas de uma só vez<sup>234</sup>. No dia 18 de janeiro, com o título de “Desencantes do Zé-Povo baiano, hoje segunda feira do Bomfim, dia da tradicional festa sua.”, a pena de Lulu Parola quase deixava a festa de lado para se dedicar a política, versando:

(...) Passo a vida em quebradeira/ Neste regime da Pança!/ Mas, numa segunda-feira,/ Sei tirar minha vingança!/ (...)  
Não há quem hoje combine/ No sonho republicano.../ - Compadre, o violão afine,/ Que nisto eu sou soberano!/ (...)  
Mandaram D. Pedro embora,/ Para a cousa endireitar.../ Mas, nunca vi, como agora,/ Tanto monarca a reinar!”(...)  
Fazem governo em meu nome,/ Mas, a ninguém eu elejo.../ Meu cobra o imposto consome,/ Sem me dar o que eu desejo,(...)<sup>235</sup>

As críticas ao regime republicano, sobretudo às práticas eleitorais e brigas das oligarquias, iam reforçando a ideia de distanciamento daquele regime do povo. Ao convocar o ‘Zé-Povo’ a comemorar aquele dia como seu, como fazia desde os primórdios da série, Aloísio de Carvalho parecia criar uma relativa incongruência. Num regime do povo pelo povo, no qual deveria ser soberano, este apenas tinha um dia verdadeiramente seu. Por outro lado, mesmo sabendo de todas as dores, mazelas e vícios, a única saída era comemorar, rindo e sambando até a saciedade, funcionando como antídoto para esquecer tudo aquilo que o regime lhe fazia sofrer. A República ia aparecendo em seus negativos, naquilo que deveria ser, mas não era.

Para aquelas eleições de 1909, como bem observou Sílvia Sarmento, o grupo seabrista tinha plena consciência que apenas poderia comemorar depois do reconhecimento no Legislativo, que contribuiu para um tom moderado dos editoriais e a insistência no respeito da ‘vontade’ do povo.<sup>236</sup> Porém, as apreensões não se confirmaram e Seabra conseguiu garantir sua vaga para deputado federal, retornando depois de um hiato ao cargo representativo. Junto com seus correligionários, o JN participou de uma festa, com direito a champagne e cardápio em francês.

---

<sup>234</sup> Era muito comum o cronista dedicar longas parolas à Segunda Feira do Bonfim. Ver Anexo I.

<sup>235</sup> JN 18 Jan 1909.

<sup>236</sup> SARMENTO, Sílvia.op. cit. p. 111.

Durante o ano de 1909 as movimentações em torno da presidência tiveram um forte impacto na dinâmica política baiana, bem como no destino do grupo seabrista. De maneira sucinta, o presidente mineiro Afonso Penna buscava indicar seu sucessor, seu conterrâneo Davi Campista, mas encontrava muita resistência de algumas oligarquias estaduais, como São Paulo, Rio Grande do sul e parte da Bahia. Um dos principais problemas era que tal procedimento significava a manutenção do poder com o mesmo estado da federação, além de romper com um acordo tácito entre a elite política nacional do presidente atual não indicar seu sucessor<sup>237</sup>.

Enquanto o presidente tentava emplacar sua indicação, o político gaúcho Pinheiro Machado trabalhava junto a este para impor outras possibilidades. Segundo Cláudia Viscardi<sup>238</sup>, entre as conversas dos dois políticos, Pinheiro Machado insistia no nome do ministro da Guerra, o Marechal Hermes da Fonseca. Segundo a autora, o político gaúcho, antevendo um retorno dos militares à política, buscava consolidar aquele nome como uma espécie de trunfo para ampliar o peso político do seu Estado. Somando a isso, a autora destaca que havia ao mesmo tempo um desejo autônomo por parte do exército para um retorno à política.

O baiano Rui Barbosa também engrossava a resistência ao nome de Davi Campista, fazendo crescer uma coalizão contra o nome indicado pelo Catete. Por outro lado, apesar de sua proximidade com o *Bloco*, não concordava com a indicação do nome militar. Segundo comenta Silvia Sarmiento, o político baiano trabalhava fortemente em causa própria neste momento, buscando consolidar sua candidatura. Porém, após algumas reviravoltas, Pinheiro Machado conseguiu o apoio de parte da elite mineira, baiana e fluminense, efetivando a candidatura de Hermes. O senador baiano, então, voltou a se aproximar de Afonso Penna. Após negociações tensas, Rui Barbosa lançou sua candidatura, com um apoio cambiante de São Paulo e parte dos grupos do poder na Bahia.

Essa disputa em torno da indicação do nome candidato não passou incólume na *Cantando e Rindo*. No mês de maio, após algumas parolas<sup>239</sup>, o cronista brindou seus leitores com a seguinte crônica no dia 23 de maio:

---

<sup>237</sup> Ver VISCARDI, Cláudia. op. cit.

<sup>238</sup> Idem.

<sup>239</sup> Ver as crônicas do mês de maio de 1909.

Parece que tudo está/ De pedra e cal, dito e feito;/ Que o presidente será/ Quem já é, antes de eleito!/ Eu quando digo *parece*,/ Sei o país que estou;/ Que muita coisa acontece/ Em que jamais se pensou!/ Quem supôs que a monarquia,/ vivendo em nuvens de lóas,/ Fosse, da noite para o dia,/ Passageira do *Alagoas*? Depois então que se fez/ Aquela grande surpresa/ Todos empregam *talvez*/ Para exprimir a *certeza*!/ Mesmo com o verbo *aderir*,/ Mesmo com o verbo *engrossar*/ Ninguém pode garantir/ Se fica, ou tem que embarcar/ Antigamente, era um mote:/ Vem chuva, cubra a cabeça.../ Hoje, se sai de capote/ E é sol até que anoiteça!  
De tudo mais engraçado/ É disto que não duvido;/ O marechal indicado,/ Para mim, já está promovido!/ E vou bem claro dizer/ Porque razão penso assim:/ Mas, já não posso fazer/ Pois a quadra está no fim.../ E eu não duvido; entretanto,/ Tenho também um motivo/ Para dizer – não garanto!/ Sei o país em que vivo!  
Por isso digo: *parece*.../ Há tanta gente no bolo,/ que o imprevisto estremece/  
Da coisa acabar num *rolô*!<sup>240</sup>

A ironia pode ser percebida em dois níveis. Na primeira, mais evidente, brincava que após o período de maturação do nome do futuro candidato da situação, a sensação de indefinição. Indo mais além, ou discutindo sobre o próprio regime, comentava que era mais uma prova de uma república que nascera com a marca da surpresa e incerteza, pois desde sua proclamação e após a surpresa da queda da monarquia, todos usariam o talvez para exprimir uma certeza. Além disso, nem as práticas de adesão e engrossamento, vícios da política já ironizados pelo cronista, daria uma sensação de segurança. Como vem sendo argumentado, ao passo que o cronista participava da luta pela ascensão do seabrismo, registrava sua leitura sobre a República, com forte acento nos seus aspectos negativos.

Na Bahia, a briga nacional pela indicação teve resvalos importantes. Do lado governista, José Marcelino e Araújo Pinho ficaram entre “a cruz e a espada” política, pois apesar de ter prometido ao presidente Afonso Penna apoiar a candidatura indicada por ele, sabiam das opiniões e vontades de Rui Barbosa. Era sabido também que provocar briga com qualquer um dos lados naquele momento poderia ter um sabor amargo de ficar na oposição do poder central ou sofrer na verve erudita do senador.

Já em meados de 1909, as posições ficaram mais definidas, com a ida dos marcelinistas a favor do senador Rui Barbosa. No lado seabrista, a postura inicial foi de cautela em relação a uma tomada de exposição explícita. Comentando sobre o aparecimento do nome do marechal como candidato e sua resistência em aceitar a

---

<sup>240</sup> JN 14 Maio 1909.

indicação, Lulu Parola aproveitava para ironizar nos seus versos do dia 06 de março a partir do mote dessa suposta negativa:

Eu, por mim, entretanto, insistia.../Era bastante o homem não querer/Para ser/  
Talvez assim, subindo constrangido/ Zangado de o botarem no lugar/ A coisa  
endireitasse lá por cima.../Vamos experimentar...Onde a imprudência? Ha quase  
vinte anos que o sistema/ Não sai da experiência!...<sup>241</sup>

Em julho, Seabra finalmente assumiu seu apoio a candidatura de Hermes da Fonseca, criando, a chamada Junta Baiana Pró-Hermes-Wenscelau<sup>242</sup>. Em 27 de julho de 1909, por exemplo, o JN acompanhava a chegada do chefe político à capital, com a presença de Aloísio de Carvalho no evento organizado pela Liga<sup>243</sup>. É importante anotar que o surgimento da Liga não foi comentado por Aloísio em sua coluna, denotando, em alguma medida, o desejo do cronista de preservar aquela movimentação política de pilherias ou galhofas.

Na Bahia, a estratégia de Seabra era continuar a favor da candidatura de Hermes da Fonseca para presidência, mas sem romper inicialmente com Marcelino e Araújo Pinho no âmbito local. Em outras palavras, tentaria manter uma base de apoio local, administrando divergências até quando possível. Entretanto, em finais de agosto e início de setembro, as discussões romperam com esse tênue arranjo, obrigando cada grupo a definir seu lado no entrevero. De um lado, um grupo de oposição, que reunia os aliados de severinistas e seabristas em torno do hermismo, mesmo que mantivessem um nível alto de inimizade. Não eram cisões neste momento não eram de tom definitivo, mas maleáveis o suficiente para possíveis arranjos posteriores, pois como bem denominou Consuelo Sampaio, os políticos baianos já eram experientes nessa ‘política de acomodação’, que garantia aos grupos dominantes se manter no poder através de negociações e acordos de bastidores.<sup>244</sup>

Essa indecisão inicial dos grupos políticos não passou despercebida na coluna de Lulu Parola. Denominando o grupo de “Família baiana”, comentava que “É todo dia

---

<sup>241</sup> JN 06 Mar. 1909.

<sup>242</sup> A Junta foi oficializada no dia 09 de julho. SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit. p. 100.

<sup>243</sup> JN 28 Jul.1909. Como informa Consuelo Novais Sampaio, no dia 30 instalou-se a Junta Republicana da Bahia Pró-Hermes-Wenceslau, com a presença em suas fileiras de diversos líderes políticos da nova geração.

<sup>244</sup> De outro, os mercelinistas se aliaram ao lado de Rui Barbosa. Ver SAMPAIO, Consuelo Novais. op. cit.

– uma briga;/ cisões – em cada semana...;/ E enquanto vive brigando,/ Outros estão avançando!...”<sup>245</sup> Ao que tudo indica, ao passo que ironiza as brigas entre marcelinistas, seabristas e severinistas, não deixava de comentar o quanto que isso poderia estar ajudando a candidatura do outro lado, Rui Barbosa.

É consensual, entre os historiadores do período, classificar essa disputa presidencial como umas das mais importantes da história da Primeira República, em virtude principalmente da significativa mobilização por parte dos candidatos, com diversos meetings, passeatas e discursos em jornais em boa parte do país. Os lados da disputa se dividiram em dois blocos: os *civilistas* versus *militaristas*, ou *hermistas*. No primeiro estava Rui Barbosa, capitalizando um discurso que julgava um retorno militar ao poder um retrocesso político para o regime. No outro lado, estava Hermes e parte dos grupos dominantes de Minas, Rio Grande do Sul e diversos outros estados, além de parte do Exército. Sua principal bandeira, como apontam alguns autores<sup>246</sup>, era a denuncia dos vícios e males das chamadas oligarquias, entendidas principalmente a partir da ideia de um continuísmo no poder.

É importante salientar que a plataforma de Rui Barbosa também havia essa crítica, mas sem por isto em primeiro plano. Sua principal pauta estava em discutir o perigo da perda da autonomia federal e das intervenções federais por parte dos militares. Naquele contexto, os apoiadores do Marechal pendiam a defender uma ação mais efetiva do poder central contra os abusos dos chefes locais, enquanto o outro lado argumentava a favor da autonomia e contra o autoritarismo.

Após intensa campanha, Hermes acabou saindo vitorioso da briga pela presidência<sup>247</sup>. Das crônicas de Lulu Parola, bem como a posição do JN durante essa disputa, infelizmente, não foi possível averiguar a disputa devido a deterioração desse material. Segundo Consuelo Novais Sampaio, apesar da grande mobilização, foi um processo que não alterou as práticas já habituais. Na capital e no interior, ambas as campanhas foram marcadas pelos *meetings* e campanhas, nas quais “as paixões revelaram-se mais acirradas, tornando inevitável a presença de pistolas e cacetes, que,

---

<sup>245</sup> JN 23 Set. 1909.

<sup>246</sup> Ver um balanço recente sobre o tema em VISCARDI, Cláudia. op. cit.

<sup>247</sup> As edições do início de 1910 não estão disponíveis para acesso, impossibilitando um acompanhamento desse momento. Foram localizados exemplares na Biblioteca Nacional, cujos microfilmes estão em processo de digitalização;

em poucos instantes, desfaziam os préstitos organizados pelos adeptos de ambos os candidatos”<sup>248</sup>.

Além disso, os recursos conhecidos de pressão e fraude também foram utilizados por ambos os lados. Ainda segundo a autora, os hermistas enfrentaram maiores dificuldades, vez que não contavam com a máquina governamental para lhe amparar nas trocas de benesses com os coronéis locais e na adulteração de listas e atas. Porém, quando possível, a oposição não se fez de rogada em lançar mão dos expedientes tão criticados por Aloísio de Carvalho em sua coluna *Cantando e Rindo*.

Nos jornais consultados, em finais de 1910, ou seja, após a vitória e reconhecimento do candidato militar, é possível ter acesso a algumas impressões de Aloísio de Carvalho sobre aquela eleição. Um exemplo pode ser tirado a partir de um comentário da viagem do marechal a Portugal, que enfrentava seu processo de proclamação da república, No dia 04 de outubro de 1910 aparecia aos leitores um comentário sobre uma conversa fictícia entre o rei português e o militar brasileiro:

Um telegrama diz/ Que el-rei D. Manuel, de Portugal,/ Visitando no Tejo o marechal,/ Que em breve reinará neste país,/ Falou-lhe de manobras militares.../ Mas, de duas, ao certo, não tratou:/ Da que fez ir um dia pelos ares/ O trono de um Bragança, seu avô;/ E desta, pela qual é presidente/ O próprio marechal ali presente...<sup>249</sup>

No dia seguinte, Aloísio de Carvalho reforçava o assombro juntos aos seus leitores, pois não sabia que ao comentar sobre Hermes Fonseca no *Cantando* do dia anterior, já estavam articulando a derrubada da monarquia portuguesa. Diante do assunto novo e mais importante, a viagem de Hermes perdeu um pouco espaço para as ironias com o novo regime português. Após o retorno do Marechal ao Brasil, o cronista aproveitava para fazer uma pilhéria com sua ida e a mudança de regime bem na sua visita. No dia 31 de outubro, levantava a ligeira dúvida: “Eu não quero intrigá-lo/ pois bem sei/Que, entre nós, português ama a Coroa;/ Mas si o Hermes não fosse até Lisboa,/ Ainda Portugal teria rei...”. Não que fosse a principal razão, pois o cronista explicava ao leitor que estava tudo pronto, porém: “Influiu...É Fonseca, e é o quanto basta... /Já seu

---

<sup>248</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. op. cit. 101.

<sup>249</sup> JN 04 Out. 1910.

tio, o Deodoro, foi aquilo/Que se viu, nem ninguém pensava em Nilo!.../E agora, é ele: novo trono arrasta...!”<sup>250</sup>

Por outro lado, nos editoriais do jornal, a tônica da cobertura ao evento era demonstrar de fato que não havia surpresa, em virtude das diversas notícias de articulações dos republicanos. O jornal desejava paz e tranquilidade ao povo português em função da mudança do regime, sem omitir qualquer inclinação ou simpatia a qualquer lado em disputa. Com o correr do acirramento das lutas, mortes e violência naquela proclamação, aumentava-se os lamentos pelas vidas perdidas em nome da política, ainda que fossem em combate honrado, mas continuava se abstendo de pender para a defesa de um novo regime republicano. Nos versos da série elaborados durante esse momento, não foram encontrados outros registros mais opinativos sobre o regime de Portugal, para além das ironias na série com os vícios que o regime nacional vivia.

Se as fontes disponíveis não permitem acessar as avaliações de Aloísio de Carvalho sobre Hermes da Fonseca ou mesmo sobre a República, quer no Brasil, quer no além-mar, aquele final de 1910 havia sido de grande importância para o jornal: em outubro passaria por uma grande reformulação, aprimorando sua diagramação a partir da compra de novos equipamentos e nova organização societária. Como já citado no 1º capítulo, o autor de Lulu Parola, numa sociedade com seus irmãos, assumiria a posse e a chefia da redação.

Tal fato aumentava sua importância dentro da cena política e social, uma vez que se tornava cada vez mais um periódico entre os mais lidos na cidade, além de contar com uma colaboração de parte da intelectualidade política e cultural <sup>251</sup>. Por outro lado, com essa nova divisão de trabalho dentro do jornal, a folha buscava acompanhar as mudanças da imprensa do período, tornando a posição de Aloísio de Carvalho central dentro do JN. Os editoriais, espaço privilegiado de posicionamento político da folha, passavam a ser de responsabilidade do novo dono.

Na interpretação defendida aqui, este fator parece ter dado um espaço maior de crítica ao jornalista, quer em seus editoriais, quer em sua série. É importante frisar uma observação sobre o conhecimento que os leitores tinham sobre Aloísio de Carvalho ser o autor de Lulu Parola. Das fontes consultadas durante toda a pesquisa, era a primeira referência explícita entre os dois surgiu numa nota de agradecimento do filho de Aloísio

---

<sup>250</sup> JN 31 Out. 1910.

<sup>251</sup> Além do retorno do Braz do Amaral, havia a participação de políticos seabristas como Arlindo Fragoso.



de Carvalho, comemorando a citada ampliação do jornal<sup>252</sup>. Já nas cartas enviadas à redação que foram publicadas ou em notícias sobre republicação de versos do *Cantado e Rindo* em outros períodos, não aparece o nome de Aloísio de Carvalho. Como citado, a possibilidade – ou não- do autor se esconder atrás de um pseudônimo interferia no espaço de liberdade da crítica e da associação entre autor e personagem.

Por outro lado, existe uma tentação imensa de cogitar que esse segredo não existia, por algumas razões. Em primeiro lugar, como já citado, em 1891 o próprio Aloísio parecia temer por essa aproximação, principalmente na mudança do texto em prosa para a crônica em verso. Em crônicas de 1906, o personagem comentava abordagens que sofria na rua, em especial pelo uso constante da casaca preta. A duração da série, iniciada em 1887, e que se mantinha até 1910, tornou a figura de Lulu Parola conhecida, sendo saudada nos aniversários dos jornais. Mas em todos estes exemplos as referências que apareciam eram ao personagem, agradecido em separado do nome de Aloísio de Carvalho.

É uma posição de difícil comprovação empírica. De documental, foi possível perceber que a partir de 1910, época da reformulação do periódico, a posição do jornal a favor da eleição de Seabra se tornou mais explícita e sistemática, quer seja nos editoriais, quer seja na coluna. Em certo sentido, este momento funcionou como uma espécie de divisor de água, demarcando um engajamento maior do cronista na luta política. Como será desenvolvido no próximo capítulo, será a partir desse marco que Aloísio de Carvalho começara a se envolver mais intensamente em movimentos que buscavam ‘salvar’ a República pela via do militarismo e nacionalismo, ao passo que mantinha em sua série seu espaço de crítica negativa do regime.

O ano de 1910 trouxe algumas mudanças para o seabrismo na Bahia, principalmente pela criação de um novo partido, o Partido Democrata. Encabeçado por Seabra, era uma força de oposição para fazer frente aos governistas, fragilizados com a vitória do novo presidente. O principal agrupamento partidário, o Partido Republicano Baiano, estava esfacelado entre suas correntes internas. Porém, isso não significou uma adesão imediata para o lado de J.J. Seabra. Como salienta Consuelo Sampaio<sup>253</sup>, havia um movimento refratário das antigas facções do PRB, impulsionando o líder do Partido Democrata telegrafar para os chefes fora de Salvador em busca de apoio. De uma

---

<sup>252</sup> JN 29 Out 1910.

<sup>253</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. cap. 02.

maneira geral, à sua nova agremiação política incorporou-se o nome de alguns chefes importantes do interior e o apoio, na capital, do conselheiro Luis Viana<sup>254</sup>.

Porém, a partir de 1911 novas mudanças viriam para Seabra. No contexto político nacional ganhava força ao escolhido como ministro para a poderosa pasta de Viação e Obras Públicas. Tal vitória, por outro lado, vinha em um momento político complexo e instável, marcado por uma forte oposição civilista aos partidários de Hermes, além da presença dos militares junto ao poder. Como salientou Cláudia Viscardi, além de ter enfrentado uma revolta na Marinha logo no princípio do seu governo:

O fato de Hermes não atuar politicamente, enquanto um representante de uma unidade federal, contribuiu para a fragilização do exercício do seu poder. Estes fatos, aliados à conjuntura de crise econômica, possibilitaram o crescimento do Congresso como um locus de disputa de hegemonia entre os estados-atores. Tal conjuntura conferiu no novo governo um clima de instabilidade política, caracterizada pela edição de dois estados de sítios, a continua renovação de ministros, numerosas intervenções militares e conflitos sociais de importância.<sup>255</sup>

A passagem sintetiza bem a situação de tensão dos primeiros momentos do governo de Hermes. Tensão social e disputa entre militares e civis tornavam a situação tensa. Junto a isso, havia outro agravante no interior dos Estados, pois as diversas facções oposicionistas estaduais que haviam apoiado Hermes da Fonseca nutriam a esperança de alterar sua posição dentro da política local, principalmente nas suas eleições. No Rio de Janeiro, situação era mais complexa, uma vez que essas disputas estaduais serviram para estabelecer uma divisão na base de sustentação do governo do marechal. De um lado, havia os civis aliados à Pinheiro Machado e, de outro, os militares associados a grupos de oposição estaduais, agrupamento no qual se localizava Seabra.

Tais questões se materializaram nas chamadas intervenções dos militares, conhecidas como *salvações*, que “consistiam nas tentativas dos elementos militares do governo, associado aos familiares do presidente da República, de interferirem sobre as

---

<sup>254</sup> Por outro lado, Seabra manteve sua estratégia de obter apoio no comércio e trabalhadores da capital. Ver Sarmiento, op. cit.

<sup>255</sup> VISCARDI, Cláudia. op. cit. p.199.

sucessões estaduais, com vistas a se fortalecerem no controle do governo federal.”<sup>256</sup>. De algum modo, esses atos cumpriam pelo menos dois objetivos básicos: saldar aquelas promessas durante a campanha do Marechal, ao mesmo tempo que ampliavam sua presença na política brasileira.

Em linhas gerais, esse era panorama nacional para as eleições de 1911 de renovação da Câmara e um terço do Senado. O apoio dos militares e do governo federal ajudava a oposição, o seabrismo, contra os dois outros grupos locais: os *severinistas* e os situacionistas<sup>257</sup>. Era uma arma fundamental, pois como aquele primeiro grupo não possuía maioria na máquina governamental, principalmente no momento do reconhecimento dos candidatos, sabia-se de antemão que a tendência era a situação sair vencedora.

Como já praticado em outras eleições, Aloísio de Carvalho se utilizava do seu personagem para comentar sobre o processo eleitoral e declinando a favor de Seabra. No dia anterior ao pleito, por exemplo, brincava que na eleição do outro dia haveriam“(...)três partidos...seus candidatos cada qual indica, proclamando a vitória eleitoral/ Sim, nas atas, vão ver, não há vencidos...Qual é porém, a câmara que fica. Isto...eu vou perguntar ao marechal...”<sup>258</sup>. De fato, a palavra de Lulu registrava o verdadeiro fiel daquela balança: a presença do governo federal, cuja posição tendia ao lado oposicionista na Bahia.

Um dia após as eleições, os leitores podiam ler na série uma comparação entre as eleições republicanas e imperiais, com os seguintes versos:

Ontem houve eleições....Deixem que eu minta/ Em dizer que eleições tivemos  
Ontem../ Tempos velhos aos novos se confrontem,/ Para se ver a fraude como  
pinta!  
De eleitores a classe hoje é sucinta: / Escreventes que as atas cedo aprontem/  
Que depois as concertem, que as remontem,/ Questão apenas de papel e tinta...  
Outrora, ainda o pau entrava em cena...;/ Mas, dava orgulho o título de eleitor,/  
Que era até pelos nobres visitados.  
Hoje, é tudo na paz, tudo na pena...;/ O votante não tem nenhum valor.../Mas  
também...que é que vale um deputado?!”<sup>259</sup>

---

<sup>256</sup> A autora chama atenção sobre as dificuldades atuais de se avaliar mais profundamente os interesses dos militares na derrubada das oligarquias. Ver VISCARDI, Cláudia. op. cit. p.202

<sup>257</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. op.cit. p.105.

<sup>258</sup> JN 07 Jan 1911.

<sup>259</sup> JN 09 Jan. 1911. No dia seguinte, o cronista continuava a brincadeira sobre o valor do deputado. JN 10 Jan. 1911.

Mais uma vez retornando a comparação em torno da diferença entre o voto no Império e na República, mas neste enfatizando já uma ligeira vantagem do tempo dos monarcas<sup>260</sup>. Ironizando a possibilidade do uso da máquina pela situação, resumia a eleição ao mero ato dos escreventes das atas, que se já existiam à época do Império, agora reinava a fraude.

O assunto dessa crônica, para os leitores diários, já tinha sido comentada aos no editorial do dia anterior. No jornal do dia 07, afirmava-se o editorialista que em termos de respeito ao voto: “(...) retrogradamos, comparados os tempos que correm com os do regime decaído, quando ainda a fraude não campeava,(...), qual se tem evidenciado em pleno regime de democracia republicana!”<sup>261</sup>. No final do editorial, o jornalista reafirma que apenas garantindo a verdade na expressão da vontade popular era possível a consolidação do 15 de novembro.

A verificação das atas foi cercada de uma imensa tensão, principalmente devido aos resultados vitoriosos à situação. Com a possibilidade duplicata do Legislativo, por volta de 21 de março, corriam notícias que o coronel J.J. Rego chegava a Salvador para testar os canhões do Forte São Marcelo, além da chegada de navios com 700 homens.<sup>262</sup> O JN, durante os embates e ameaças, optou por nos editoriais uma resolução pacífica, dentro dos termos da lei e garantia da paz pública. Defendendo-se como uma folha imparcial, conclamava que os lados cessassem as disputas e se voltassem em prol do bem maior, o povo<sup>263</sup>.

Já na sua série, a proposta foi de manter ironias leves sobre os boatos perigosos, que deixavam os cabelos em pé, mas que poderiam acabar em “música e foguete”<sup>264</sup>. Depois de firmado o acordo, voltava ao tema mais uma vez:

São quase oitenta, ou mais de oitenta, ou cem,/ (...) Os que se dizem donos do mandato/ Para o congresso estadual do Amém!/ Depois de eleitos todos, fez-se um trato:/ Entram quarenta e dois, e mais ninguém.../ Quanto aos outros, paciência, agora tem/ Sem mais nem menos, de perder o prato.../ Já começou a escolha da manoca;/ Este serve, não presta, aquele troca,/ E vão fazendo os deputados.../ E cá fora o Zé-povo nas perguntas,/ Não para saber os *líquidos* das juntas,/ Mas, para saber quem são os *líquidos!*<sup>265</sup>

---

<sup>260</sup> Ver DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil café com leite...cap.2.*

<sup>261</sup> JN 07 Jan.1911.

<sup>262</sup> SARMENTO, Silvia. Cap. 02. Ver também SAMPAIO, Consuelo Novais. op. cit. p.105.

<sup>263</sup> JN 28 Mar.1911.

<sup>264</sup> JN 24 Mar.1911; JN 27Mar.1911.

<sup>265</sup> JN 31 Mar.1911.

É curioso notar que em ambos os textos – editorial e crônica-, não é citado que a força do governo federal vinha a favor do grupo seabrista. Assim como em crônicas posteriores<sup>266</sup>, o cronista prefere manter a discussão sobre a existência do eleitorado no regime ou em uma crítica ao processo como um todo, sem adentrar em maiores detalhes. Provavelmente, aproveitando-se do seu texto leve e genérico, ganhava certa margem para fugir de comprometimentos políticos, inclusive quando eram suas preferências políticas é que faziam as práticas pouco republicanas.

É interessante notar uma possível estratégia para ‘ampliar’ a crítica era criar um terceiro narrador: a perspectiva do Zé-povinho diante dos acontecimentos. Como citado anteriormente, alguns dos seus comentaristas enfatizavam que se tratava de um texto que dava voz as mais diferentes visões sobre um determinado tema. Porém, como se tem demonstrado até aqui, esses textos pareciam muito mais ser o espaço do próprio cronista comentar outros pontos que não lhe eram interessantes em outros espaços. Lulu Parola e o seu autor, apesar de intimamente conectados, poderiam ‘divergir’ em alguns momentos, como poderiam se reforçar. Enquanto o jornalista e o cidadão estavam fortemente ligados com o seabrismo e suas lutas, a personagem da série podia se permitir a ironias e chistes com esse próprio grupo, bem como não debater certos elementos do jogo político.

Retornando a eleição, a solução final aconteceu em 29 de março, na qual situação e oposição chegaram a uma medida final, conhecido como o *Acordo de Março*. Nele fixou-se o número de 14 deputados e um senador ao grupo seabrista, gerando um ineditismo nas eleições estaduais da oposição ter alcançado uma representação efetiva após o reconhecimento das atas.

Porém, o clima político na Bahia em 1911 ainda continuou agitado, especialmente após os rumores sobre a candidatura de J.J. Seabra ao governo entre abril e junho. Numa visita do ministro a capital, em 21 de abril, por exemplo, o editorial lançava esperanças de que melhoramentos materiais e econômicos do estado viriam daquela ilustre visita. E fazia questão de listar: correios, telégrafos, obras do porto, viação férrea e aproveitamento das riquezas minerais<sup>267</sup>. Em maio, era com ‘imenso prazer’ que abria a primeira para aos manifestos dos estudantes de medicina e

---

<sup>266</sup> JN 03 Abr. 1911; JN 07 Abr. 1911.

<sup>267</sup> JN 21 Abril 911.

engenharia em prol da candidatura. Em 08 de junho, finalmente, seu nome era oficializado como candidato.

Na mesma época, o JN entrou na luta, pois além de publicar os manifestos dos estudantes de medicina, direito e engenharia a favor daquela candidatura<sup>268</sup>, dedicava longos textos e editoriais analíticos sobre a situação da Bahia<sup>269</sup>. Em seus diagnósticos, reafirmavam a necessidade de uma ação política coletiva entre as esferas federal, estadual e municipal para recolocar o estado no seu lugar de destaque que sempre teve. Havia uma ênfase na opinião que circulava sobre a humilhante decadência da Bahia, do seu atraso econômico, de infraestrutura, na falta de demarcação dos limites e nas condições sanitárias.

De acordo com Rinaldo Leite<sup>270</sup>, a discussão sobre a ‘decadência’ da Bahia mobilizava parte significativa da elite baiana, envolvida em dar respostas e buscar soluções. Ante a essa construção que humilhava a história e honra do estado, intelectuais e políticos buscavam construir contra discursos e encaminhar resoluções que colocassem a “velha mulata” em seu ‘merecido’ lugar. O *Jornal de Notícias*, através principalmente de Aloísio de Carvalho, também esteve nesses debates e buscou apresentar sua parcela de contribuição, aliando ao mesmo tempo interesses políticos.

Nas avaliações ressaltava-se a política e a ação dos seus agentes como um dos eixos para resolver aquela situação. No texto dia de 01 de abril<sup>271</sup> argumentava que não se podia esconder que era “a própria Bahia, em grande parte, culpada; porque ella teve sempre, e em demasia, o fraco de fazer política, política de partidos, política de facções, política de personalidades.”, gerando um desvirtuamento da noção de política no espírito público. Já no dia 05, retomando o assunto, o editorialista propõe que a solução haveria de vir da “ação conjunta, decidida e obstinada, dos três agentes, que são: o governo da união, o governo do Estado; o governo do município.”<sup>272</sup>. O problema da Bahia consistia, continua o jornalista, “numa série de fundações, de obras e serviços

---

<sup>268</sup> JN 04 Maio 1911

<sup>269</sup> JN 01 Abr 1911; 05 abr 1911; 26 Abr 1911; 09 Maio 1911.

<sup>270</sup> LEITE, Rinaldo. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e infortúnios nas primeiras décadas da Bahia republicana.....*; Ver também ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazzara nas ruas....op. cit.*

<sup>271</sup> JN 01 Abr. 1911.

<sup>272</sup> Idem.

que, debatidos, estudados, e de longa data reclamados, se impõem afinal como uma questão de honra àquelas três representações do poder público (...).<sup>273</sup>

Numa leitura inicial, eram textos que aparentavam analisar e opinar de maneira fundamentada e sensata da situação baiana, numa contribuição aparentemente neutra. Porém, aos leitores mais atentos e rotineiros do jornal, havia ali alguns implícitos importantes. Em primeiro lugar, no diagnóstico central estava o problema da chamada ‘politicagem’, cuja crítica pesava mais, mesmo que não exclusivamente, aos grupos políticos da situação. Na solução proposta, por sua vez, deixava-se claro a necessidade da articulação das três esferas. Como citado, Seabra fazia parte do ministério de Viação e Obras Públicas do governo federal de Hermes, cuja pasta cuidava exatamente daquela lista de problemas citados como os grandes entraves do Estado. Era um debate<sup>274</sup> que, ao passo que mobilizava as elites locais em diversos espaços, também ganhava um sentido na disputa política entre seabristas contra os grupos dominantes.

Porém, essa agitação pró-Seabra não encontrou espaço na *Cantando e Rindo*, pois apenas em meados de julho de 1911 comentou-se algo sobre o político baiano. Eram crônicas que envolveram a visita<sup>275</sup> do presidente da República a capital baiana, a pretexto de se comemorar o centenário da Associação Comercial e do lançamento de um trecho do Porto. Segundo a narrativa de Lulu Parola, navegando até Salvador cem poderosos navios, a vinda de Hermes da Fonseca foi cercada dos preparativos e honras, tudo organizado pelo grande anfitrião da festa, o próprio Seabra. A agitação e os preparativos foram grandes, fato que gerou agradecimentos do narrador pelos melhoramentos para a cidade, como pintura, gradil e outros embelezamentos. Porém, para além das brincadeiras, havia ali uma clara demonstração de força ante aos grupos locais, inclusive porque este papel deveria caber ao governador Araújo Pinho.

No dia 06, numa crônica “O Aprovatório legislativo estadual, que há três meses funciona, e os melhoramentos da cidade por causa da visita do marechal Hermes.”, o personagem comentava sobre a pequena participação do grupo da situação no evento, através da participação do legislativo:

---

<sup>273</sup> Idem.

<sup>274</sup> Sobre essas discussões entre a elite baiana, ver em especial os trabalhos de Rinaldo Leite e Wlamyra Albuquerque citados.

<sup>275</sup> JN 14 Jul.1911.

Faz amanhã três meses de tudo arranjado/ nosso preclaro e ilustre Aprovatório/Diletíssimo filho do Bicório,/E depois pelo Acordo batizado! Conforme velho estilo – é prorrogado.../E com o lucro maior; porque o finório/pode soltar também seu foguetório/Ao marechal, Messias esperado! Sim! Que é que tem que a sua maioria seja do civilismo? Na verdade/ não vejo nada que embarace,/Pois o agradinho ao Marechal seria/Por haver melhorado esta cidade/Assim o Aprovatório melhorasse...<sup>276</sup>

Um mês após anunciar a visita na sua coluna<sup>277</sup>, o narrador brincava com Legislativo no evento que mobilizava a cidade. E fazia com uma boa dose de ironia e leitura política, pois com certo ar de ingenuidade<sup>278</sup> perguntava qual seria o problema que a maioria fosse civilista. Como já mencionado, aquela visita era uma demonstração política do candidato Seabra, excluindo a situação da participação. Segundo Cláudia Viscardi<sup>279</sup>, os primeiros momentos do governo de Hermes da Fonseca foram marcados por uma intensa oposição do civilismo, que na Bahia se materializava pelos líderes Rui Barbosa e José Marcelino, acompanhado de perto por seu séquito. Atento a este jogo de poder, o cronista utilizava seu personagem para fustigar politicamente aquele evento, pondo em evidência a exclusão da situação do fato.

Entre os dias 14 a 18, o cronista passou então a fazer uma cobertura do evento com longos versos em sua coluna<sup>280</sup>. No penúltimo dia da visita e já em clima de despedida, Lulu Parola comentava seu desejo de dar um abraço no marechal, mas sem deixar de falar um pouco sobre o poder naqueles tempos republicanos:

Conde dos Arcos...Festa Centenária...descansemos um pouco nesse assunto, Amigo Marechal(...)  
O conde já morreu, e há longos anos.../ E eu não sei como ainda estão a festeja-lo...  
O que vemos até, presentemente,/ É que para o prestígio se evadir/ Dos homens do poder,/ Não precisa morrer.../ Basta chegar o tempo se sair.../ Enquanto a mala do governo arruma,/ Vae tendo cada dia menos gente,/ Até...não ter nenhuma!(...) Este mundo, hoje em dia, anda tão torto (...) Nem para encher a urna de eleitores, / O cemitério serve mais, senhores!/ O poderoso e esperto Dom Bicório/ Mesmo com os vivos já tem pronta a ata:/ É só encher a data.../ E faz assim qualquer Aprovatório;/ E foste tu, Zé-povo, que elegeste!(...)

---

<sup>276</sup> JN 6 jul 1911

<sup>277</sup> 5 JUN 1911

<sup>278</sup> Este recurso, segundo os teóricos da ironia, constitui-se em uma das estratégias mais comuns para se obter o efeito irônico. Ver em MUECK, D. C. *Ironia e o irônico*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

<sup>279</sup> VISCARDI, Cláudia. op. cit. cap. 04.

<sup>280</sup> JN 15 Jul. 1911; JN 16 Jul 1911; 17 Jul. 1911. 18 Jul. 1911



E agora, marechal,/ aceite o meu abraço, em despedida./ É amanhã seu dia de partida,/ Depois de tanta festa sem rival, tanto *viva* e *champagne*(...) E que volte á Bahia ainda uma vez...<sup>281</sup>

A festa sem rival não incluía todos, pois a oposição não fora incluída e reclamou. Como salienta Silvia Sarmiento<sup>282</sup>, os ‘rivais’, deixados de fora das festas regadas com champanhe, não deixaram de manifestar sua insatisfação. Severino Viera e Rui Barbosa criticavam o presidente e Seabra com palavras pouco elogiosas como urso amestrado, rebelde, rouquejante, rabigo e rugidor. Porém, a visita havia ocorrido sem maiores tensões e com provável lucro político ao grupo seabrista. No dia 19, data marcada para o retorno, o cronista e o personagem se despediam do leitor desta maneira:

É hoje que ele volta! Conferi/ Cinco dias inteiros de festança!/ Vi coisas que, entre nós, eu nunca vi,/ Ou, tendo visto, não guardei lembrança...  
Foi mesmo uma semana de folgança/ Que Luxo! Que elegância por ai! É hoje que ele vai! Deixa a esperança/ de melhorar as coisas por aqui...  
Já estou com saudades da Visita eu estou/ E, com certeza, todo mundo está!...Por mais que eu lhe pedisse- não ficou...  
Mais cinco dias, Marechal! Não vá! Quer saber de uma coisa? Eu também vou! Vou dar um pulo no Rio, e volto já!<sup>283</sup>

O que exatamente o cronista desejava ironizar, através do personagem, afirmando que nunca havia visto: a oposição mais prestigiada que a situação? A vinda de um presidente não ser ciceroneada pela oligarquia no poder? Ou seriam os embelezamentos da cidade? Apesar de ser difícil responder com certeza, provavelmente as três possibilidades, pois naquele momento havia sido um fato simbólico na força do Seabristismo e o autor de Lulu parecia glosar da situação com certo ar de felicidade. Outro aspecto importante dessas crônicas era o fato do cronista e o personagem, em momento raro na *Cantando e Rindo*, quase se identificaram como a mesma ‘pessoa’ para o leitor, vez que constava no jornal do dia a partida de Aloísio de Carvalho para o Rio de Janeiro com a comitiva<sup>284</sup>.

Passada a agitação da visita do presidente, as tensões políticas de 1911 de final de ano foram decisivas para a ascensão de Seabra ao poder. No plano interno, a eleição

---

<sup>281</sup> JN 18 Jul. 1911.

<sup>282</sup> SARMENTO, Sílvia. op. Cit. pp.133-4

<sup>283</sup> Ver JN 19 Jul. 1911.

<sup>284</sup> JN 19 Jul. 1911.

de governador movimentava os grupos, com pequena vantagem a oposição, definida a partir do nome de Seabra. No lado situacionista existia a dificuldade de se encontrar uma candidatura que congregasse todos os interesses, o que gerava desgastes. Segundo Consuelo Sampaio(1999), Severino Vieira tentou construir o nome de Domingos Guimarães, forte junto ao poder federal e amigo pessoal do governador Araújo Pinho. Porém, José Marcelino e seus correligionários resistiam e preferiam indicar o nome do cônego Leôncio Galvão. Para piorar, havia uma terceira indicação, de Rui Barbosa, que propôs o nome do ex-chefe de polícia, José Maria Tourinho. A definição pelo nome do candidato *severinista*, não diminuiu os prejuízos políticos daquelas disputas intestinas no PRB.

O outro fator estava relacionado com articulações em níveis federais. Era o início da já citada política salvacionista, operada pelos setores militares no governo de Hermes com apoio das oligarquias opositoras de alguns estados. Em um jogo complexo, as salvaçãoes envolviam vários interesses,. Do lado militar, era uma forma de enfraquecer a figura de Pinheiro Machado e a citada base civilista do presidente Hermes, pois ao promover a retirada dos governos da situação, diminuía as pretensões do político gaúcho de se eleger presidente em 1914. Somando a isso, os militares estavam cientes que, para se tornarem atores políticos decisivos, precisavam criar eixos alternativos de poder, atuando nos pequenos e médios estados. Da parte das oposições civis, havia uma simpatia para com as intervenções, uma vez que se configuravam na chance de se derrubar os grupos dominantes desde Campos Sales, em 1902.

Do ponto de vista ideológico, como citado, estas ‘salvaçãoes’ eram permeadas de discursos contra as oligarquias, compreendidas como os grupos que se mantinham no controle político por muito tempo. Como pontua Cláudia Viscardi<sup>285</sup>, as intervenções ocorreram em diversos estados, via de regra no momento da eleição para o executivo estadual, ou seja, no momento de uma possível brecha no poder oligárquico. O exemplo de Pernambuco, em novembro de 1911, teve consequências para a situação baiana, na qual o general Dantas Barreto, ministro da Guerra, junto com usineiros fora do poder conseguiram retirar o senador Rosa e Silva, que se encontrava como situação desde 1896.

Essa agitação em torno das intervenções não passou incólume pelo cronista, principalmente por aquele sentimento de desconfiança negativa do regime, dos tempos

---

<sup>285</sup> VISCARDI, Cláudia. op. cit. cap.4.

dos *Far-nientes*. Como exemplo, no mês de outubro, antes das notícias da intervenção em Pernambuco, Aloísio ironizava pequenas notícias de um movimento republicano na China. No dia 14, com o título de “O deturpamento republicano e o telegrama de ontem noticiando revolução na China, com intuitos de derrubar a monarquia”, os leitores liam estes versos:

República na China!...O telegrama/ De estar o grande império revoltado,/ E que  
outra forma de governo aclama,/ Porque da velha forma está cansado,/   
É mesmo destes que merecem fama/ de fazer o leitor embasbacado.../ Eu, no  
entretanto, alheio a toda trama,/ Não me espantei...Para mim, era esperado!  
Sim! Pois sendo a república, em geral,/ um *negócio da China* – o natural/ É que  
entre mesmo em cálculos de chins!  
Mudem! Se o mandarim saiu tirano/ Mudem, porque o ideal republicano/ Muda  
apenas o nome os mandarins!...<sup>286</sup>

Em tom de humor, a crônica ironizava os descaminhos da República, ou mais especificamente, na deturpação de um ideal, apresentada ao leitor no trocadilho final do texto, entre mandatário e mandarim. O cronista ainda iria voltar duas vezes<sup>287</sup> a pilhéria da república na China, assumindo o mesmo papel de comentar e aconselhar a mudança de regime ao povo do outro lado do planeta. No dia 31, ironizava com notícia que o regime encontrava-se com dificuldade de se fazer uma republica, já que grande problema estaria em consolidá-la e não em proclamá-la.

Em novembro o tema das eleições locais e salvação tomou conta da coluna, com a realização do pleito no dia 05, em Pernambuco, e a intervenção em favor do general Dantas Barreto. Nos versos do dia seguinte<sup>288</sup>, o personagem Lulu alertava que não sabia se havia tido apenas votos ou também “pau e trabuco”, mas era preciso aguardar, pois, em matéria de eleição, apenas depois da posse é que se sabia que foi realmente eleito. Já no dia 07, o foco já mudara um pouco: era a proximidade – geográfica e política – entre a Bahia e Pernambuco, que não passou despercebida em Lulu Parola. Assim, no verso do *Cantando* comentava que apesar do pleito não se saber “afinal quem foi eleito,/ Senão depois que a posse o denuncia!...É isto assim pelo Brasil afora.../ Em Pernambuco está se dando agora,/ E ha de dar-se em breve na Bahia!”<sup>289</sup>.

---

<sup>286</sup> JN 14 Out. 1911 grifo no original.

<sup>287</sup> JN 18 Out. 1911; JN 31 Out. 1911;

<sup>288</sup> JN 06 Nov. 1911.

<sup>289</sup> JN 07 Nov. 1911.

Se até à época da crônica acima ainda se mantinha certo suspense sobre o desfecho político no estado vizinho, jogando-se com a discussão sobre o papel do *D. Bicório*, dois dias depois, o cronista usava a pilhéria para definir melhor o jogo político:

*Intervenceu...Não tem que se espantar/ Do Cantando este verbo ter usado;.../É meu, e é novo; foi por mim criado,/ Porque posso também algum criar...(...)*  
*Intervencer...melhor do que intervir!/ Nem há nenhum tão bom para exprimir/A força que ao poder sempre pertence!*  
*Se o governo intervêm - é para ganhar;/ E como nunca perde quando entrar (sic)/Intervencer diz logo – que entra e vence!*<sup>290</sup>.

A ironia da crônica não deixava muito espaço para a dúvida sobre a mensagem que o narrador da coluna queria discutir: a vitória estava dada aos partidários do governo, pois este não iria aceitar ter uma intervenção derrotada. Como enfatiza Silvia Sarmiento, a interferência do presidente Hermes – ou dos militares salvacionistas- a favor dos seus aliados era naquele momento algo concreto e palpável, com resultados já ‘comprovados’. O caso pernambucano, argumenta a autora, teve um impacto imenso sobre os seabristas, que “começaram a falar em combater as oligarquias”<sup>291</sup>. Nesses discursos, a exemplo da *Gazeta do Povo*, jornal seabrista, exemplificava-se os grupos oligárquicos com nomes baianos: Severino Vieira, José Marcelino e o governador Araújo Pinho.

O JN não ficou de fora dessa campanha antioligarquia, mas optando por uma linha menos agressiva, inclusive com um silêncio sobre o tema as crônicas de Lulu. Em um editorial no dia 18 de novembro, defendia-se que para a real vivência da república democrática era necessário garantir a expressão verdadeira do povo nas urnas. Esta, por sua vez, previa que um escolhido de hoje poderia no outro dia não ser mais, cuja única reação digna era entender e respeitar tal mudança. Porém, o que estava acontecendo, argumentava o editorialista, seria um desvirtuamento desse preceito pelas chamadas oligarquias, que, uma vez agraciadas ou ocupantes dessa escolha, não saíam mais. Assim, o regime oligárquico “origina-se exatamente no pressuposto falso e falseador do sistema representativo, em virtude do qual, políticos, que se viram uma vez festejados pela popularidade (...) passam a considerar-se os senhores (...) da soberania...”<sup>292</sup>.

---

<sup>290</sup> Grifos nos originais. O título da crônica era “O verbo *intervencer* para substituir o *intervir*, quando se refira ao governo.” JN 09 Nov. 1911.

<sup>291</sup> SARMENTO, Sílvia Noronha. pp. cit. p.135.

<sup>292</sup> JN 18 Nov. 1911.

A crise na Bahia que levou finalmente Seabra ao poder se iniciou a partir das eleições para a intendência municipal, ocorrida no dia 12 de novembro. De um lado, estava o candidato seabrista Júlio Viveiros Brandão, gerente da empresa de bondes Linha Circular de Carris da Bahia e que contava com o apoio explícito de Aloísio de Carvalho<sup>293</sup>. Seu adversário era João Pedro dos Santos, lançado pelos marcelinista com apoio dos severinistas<sup>294</sup>. Como era de se esperar, a eleição e a apuração foram cercadas de intensos tumultos e tensões. Como ironizou Lulu, após feita a votação, não sabia nesta cidade quem havia vencido, mas não seria “um sonho virem dois intendentess nesta eleição!”<sup>295</sup>. Ambos os grupos não estavam dispostos a ceder espaço na disputa. Numa crônica do dia 28 de novembro, dois dias após o início da apuração, o cronista fazia uma pilhéria quase premonitória sobre o resultado:

(...) Nesses quatorze versos que fiz ontem/ Fazendo meu soneto costumado/ A palavra – eleição – rimou dobrado/ E quase, quase, que figura em tris!/ Só depois do soneto publicado/ Foi que eu relendo, reparei no bis.../Ora, adeus! Não é nada num país/ em que o voto ainda ai multiplicado/ No português – há tanta rima em – ão/ que fica logo clara a distração/ Mas...neste engano o assunto logo se retrata/ Eleição no Brasil é isto, em suma:/ Ou, julgando em rigor,- não há nenhuma/ Ou, então, é assim – em duplicata.<sup>296</sup>

Na crônica do dia anterior, referida por Lulu Parola, comentava-se sobre a incerteza de um resultado. Porém, a duplicata era um resultado muito mais plausível, pois ambos os lados não estavam dispostos a perder. E para isso utilizaram o expediente a arma e da força como forma de fazer pressão. O general Sotero de Menezes, identificado como partidário de Seabra, resolveu ‘acalmar os brios’, passeando com sua cavalaria em frente à Câmara Municipal. No dia 02 de dezembro, o cronista comentava que:

Quando, ao entrar na Praça, de surpresa/ Vi a polícia em armas- francamente:/ Não me assustei, pensando: com certeza/ Isto já é a posse do intendente.../ Soube depois que o exercito estava pronto, ali, na redondeza/ - A coisa, então, parece que está quente/ Mas, hão de ver que acaba na frieza...<sup>297</sup>

---

<sup>293</sup> No dia 26, a empresa Aloísio de Carvalho e Cia assinou com várias outras empresas de Salvador um documento a favor do seu nome em 26 de agosto daquele ano JN 26 Ago. 1911.

<sup>294</sup> SARMENTO, Sílvia Noronha. op. cit. 137.

<sup>295</sup> JN 13 Nov. 1911.

<sup>296</sup> JN 28 Nov. 1911.

<sup>297</sup> JN 02 Dez. 1911.

Porém, o cronista errou na sua previsão, já que a situação esteve longe de se esfriar imediatamente. Diferente das soluções de acomodação, regadas a bico de pena e atas falsas, as armas utilizadas naquele momento foram, literalmente, outras e muito mais devastadoras à república.

No dia 22 de dezembro, os dois lados proclamaram seus candidatos eleitos, gerando uma duplicata na intendência. Na *Cantando e Rindo*, Lulu Parola fazia pilhéria com o fato, ironizando que o grande perigo era “Onde é que Zé-Povinho irá parar,/ Si quiser cada qual cobrar imposto!”<sup>298</sup>. Segundo Consuelo Sampaio, diante do impasse e da pressão política, o governador Araújo Pinho acabou optando por renunciar. Como seu substituto legal, o cônego Manuel Leôncio Galvão, presidente do Senado estadual, alegou problemas de saúde, assumiu o presidente da Câmara, o deputado Aurélio Viana. No dia seguinte, o novo chefe do executivo local, seguindo orientações de Rui Barbosa, iniciou um plano ousado e inusitado: convocar uma Assembleia geral para o dia 15 de janeiro, na cidade de Jequié, distante aproximadamente 360 km da capital.

Segundo Silvia Sarmiento, o senador Rui Barbosa tentava negar que se tratava de uma cidade isolada ou distante, muito embora fosse sabido à época ser longe o suficiente para fugir dos canhões e navios. O objetivo era claro: assegurar o reconhecimento das eleições municipal e provavelmente da disputa do governo estadual, que ainda iria acontecer e era na distância que o grupo da situação queria se livrar do poder de pressão dos seabristas. No dia 26 de dezembro, o cronista aproveitava a ironia do seu personagem para ‘responder’ a Rui Barbosa:

Levanto as mãos aos Céus, neste momento/por não ser senador ou deputado;/  
Senão, lá ia agora rebocado/ Para Jequié- formar parlamento.../Embora o móvel  
seja o salvamento/Das liberdades públicas do estado/Sei de muitos, que estão  
fingindo agrado/E mandando aos diabos este invento!../Sim! Porque, para  
chegar-se até Jequié/ Tem viagem por mar/depois por trem/Depois, dez léguas a  
cavalo, ou a pé.../O que vale é a excursão não ser de graça/ Mas, mesmo assim,  
aposto que ninguém/Se fosse ouvido, deixaria a Praça!..<sup>299</sup>.

A crônica ironizava a proposta e a justificativa da situação, brincando com a distância e os inúmeros esforços para se chegar à cidade. Além disso, é possível perceber que o cronista insiste um tanto na ideia que aquilo poderia ter sido uma

---

<sup>298</sup> JN 22 Nov.1911.

<sup>299</sup> JN 26 Dez. 1911.

proposta de poucos, uma vez que haveria muito descontentes com a mudança para o interior.

Apesar do tom de pilhéria, a situação logo se tornou realmente grave. O grupo seabrista conseguiu um *habeas corpus* que garantia o acesso ao prédio da Assembleia, guardado por forças do governo. Foi o pomo de discórdia para o bombardeio, pois no dia 10 de janeiro, os partidários de Seabra marcaram uma reunião dentro da sede do Legislativo, a despeito de sua mudança para Jequié. Como este continuava cercado pela força policial estadual, os seabristas apelaram para o general Sotero de Menezes que fizesse valer a decisão da justiça. Este, então, enviou um ultimato ao governador em exercício: caso não atendesse àquela ordem, o Exército entraria em ação para se fazer respeitar a ordem judicial.<sup>300</sup>

Como o governador manteve a negativa, na tarde do dia 10 de janeiro, tiros de canhão vindos dos fortes de São Marcelo e Barbalho foram disparados em direção às forças policiais que se encontravam no Centro da cidade. Além do pânico instalado, aquele bombardeio causou inúmeros estragos: inúmeros mortos, feridos, incêndio de parte do palácio do governo, destruição da biblioteca pública, com irreparáveis prejuízos materiais. Por dois dias, parte da cidade não funcionou, mobilizada pelos estragos daquela intervenção federal. Diferente do que previra no seu personagem narrador, a situação de crise não se esfriou tão rapidamente.

Em todo país, a repercussão do “caso da Bahia” na imprensa foi imensa. Além da publicação de fotos dos estragos em Salvador, os jornais da capital do país e de Salvador apuravam os fatos, depoimentos e os boatos. Com objetivos políticos, os lados envolvidos contam versões diferentes para os fatos, buscando impingir a culpa no seu oponente. No lado da situação, havia uma intenção de construir um momento de caos e pânico. Como exemplo, no Rio de Janeiro, Rui Barbosa relatava destruição de casas e soldados de Sotero de Menezes espalhando carnificina pela cidade<sup>301</sup>.

O lado seabrista, por exemplo, buscou minimizar o ocorrido, alegando, por exemplo, que o incêndio foi causado por uma ação posterior da polícia. O JN manteve uma postura inicial mais neutra, buscando relatar aos seus leitores o ocorrido, atendo-se apenas a emitir a opinião que a causa geral daquilo tudo eram as lutas políticas. Apesar da manutenção desse tom de neutralidade, de alguma maneira tal postura não deixava de

---

<sup>300</sup> SARMENTO, Sílvia Noronha. op. cit. 139.

<sup>301</sup> Idem, p.140.

endossar a linha da minimização das responsabilidades de Seabra ou dos seabristas, pois como era plausível supor, o JN não cedeu espaço para qualquer outra versão ou notícia do lado oposto.

Na série *Cantando e Rindo* manteve-se, no primeiro momento, o mesmo diapasão do jornal, de cuidado e sem exagero nas piadas, ainda que não deixasse a política fora do comentário. No dia 13, por exemplo:

Já pode sair, sem receio;/ Já tudo entrou nos eixos da amizade.../ Sim, senhor!  
Desta vez a tempestade/ foi mesmo como se diz: - caiu em cheio!/ Quando o  
trovão roncou pela cidade/ ninguém pensou que fosse bombardeio;/ Depois, foi  
que se viu...E esteve feio!/ Dos tiros – nem se sabe a quantidade!.../ Já passou,  
felizmente, a trabuzana;/ e de novo na paz...republicana,/ Ó pacata Bahia, tu  
repousas.../ Foi-se o Palácio e a pendula da Intendência/E o povo diz, passada a  
efervescência: Olhem que esta política tem coisas!...<sup>302</sup>

A consternação era grande para maiores ironias ou brincadeira. Assim como comentava na cobertura editorial, o cronista mantinha a linha de atribuir aquele incidente às ‘cousas’ da política. Porém, a neutralidade do personagem duraria pouco, pois os desdobramentos do bombardeio incidiram rapidamente na possibilidade de Seabra ter ou não garantido a chefia do executivo estadual. Nos dias que seguiram ao bombardeio, retomada a redação do jornal, as crônicas<sup>303</sup> ironizavam os comentários depreciativos que se faziam ao Forte de São Marcelo, duvidando da sua força.

Do ponto de vista político, criou-se um imenso problema em quem assumiria o governo, pois logo após o bombardeio, Aurélio Viana deixou o cargo em virtude da grande pressão e fúria popular. Em seu lugar, assumiu Bráulio Xavier, quarto ocupante do cargo por ser presidente do Tribunal da Relação. No dia 21 de janeiro, pressionado pelos discursos de Rui Barbosa sobre o “Caso da Bahia”, Aurélio Viana retomou o governo, mas ficando apenas dias. Por fim, o presidente do Tribunal assume novamente com a missão de organizar as eleições para definir o governador.

Nas linhas de Lulu Parola, estas constantes trocas não passaram despercebida dedicando, entre os dias 22 a 27 de janeiro, versos à situação: esse “entra e sai, tornar a entrar, torna a sair! Não há quem diga que não é brinquedo, coisa feita para o público se rir/ Quando é coisa, aliás, de meter medo.”<sup>304</sup>. De fato a situação era séria,

---

<sup>302</sup> JN 13 Jan. 1912

<sup>303</sup> JN 18 Jan 1912.

<sup>304</sup> JN 27 Jan. 1912.



principalmente pelos desdobramentos que o episódio teve no âmbito federal e para a imagem de Seabra.

Um agente principal neste processo foi a figura de Rui Barbosa, pois desde a renúncia de Araújo Pinho, este vinha organizando a resistência sobre o que ele denominou de “Caso da Bahia”. Logo após o bombardeio, publicou uma série de textos nos mais diversos jornais do Rio e da Bahia, além de decretar uma série de *habeas corpus* a favor dos políticos da situação. Entre os argumentos do senador, estava o prejuízo da imagem do Brasil no exterior depois de tal incidente<sup>305</sup>. Dentro do governo federal, o presidente Hermes perdia seu ministro da Marinha, o almirante Marques de Leão, além de ter que aceitar as críticas do Barão de Rio Branco sobre a postura do general Sotero.

Como o assunto não deixava as páginas do jornal, em Lulu Parola, no dia 06 de fevereiro, reclamava-se sobre a persistência do tal “Caso da Bahia”:

Pois é isto!...Este Caso da Bahia/ Tem dado que falar no mundo inteiro!..Levou-se quase um mês, o de janeiro,/ no tira-e-bota, aceita e renuncia;/ Entremos desta sorte em fevereiro;/E ainda em fevereiro não há dia/ Em que ao Hermes, Seabra, Ruy, Pinheiro/ Zé-povinho não passe vistoria!.../ É só do que conversa toda gente;/ E o brasileiro, em regra, imprevidente,/ nunca vi pensar tanto no futuro.../ Sim! Que a pergunta agora deste povo/Além do acostumado-Que há de novo,/ É saber se o negócio está seguro...<sup>306</sup>

O cronista não deveria estar exagerando: o assunto poderia estar sendo comentando pelo ‘Zé-Povinho’ com talvez certa falta de paciência pela sua repetição. Contudo, a crônica fazia referência a pontos chave dos argumentos de Rui Barbosa a figura de Seabra. Como citado, a oposição do senador trabalhava na ideia que bombardeio maculava o Brasil no exterior ou agravava a insegurança com as mudanças de governo estadual. Como salientou Silvia Sarmiento, os textos de Rui, de grande impacto na imprensa por sua qualidade, atingia frontalmente a figura de Seabra. Porém, diferente do ataque pessoal, o cronista parece ter utilizado seu personagem para, mesmo em dois momentos pontuais<sup>307</sup> para também manifestar sua posição.

Entretanto, nos meses de fevereiro e março, o encaminhamento político continuou favorável a eleição de Seabra, finalizando em 28 de março de 1912, quando

---

<sup>305</sup> SARMENTO, Sílvia Noronha. op. cit. p.143.

<sup>306</sup> JN 06 Fev. 1912.

<sup>307</sup> Ver JN 05 Fev. e 06 Fev. 1912.

J.J. Seabra tornou-se o governador eleito da Bahia. Era a vitória mais concreta do seabrismo. Na seção de abertura do legislativo estadual para reconhecimento, no dia 25, Lulu Parola assim dizia:

É coisa seria;/ Eu meto sempre caso na pilheria,/ Mas, desta vez é diferente a  
aria.../ Pela grande importância da matéria,/ Que é para o Estado condição  
primeira/ Para nós esta assembleia é necessária,/ Como para eles próprios uma  
seria...  
Congresso estadual...longo martírio/ Este do seu trabalho!/ Desfigure-o/ Quem  
da paixão esteja no delírio!/ Agora então...que extenso relatório/ Si doutras  
vezes sempre acerta o augúrio,/ Desta é que vae ser mesmo Aprovatório!<sup>308</sup>

É interessante notar a ironia fina da crônica sobre o reconhecimento, pois agora não havia como o congresso não aprovar aquela eleição. Além disso, como explicou em outras crônicas<sup>309</sup>, o nome de ‘aprovatório’ que dava ao congresso estadual – ou mesmo federal – devia-se ao fato da quase não existência de oposição nas casas legislativas, cabendo-lhe sempre a função de apenas aprovar. Esta mesma situação iria continuar com a vitória da oposição e ascensão de Seabra.

Porém, era uma pilhéria sutil e que não foi repetida no dia da posse. No dia 29, o verso no *Cantando* não escondia a felicidade e a esperança com o novo governo:

Tomou posse o Seabra...Sim, senhor! Pode dizer que foi renhido o pleito!.../ Se  
o povo é na República eleitor,/ Nunca nenhum já foi melhor eleito.../ Deu  
trabalho...houve uns dias de calor/ Desde que o vulgo chama – de respeito;/  
Mas, o triunfo na vida tem valor/Quando custa;/ se não, não é perfeito!/ Na  
política – a luta foi tremenda, /Desde o ano passado...E de janeiro/Tem sido  
mesmo destas de encomenda./ Tomou posse, afinal, como queria.../ E espero  
aqui que o honrado Brasileiro/ Corresponda a esperança da Bahia!<sup>310</sup>

Era a crônica de número 4.873 e, ao que tudo indica, a primeira vez que o personagem elogiava a escolha do povo. Aos leitores mais assíduos, provavelmente este dado seria percebido logo de imediato, uma vez que o texto reforçava, sem ironia aparente, aquela luta difícil como uma vitória de alto valor. A “esperança da Bahia” em torno da posse de Seabra, por outro lado, pode ser traduzida na aposta que alguns setores da sociedade faziam. Em torno de sua figura se articulavam militares, que mais

---

<sup>308</sup> JN 25 Mar. 1912.

<sup>309</sup> Comentando sobre a vitória de Hermes da Fonseca e a consagração de uma assembleia a seu favor, Aloísio de Carvalho ironizava que naquele momento a única tarefa era aprovar tudo que viria do executivo. JN 05 Ago. 1909

<sup>310</sup> JN 29 Mar 1912.

tarde fariam parte do próprio governo; funcionários de companhias interessadas na ascensão seabrista; membros do operariado local, ligados boa parte ao Centro Operário; e, por fim, importantes membros da Associação Comercial, que haviam abandonado sua ‘neutralidade’ para engrossar a campanha daquele ‘novo’ chefe político. Somando-se a contingente, estava o *Jornal de Notícias* e seu jornalista Aloísio de Carvalho<sup>311</sup>. Era o final um longo período de atuação, ora mais discreta, ora mais explícita.

Em torno de Seabra, circulavam diversos discursos de renovação e de algo ‘novo’. Prometia-se atuar em prol de urbanização e modernização da Bahia, reclamada há muito por diversos setores. Prometia-se um clima de progresso econômico, que animava especialmente as ‘classes conservadoras’. Mas um aspecto dessa renovação interessa mais de perto: a presença militar na sociedade. Reintroduzida na vida política a partir da eleição de Hermes, sua presença na campanha seabrista foi relevante, em especial através das ações salvacionistas, que garantiram a efetivação da sua eleição.

Porém, não eram apenas em armas que os militares irão participar, mas nas propostas de salvação da Nação e da República. Como espero ter demonstrado até aqui, para além de todo envolvimento político concreto, persistia nas crônicas uma postura de desengano com a República. Originário desde 1891, tal postura vinha sendo reforçada pela república das oligarquias, pelo *D. Bicório, Aprovatório*, fraudes e outros vícios que se normalizam. Aos eleitores continuava a ser oferecido um personagem irônico, brincalhão e atento aos descaminhos do regime, apresentado em negativo. Como havia comentado na crônica sobre a China em outubro: a consolidação de uma República do povo ainda iria demorar. A ironia que, infelizmente, ainda guarda sentido.

---

<sup>311</sup>SARMENTO, Sílvia. op. cit. p. 144-146.

### CAPÍTULO 03 - Uma república em positivo? Aloísio de Carvalho e o Escotismo

Amigos e irmãos. Eu não aceito para mim só esta festa: esta festa é vossa, é nossa. Que Fizemos nós? Fizemos isto: transformamos o que era então um passatempo, um divertimento, naquilo que é hoje uma profissão, um culto, um sacerdócio; estabelecemos um preço para o nosso trabalho, porque fizemos desse trabalho uma necessidade primordial da vida moderna e da civilização da nossa terra; forçamos as portas dos jornais e vencemos a inépcia e o medo dos editores; e como, abandonando a tolice das gerações anteriores, havíamos conseguido senhorear-se da praça que queríamos conquistar, tomamos o lugar que nos era devido no seio da sociedade, e incorporando-nos a ela, honrando-nos com sua companhia e honrando-a com a nossa<sup>312</sup>

Em 1907, após receber uma homenagem como “Príncipe dos Poetas Brasileiros”, o poeta Olavo Bilac discursava diante de vários colegas e intelectuais. Após elogiar o valor das gerações anteriores, avaliava como um “erro crasso” a postura de parte dos seus pares andarem alheios à sociedade e sua missão e que as vitórias tinham conseguido demonstrar que a importância daquela atuação não poderia ser abandonada. Por isso, convocava-os para que abandonassem aquela literatura como passatempo e retornassem à vida pública, pois para Bilac, era agindo assim que os “homens de letras” cumpriam sua missão e seu papel, ou seja, jamais distantes da sociedade<sup>313</sup>.

Segundo Carolina Dantas, o que o poeta estava tentando construir, em meados de 1900, era uma retomada da relação entre “o homem de letras e a sociedade, baseada na intervenção e no comprometimento com a Pátria”<sup>314</sup>. Essa convocação de Bilac surgia como resposta a postura tomada por parte de determinados intelectuais que, após uma grande instabilidade política, perseguições e decepções ideológicas no início da República, havia se afastado da cena pública. Diante desse contexto, muitos teriam sido cooptados para o funcionalismo público, optado produzir uma literatura contemplativa às novidades burguesas, criar academia de letras para defender questões puramente literárias e gramaticais, etc.<sup>315</sup>

---

<sup>312</sup> BILAC, Olavo, apud DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade nacional em periódicos*, Rio de Janeiro, 1903-1914. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2010. p.180.

<sup>313</sup> Idem.,. 179-182.

<sup>314</sup> Idem, p.182..

<sup>315</sup> Essa interpretação é fortemente baseada no argumento de Nicolau Sevcenko sobre o papel social dos literatos no início da Primeira República. Segundo este historiador, existiram aqueles que atingidos por essa “trama iníqua” buscaram uma pesquisa cultural sobre as raízes do próprio país ou a comporta-se

Entretanto, apesar do clima forte de decepção e alheamento social percebido por alguns atores no calor do momento, diversos historiadores estão relativizando essa noção de esvaziamento denunciada na fala do literato. Nos primeiros anos do século XX, iniciativas de intelectuais mantiveram, em alguma medida, o engajamento e preocupação com o futuro do país, buscando novas formas de retomar sua missão social à luz das experiências traumáticas. Segundo a mesma autora, haviam “esforços na defesa da instrução popular e na construção de um acervo cultural e histórico comum à nação, que desejava ser civilizada, autêntica e moderna.”<sup>316</sup>, fazendo parte desse novo horizonte de intervenção social, principalmente em revistas e no jornalismo.

Se esse clima de ‘retomada’ da vida pública e preocupação com o país por parte dos intelectuais vinha em um crescente a partir de 1910, o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, impactou fortemente em quase toda intelectualidade nacional, alterando avaliações e formas de atuação na sociedade<sup>317</sup>. Dessa maneira, temas como patriotismo, militarização dos cidadãos, serviço militar obrigatório, escotismo ganharam a ordem do dia, recolocando as discussões sobre a fraqueza do nacionalismo e as características do povo brasileiro em grande destaque.

Este capítulo tem como proposta analisar as crônicas da *Cantando e Rindo* entre 1913 a 1916, principalmente a partir das implicações causadas pelo primeiro conflito mundial. Pretende-se perceber como tais questões interferiam na sua coluna e suas iniciativas nos debates sobre a defesa e o futuro da Nação. A tese defendida para este momento é que, abalado e sensibilizado pelo conflito, Aloísio de Carvalho se engajou no “nacionalismo militante”, apostando na “salvação” do país – e do regime – pela implementação da instrução cívica do escotismo. Se na série, até então, havia uma forte presença da crítica às práticas políticas e um pessimismo notório à República, a partir de 1914, diante do “imponderável do cotidiano”, algumas preocupações com o caráter do

---

criticamente aos poderosos do momento. Ver SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.93. Para um questionamento sobre a posição apolítica da Academia Brasileira de Letras, ver RODRIGUES, João Paulo Coelho de S. *A dança das cadeiras: Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, SECULT, 2001.

<sup>316</sup> Idem, p. 192. Como já citado no primeiro capítulo, diversas iniciativas durante as primeiras décadas do século XX atestam essa produção engajada, quer seja em revistas, quer na escrita da imprensa diária. A publicação de revistas como a Revista Kosmos, Almanaque Garnier mostravam a preocupação com o futuro da nação, da busca pela sua singularidade, seu território, entre outros. Ver DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República*. Belo Horizonte: Editora, 2005.

<sup>317</sup> Entre as principais consequências estiveram a crítica às ideias de civilização, raça, Belle Époque, além do crescimento do chamado nacionalismo militante. Ver OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990. p.188.

povo brasileiro se tornam mais evidentes. Desta forma, pretende-se perceber como as crônicas fizeram parte e contribuíram, de alguma maneira, em uma nova busca pela salvação do país.

Novamente vale frisar que este é um recorte possível dentro de milhares de crônicas produzidas até 1916, ano que o jornal foi vendido. Essa escolha não se pretende como única interpretação ou delimitar um único campo temático ao conjunto de crônicas de Aloísio de Carvalho. Mais uma vez, fica em aberto ao leitor julgar a pertinência.

\*\*\*

Antes de adentrarmos ao comportamento da série pós-1914, é interessante pontuar sobre a relação da *Cantando e Rindo* com o primeiro governo de J. J. Seabra (1912-16), uma vez que este era um tema muito importante, principalmente depois da conturbada eleição e da posição política do Aloísio e do JN no período. Além disso, conforme indicado na introdução, pretende-se sinalizar como a discussão da cidade não estava entre os temas centrais da coluna, especialmente por se tratar de um tema delicado ante as intervenções autoritárias do governador<sup>318</sup>.

Numa análise geral, foram percebidas três grandes tendências que dialogaram entre si. A primeira foi que, nos momentos de vitória política ou de tensionamento social, a coluna saísse em defesa ao político. Somado a isso, a segunda tendência foi evitar alguns assuntos, especialmente nos problemas e assuntos mais ardilosos à primeira administração.<sup>319</sup> Uma das razões principais, conforme argumentado no capítulo anterior, devia-se sobretudo as simpatias políticas de Aloísio de Carvalho. Por outro lado, uma terceira característica é que tal posicionamento não impediu o cronista de tecer algumas críticas, quer seja aos opositores, aliados ou mesmo ao próprio Seabra.

Algumas crônicas podem servir de exemplo. Logo em julho de 1912, no início do governo, diversas reclamações surgiram em função das primeiras medidas de modificação urbana e remodelamento da cidade. Os principais impactos no cotidiano

---

<sup>318</sup> Ver PINHEIRO, Eloísa Petti. As influências na reforma urbana de Salvador a princípios do século XX. *Cidades brasileiras II: políticas urbanas e dimensão cultural*. BATISTA, Marta Rosseti; GRAF, Márcia Elisa de Campos (orgs.). São Paulo, SP: Centro de Estudos Brasileiros, 1999. pp. 115-125.

<sup>319</sup> Durante 1912 até 1916, foram identificadas aproximadamente duzentos e cinquenta crônicas em um universo de 1250. Ver Anexo I. Além desse dado numérico, os problemas de financiamento das reformas, dos atrasos das obras, dos impactos no cotidiano da cidade e do autoritarismo de Seabra não passaram na pena de Lulu Parola.

referiam-se as demolições das antigas ruas e expulsão da população dos locais para a construção da nova avenida. Como já sinalizado por outros estudiosos<sup>320</sup>, esse projeto era um tema caro ao político baiano, pois se constituía em um dos seus principais discursos.

Tão logo se iniciaram as movimentações das picaretas nas ruas e inquietação popular, Lulu Parola foi acionado para comentar sobre a inquietação de inquilinos e donos de lojas em desapropriação:

São mesmo assim as coisas da vida:/ Quem quer amar, dispõe-se a padecer.../Zé-povinho, portanto, há de sofrer/ Se quiser, ao depois, ter avenida... Para alcançar um dia tal prazer,/ A gente vive agora de corrida!.../ Já ninguém sabe ao certo onde reside,/ Já não se tem mais casa a oferecer!  
Por isso, apresentado um cavalheiro/A outro, que este verso lendo está,/Diz-lhe, baianamente prazenteiro:  
-Moro na rua...E nisto desatina.../Já não era onde estava...Onde será? /-Olhe! Eu moro aqui mesmo nesta esquina!<sup>321</sup>

O cronista, sem perder o tom habitual da graça, sinalizava aos seus leitores que tais mudanças demandariam algum esforço e sacrifício. Em um momento de insatisfação de alguns segmentos da população diante dos transtornos no oferecimento de moradias de aluguel e desapropriações<sup>322</sup>, a pena de Lulu fazia um chiste sobre a situação. Sem comentar o autoritarismo e os óbvios inconvenientes sobre a população, principalmente as mais pobres que moravam naquelas casas, o cronista pedia uma parcela de paciência ao “Zé-Povinho”<sup>323</sup>.

Porém, se havia uma tentativa de amenizar a tensão social, também existia a chance de se criar uma brincadeira com o caso. Na crônica do dia seguinte, o comentário girava em torno do espanto ao ver os poderes municipal, estadual e federal, os “três – um só Progresso verdadeiro!”<sup>324</sup>, intervindo no caso.. No dia 23, comentava:

É a União, o Estado, o Município,/ Todos três a bolirem na cidade; Muito embora não seja novidade,/ Mais uma vez meu verso participe-o...

<sup>320</sup> Existe uma bibliografia considerável sobre o tema. Ver LEITE, Rinaldo. *A Bahia civiliza-se...* op. cit; FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance!* : mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940. Salvador, BA : Centro de Estudos Baianos, EDUFBA, 2003.

<sup>321</sup> JN 15 Jul. 1912.

<sup>322</sup> Ver LEITE, Rinaldo. *A Bahia Civiliza-se...* cap.1.

<sup>323</sup> PINHEIRO, Eloísa Petti. As influências na reforma urbana de Salvador a princípios do século XX. Em *Cidades brasileiras II: políticas urbanas e dimensão cultural...*

<sup>324</sup> Idem.

Quem receio tiver de que não há de/ Ir a coisa adiante, ó Céus! Dissipe-o,/ Porque vai mesmo!...Ao menos, no princípio,/ Vamos ter avenida em quantidade!...  
Estado e Município e União, / Cada qual deles três mais empenhado/ Em mostrar melhor na conversão.../  
Eu, neste assunto, pertencendo ao grêmio/ Do município, da União, do Estado/  
Quero ver deles três tira o prêmio!<sup>325</sup>

Nos dias posteriores, a pilhéria escolhida foi continuar na brincadeira sobre o empenho das três esferas do poder na remodelação da cidade<sup>326</sup>. Ao que tudo indica, essa repetição indicava um sentido político, pois na memória do leitor não seria preciso buscar muito no passado para se lembrar da última intervenção federal na cidade, fato decisivo para a efetivação de Seabra. Por outro lado, naquele momento o intendente municipal e o presidente tinham boas relações com o lado seabrista,

De maneira implícita e com certo ar de ironia, era com base nessa tripla aliança política que se confiava o personagem para afirmar que iríamos ter “avenidas em quantidade”. A dúvida, apresentada no final da crônica, ficaria a cargo de quem tiraria o prêmio, uma vez que todos se mostravam empenhados. É interessante perceber que o perfil criado para a série permitia algum espaço de crítica, feita com aquele “humor bom” presente na coluna.

Mas nem sempre esse humor leve se manteve, ainda mais quando as situações envolviam as velhas disputas personalistas de poder ou fraude eleitoral. Nessas práticas de lesa-república, pelo menos naquela defendida pelo cronista, o tratamento era ríspido e crítico semelhante ao já delineado em anos anteriores, mesmo que corresse o risco de se resvalar no grupo seabrista. Vamos a alguns exemplos.

Ainda no primeiro ano de governo, em 1912, o grupo seabrista sofreu uma cisão importante, envolvendo o influente chefe político Luiz Vianna. Segundo Consuelo Novais Sampaio (1999), apesar de uma aliança política firmada a partir de 1910, havia uma tensão constante entre os dois próceres, que buscaram a todo instante disputar maior espaço na política baiana<sup>327</sup>. Com a efetivação do nome de Seabra como governador em 1912, este se tornou também, como habito político da época, o chefe

---

<sup>325</sup> JN 23 Jul. 1912.

<sup>326</sup> Com determinados intervalos, o assunto foi comentado na coluna entre os dias 24 de julho até 30 de Agosto de 1912.

<sup>327</sup> Segundo Consuelo Sampaio, os *Vianistas* esperavam ocupar o governo do Estado mantendo Seabra atuando como ministro. Para isso, confiavam na atuação de Pinheiro Machado, adversário conhecido à época as ascensões seabristas no plano federal. Entretanto, suas expectativas não se confirmaram com a indicação de Seabra para governador nas eleições em 1912. Ver SAMPAIO, Consuelo Novais. op. cit. p.115.



estadual do Partido Republicano Constitucionalista (PRC), com Luiz Vianna ocupando a Comissão Executiva Estadual e Comitê Central do Partido. Contudo, a busca pelo mando continuou a crescer, atingindo seu clímax logo após as eleições federais, durante a escolha da líder da bancada baiana.

Ainda segundo Consuelo Sampaio, tomando uma atitude de independência – e de hostilidade –, Vianna indicou o nome de Joaquim Pires Moniz de Carvalho, contrariando a tradição. Seabra, por sua vez, pagando duplamente, não apenas ignorou o nome cogitado, como efetivou a posse de Mario Hermes na liderança da bancada. Para finalizar, Seabra expulsou alguns membros da “Comissão executiva do partido”, entre os quais o poderoso Luiz Vianna<sup>328</sup>. Este, por sua vez, concedeu uma longa entrevista inesperada ao jornal *O Imparcial*, do Rio de Janeiro, criticando duramente a atuação do governante baiano. Amplamente divulgada na imprensa local, a cisão no bloco seabrista tornou-se inevitável.

Conforme pontua Consuelo Sampaio, ainda que Seabra tivesse conseguido maior número de apoiadores ao final da contenda, a briga gerou estragos ao bloco seabrista, dando algum espaço aos seus adversários políticos<sup>329</sup>. Neste ínterim, ao passo que Aloísio de Carvalho acompanhava os fatos com ampla cobertura no JN<sup>330</sup>, transcrevendo na íntegra a declaração no periódico carioca, bem como as reuniões que se seguiram de Seabra com seus seguidores, em sua coluna desferia sua crítica àquela briga de cunho pessoal<sup>331</sup>. Como por exemplo, no dia 09, citava que:

Entre os muitos defeitos conferidos/ A República (a esta não sonhada)/ Dizem todos: por falta de partidos/ É que ela ainda vive ainda conflagrada...  
Porque não há programas definidos/ bandeira firmemente sustentada/Homens em torno de uma ideia unidos/ E não de uma pessoa endeusada.../  
Se a falta de partidos causa falta/ Tão grande – que os reclama toda gente,/Pois o dano da ausência logo salta./  
Deve-se estar contente com a Bahia./ Porque não há no mundo, certamente,/ Quem não tenha mais partidos hoje em dia.<sup>332</sup>

A irritação do personagem tinha o objeto bastante claro: a cisão partidária em virtude das disputas personalistas pelo poder. A falta de agrupamentos políticos com programas profundos e\ou chefes endeusados enfraquecia o regime, tornando-o este

<sup>328</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. op. cit. p.115

<sup>329</sup> SAMPAIO, Consuelo, op. cit. p.118.

<sup>330</sup> JN 07 a 11 de Janeiro de 1912.

<sup>331</sup> Ver crônicas dos dias 07 a 11 de Janeiro de 1912.

<sup>332</sup> JN 09 Jan. 1912.

distante do sonhado. Se para os leitores da coluna este assunto não era propriamente novo, é provável que percebessem que ali envolvia-se o fracionamento no bloco seabrista. Repetindo a crítica nas crônicas da semana, e evitando um julgamento nominal sobre os envolvidos, o cronista não deixou de registrar sua opinião, mesmo que corresse o risco, embora pequeno, de se posicionar crítico as posturas e ego de Seabra.

Um exemplo interessante de como Aloísio de Carvalho também se permitia a fazer pequenas graças com o próprio Seabra, como pode ser verificado numa crônica posterior, no dia 09 de fevereiro de 1914. Com o título de “As eleições no regime republicano, e a notícia de que o dr. J.J. Seabra, governador do Estado, se alistou eleitor no município desta capital”, ironizava Lulu Parola dizendo que:

Li no *Jornal*, anteontem, \ Que o sr. dr. Seabra está alistado \ Eleitor neste Estado... \ É boa, amigos meus! Outra me contem;  
Coisa nova, não fato já glosado... \ novidades me apontem, \ que às velhas coisas, que eu já sei, desmontem; \ Não isto de que há muito estou inteirado!  
Pode o dr. Seabra não ter sido \ *Votante*... Não ter sido, e nunca ser... \ Mas, eleitor... perdão! Isto é sabido!  
Nem é de agora, não! Para eleitor, \ Isto é, para *eleger*, \ Basta ele ser o que é – governador!<sup>333</sup>(grifo nos originais)

A ideia central dos versos estava na falsidade da representação, que como o próprio personagem advertia aos leitores não se constitua em novidade, já comentado em parolas anteriores. Retomando uma das bandeiras liberais do final do século XIX a favor do sistema republicano, o cronista reiterava a inexistência dos votantes para além dos próprios políticos. O governador como eleitor, em Lulu Parola, não era a novidade, pois como já habitual, não era de agora que eram os políticos que elegiam de fato. Por isso, bastava ser quem ele já era. O cidadão, o ‘centro’ do regime da verdade eleitoral, este Seabra não poderia ser. Aqui estava a novidade para os leitores da série: ser ele o alvo escolhido para a piada<sup>334</sup>.

Para finalizar e não delongar demais essas observações iniciais, um último exemplo sobre o comportamento da *Cantando e Rindo* durante o governo de J.J. Seabra. Se o cronista se permita pequenas brincadeiras de cunho político, também saía em defesa nos momentos de vitória. Em setembro de 1915, Seabra comemorava a inauguração da Avenida Sete de Setembro, seu maior empreendimento e símbolo da

---

<sup>333</sup> JN 09 Fev. 1914.

<sup>334</sup> Aloísio de Carvalho se permitiu a brincar com Seabra durante a escolha do candidato a governador de 1916, feito a dedo pelo governador. Ver crônicas de 09 Set. 1916.

remodelação que se pretendia para a cidade. Na primeira, do dia 08 de setembro de 1915, comentava o evento de lançamento:

Deixem-me! Estou cansado de contente\ De andar pela Avenida, noite e dia\  
uma coisa que havia tanta gente\ que jurava que nunca se faria!...\  
Luz, asfalto, automóvel...Atualmente\ Parece outra cidade esta Bahia!\ Já não é  
mais aquela, antigamente,\ em que tudo dormia!...  
Este Dr. Seabra!...Sim, senhor!\ Faz a sua Avenida – obra de nota!\ Faz Antônio  
Moniz – governador;  
Qualquer aspiração – sabe querê-la!\ Não há dúvida alguma: *Jota-Jota*,\ Além  
de ter vontade – tem estrela!<sup>335</sup>

Com uma pitada de ironia, o personagem apresentava o fato novo: a inauguração da Avenida. É importante sinalizar que durante, sua construção, o governo enfrentou diversas críticas<sup>336</sup> dos seus opositores e de vários segmentos da população, o que dava àquele momento uma grande importância política. Mesclando o editorial com a coluna<sup>337</sup>, referendou sua posição sobre o assunto, enaltecendo o imenso júbilo ao novo empreendimento da cidade, sem deixar de citar as críticas da oposição, ciente em lançar “água fria” no pessimismo sobre a empreitada. Por isso que, no mesmo dia do ano seguinte, 08 de setembro de 1916, além de parabenizar a avenida pelo embelezamento que dava a cidade, fazia questão de (re)lembrar:

[...] os grandes benefícios\ Que fez à terra de Thomé de Souza\ Que era outrora  
uma coisa\ Atoa, sem valor\  
Entre os valores das irmãs urbanas,\ Mulata velha das canções baianas,\ E  
quando Seabra foi governador,\ Foi isto que se viu,\ Avenida surgiu, \ Larga,  
asfaltada, limpa, luminosa\ Matando o beco e intriga rumorosa...\  
Que do Beco partia ..\ Transformou-se a Bahia!...E já hoje, quem salta, para vê-la\ Julgando-a  
a mesma de um quinhento atrás\ Vai dizer que ficou sem conhecê-la\ De tão  
grande a mudança que ela faz.\ Que ninguém acredita. \ Meus parabéns  
sinceros.<sup>338</sup>

A estratégia do texto se repetia do ano anterior: ironizava os desafetos e engrandecia a ação de Seabra na construção daquele monumento. Aos leitores do JN, o assunto daquela crônica não seria novidade apenas por, no ano anterior, ter havido uma homenagem a Avenida na coluna. Aloísio de Carvalho já havia dedicado ao assunto alguns dias, escrevendo uma crônica diferente do perfil da *Cantando e Rindo*. No dia

---

<sup>335</sup> JN 08 Set. 1915

<sup>336</sup> Ver uma análise aprofundada sobre o tema em LEITE, Rinaldo. *A Bahia Civiliza-se...* op.cit.

<sup>337</sup> JN 08 Set. 1916.

<sup>338</sup> JN 08 Set. 1916.

06, anunciava o aniversário da Avenida, oferecendo uma entrevista com ela própria, depois de encontra-la “mundamente radiante”<sup>339</sup>. Arguindo do porquê de tamanha felicidade, Lulu explicava melhor que não se tratava apenas de comemorar mais um ano, mas porque havia promessas de novas igrejas, estátuas, parques, desfiles cívicos, bondes rápidos, ônibus, entre outros<sup>340</sup>.

Eram em momentos de tensão e vitória política de Seabra como este que Aloísio de Carvalho, através de sua coluna, registrava, comentava e participava daquele embate político. Ainda que em algum momento se permitisse alguma ironia ou crítica ao grupo seabrista, manteve até o ano de 1916 uma distância estratégica na sua coluna de assuntos mais espinhosos. Estes, quando a situação exigia, era noticiado no próprio corpo do JN através de seu próprio conteúdo, ou, em algumas circunstâncias transcrevia editoriais do jornal seabrista *Gazeta do Povo*<sup>341</sup>.

Isso, por um lado, relativiza a ideia que a cidade e suas transformações foram o tema central da coluna no período, principalmente pelas implicações políticas imediatas do tema. Neste sentido, o espaço de crítica às remodelações que a coluna poderia permitir não parece ter sido utilizado constantemente, o que não quer negar a importância das crônicas sobre o assunto.

### **O ‘brasileiro’ na *Cantando e Rindo*: pequenas reflexões sobre o brasileiro.**

Numa perspectiva geral, entre os anos de 1912 a 1916, a coluna de versos continuaram a acompanhar de longe o governo de Seabra, dedicando-se, volta e meia, a outros temas. Manteve, sempre que um evento ou fato trazia a discussão, suas já conhecidas ironias aos vícios do regime: a falsidade do processo eleitoral, a falta de efetividade e gasto excessivo do poder legislativo e a instabilidade do regime.

Por outro lado, a partir de 1913, um tema foi surgindo com certa constância na coluna: a preocupação com o futuro do país, ainda que, em certa medida, tal discussão já estava presente desde os primeiros textos da sua coluna, principalmente sobre a

---

<sup>339</sup> JN 06 Set. 1916.

<sup>340</sup> Idem. .

<sup>341</sup> JN 11 Jan. 1913. Aloísio de Carvalho participou pessoalmente de comitivas políticas de Seabra, como em 22 de maio de 1913, quando noticiava aos seus leitores que não seguiria para Sergipe com o chefe político. Ver JN 22 Maio 1913. Neste mesmo ano o JN também fez uma ampla cobertura da posição de Seabra e do Partido Republicano Conservador sobre as eleições presidenciais de Wenscelau Guimarães. Ver JN 11 Ago.1913/ JN 13 Ago.1913.

possibilidade do regime republicano vingar ou não. Porém, na pesquisa empírica, a partir daquele momento, essa preocupação ganhou novos contornos, focando sua atenção agora no povo e seus hábitos, que em sua avaliação também contribuíam para a situação do país.

Explicar as razões para a emergência desse assunto não é uma tarefa tão simples, uma vez que Aloísio de Carvalho deixou poucos registros sobre suas motivações pessoais, manifestando-se fundamentalmente no seu jornal. Entretanto, é possível sinalizar alguns fatores históricos mais gerais. Seguindo uma tendência nacional, o autor de Lulu Parola se conectava a uma preocupação geral de toda a intelectualidade do início do século XX, que de acordo com a historiadora Tânia de Luca (1999), “obstinadamente refletiu sobre o Brasil, intentando abarcar sua especificidade.”<sup>342</sup>.

Ainda segundo a historiadora, tal preocupação não era uma questão propriamente nova, pois desde a Abolição e a Proclamação da República havia uma discussão sobre os “laços de pertencimento, capazes de difundir um sentimento de brasilidade”<sup>343</sup>. Era uma necessidade que advinha de um contexto macro de disputa feroz entre as potências mundiais, forçando os Estados a garantir sua unidade territorial, obtenção de concessões, disputa de privilégios, política armamentista e defesa da produção nacional. Além disso, a emergência do tema da nação em alguns países europeus, como a França, também influenciava a intelectualidade brasileira a refletir sobre o assunto, inclusive se utilizando de referenciais teóricos destes países.

Se o tema continuou em pauta, e com certa força até 1910, havia algumas formas diferentes de caracterizá-lo. Ao estudar sobre o tema da nação durante a Primeira República<sup>344</sup>, Lúcia Lippi Oliveira sinaliza a coexistência, entre finais do Império e início do século XX, de pelo menos três abordagens por parte dos intelectuais. A primeira adivinha, grosso modo, da chamada ‘Geração de 1870’, cujas palavras de ordem eram o progresso, a civilização e a ciência. Estes condenavam a sociedade fossilizada do Império, oferecendo como proposta redentora a partir da

---

<sup>342</sup> Em seu estudo sobre a Revista do Brasil, Tânia Luca coloca que no início do século XX, ansiosos por encontrar os aspectos relevantes para a explicação da realidade nacional, diversos autores percorreram a “história, a geografia, literatura, a gramática e a filologia” ou estudavam “a composição étnica da população, a organização econômica e social”. Como manancial teórico, ostentava-se o positivismo, determinismo, evolucionismo e darwinismo social, capazes de revelar “a verdadeira face do país. Ver LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.18.

<sup>343</sup> Idem, p.33.

<sup>344</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional da Primeira República*.op.cit.

implantação da república, da abolição e da democracia, inserindo o país nas trilhas das nações civilizadas. Neste sentido, “entender o Brasil, construir o Brasil, era uma meta fundamental para esses homens que julgavam que o país deveria repetir, de forma acelerada, a experiência do Ocidente.”<sup>345</sup>

O tema, como enfatiza a autora, ainda permaneceu em debate no início do século XX, mesmo malsinadas as esperanças com os primeiros anos do regime. A definição de nossa singularidade, das características específicas, geográficas, culturais e políticas, continuaram a ser pensadas, quer em revistas ou livros de autores que buscavam estabelecer referências para o sentimento patriótico nacional. Foi a partir do aprofundamento que surgiu uma segunda abordagem. Ganhava força uma versão “ufanista”, que valorizam enormemente as riquezas geográficas, bem como a riqueza cultural e racial na formação do “tipo e constituição do caráter nacional”<sup>346</sup>.

Estes discursos, em certa medida positivos ou otimistas, entravam em choque com uma terceira perspectiva mais pessimista, assentada em argumentos biológicos e evolucionistas racistas. Essa linha de pensamento, presente desde finais do século XIX, via como impeditiva ao um futuro promissor da Nação a miscigenação com as raças inferiores, leia-se o negro e o índio, e a pouca presença do elemento da raça superior, os brancos. Alguns pensadores defendiam, a partir dessa interpretação, a necessidade da imigração como forma de introduzir o elemento branco e civilizado para salvar e criar um tipo nacional sem as ditas degenerescências morais e biológicas da influência negra e indígena.<sup>347</sup>

Segundo Aldo Silva, na Bahia, esses três vertentes poderiam ser vistas na discussão da intelectualidade local, ainda que matizada por algumas peculiaridades.<sup>348</sup> Os discursos racistas de Nina Rodrigues sobre degeneração moral e física da raça – e

---

<sup>345</sup> Idem, p. 85.

<sup>346</sup> Segundo Lúcia Oliveira, um dos principais autores a defender tal perspectiva foi Afonso Celso, no livro “Por que ufanos meus país”. Ainda segundo a mesma autora, passados os anos iniciais do regime e sua consolidação, a autora sinaliza o surgimento de um novo sentimento: um ufanismo de Belle Époque, marcado por uma exaltação da natureza prodigiosa e abençoada. Esta seria responsável por um futuro promissor, independente dos regimes políticos e das disputas entre partidos. Ver, OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional da Primeira República*, p. 130.

<sup>347</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional da Primeira República*. p. 191. Não obstante sua presença significativa no mundo intelectual durante parte da Primeira República, não era unânime e sofria contestações. Como exemplo, ainda segundo Lúcia Oliveira, alguns intelectuais católicos e republicanos radicais rejeitavam esse “evolucionismo de base biológica”. Sobre o tema, ver SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo, SP: Companhia das letras, 2012.; ver também, SCHWARCZ, Lilia M. op. cit.

<sup>348</sup> SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Op.cit.

sua consequente inviabilidade sem a presença do elemento branco europeu – encontravam grande aceitação, principalmente nos membros do Instituto Geográfico e Histórica da Bahia. Na mesma instituição havia, desde 1896, um debate interno sobre a importância da imigração do trabalhador branco como solução para ‘limpeza’ e fortalecimento da raça local.

Apesar do forte apelo da primeira perspectiva, o mesmo autor aponta que havia outras vozes dissonantes, principalmente depois do fracasso da política imigratória para a Bahia. Isso denotava, segundo o autor, a existência de discursos que acreditavam na miscigenação, que por princípio questionava a tese, muito presente na linha de pensamento anterior, que o clima produziria apenas efeitos negativos sobre o homem. Um exemplo era proposta de que, ante o fracasso da vinda dos europeus, a possibilidade seria ‘civilizar’ o índio, figurando este como o tipo nacional<sup>349</sup>.

Além disso, um aspecto muito importante é que a partir de 1911, Theodoro Sampaio, posteriormente seguido por outros, lançara a tese da raça nacional, que além de ter características próprias, questionava alguns daqueles pressupostos deterministas e racistas. Porém, não havia consenso fácil sobre essa questão, uma vez que as ideias da influência climática negativa e necessidade do elemento europeu tinham profundas raízes e empedernidos defensores na comunidade baiana, como o literato e poeta Egas Moniz<sup>350</sup>.

Em resumo, o tema da nação brasileira, patriotismo e suas singularidades continuaram em debate pelas três primeiras décadas do regime republicano, inclusive na Bahia. Como alerta Lúcia Oliveira<sup>351</sup>, é importante não tomar essa divisão de maneira esquemática, como se cada nova formulação anulasse por completo a anterior. Antes disso, havia uma coexistência destas interpretações no período até a eclosão da Primeira guerra, cujo impacto foi profundo na forma de encarar a questão da nação.

Sensibilizado por todas essas discussões, nas crônicas de Aloísio de Carvalho, é possível perceber, de uma maneira geral, uma presença do tom ufanista da força da natureza e grandiosidade do país, coexistindo com análises pessimistas sobre determinados comportamentos do povo. Dito de outra forma, ainda que manifestasse uma forte influência do pensamento nacionalista ufanista, semelhante ao defendidos por

---

<sup>349</sup>. Idem, pp.179-184.

<sup>350</sup> Segundo Aldo Silva, o próprio Theodoro Sampaio também defendia, de certa maneira contraditória, a necessidade do elemento regenerador do branco europeu. Ver SILVA, Aldo. op. cit. 190-193.

<sup>351</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional da Primeira*. p. 191.

intelectuais como Afonso Celso, Olavo Bilac e Manoel Bonfim<sup>352</sup>, Aloísio de Carvalho considerava a existência de determinados hábitos perniciosos, com prejuízos concretos na esfera política e social. É interessante salientar que mesmo que não explicitasse argumentos raciais em sua coluna, aproximava-se em determinados momentos às críticas feitas por parte dos intelectuais baianos aos supostos defeitos morais da população pobre ou ao “Zé-Povinho”.

Entre os principais defeitos do brasileiro comentados estavam a falta de pontualidade, de apego ao trabalho, de senso de economia, de praticidade e principalmente a falta de sentimento nacional, cujas consequências não estavam apenas em uma excessiva valorização pelo estrangeiro, mas principalmente numa quase indiferença do povo com seu país. Tais atitudes poderiam ser vistas em várias situações, citadas nas mais diversas crônicas a partir de 1913, mas eram particularmente irritantes ao cronista nas festas cívicas. Conforme será demonstrado a seguir, a falta de sentimento patriótico do povo às comemorações de datas nacionais era contrabalançada com uma crítica direta pelo comparecimento assíduo do povo às festas como o carnaval.

Na crônica de 16 de abril de 1913, por exemplo, intitulada como os “Defeitos Nacionais”, o cronista listava um pouco seu incômodo:

Um dos nossos defeitos nacionais (que a verdade\ É não termos virtudes tão somente; Nem há por este mundo um só vivente\Sem falhas, a questão é a quantidade...)

Um dos nossos defeitos é que a gente\ Julga sempre melhor qualidade\O que é aos outros povos pertencente;\ Sendo nosso, tem pontos de ruindade...

De sua língua e suas glórias cheio\ No próprio lar, ou no país alheio\ Em toda parte – Inglês é sempre Inglês!\

Vêde, porém, a criança Brasileira\ Enche de orgulho a família inteira\ Só por que diz...palavras em francês!<sup>353</sup>

Como comentado no primeiro capítulo, a ironia de saber falar francês e não português se dirigia diretamente a uma elite baiana e brasileira, filiada que era aos supostos ideais de civilidade vindo da capital, Paris. Entretanto, neste momento a crítica se iniciava na criação das famílias que às suas crianças não estimulavam o sentimento nacional. Porém, tal postura fazia parte de uma ação maior, generalizada na valorização exagerada do estrangeiro, especialmente a francofilia tão cara à elite baiana.

---

<sup>352</sup> Idem, cap. 4.

<sup>353</sup> JN 16 Abr. 1913.



E para tristeza do cronista, era nas festas cívicas que mais transpareciam os defeitos do brasileiro. Um exemplo apareceu nas comemorações do 02 de Julho de 1913, no qual o jornal noticiava grande concorrência popular. Porém, passada a festa, o evento parece que não ocorreu como desejava o autor de Lulu, pois no dia 03 voltava ao seu personagem para reclamar:

Quem te viu, Dois de Julho, e quem te vê\ Foste entre nós a festa sem rival...\ Mais animada e popular do que\ Agora o Carnaval!\ Ah! quem as descrições antigas lê\ Do delirante préstito triunfal,\ Encontra tanto brilho – que não crê\ Comparando ao atual!\ Tudo passa!...O caboclo e a Caboclinha,\ Se não fosse a paixão de Santo Antônio\Ficariam dormindo na Lapinha...\ Acham feio dar viva ao Dois de Julho...\ Entretanto, brasileiro patrimônio\ Essa data enriquece em glória e orgulho!<sup>354</sup>

Para além da perspectiva elitista do cronista o impedia de perceber as diferenças de expectativas de comportamentos durante a festa<sup>355</sup>, essa crônica demarcava uma constante nesse período: a irritação com comemoração excessiva durante o carnaval. Principalmente partir de 1914, o tema da festa, já presente em diversos *Cantando e Rindo*, vão ganhando um tom de reclamação sobre o comportamento do povo, pois parecia irritar particularmente a presença constante do povo diante da situação de crise. No início das comemorações do carnaval de 1914, por exemplo, um dia antes daquela crônica de Seabra como eleitor, Aloísio de Carvalho escrevia os versos “País de doidos”:

De certo, a maior festa nacional,\ Que mais alegre o povo, e mais o anima,\ Em que sobre as demais cidades prima\ Do Brasil a formosa capital;\ Que, mesmo em quebradeira, assim geral,\ Não há força de crise que a suprima;\ A que o nosso civismo mais estima,\ Não há dúvida alguma – é o carnaval!\ Já começou no Rio...E um telegrama\ Diz o momo que ainda a mais se presta,\ Acendeu do delírio a ardente chama!...\ Enlouqueceu o entusiasmo a todos!\ É mesmo...O Carnaval é a maior festa,\ E este nosso país – país de doidos!...<sup>356</sup>

---

<sup>354</sup> JN 03 Jul. 1913

<sup>355</sup> Sobre essa diferença de expectativas e formas de festejar, ver ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. Patriotas, festeiros, devotos...As comemorações da Independência na Bahia (1888-1923). Em: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

<sup>356</sup> JN 05 Fev. 1914.

O “entusiasmo enlouquecido de todos” pela folia do momo não parecia agradar ao cronista, pois denotaria toda a falta de preocupação patriótica, os gastos excessivos ou a falta de providência com o futuro. Essa atenção, menos presente nos primeiros momentos da série, passou a ocupar um lugar importante na coluna, principalmente no ano da delegação do conflito mundial, uma vez que estava em jogo, entre outros aspectos, o futuro do regime e do país. Neste contexto, aumentava a cobrança via Lulu Parola da necessidade de se cuidar das coisas da pátria e menos das festas e comemorações. Para não alongar demais o argumento, mais duas crônicas sobre este aspecto.

A primeira foi publicada na terça do mesmo carnaval, no dia 23 de fevereiro de 1914, com o título de “Amanhã, a coincidência irreverente de ser terça-feira do Carnaval e aniversário da Constituição Federal”:

É amanhã...Os bons republicanos,\ Que eram maior porção na monarquia,\  
Sabem, embora seja sem valia,\ Que a Constituição amanhã faz anos...\  
Mas, é amanhã também o maior dia\ do reinado máscara e dos enganos\  
Carnaval! Terça-feira! Dos profanos,\ Momo é o deus da pilhéria e anarquia!\  
Coisa engraçada, troça original,\ Que a Constituição venha fazer\ anos a  
confusão do Carnaval...\  
Disto, eu bem sei, Zé-povo, não te importa;\ Mas, sempre é bom saber\ Que  
Deus escreve certo em linhas tortas<sup>357</sup>.

Em primeiro lugar, a coincidência nas duas datas dava ao cronista um mote bem oportuno para todo o texto, pois era a “coisa engraçada, troça original” do destino, o último dia de folia se sobrepôr à comemoração da Constituição, criando algo simbólico daquela república que ia sendo escrita em “linhas tortas”. E andava torta por dois caminhos: dos bons republicanos e do povo. Dos primeiros, o lamento ligava-se ao pouco valor que davam a própria constituição, enquanto dos segundos havia indiferença do “Zé-Povo”, que não se importaria muito com a celebração da carta magna em plena folia do momo.

Lida em conjunto com outras crônicas e inserido naquele contexto mais imediato, o texto indicava que, na perspectiva do cronista, o sentimento nacional e a república não andavam na lista de prioridades quer da arraia miúda, quer dos defensores originais do regime. Se já havia para os leitores mais constantes essa perspectiva pessimista sobre os republicanos não se constituía uma novidade propriamente,

---

<sup>357</sup> JN 23 Fev. 1914.

comentada em milhares de versos diários desde 1891, agora entrava no rol das lamentações contra o comportamento patriótico e político da “arraia-miúda”.

Mas haveria solução para tal situação pessimista? Se essa tônica não se alterou muito nos meses que seguiram ao carnaval de 1914, em pequenas parolas o cronista também apontou que era preciso encontrar alguma saída para aquele mal que assolava o regime. Uma crônica interessante de início de março indicava, nos seus versos finais, tal perspectiva:

Nos tempos da ominosa monarquia\Tudo andava tão mal, e tão errado,\ Que o país, acordando um belo dia,\ Achou tudo mudado!...\n Este remédio cura! se dizia...\ Eu mesmo, moço então, e entusiasmado,\ Pela janela dos vinte anos via\ Logo tudo curado!\n Passou-se, e foi passando...\ É aborrecido\ Contar o caso todo, que afinal,\Tenho mais o que fazer, e é já sabido...\n Digo somente, e digo-o sem censura,\ (longe de mim, bem longe, dizer mal)\ que é preciso um remédio para esta cura!<sup>358</sup>

No contexto mais imediato do texto, era uma das crônicas comentando as disputas entre as elites locais no Ceará, que em 1914, levaram a decretação de um estado de sítio e suspensão das garantias constitucionais. Em situações como aquela, como citado no primeiro capítulo, o cronista, de inspirações liberais, vinha à cena para reclamar sobre as anulações das garantias constitucionais, dos atos discricionários e das disputas pessoais pelo poder. Se por um lado, tais questões já haviam incitado o cronista, no texto acima não se tratava apenas dessa desilusão, mas também da busca por uma solução e um indício de uma reflexão mais profunda sobre a própria cura proposta em outros tempos.

Isso se reforçava, no início do verso, na breve historieta contada sobre as expectativas que rondavam os jovens de “vinte anos”, para os quais era na mudança de regime que se acreditava estar a cura para os males da época monárquica. Porém, para outros intelectuais pelo país, tal aposta não se confirmou, pois como sinalizou o historiador Leonardo Pereira <sup>359</sup>, personalidades como Olavo Bilac manifestavam publicamente, por volta de 1918, esse sentimento de frustração e necessidade de novos

---

<sup>358</sup> JN 07 Mar. 1914.

<sup>359</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário. Em SILVA, Fernando Teixeira e et al (orgs.) *República, Liberalismo e Cidadania*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003. pp.53-73.

rumos. A República não efetivou uma nação branca, civilizada e europeia, livre dos males e atrasos típicos do tempo da monarquia que se esperava<sup>360</sup>.

Para o estudioso, a avaliação de vários intelectuais àquela altura que poderia ser pensada para 1914, era que para efetivação da “República dos seus sonhos” era preciso mais que uma mudança formal de governo.<sup>361</sup> Aloísio de Carvalho, poucos anos antes, através do seu personagem, também sinalizava sua crítica àquela aposta do seu passado juvenil e que seria preciso buscar um remédio para a cura, ou seja, para o próprio governo.

Mas em agosto de 1914 o início dos conflitos da Primeira Guerra Mundial precipitou e acelerou, de alguma maneira, essa procura pela cura. Seus impactos foram fortemente sentidos por boa parte da intelectualidade nacional<sup>362</sup>, trazendo à ordem do dia um sentimento de ação concreta na defesa e salvação da pátria. Como pontua Lúcia Oliveira, “não era mais suficiente o sentimento natural de amor à pátria, calcado na grandeza territorial e nas qualidades da raça”<sup>363</sup>, comum à corrente mais ufanista de meados de 1910. A atualização do momento demandava uma nova postura, com “programas de luta e a necessidade de organização de movimentos que deveriam atuar na salvação do país”.<sup>364</sup>

Depois do conflito iniciado, diversos intelectuais, políticos e militares avaliavam que a situação do Brasil era de fragilidade, pois além de dependente da economia europeia e carente de força militar para um contra ataque externo, encontrava-se, acima de tudo, desprovido de um sentimento patriótico interno. Logo, era preciso atuar imediatamente. Solapado pelo início do conflito, Aloísio de Carvalho engajou-se na busca pela salvação da Pátria, aproximando, mais uma vez, vida cidadã e coluna de versos.

### **Militância na *Cantando e Rindo*: da Primeira Guerra Mundial ao Escotismo.**

---

<sup>360</sup> Idem, p. 60.

<sup>361</sup> Idem, p. 71. mas um “investimento sobre práticas e tradições com as quais, quisessem ou não, teriam de lidar

<sup>362</sup> Autores como Frank McCan, Lúcia Lippi Oliveira, Tânia Regina de Luca enfatizam tal impacto. MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria*. História do Exército Brasileiro (1889-1930). São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

<sup>363</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira república*. op. cit. p.145.

<sup>364</sup> Idem, ibidem.

A deflagração do conflito mundial e os seus primeiros meses foram amplamente comentados na *Cantando e Rindo*<sup>365</sup>. No geral, havia um forte tom de decepção com a chamada “Civilização Europeia”, que se autodefinia superior e culta, mas que naquele momento repetia ações típicas dos povos “bárbaros”, como a violência e assassinatos em massa. Seus “ensinamentos e seus livros”, criticava Lulu Parola, de nada mais valiam, pois a civilização era agora sinônimo de contradição, de barbárie e violência. Uma crônica inicial pode ilustrar um pouco a sensação emanada em sua coluna. Em 22 de agosto de 1914, poucos dias depois de iniciado a Guerra, em Lulu Parola aparecia:

Era um dia um sujeito bem vestido/ De maneiras finíssimas, corretas; / Todos os  
mais para ele – eram patetas; / E ele era para todos – o polido;  
Das virtudes – o modo preferido/ Da moral doutrinava as linhas retas... \ Mas, a  
ambição, que o mundo inteiro inquietas,/ Nele havia ao máximo atingido! \  
Pregava a liberdade em toda a terra, / A justiça, a verdade, o bem, a paz/ O amor  
aos homens, repulsa à guerra!\  
Porém, um dia em fera ele se vira/ e na sede de sangue voraz/ Aquele polimento  
– era mentira!<sup>366</sup>

Retomando as idealizações do homem civilizado, portador dos mais altos valores da Humanidade e dos discursos detratores dos outros povos, que ao ceder à ambição, rebaixava-se ao nível mais baixo, partindo para uma guerra sangrenta. Como sinalizou numa crônica sete dias depois, que a civilização era “a arte fina\ De matar maior número, e mais ligeiro!”<sup>367</sup> Era naquela contradição entre discurso e prática que residia a maior decepção. Em 04 de setembro, passado um mês das primeiras notícias do conflito, o cronista comentou mais profundamente a “verdade” por detrás daquele homem europeu:

Questão de crosta, apenas...Esta luta / Das nações mais polidas do universo,/  
Mostra que o homem culto é mais perverso / Do que o mais animal da classe  
bruta!  
Tudo está no momento...Em prosa e verso, / A civilização preitos tributa / A  
tudo quanto é nobre / Mas...corrupta, / Se o interesse a ferir, vêde o reverso!.../  
Então, é a pele antiga que vestimos!/ Ao Progresso moral – que triste insulto/  
Nesta guerra cruel a que assistimos!.../  
Tudo lhe é pretexto, lhe é motivo.../ Mais ou menos verniz – o homem culto/  
De agora – é mesmo o bárbaro primitivo!<sup>368</sup>

---

<sup>365</sup> Apenas como exemplo inicial, entre agosto a outubro de 1914, foram produzidas mais de XXX crônicas sobre o tema. Ver Anexo I.

<sup>366</sup> JN 22 Ago. 1914.

<sup>367</sup> JN 29 Ago. 1914.

<sup>368</sup> JN 04 Set. 1914.

Como apontam alguns autores, o impacto da guerra parecia ter abalado de alguma maneira a crença de diversos intelectuais pelo país nos ideais e discursos feitos pelo “homem culto” europeu<sup>369</sup>. Como enfatizou em suas crônicas, para Aloísio de Carvalho de nada mais serviam aquelas lições de fraternidade, cristandade e progresso, tomadas como parâmetro por décadas por muitos pelo mundo.

O conflito também alterou as formas de engajamento de diversos setores sociais, pois como salienta Lúcia Oliveira<sup>370</sup>, era o “nacionalismo militante” que buscava formas de “salvar” a Nação, principalmente através de ações na saúde e na educação da população. No primeiro aspecto, buscava-se romper com os discursos de inferioridade da raça do cidadão brasileiro, principalmente através de campanha de saúde pública e combate a endemias que abatiam o homem do sertão. No segundo item, a educação era encarada como “elemento central no processo de consciência do cidadão”<sup>371</sup>, pois permitira não apenas a emancipação contra a ação perdulária das elites sobre os analfabetos, bem como combater determinados aspectos de “caráter” do brasileiro. Segundo a mesma autora, assistia-se a um:

[...] novo momento de crítica. Criticavam-se as elites políticas e intelectuais por sua falta de consciência nacional, por sua postura diletante, por sua francofilia. A questão que se colocava era: como o Brasil podia ser tão pobre e atrasado se seu território era tão rico? Se a culpa de tal situação não era mais atribuída às raças e mestiçagem – ainda que tal interpretação persistisse – quem então poderia ser responsabilizado e o que teria que ser mudado?<sup>372</sup>

A citação é importante para se analisar as crônicas e postura de Aloísio de Carvalho, pois quase todos esses elementos estavam de alguma maneira presentes nas crônicas a partir daquele momento. Junto à decepção com a civilização, com o regime republicano e com a postura do ‘povo’ já citadas, estava a crítica ao apego das elites nacionais a tudo que era estrangeiro.<sup>373</sup> Porém, a guerra também abria uma agenda

---

<sup>369</sup> Ver crônicas entre Agosto e Outubro de 1914. Ver OLIVEIRA, Lucia.; op.cit; LUCA, Tânia de. Op.cit.

<sup>370</sup> Idem, especialmente cap.7.

<sup>371</sup> Idem, p. 146. Ver também a importante obra de NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

<sup>372</sup> Idem, p. 147.

<sup>373</sup> JN 23 e 24 set. 1914. Em diversas crônicas, Aloísio de Carvalho ironizou alguns poetas de fazerem versos sobre a estação da primavera quando esta se iniciava na Europa ou dos pais ensinarem seus filhos a falarem francês antes do português.

positiva ou de otimismo, sendo possível crer no futuro do Brasil. A diferença estaria agora no engajamento imediato e ações concretas e práticas.

Em um verso do dia 07 de setembro, data simbólica para refletir sobre a independência do país no contexto de uma guerra, o cronista lançou outro texto interessante:

Por que neste país eu creio em tudo.../ disse; e hoje, em seu dia, aqui o friso;/  
creio que ele tem falta de juízo; / E que tem mais talento que estudo.../  
Opulento e formoso, não me iludo/ que ele possui, completo, o que é preciso/  
Para ser um Paraíso.../ Creio em seu coração, todo veludo...  
Creio que gasta mais que possui; / Que, depois de roubado, fecha a porta; / Que  
tem gênios eternos, como o Rui!/  
Creio, no mais sincero amor profundo,/ Que, endireitando muita coisa torta/  
Será a nação mais forte do mundo!<sup>374</sup>

Na crônica, a lista de crenças que Lulu Parola apresentava em diálogo constante da tônica ufanista aos defeitos que careciam de uma solução para se endireitarem. Reafirmando crer na grandeza do território, na sua opulência, formosura, não desejava negar a existência dos problemas, cujo sentimento ufanista não deveria esconder. Se a sua geografia o habilitava ao paraíso, quase o habilitando a ser “nação mais forte do mundo”, era preciso endireitar “muita coisa torta”.

Embora envolvido diretamente em outras ações ligadas à educação, a sua principal aposta foi a pedagogia do escotismo<sup>375</sup>. Acompanhando a coluna durante o final do ano de 1914 e início de 1915, diversas crônicas comentavam, mesmo que nem sempre centralmente, sobre a falta de apego as leis, de senso de economia e praticidade na resolução dos problemas do povo brasileiro. Na crônica do dia 24 de novembro, por exemplo, a partir de uma entrevista do general Dantas Barreto para um jornal do Rio de Janeiro, concordava com o entrevistado de que a necessidade primeira do povo brasileiro, “para a sua grandeza ser real”, era “da obediência a lei, sempre no tinteiro,/ e do respeito ao voto eleitoral”. Mesmo estando “de acordo”, não deixava de também alfinetar que não era o Zé-Povo que mais tinha culpa em desobedecer o “Não pode!”, pois “se lei não passa de pagode / O principal culpado é quem governa”<sup>376</sup>.

---

<sup>374</sup> JN 07 set. 1914.

<sup>375</sup> Ver as notícias a partir de 1913 sobre a participação de Aloísio de Carvalho em congressos sobre educação e estudo da geografia.

<sup>376</sup> JN 24 Nov. 1914.

A falta do cumprimento das leis não recaía apenas no povo, mas valia também – ou principalmente – aos políticos. Nos dias seguintes, tal crítica ainda rendeu mais algumas parolas, pois era um motivo bom para o cronista reforçar sua ironia com relação às eleições na República, que apesar da legislação vigente, não eram cumpridas como estavam escritas<sup>377</sup>. Como comentou nas crônicas de aniversário da Constituição, em fevereiro de 1915, que no país ou “ninguém sabia onde mora a lei” ou na hora de se cumprir “tem sempre alguma falha, expressamente para o sofisma entrar e o mais sair”<sup>378</sup>

Já as críticas ao hábito perdulário do povo se tornaram mais evidentes nas crônicas sobre as festas. Se a falta de apego às leis grassava em todas as classes, o mesmo não se aplicava nas críticas a falta de economia. Em sua perspectiva elitista, Aloísio de Carvalho parecia não aprovar a forma da população em comemorar as festas, principalmente em tempos de crise. Um exemplo interessante foi a crônica publicada em 19 de janeiro, dois dias após a celebração da Segunda-Feira do Bonfim<sup>379</sup>. Para os leitores habituais da série, essa festança recebia quase sempre um longo texto, ‘defendendo’ a presença expressiva do povo como forma de buscar alívio da pressão e carestia de vida.<sup>380</sup>

No outro dia, entretanto, o tom alterou um pouco. Com o sugestivo e longo título de “A Crise, de que todos se queixam, e a extraordinária animação da festa popular da Segunda-feira do Bonfim ontem...”, o cronista voltava:

Crise...Estão mesmo as coisas muito pretas,/ Como nunca talvez houvesse igual.../ Reina queixa geral,/ Nas esquinas, em casa e nas gazetas.../  
Quem tinha alguma coisa nas gavetas.../Hoje, não tem real; / E, embora tendo, acusa o mesmo mal / Quem títulos possui, ou cadernetas.../  
Estão mesmo as coisas feias... / Não se sabe / Nem quando a situação esteve assim / E nem como isso acabe /  
Há mesmo quem receie que se eternize: / Mas, na “Segunda-Feira do Bomfim”,/ Ontem, ninguém diria estar em crise!...<sup>381</sup>

Mas era na comemoração exagerada em tempos de crise que aparecia o desagrado, pois muito mais que uma simples preocupação imediata com o custo de vida

---

<sup>377</sup> JN 25 A 27 Nov. 1914.

<sup>378</sup> Ver JN 18 a 30 de Dez; JN 25 e 26 Fev. 1915.

<sup>379</sup> Era a extensão profana, na segunda feira, da festa dedicada ao Senhor do Bonfim, realizada tradicionalmente na segunda quinta feira do mês de janeiro até o domingo.

<sup>380</sup> Além disso, o cronista aproveitava para fazer um grande balanço da situação política e social do ano anterior. Ver JN 18 Jan. 1915.

<sup>381</sup> JN 19 Jan. 1915.



que se elevava, havia a crítica contra determinados hábitos de povo desregrado e pouco afeito à economia. Alguns dias depois, entrando no mês de fevereiro e com a aproximação do Carnaval, o tom da crítica se tornou mais direto. No dia 09, após a comemoração de outra “Segunda-feira”, essa agora no arrabalde do Rio vermelho<sup>382</sup>, o cronista reclamava através do seu personagem:

Agora, o que é, *Zé-Povo*? Há um mês e meio/ Que você, meu amigo, não sossega!/ Se isto fosse castigo – era um esfrega; / Mas, como é por vontade – que recreio!  
Você, meu *violínissimo* colega, / De festas vive cheio! / Desde Natal que é isso: este *esbodega*, / Com uns dias de trabalho, pelo meio!... /  
Ano bom, e Lapinha, e após, Bomfim / Barra, e Rio Vermelho; e cada qual / Com véspera, e dia, e frios...Seu que assim /  
Desde dezembro – é só mudar o prato! / Agora – é o carnaval!... / Ah! João-festeiro, fôlego de gato!<sup>383</sup> (grifos no original)

Sem muitos rodeios, o narrador Lulu Parola mostrava sua insatisfação com o excesso de comemoração, intercalados com uns “dias de trabalho, pelo meio”. Sob seu olhar, esse não era um comportamento digno de elogio. É interessante notar que, como citado na introdução, ainda que tivesse escrito muito sobre a participação do povo em algumas festas do calendário oficial da cidade, o sentido dessas crônicas não seriam os mesmos. Neste momento, havia um tom de crítica que se direcionava aos setores populares e a sua falta de preocupação com o trabalho, sua “ausência” nas comemorações patrióticas, atingindo não apenas os indivíduos e suas vidas, mas também do país.

Nas crônicas durante o Carnaval de 1915, Aloísio de Carvalho retornou a associação entre festa e problema nacional. No jornal da quarta-feira de cinzas, dia 17 de fevereiro, na crônica “terminou ontem o Carnaval, que é a verdadeira festa nacional”<sup>384</sup>, ironizava-se que de nada valia a crise que deixava os “homens e coisas, o país inteiro” com pouquíssimo dinheiro ou com “os vencimentos descontados e os impostos maiores do que de antes”. Não havia “homenagens mais brilhantes / do que as que o povo” prestava ao carnaval. Como citado, a concorrência que percebia em outras festas,

---

<sup>382</sup> Também conhecida como Festa de Santana, religiosa, acontecendo como prenúncio do Carnaval. Ver COUTO, Edilece Souza. *Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant’ana em Salvador (1860-1940)*. Salvador, BA: EDUFBA, 2010.

<sup>383</sup> JN 09 Fev. 1915.

<sup>384</sup> JN 17 Fev. 1915.

comparadas a presença nos eventos cívicos, como as comemorações do Dois de Julho, não agradava o cronista.

Outros tantos versos poderiam ser reproduzidos para fundamentar a crítica que se esboçava na *Cantando* sobre aspectos negativos do brasileiro, conectados de alguma maneira, a falta de sentimento patriótico. Como citado, tudo indica que durante o ano de 1915, Aloísio de Carvalho esteve engajado, como outros intelectuais, nas preocupações com o futuro da Pátria. Entretanto, seu ‘nacionalismo militante’, para continuar na expressão de Lúcia de Oliveira, não apenas se restringiu a sua coluna diária, engajando-se em uma luta para além de sua atuação como cronista.

Pela documentação pesquisada no seu jornal, é possível argumentar que foi na promoção do escotismo na Bahia que Aloísio de Carvalho depositou, inicialmente, sua esperança. Seus primeiros contatos com o tema ocorreram por volta de 1913 e , ao que tudo indica, estiveram relacionados ao Congresso de Educação Primária daquele ano, no quais se discutia sobre a militarização da infância e prática do escotismo pelos jovens. Segundo a cobertura do próprio JN ao evento, foram intensos os debates sobre a importância da formação dos batalhões militares ou as formas de esportes mais convenientes a educação das crianças<sup>385</sup>.

A forma do contato de Aloísio de Carvalho com os discursos a favor do escotismo seguiu, em linhas gerais, o caminho que tal prática foi introduzida no país. Segundo Judith Zuquim e Roney Cytrynowicz, após sua consolidação na Inglaterra em 1907, a difusão da prática no Brasil “esteve estreitamente associada ao sistema escolar público, que via no movimento um ‘momento pedagógico’ que poderia ser utilizado de modo complementar as escolas”<sup>386</sup>. Já a pesquisadora Rosa Fátima de Souza<sup>387</sup>, por sua vez, salienta que já havia no sistema de educação paulista, desde o início do século XX,

---

<sup>385</sup> JN 01 julho de 1913. Isso pode ser reforçado a partir do artigo publicado em janeiro 1916, pelo professor Deocleciano da Silva, que faz uma breve história do escotismo. Segundo este, em dezembro de 1913, o JN publicou um artigo seu sobre educação moral e escotismo, meses depois do congresso. Já em janeiro de 1914, segundo este mesmo articulista, outra série de artigos em que se defendia a adoção do escotismo no Estado.

<sup>386</sup> Ver também ZUQUIM, Judith; CYTRYNOWICZ, Roney. *Notas para uma história do escotismo no Brasil: a "psicologia escoteira" e a teoria do caráter como pedagogia de civismo (1914- 1937)*. Educ. Rev., Belo Horizonte, n. 35, jul. 2002. Acessado em 29 maio 2013. p. 52. Segundo a historiografia especializada, as primeiras manifestações datam de 1910, em São Paulo e Rio de Janeiro. Ver um balanço interessante sobre as pesquisas de escotismo no Brasil em NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A Escola de Baden-Powell: Cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

<sup>387</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. *A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira*. Cad. CEDES, Campinas, v. 20, n. 52, Nov. 2000. Acessado em 20 de Maio de 2013.

uma defesa da introdução de práticas de militarização da infância, principalmente na criação dos Batalhões infantis. Tais concepções, argumenta, eram predominantes de 1904 até 1910, mas que por volta da Primeira Guerra Mundial, foram progressivamente declinando, dando espaço ao escotismo.

Entretanto, a grande mudança na história do escotismo no Brasil – e na Bahia – se operou com o início da Primeira Guerra, principalmente pelo fervor nacionalista em busca de ações e soluções que elevassem o nível de educação moral e cívica dos cidadãos, “considerada como fundamental soerguimento moral da nação, para a cultura do patriotismo e para a defesa da nacionalidade.”<sup>388</sup>. Neste sentido, o escotismo era encarado como uma alternativa de salvação da nação, que mesclava organizações declaradamente educacionais, como políticas.

No Brasil, entre os mais entusiastas da força das propostas de Baden-Powell como remodelador do caráter nacional estava o poeta Olavo Bilac, principalmente nos seus discursos a favor do sorteio militar. Em sua análise, defendia que o país não era uma nação coesa e que necessitava de uma reaproximação com as Forças Armadas para sua salvação, principalmente através da militarização dos civis.<sup>389</sup>

O próprio Bilac justificava o lugar do escotismo em sua proposta de defesa da nação, pois diante dos perigos externos e internos, era preciso dar “força armada à nação”, através de uma série de iniciativas que exercitassem tanto habilidades de guerra, como o treinamento da educação moral e disciplinadora<sup>390</sup>. Além do serviço militar obrigatório, da difusão da instrução primária e educacional, haveria o exercício do “patriotismo individual”, principalmente das sociedades de tiro e escotismo. Para o poeta, “a escola do escotismo” era “uma das células primárias do organismo de educação cívica e da defesa nacional.”<sup>391</sup>

Olavo Bilac ganhou notoriedade na defesa da prática escoteira a partir de 1915, discursando principalmente para jovens estudantes e militares sobre a necessidade de

---

<sup>388</sup> SOUZA, Rosa Fátima de...op. cit. p.110.

<sup>389</sup> De um lado, este considerava que as elites apenas satisfaziam seus interesses, enquanto as classes menos privilegiadas viveriam na ignorância e privação de consciência nacional. O serviço militar introduziria todos no mesmo nivelamento, já que daria a todas as classes as qualidades que lhe eram ausentes. BILAC, Olavo. *A defesa Nacional: discursos*. Rio de Janeiro: Liga da Defesa Nacional, 1917.

<sup>390</sup> Idem, p. 75.

<sup>391</sup> BILAC, Olavo. *A defesa Nacional*. op.cit. p. 75. Segundo o historiador norte americano Frank McCan, Bilac não defendia um militarismo, prevendo que estes deveriam se afastar do interesse político. O que se desejava era a transmissão dos valores militares aos cidadãos. Tal iniciativa acabaria por criar o “cidadão-soldado”, que em um só tempo estava preparado para uma invasão externa e uma defesa interna pelo seu alto sentimento patriótico e disciplinado. Ver MCCAN, Frank. *Soldados da Pátria*. pp. cit.

defesa e exaltação do sentimento patriótico. Precisava mobilizar os civis a se alistarem e se engajarem no escotismo, apelando para a ideia do perigo iminente de invasão. Dentro do Exército sua luta era menor, pois sua proposta, como argumenta Frank McCann, contava com boa aceitação por parte do oficialato, pois mesmo que limitasse o papel destes do ponto de vista político, barganhava quando incentivava a intervenção do militar como elemento purificador da sociedade.<sup>392</sup>

Estas observações são fundamentais para situar o engajamento de Aloísio de Carvalho. Em primeiro lugar, em um sentido mais ampliado, como foi defendido até aqui, é possível inserir o intelectual baiano dentre desse “nacionalismo militante” que mobilizou parcelas significativas da intelectualidade. Em um sentido mais estrito, defende-se também que Aloísio de Carvalho foi influenciado pela conjuntura e discursos que pregavam a necessidade de salvação do povo brasileiro pelo viés da educação cívica, em especial na sua vertente que aproximava patriotismo e militares.

Se Olavo Bilac e o autor de Lulu Parola apresentavam semelhanças no otimismo depositado na salvação do país pela educação pelo escotismo, é interessante questionar como se processava, em meados da década 1910, a relação deste último com os militares. Analisando o JN até 1916, de uma maneira geral, não foram identificadas manifestações explícitas a favor de pautas militares, como o alistamento militar obrigatório, bem como simpatia à alguma personalidade política da caserna. Entretanto, alguns pequenos registros na sua coluna e rastros em eventos militares podem indicar que essa relação acontecia fora do alcance dos holofotes. Como são pontos significativos na construção dessa narrativa, vale a pena vê-los mais de perto.

Um primeiro exemplo foram os comentários do cronista sobre o ex-presidente Hermes da Fonseca, principalmente após seu governo. Em uma crônica de 16 de novembro de 1914<sup>393</sup>, um dia após a troca oficial de presidente, o cronista lembrava o fato de ter, três anos atrás, dando bom dia à visita do Marechal à Bahia. Mas passado o tempo de seu governo, afirmava que não o apedrejava como estavam todos fazendo, lhe desejando apenas uma boa saída.<sup>394</sup> Meses depois, em 14 de maio, saudava o Marechal pelo seu aniversário, mas ironizava a falta dos devidos “parabéns, mimo e agrados”<sup>395</sup>.

---

<sup>392</sup> Ver MCCAN, Frank. *Soldados da....* op. cit. p.223.

<sup>393</sup> JN 15 Nov. 1914.

<sup>394</sup> É interessante salientar que, via de regra, o cronista dedicava uns versos sobre a saída dos presidentes, ironizando a ausência dos inúmeros amigos presentes na posse, em indicar qualquer simpatia política ao antigo ocupante do cargo. Ver crônicas em ANEXO I.

<sup>395</sup> JN 15 Maio 1915.

Como já tinha comentado em outras crônicas, as saudações prestadas aos poderosos, durante a república, oscilavam na razão direta da sua presença no poder: quanto mais alto o cargo, maiores as bajulações. Por isso, afirmava que naquele ano as saudações “foram numa porção bem diferente / de há três anos passados!”<sup>396</sup>

Entretanto, outras crônicas de meados de 1915 chamam atenção sobre essa possível proximidade com os militares. No dia 06 de agosto, o assunto do dia era a notícia de que os militares, no Rio de Janeiro, estavam querendo protestar contra as prorrogações remuneradas do Congresso. Para os leitores da série, a adiamento do fim dos trabalhos legislativos era um tema bastante comum na pena de Lulu, referindo-se constantemente ao Congresso Federal de “Prorrogatório”. Na parolá número 5.850 comentava assim o fato:

Disse há dias notícia bem fundada / Que os militares querem protestar / Contra a prorrogação remunerada /

Do Congresso...Ora, vamos comentar:

Eu acho que soldado não tem nada.../ Perdão! Lembro que foi o militar / Que em 89, e numa madrugada / Fez tudo se mudar /

Tem direito de intervir.../ Você não acha? /

E, mesmo que não tenha / acaba tendo /

Que o direito, entre nós, é de borracha /

Porém, por outro lado, / Sem a prorrogação, gostoso adendo / De que é que vale ser-se deputado?<sup>397</sup>

A crônica é um tanto posicionada e merece uma atenção maior. Em primeiro lugar, chama a atenção à ambiguidade no segundo quarteto. Logo após a apresentação do fato ao leitor, o cronista enfatizava que se soldado não deveria se intrometer em assunto político, na linha seguinte lembrava – e neste caso, relembrava o possível leitor – que a proclamação do regime havia sido militar. No terceiro terceto, acaba por enfatizar um pouco mais o direito que os militares teriam de intervir em assunto político, pois como a lei no Brasil não se aplicava, acaba por ‘ter’ o direito. E finalizava fazendo uma pilhéria já feita em outras tantas parolas anteriores, na qual questionava outra vantagem de ser deputado se não pode prorrogar.

---

<sup>396</sup> JN 16.11.1914. Outras crônicas foram produzidas sobre Hermes da Fonseca, a exemplo de 14. Maio 1915.

<sup>397</sup> JN 06 Ago. 1915.

Os versos, analisados em diálogo com um contexto político maior, podem funcionar como um pequeno fragmento na participação de uma discussão sobre como ‘salvar a República’ e ‘salvar a Nação’ e quais atores sociais deveriam contribuir. Na crônica em destaque, os militares não apenas se equiparam aos civis, mas como ganham em respaldo histórico de alguma transformação<sup>398</sup>.

Mas a aproximação de Aloísio de Carvalho com os militares também se operou para além da *Cantando e Rindo*, principalmente nos eventos cívicos do mês de novembro, amplamente acompanhados pelo JN. Uma data especial foi comemoração da festa da Bandeira<sup>399</sup>. No dia 16 de novembro, a reportagem<sup>400</sup> informava que a “felizmente, a gloriosa data” não passou despercebida, “havendo passeatas dos batalhões da guarnição federal”, pela manhã, e “aprendizes na Marinha”, pela tarde. Três dias depois, a grande comemoração na cidade era pelo dia da Bandeira. Diferente das rápidas notas saudando o símbolo do país dos anos anteriores, o clima nacionalista gerou um longo editorial de capa<sup>401</sup>, além de crônicas sobre o tema<sup>402</sup>.

No texto editorial, o próprio Aloísio de Carvalho reconhecia um aumento do culto a cada ano, pois “à medida que marchamos no seio das nações civilizadas”, o “povo” estaria reconhecendo o “valor da reverência ao sagrado símbolo”. Porém, os olhos do leitor não precisariam correr todo o parágrafo para reconhecer alguns dos temas reclamados na *Cantando*, clamando que não bastava aquele entusiasmo em tempo de perigo, que se exaltados em excesso, poderiam ser perigosos. Segundo o cronista, era preciso, dentro da época de paz, a “da obediência às leis, espírito de disciplina” respeito às hierarquias dos mais velhos.

---

<sup>398</sup> Outras crônicas, por outro lado, criticava a presença dos civis, principalmente pela via dos chamados ‘doutores’. Em 13 de outubro, por exemplo, ao passo que a discussão sobre o alistamento militar ia tomando a opinião pública<sup>398</sup>, era publicada uma crônica sobre uma notícia que no Rio de Janeiro circulava um comentário que a República ia mal. Farto de ouvir aquilo como “estribilho geral”, compartilhava com os leitores que o mais espantava era que “(...) havendo tanta gente / Clamando contra o defeito,” não houvesse “entre tanta gente, / Um só doutor, um só somente, / Que dê remédio direito”. JN 13.10.1915

<sup>399</sup> Diferente de outras datas festivas republicanas, a comemoração do Dia da Bandeira não tinha grande apelo nos primeiros anos da República, não obstante sua base legal (Decreto nº 4 de 19 de novembro 1890) ser anterior ao decreto que organizou as festas cívicas. Segundo José Murilo de Carvalho, durante os primeiros anos do regime as discussões foram intensas sobre a aceitação ou não da bandeira de inspiração positivista. Ver CARVALHO, José Murilo. *A formação das Almas*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.,cap.5.

<sup>400</sup> JN 16 Nov. 1915.

<sup>401</sup> JN 20 Nov. 1920.

<sup>402</sup> A partir de 1912, Aloísio de Carvalho lançava pequenas notas sobre a comemoração.

Pedia também “mais amor ao trabalho e menos amor aos gastos”, maior cuidado pelos interesses nacionais do momento e do futuro e jamais esquecer que, apesar de riquíssimo em termos naturais, era “pobríssimo, porque o homem não o trata com o devido desvelo”. Enfim, “precisamos (,,) de patriotismo dentro da paz”<sup>403</sup>. No final do texto, o apelo era direto e direcionado a juventude, convocando pela correção de práticas e posturas em relação a pátria, com objetivo maior de não apenas salvar-se do perigo externo, mas dos seus problemas internos.

Para efetivar sua campanha junto aos jovens, sua aposta – ou pelo menos a que foi possível detectar – não se deu apenas em editoriais, ou seja, engajou-se na campanha pelo escotismo na Bahia, tanto na divulgação de artigos sobre o tema, bem como ajudando a organizar, em 1915, a primeira agremiação baiana. É sobre essa sua última iniciativa que cabe algumas últimas palavras e crônicas.

#### **“A nova escola da disciplina, da ordem e da moral”: o escotismo na Bahia.**

O fenômeno social do escotismo, segundo Jorge Nascimento<sup>404</sup>, tem sido relativamente menosprezado pela historiografia brasileira, apesar dos valiosos esforços de pesquisadores, principalmente, da história da educação e pedagogos. Sua prática foi amplamente difundida no país a partir dos anos 1920, com forte presença no sistema educacional do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, realidades sobre as quais se concentram os estudos mais sistemáticos<sup>405</sup>. Ainda segundo o mesmo autor, outras capitais também tiveram suas experiências, principalmente a partir de 1914, com a fundação da Associação Brasileira de Escotismo (ABE), na capital paulista<sup>406</sup>.

Em uma definição mais geral, o Escotismo é uma forma de associação voluntária de práticas pedagógicas extraescolar, funcionado sob a forma de uma organização não-governamental internacional e presente em quase todos os países. Entre suas principais características, estão o estímulo das atividades práticas que estimulem as habilidades sensório-motoras, além da sedimentação de princípios que auxiliam na formação do

---

<sup>403</sup> JN 19 11 1915.

<sup>404</sup> Um balanço considerável dos trabalhos sobre o tema pode ser lido em NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A escola de Baden-Powell: Cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

<sup>405</sup> Idem, Op. Cit. p.14.

<sup>406</sup> Idem, p. 237.

caráter<sup>407</sup>. Seu principal fundador foi o general inglês Baden-Powell (1857-1941), que em 1907 fundou um projeto de educação para jovens que se tornou um dos movimentos mais significativos do século XX.

Sua origem remonta às experiências militares vitoriosas do próprio general na África do Sul, quando comandando uma resistência ao Exército Bôer<sup>408</sup> em 1900, tornou-se um herói de guerra e general famoso no seu país. Quatro anos depois, foi convidado para participar da organização militar da *Boys Brigade*, constituindo-se seu primeiro envolvimento na formação juvenil. Considerando as atividades propostas excessivamente mecânicas e militarizantes, decidiu elaborar um folheto, chamado *Aids to scouting* que, além de jogos para divertir, “deveriam reforçar o caráter dos recrutados”<sup>409</sup>. Porém, a filiação religiosa e inspiração militar desse grupo não aceitaram as propostas do general inglês, que alguns anos mais tarde, em maio de 1907, publicou outro folheto no qual “expunha um programa de disciplina, observação, saúde, patriotismo, cavalheirismo e salvamento”<sup>410</sup>. Organizados em unidades e comandados por um adulto (*scoutmaster*), os jovens seriam estimulados a *for scouting*: diversas atividades práticas, jogos e rituais, que, ao mesmo tempo, educava e divertia<sup>411</sup>.

O movimento criado pelo general inglês congregava, de maneira complexa, uma série de influências históricas e pedagógicas de final do século XIX, em contexto de crescentes de apelos nacionalistas, em uma Europa balançada pelo crescimento da

---

<sup>407</sup> Idem, cap. 1. Ver também: RABELO, Ricardo Rocha; BARRETO, Raylane A. D. N. *A figura de Baden-Powell no cenário educacional do século XX: um novo olhar sobre sua história de vida*. Em Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.47, p.154-165. Set.2012. p. 157.

<sup>408</sup> Segundo Ricardo Rocha Rabelo e Raylane Barreto, Baden-Powell foi “capitão com apenas vinte e seis anos de idade e foi promovido a Major-General após confronto militar onde comandou com êxito e perspicácia sua tropa, que contava com um efetivo de 1215 homens enquanto que as tropas inimigas (os bôeres) contavam com um quantitativo de 9000 integrantes. Após sofrer um cerco de 217 dias, conseguiu resistir às várias investidas dos bôeres. Para isso montou estrategicamente seis pequenos fortes em forma de círculo que foram suficientes na resistência até a chegada do reforço de tropas inglesas. Conseguiu auxílio de jovens civis para funções básicas de primeiros socorros, cozinha e comunicação. Este fato ficou conhecido como o episódio de *Mafeking* e é considerado o maior feito da carreira militar de Baden-Powell. Com tal desempenho, ele sagrou-se herói e tornou-se o General mais jovem da história da Inglaterra, em 1900, aos 43 anos de idade. Op. Cit. p. 157.

<sup>409</sup> ZUQUIM, Judith; CYTRYNOWICZ, Roney. *Notas para uma história do escotismo no Brasil...*op. cit. p.49.

<sup>410</sup> Idem.

<sup>411</sup> Apesar de não ter pretensões de criar um movimento mundial, o projeto de Baden Powell disseminou-se rapidamente a partir de 1906, quando iniciou palestras de divulgação do seu livro “Escotismo para Rapazes”. Era um pequeno manual, no qual se encontravam os principais princípios e instruções na formação dos escoteiros. Ainda segundo Jorge Nascimento, em 1910, já havia mais de 130 mil membros no Império Britânico e em 24 países, inclusive no Brasil. Ver NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. op. cit. p.22



industrialização e da urbanização dos grandes centros capitalistas<sup>412</sup>. Além disso, segundo Judith Zuquim<sup>413</sup>, havia no final daquele século, uma ênfase na insuficiência da escola formal como formadora dessa nacionalidade e do caráter juvenil<sup>414</sup>. Buscavam-se ações para além dos muros da escola que compensasse tais deficiências. Para a pesquisadora, o escotismo condensava exatamente essas diversas demandas por intervenções extraescolares na educação juvenil.

Outro aspecto importante do escotismo era que seu surgimento também se relacionou com uma mudança do sentido dos jogos e brincadeiras para a formação do “caráter”. Segundo Judith Zuquim, para Baden Powell, o caráter era “um conjunto de faculdades que poderia e deveria ser fortalecido”<sup>415</sup>. Essa busca por uma consolidação positiva do caráter já ocorria desde meados do século XIX, explicando parte do sucesso do movimento pelo mundo, especialmente nos EUA. Como será sinalizado logo em seguida, parte destes princípios foram reforçados por Aloísio de Carvalho no seu discurso em favor do escotismo, especialmente como forma de solucionar alguns dos problemas do brasileiro.

O ano de 1910, segundo boa parte dos autores citados<sup>416</sup>, é considerado como marco inicial do escotismo no país, a partir principalmente da fundação do Centro de *Boys Scouts* do Brasil, no Rio de Janeiro. Este se apresentava como uma associação de diversões e esportes para meninos e tinha como fundadores alguns militares da Marinha brasileira, que, desde 1907, mantinham contato com a proposta de Baden.<sup>417</sup> Apesar da sua vida efêmera, o *Centro* foi um dos principais responsáveis em ampliar o contato não apenas dos militares, mas de vários intelectuais com o escotismo.

Já em 1914, em São Paulo, foi fundado a Associação Brasileira de Escoteiros, principal instituição até sua difusão maior no sistema público de ensino. Congregava

---

<sup>412</sup> NASCIMENTO, Jorge Carvalho de. op. cit. cap. 3. O escotismo foi, segundo Jorge Nascimento, contemporâneo também aos projetos de pedagogia ativas na Europa e nos Estados Unidos daquele período, na qual se reivindicava não apenas uma educação para as elites, mas uma ampliação aos trabalhadores, propondo um novo modelo de organização social.

<sup>413</sup> Idem, p. 50.

<sup>414</sup> Ver também HEROLD JUNIOR, Carlos; VAZ, Alexandre Fernandez. *A educação corporal em Baden-Powell: o movimento escoteiro contra o intelectualismo escolar*. Em Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.47, p. 166-184 Set.2012.

<sup>415</sup> ZUQUIM, Judith; CYTRYNOWICZ, Roney. Notas para uma história do escotismo no Brasil, p.50-51. Os autores enfatizam que somando a isso, estava o fato das propostas de disciplina, moderação, lealdade e obediência constituírem-se em valores excepcionalmente adequados às famílias e organizações sociais das classes médias.

<sup>416</sup> Ver NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. op. cit.; ZUQUIM, Judith; CYTRYNOWICZ, Roney. pp.cit.

<sup>417</sup> Idem, op. cit. p. 234.

diversos intelectuais, empresários, educadores, políticos e militares paulistas. Entre suas grandes preocupações estava o contato com as instituições internacionais e principalmente a divulgação por outras capitais do país, buscando sensibilizar a sociedade civil em torno do apelo ao escotismo como prática de educação cívica. Ao que tudo indica, foram a partir destas últimas iniciativas gerais que o Escotismo chegou a Bahia, por volta de 1913, apesar de sua filiação a entidade nacional ter se dado apenas em 1915, com a fundação do clube baiano<sup>418</sup>.

Antes de adentrar na participação de Aloísio de Carvalho na fundação da entidade baiana, é preciso pontuar alguns aspectos. O primeiro refere-se a forma de consolidação das ideias de Baden-Powell no Brasil. Segundo Jorge Nascimento, existiram duas formas básicas: ou com grupos de associação voluntária de civis ou pela introdução do escotismo escolar<sup>419</sup>. De uma maneira geral, com exceção de São Paulo, tudo indica que a segunda forma predominou apenas a partir da década de 1920, época de sua maior difusão pelo mundo. Neste sentido, a ação que envolvia Aloísio de Carvalho relaciona-se com uma ação mais próxima à primeira forma, pois congregou diversos setores da sociedade, desde militares, médicos e jornalistas, que clamavam a participação dos cidadãos por livre iniciativa.

Uma segunda observação é sobre a presença militar no movimento escotista. Nos trabalhos consultados, existe certo consenso em indicar um constante envolvimento desse segmento social, quer seja na participação individualizada nas primeiras agremiações, quer seja na apropriação dos estados autoritários no entre guerras<sup>420</sup>. Por outro lado, os mesmos autores destacam que o escotismo não se tratava de uma pedagogia ou iniciativa de militarização dos jovens.

O próprio Baden Powell recusava comparar seu método ao treinamento para soldados. Segundo Jorge Nascimento, houve uma tentativa por parte de membros do Estado – militares ou não – de apropriar dos princípios do escotismo para militarizar a infância. Em determinados momentos, segundo o mesmo autor, o “militarismo atrapalhou a expansão do movimento escoteiro no Brasil.”, por gerar o afastamento de civis contrários ou temerosos do militarismo<sup>421</sup>

---

<sup>418</sup> Segundo Jorge Nascimento, a “entidade de escoteiros do Estado da Bahia fez sua filiação à Associação Brasileira de Escoteiros no ano de 1915”, expandindo-se sensivelmente na década 1920 por diversos setores sociais. NASCIMENTO, Jorge. op. cit. p. 238.

<sup>419</sup> Idem, p. 331.

<sup>420</sup> Ver NASCIMENTO, Jorge Carvalho do.;

<sup>421</sup> Idem, p. 332.

Responder quais teriam sido as razões internas aos militares para seu envolvimento no escoteirismo, e suas consequências, transcendem o objetivo desse trabalho. Um aspecto importante relevante, e pouco comentado pelos autores citados, era a própria mudança operada dentro do oficialato. Como sinaliza Frank MacCan<sup>422</sup>, a partir de 1910, assiste-se ao crescimento do chamado “jovens turcos”, grupo de militares reformistas, cuja característica marcante era a defesa do não alheamento do soldado em relação à sociedade. Em seus discursos, ainda segundo o historiador brasilianista, pregava-se que o Exército deveria: “transmitir à sociedade as virtudes de um bom exército: disciplina hierárquica e social, o abandono do interesse individual em favor do coletivo e o senso de dever e sacrifício pela pátria.”<sup>423</sup>

Mas tal perspectiva era compartilhada pelos militares envolvidos no escotismo na Bahia e /ou com Aloísio de Carvalho? Responder tal questão também demandaria outra pesquisa, principalmente nas biografias e perspectivas desses oficiais. Porém, há um indício interessante, envolvendo o Almirante Caio de Vasconcelos, ativo membro fundador do escotismo baiano, a ideologia dos “jovens turcos” e o cronista. Segundo José Murilo de Carvalho, esse grupo de militar tinha a vitória do Japão na guerra russo-nipônica de 1904-05 como exemplo histórico vitorioso, repetido em diversos discursos internos da reforma que desejavam implantar, principalmente a partir a estratégia de manter, em tempos pacíficos, divisões aplicáveis e bem treinadas para se colocar em prontidão<sup>424</sup>.

Em 1916, por sua vez, no primeiro de uma série de discursos publicados no JN pelo Almirante como forma de incentivar e explicar para o público leitor do jornal sobre a prática, este faz referência exatamente a este exemplo da vitória japonesa contra a Rússia. Segundo o oficial, foi graças ao senso de patriotismo disciplinado do imperador nipônico que foi possível vencer o conflito. Tal disciplina, argumentava, viria na introdução da prática escoteira entre os brasileiros. Ainda que parcial, parece plausível

---

<sup>422</sup> McCan, Frank. Op. Cit. p. 217. Ver Também CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: \_\_\_\_\_. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 13-61.

<sup>423</sup> Idem, p. 217. Sua principal forma de divulgação de ideias estava na revista *A Defesa Nacional*, na qual defendiam as bandeiras da modernização do exército e que o serviço militar obrigatório deveria ser posto em funcionamento. Isto ajudaria criar uma nação armada, não apenas para tempos de guerra, mas como para tempos de paz. Neste sentido, existia dentro da corporação uma forte movimentação que buscava recolocar os militares na sociedade, dando-lhes infraestrutura, modernização e um papel de transmissor de bons valores.

<sup>424</sup> Idem, p. 225.

supor que Aloísio de Carvalho esteve ligado, nesse momento, com militares simpáticos em alguma medida às novas ideias das Forças Armadas.

Uma terceira e última observação refere-se ao exemplo de Olavo Bilac e sua problemática da presença militar, pois como será comentado mais adiante, isto também precisou ser discutido por Aloísio no momento da fundação do escotismo na Bahia. O centro da questão estava em desassociar sua campanha a qualquer tentativa de militarismo, já que este era um tema sensível para afastar a participação civil. A solução encontrada pelo “professor do entusiasmo” foi definir o papel do Exército, colocando-os como remodelador da pátria, fonte de exemplos e valores, mas longe da política partidária. Assim, não considerava nociva a presença de militares, mas exigia-lhes a isenção partidária<sup>425</sup>. De maneira semelhante, o autor de *Lulu Parola* vai retomar estas ideias em sua argumentação.

Feitas estas observações, é possível finalmente analisar mais de perto o exemplo baiano. No dia 07 de dezembro, o JN convidava a todos para a grande festa de lançamento da “patriótica instituição”, imprescindível na organização da defesa nacional. Marcada para o dia 19 no Politeama Baiano, no texto do convite reforçava-se a necessidade de apoio e simpatia popular à causa, além de listar a comissão organizadora.<sup>426</sup> Na festa, segundo a reportagem do dia 20, bandas juvenis de música alegraram a noite, seguida da demonstração de armas, do Hino Nacional e de outras bandas militares nos intervalos para o chá. Descrevia a noite como uma “belíssima ação patriótica” que grande serviço prestava na defesa nacional.<sup>427</sup> O evento parece ter ocorrido dentro da programação esperada, com grande concorrência de parte da elite da cidade.

Para abrir os trabalhos foi escolhido orador da noite o diretor do *Jornal de Notícias*, Aloísio de Carvalho, que fez um “breve discurso, de explicação e propaganda”<sup>428</sup>. Após agradecer inicialmente a presença de todos àquela festa de patriotismo, em especial das mulheres, mães e peças importantes na construção da família e nação, como bom anfitrião, apresentou a principal proposta da reunião: fundar o escotismo na Bahia.

---

<sup>425</sup> Idem, p. 221.

<sup>426</sup> Vale ressaltar que até o dia do evento, o cronista não publicou nada sobre o tema específico do escotismo na sua coluna, mantendo de alguma sorte as atividades separadas.

<sup>427</sup> JN 20 Dez. 1915.

<sup>428</sup> JN 22 Dez. 1915

A atenção central dessa prática, explicou logo em seguida, estava nos jovens. Segundo o cronista, notava-se que nos países civilizados era preciso complementar a educação “moral e física dos jovens compatriotas, nos quais a cultura dos afamados esportes não lhes bastara para lhes dar resistência eficaz, um com conhecimento mais íntimo dos obstáculos, com segurança maior de superar.”<sup>429</sup> Desta forma, diversos países como Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Rússia, Japão, então atentos a conveniências positivas daquela instituição, já possuíam milhares de escoteiros. No Brasil, fazia questão de frisar, já estava em funcionamento a unidade de São Paulo, com oito mil inscritos, sendo necessário agora fundar o clube na Bahia.

Na segunda parte, entretanto, pedia licença para uma digressão professoral e nacionalista, solicitando aos presentes que utilizassem os termos já traduzidos para português, como escoteiro e escotismo. Isso evitaria o péssimo hábito de “erudição barata”, que para não nos mostrarmos “de todo indígenas”, usávamos palavras em língua estrangeira para aumentar a credibilidade. Como exemplo, retomava a pilhéria que fizera em alguns versos da *Cantando* anteriores, de se achar graças de crianças dizerem *merci* ao invés de bom dia<sup>430</sup>. Se havia um desejo de aumentar o número de defensores da Pátria, argumentava, nada mais lógico reforçar o “zelo carinhoso pela língua portuguesa”<sup>431</sup>.

Retornado ao tema central, o orador passou então a descrever sumariamente a que se destinava um escoteiro: fazer excursões em grupos, pelo campo ou cidade para conhecer a fauna e flora; saber se orientar, superar obstáculos, reconhecer os elementos adversos da natureza. Como se pode perceber, eram atividades práticas, que mesclavam conhecimentos teóricos com a tomada de decisões. Segundo o próprio Aloísio, tinha-se ali uma perfeita analogia desses preceitos com a vida de um jovem em sociedade, pois “assim era a vida”<sup>432</sup>.

É importante assinalar que, progressivamente no seu discurso, o cronista vai deixando transparecer suas percepções mais pessoais sobre o assunto. Após enumerar todos os itens do Código do Juramento do Escoteiro, dizia que no escotismo:

---

<sup>429</sup> Idem.

<sup>430</sup> JN 26 Jan. 1911.

<sup>431</sup> JN 22 Dez. 1915.

<sup>432</sup> Idem.

[...] que melhor se denominaria “Evangelho da Dignidade e Civismo”, há exigências que o Brasileiro já corresponde, de seu natural e de sua educação, sejam, entre outras, as de leal e cortês, generoso e valente, amigos dos fracos, cavalheiro e digno. Tais qualidades, eu o proclamo com orgulho, a nossa gente as tem. Outras, entretanto, disciplina, iniciativa, economia...Ah! Senhores, que enormíssimo serviço prestaria a instituição do escotismo, se num país de reformas, nos transformasse nesses pontos! De tudo isso bem vês, compatriotas, quanto o escoteiro, no seu original esporte, é útil à defesa interna de um país; e, portanto, quanto nos é imprescindível e inadiável, pois a grande e impressionante verdade é que estamos portas abertas à invasão<sup>433</sup>.

Neste ponto, a função social ficava explicitada: uma instituição capaz de reformar o comportamento e o caráter, qualificando o brasileiro com qualidades que não tinham em grande apreço. Tal como era proclamado nos discursos de Olavo Bilac, Aloísio defendia o escotismo como forma de atuar sobre os comportamentos cívicos, principalmente no contexto de guerra. A citação já vai um pouco longa, mas ainda vale pelo seu conteúdo:

[...] Ah! Senhores, não nós iludamos! (...) Precisamos ser fortes; fortes não somente na prosperidade das nossas lavouras, no desenvolvimento das nossas lavouras, no desenvolvimento das nossas indústrias, na riqueza de nosso comércio, na disseminação de nossas escolas, na frequência de nossas oficinas, na multiplicação dos nossos transportes, no aperfeiçoamento de nossos serviços, na fama de nossa ciência, no gênio das nossas letras, no entusiasmo de nossa mocidade, na cultura de nossos homens, na virtude de nossas mulheres, na probidade de nossos governantes, na integridade de nosso caráter! Precisamos de ser também fortes – por um exército, que tenha munições e tenha soldados; por uma armada, que tenha navios e tenha guarnições! Precisamos de nos armar, não para a agressão, mas para a defesa; não para irmos tomar a ninguém coisa nenhuma, porém para não deixarmos que nos tomem a nós o que é nosso! Somente assim é que se não perturba a paz dos outros! Isto não é pregar o militarismo.<sup>434</sup>

O presente e o futuro se imbricavam mutuamente, pois era preciso se fortalecer não apenas para sermos uma potência, mas também para evitarmos a invasão imediata. Essa via dupla, também presente nos discursos de Olavo Bilac, sinalizava um aumento de sentimento nacionalista ativa, que se distanciava da simples exaltação das riquezas do país. Era uma ação que demandava não apenas o reforço de nossos aspectos positivos, mas de investimento nas forças militares. Por isso, ao chamar atenção que os aumentos de munições, de guarnições, da Armada e de navios se constituiriam para fins

---

<sup>433</sup> Idem.

<sup>434</sup> Idem.

pacíficos, o cronista demonstrava a consciência do problema em relação ao militarismo presente na plateia.

O problema mais imediato do militarismo era o afastamento da presença civil. No caso baiano, isso ainda mais delicado, pois era patente que a iniciativa era predominantemente comandada por militares. Sendo Aloísio um dos poucos civis da comissão, parecia ser politicamente ele o mais indicado para fazer esfumegar esse assunto. E este foi o próximo aspecto a ser comentado no discurso. Em Bilac predominava o argumento que não se devia ter medo de uma supremacia militar, cuja solução poderia ser encontrada na definição clara sobre o papel do exército na sociedade. Estes deveriam ficar fora da política, restringindo-se a passar as lições de ordem, disciplina e coesão próprias à corporação<sup>435</sup>. Aloísio de Carvalho, retomando a ideia de um possível medo de militarismo, comentou que:

[...] Além de que, senhores, não é muito ao militar que eu temo. Nós lhe devemos, na nossa história, louros que o tempo não fenece. Ides encontrá-lo comungando com o povo, em todas as campanhas liberais e generosas de nosso país. Não! Senhores! A quem eu temo é ao civil, que, para as suas ambições, desregra o militar [...]<sup>436</sup>.

Um pouco diferente do literato carioca, o orador da noite deslocava o problema, mesmo que momentaneamente, dos oficiais do Exército para a forma de agir da população e seu fraco sentimento patriótico. O autor de Lulu comentava que não bastavam os “entusiasmos no momento da luta”, os “ardores quase sempre improficuos”, ou “patriotismo comprometedor de quebrar escudos e queimar bandeiras” Estes que inclusive, poderiam mais embaraçar do que fortalecer, não eram o que o país precisava. O sentimento necessário naquele momento era:

[...] este, de que o escotismo é um símbolo: é do espirito de disciplina, que, em geral, o Brasileiro julga subserviência; é o de mais amor ao trabalho, e menos amor aos gastos, do que nos resultara um país rico, e estamos vendo na Grande Guerra dos Civilizados quanto o dinheiro de um povo lhe prolonga a resistência; é o método, que nos falta; é o da providência, que não temos; é o da obediência de todos à lei, obrigação que se reconhece apenas nos humildes, é do preparo, enfim, nos dias de sossego para que nos encontremos apercebidos nos dias de perigo [...]<sup>437</sup>.

---

<sup>435</sup> BILAC, Olavo. *A Defesa Nacional*.op. cit. p. 26-27.

<sup>436</sup> JN 22 Dez. 1915.

<sup>437</sup> JN 22 Dez. 1915.

A introdução do escotismo fazia parte, desta forma, de um projeto maior de salvação do Brasil, pois os valores ensinados contribuiriam para a correção daquilo que havia de negativo e que nos colocava em situação vulnerável ante ao ataque estrangeiro. Em sintonia com a euforia patriótica que tomou conta de parte dos intelectuais outros, Aloísio de Carvalho se engajava pessoalmente na propaganda de uma ação pedagógica cívica. Como já citado, ao vislumbrar uma salvação, uma esperança, era necessário se contrapor aos discursos deterministas sobre a ‘raça’ do povo brasileiro, que inviabilizariam, em última instância, qualquer ação de melhoria destes<sup>438</sup>. Com uma estratégia de inflamar a audiência ali presente, o final do discurso então convocava:

[...] Trabalhem, patriotas! Nós não somos apodrecidos, como o pessimismo de uns e o viagismo (sic) de outros apregoa, por neurastenia, ou por desfrute. Somos, sim!, um povo distraído, no sentido do descuidado, de indiferente, de tanto se me deu como se me dá, não se importando com as riquezas naturais do país senão cantadas nas líras dos poetas, que ainda se lembram de cantar coisas da Pátria, ou para serem recontadas pela fofice satisfeita do nativismo otimista. Não, senhores! Nós somos ainda um povo. Direi melhor: agora é que estamos começando a ser!  
De mim vos declaro, numa convicção profundíssima: Creio no Brasil! [...]<sup>439</sup>

O grande problema do povo não estaria em suas possíveis doenças congênitas, conforme defendia discursos cientificistas da época, mas na indiferença com relação às riquezas naturais, as potências do país, às finanças, etc. Morava aí o ‘mal’ do brasileiro. Neste sentido, o próprio Bilac já havia comentado, de maneira bastante semelhante, no dia 14 de outubro para os estudantes da Faculdade de Medicina de São Paulo. Segundo o poeta, os organismos físicos padeciam do cancro, que se iniciava como uma “ligeira corrosão na pele ou na mucosa”<sup>440</sup>, mas que avançava para um tumor hediondo, com ferozes tentáculos. O mesmo acontecia com as estruturas morais da sociedade, nas quais “o carcinoma” era a indiferença; e os seus tentáculos ferozes<sup>441</sup>. Suas características se apresentavam no “desânimo, o egoísmo, a autolatria, o amor

---

<sup>438</sup> Ver OLIVEIRA, Lúcia Luppi. op. Cit. p. 145. Ver também SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>439</sup> Idem.

<sup>440</sup> BILAC, Olavo. op. cit. p. 31.

<sup>441</sup> Idem, ibdem.



exagerado ao luxo e do dinheiro, a falta de patriotismo e o aniquilamento do caráter próprio pelo desdém dos interesses sagrados da comunhão.”<sup>442</sup>

Finalizando, o cronista baiano fazia questão de definir melhor sua crença no Brasil, vez que não era novo o sentimento de otimismo no país, principalmente ligado aos aspectos naturais. Porém fez questão de destacar, não se travava mais de ‘nativismo satisfeito’. Tal como se defendia desde meados do século XIX, a força do futuro do Brasil não deveria estar apenas nas suas riquezas naturais. Era preciso crer:

[...] também no homem...Creio que não está longe o dia – e nos cabe a nós fazê-lo ainda mais próximo – não está longe o dia, em que, do Oiapoque ao Chuí, de Santo Agostinho ao Acre (...) há de viver, de todos respeitado, trabalhador e inteligente, um povo forte, milhões de homens coesos num só pensamento e harmonia, e no meio deles a Bandeira Auri-verde, com que seus pais sempre venceram, e que eles conservarão alta, tão alta, que lhe não possam chegar nunca, senão vencidas, as audácias da invasão<sup>443</sup>.

Segundo a reportagem, o orador da noite foi longamente aplaudido. Em seu discurso, ficava clara a defesa do escotismo como aposta da correção dos males morais e de ordem cívica. Essa era, tal como defendia Bilac, uma das chaves para se garantir uma defesa interna e externa do país, além do seu futuro. Buscando sensibilizar os pais dos jovens para inscreverem seus filhos na nova instituição que se lançava ali, o cronista registrava seus sentimentos sobre a nova situação que se encontra o país, demandando de todos ações concretas. Para os leitores da série, diversos temas ali comentados já faziam parte das pilhérias comentadas cotidianamente, mas naquele momento o tom era de convocação e otimismo.

A inauguração do Clube ocorreu no dia 02 de janeiro, em uma das salas da sede do 50º Batalhão de Caçadores<sup>444</sup>. Com a presença de militares da Armada e do Exército, foi convidado para presidir a sessão, o General Dantas Barreto, ex-governador de Pernambuco, que estava de passagem pela cidade. Apesar da ampla cobertura do JN, os outros grandes jornais da época, como o *Diário de Notícias* e *Diário da Bahia* nada comentaram sobre o evento. Não é objetivo deste trabalho esmiuçar o desenvolvimento do movimento até a década de 1920, época de maior penetração social, mas sinalizar a participação de Aloísio de Carvalho nestes momentos iniciais, que, como parte da

---

<sup>442</sup> Idem, p.31-2. Ao finalizar o discurso, Bilac também convocava os tosos ao trabalho, pois a cura estava na “crença individual e entusiasmo pessoal”.

<sup>443</sup> JN 22 Dez. 1915.

<sup>444</sup> JN 03 Jan. 1916. No evento já estavam matriculados 14 jovens para o treinamento.

diretoria, atuou intensamente na divulgação do escotismo. Como exemplo, no mês de janeiro publicou artigos que buscavam esclarecer – e convencer - o público leitor sobre as vantagens e importância para a pátria do escotismo<sup>445</sup>.

O movimento parece ter perdido o fôlego ainda em 1916, pois a partir de maio as notícias foram rarearam do jornal. No mês de fevereiro, o clube realizou uma festa de juramento a Bandeira, com a presença de J. J Seabra, o candidato eleito Antônio Muniz, entre outras personalidades. Já em abril, uma nova conferência no 50º Batalhão, com a presença da diretoria do clube do escoteirismo, na qual se discursava sobre o patriotismo. Nesta ocasião, segundo a cobertura, Aloísio também discursava, saudando gloriosamente o exército, que de “Caixas e Osório, de Deodoro e Floriano, e nas glórias da marinha de Barroso e Marcílio Dias, de Tamandaré e Batistas das Neves a segurança de que seriam sempre defendidas a integridade e a honra do Brasil”<sup>446</sup>.

É interessante retomar, mesmo que no plano mais conjectural, a possibilidade da falta de concorrência da elite baiana por duas razões. A primeira ligava-se a forte presença militar na comissão do escotismo baiano, o que gerava o receio de haver ali um treinamento militar para os jovens. Como citado, as acusações de um possível militarismo geravam tensões na elite civil. O segundo aspecto ligava-se a existência de outras teses e perspectivas sobre a possibilidade de ‘salvação’ do povo, ou mais especificamente, da raça nacional. Como citado, a intelectualidade baiana dividia-se, à época da fundação do escotismo, ainda entre os discursos de degenerescência da raça ou crença na constituição do tipo nacional vitorioso. A aposta de Aloísio de Carvalho, pelo menos inicialmente, não se mostrou forte o suficiente para convencer seus pares.

Porém, a implantação do escotismo no Brasil, conforme assinala Jorge Nascimento, ainda carece de muitos estudos, situação que se aplicaria ao caso baiano. Segundo suas informações, foi “na década de 1920 que o movimento atraiu” a “atenção de distintos grupos sociais”, sendo o Colégio Antônio Vieira “um dos importantes polos de expansão do escotismo baiano”<sup>447</sup>. É um tema em aberto para novas pesquisas<sup>448</sup>.

---

<sup>445</sup> Foram, no total, cinco artigos, sendo quatro do almirante Caio de Vasconcelos. Um foi assinado pelo médico Deocleciano Silva.

<sup>446</sup> JN 17 04 1916

<sup>447</sup> NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Op. Cit. p.238.

<sup>448</sup> Vale ressaltar análise feita das fotografias de escoteiros do colégio feita por Stela Borges de Almeida. Ver ALMEIDA, Stela Borges. *Negativos em vidro: coleção de imagens do Colégio Antônio Vieira (1920-1930)*. Salvador, BA: Edufba, 2002.

## **Gavetas de desenganos: 1916 e a venda do *Jornal de Notícias*.**

O ano de 1916 foi crucial para o *Jornal de Notícias* e Aloísio de Carvalho. Os impactos da crise econômica provocada pela continuidade da Guerra tornaram a manutenção do periódico cada vez mais difícil. Tal como ocorreu com outros órgãos de imprensa no país, a elevação no custo de vida e os problemas na importação do papel trouxeram muitos prejuízos<sup>449</sup>. Para o JN em específico havia um agravante devido aos gastos operados em abril para uma reformulação interna<sup>450</sup>, com um grande investimento para melhorias na diagramação, na inserção de fotografias, ilustrações, reportagens, serviços telegráficos, enquetes, notícias sobre moda, literatura, entre outros. Tais custos pesaram por demais a partir da segunda metade do ano.

Desta forma, por duas vezes, ainda no primeiro semestre não houve circulação do JN devido ao atraso na entrega do papel vindo da Inglaterra<sup>451</sup>. Em agosto, “a grande alta nos preços do papel e outros artigos indispensáveis à imprensa”<sup>452</sup>, gerou uma ausência de quase um mês inteiro, obrigando o jornal a suspender inclusive a distribuição dos exemplares gratuitos ou assinantes em débito superior a seis meses. Logo após essa interrupção e, provavelmente irritado com os débitos dos assinantes e outros prejuízos, o cronista escreveu algumas crônicas reclamando dos seus assinantes.

Com o título de “Nomes para o povo brasileiro: pagador, indiferente e divertido”, comentava:

Zé pagode, Pamonha, ou Pagante.../ Destes nomes não sei qual lhe ponha: / Zé pagante, Pagode, ou Pamonha? / Bem o vês: conforme o instante, / Por qualquer deles três Zé acode: / Ou Pamonha, ou Pagante, ou Pagode...<sup>453</sup>

Em meio a estas crises e ao certo esfriamento da participação no movimento de escoteiros, a série *Cantando e Rindo, grosso modo*, seguiu duas grandes linhas. Seguindo a tendência do ano anterior, houve a manutenção, e em certos momentos até uma acidez maior, das críticas ao comportamento do povo e sua ‘falta’ de patriotismo. Como citado, o elitismo de Aloísio de Carvalho não o ajudava a compreender outras formas e expectativas de parte da população durante as festas, fossem cívicas ou não.

---

<sup>449</sup> LUCA, Tania Regina de. *A revista do Brasil...* op. cit. p. 39.

<sup>450</sup> JN 08 Abril 1916.

<sup>451</sup> JN 15.05.1916; 24 julho 1916.

<sup>452</sup> JN 19 Ago 1916.

<sup>453</sup> JN 21 Ago 1916.

Por outro lado, parece ter havido um crescimento na simpatia aos militares, especialmente durante as discussões sobre o alistamento militar.<sup>454</sup>

Algumas crônicas podem ser apresentadas como exemplos. Ainda antes da interrupção do mês de agosto, o cronista escreveu longas e interessantes crônicas sobre as comemorações do dia 2 de Julho de 1916<sup>455</sup>. De forma semelhante às dedicadas a Festa da Segunda Bonfim, o cronista simulou uma extensa entrevista com o personagem do Caboclo e sua esposa. Entre diversos temas, comentava-se sobre as mudanças urbanísticas do governo Seabra, a introdução do cinema, do asfalto, do automóvel e a inauguração da Avenida, além de pequenas ironias sobre a situação política do país e a continuação da guerra<sup>456</sup>.

Após alguns dias nesse longo bate papo com o símbolo da Independência da Bahia e sua esposa e já feitas as devidas despedidas, o cronista resolveu chamá-los novamente para um último verso sobre o roubo do penacho durante a passagem o símbolo pelo Terreiro de Jesus, no Centro da cidade. Deduzindo as possíveis intenções dos ladrões, cogitou que pudesse ter sido por motivado pela ideia da igualdade, já que assim como o povo, poderia o Caboclo ficar sem ‘penacho’, mas ainda assim dizerem que era ele que mandava. No final da crônica, aparecia:

[...] Vejam que o grande atraso da Bahia / É disputarem todos as chefia... / É brasileiro, entretanto, o mal... / Ninguém, neste país, quer ser soldado, / Porque ninguém nasceu, isto é desdouro, / Para ser comandado... / Olhe a nossa Guarda Nacional: / Quem não tem, no Brasil, uma patente, / Ou ainda é calouro, / Ou, então, não é gente / Entre nós, o Penacho é tão querido / Que todo o mundo deve ter ouvido / Dizer-se a inferior: - *Seu chefe*, como vai? / Não diz assim o filho para o pai... / Pois é também um nacional defeito / Não haver mais respeito / Para quem tenha grau superior... / Hoje – é tudo tão bom como tão bom / Todo o instrumento vibra o mesmo som... / Se, afinal, o Caboclo representa / O Brasil (pelo menos é assim que os discursos e versos ele aguenta) / Mostra que ele está bem representado... Tanto assim que o Caboclo foi roubado!<sup>457</sup>

Ao comentar sobre o roubo do penacho, o cronista transparecia uma crítica direta e uma insatisfação generalizada com a falta de obediência às hierarquias, apego as patentes e a rejeição à convocação do serviço militar obrigatório. Em uma primeira

---

<sup>454</sup> JN 01 Set. 1916; JN 23 set. 1916; JN 22 a 25 de novembro 1916.

<sup>455</sup> JN 03 a 15 Julho 1916. VER ANEXO I.

<sup>456</sup> Ver exemplos no anexo I.

<sup>457</sup> JN 15 Jul. 1916.

leitura, parecia que Aloísio de Carvalho se inclinava a favor do alistamento<sup>458</sup>, recriminando em alguma medida a recusa popular. É interessante notar que este assunto não aparecia constantemente nas crônicas, nem em editoriais.

É difícil determinar qual posição tomou Aloísio de Carvalho sobre o tema, mesmo que na sua coluna sinalizasse alguma simpatia com a proposta. Nos registros identificados, algumas das suas ações e crônicas ratificavam sua inserção entre civis e militares. No final do mês de outubro, por exemplo, o cronista participou da formação da fundação da Sociedade de Tiro, denominada já na ocasião de “Caixeral”<sup>459</sup>. É interessante notar que esse tipo organização poderia funcionar como espaço de aproximação e socialização de civis e militares.

A festa ocorreu na Associação de Funcionários do Comércio, da qual Aloísio era o orador oficial e membro ativo. Na reportagem, além de se enaltecer o “despertar o entusiasmo cívico”, informava que este assumiria a vice-presidência do clube<sup>460</sup>. Este fato parecia ter animado o autor de Lulu no seu entusiasmo cívico. Segundo a reportagem do dia 23, o cronista fez um discurso, que, com “palavras de alto civismo”, saudou a “os sentimentos patrióticos da mocidade do comércio.”<sup>461</sup>. Na mesma edição do jornal, a crônica foi sobre o evento, na qual comentava que: “O fato era digno de rima: / Na terra em que toda a gente / Não dispensava patente/ De capitão para cima / Fica-se agora assombrado, / Pois agora toda a gente / Faz questão de ser soldado...”<sup>462</sup>

Mais uma vez, o espaço da coluna permitia certa ironia ao cronista, pois com a implementação de um sorteio universal, ou seja sem recorte socioeconômico, acabaria por gerar impacto Guarda Nacional, pois como apontou José Murilo de Carvalho, desde o Império que essa instituição era um espaço muito procurado pelas elites para concessões de patentes, fato que só aumentou na República. Às fileiras do Exército e Marinha, por sua vez, a concorrência era dos estratos sociais mais baixos ou de filhos dos próprios militares. Além disso, como informa o mesmo historiador, a Guarda

---

<sup>458</sup> Olavo Bilac, por exemplo, defendia tal medida, considerando necessária para a preparação dos cidadãos para a defesa da pátria e como forma de transmissão de alguns valores da caserna ao povo. Ver BILAC, Olavo. *A defesa nacional...* op. cit.

<sup>459</sup> Como aponta José Murilo de Carvalho, em 1896 foi criada a Confederação Brasileira de Tiro, com objetivo de aproximar os jovens civis do sorteio militar, uma vez que existia uma verdadeira aversão das elites à época a entrar para o Exército. Guardadas as diferenças contextuais, é possível cogitar que participar da criação de agremiações como esta seria um forte indicativo de aproximação com os militares. Ver CARVALHO, José Murilo de. *As forças armadas...* op. cit. p.193.

<sup>460</sup> Na reportagem informava que haviam 300 inscritos no clube. Ver JN 23 Out. 1916.

<sup>461</sup> Idem.

<sup>462</sup> Idem.

Nacional tinha um forte uso político por essa elite, explicando parte da sua resistência à Lei do Sorteio e/ou crescimento do Exército.

Ao fazer rima – ou melhor, a pilhéria – ironizando sobre o assombro com o aumento do número de pessoas buscando a patente militar, naquele momento, não deixava de ironizar com essa perda para parte das elites. Segundo Celso Castro<sup>463</sup>, a partir de 1912 houve um entusiasmo a favor do sorteio. Além dos militares, a partir da revista *A Defesa Nacional*, a presença de Olavo Bilac, com a criação da *Liga de Defesa Nacional*, em julho de 1916, engrossavam o coro da campanha. Em certa medida, a crônica dialogava com este contexto nacional e local em favor dos militares.

O primeiro sorteio foi realizado em 10 de dezembro de 1916. Porém, nos dias que antecederam, o clima, segundo o cronista, era de grande euforia militarista. No dia 25 de novembro, por exemplo, comentava sobre o “entusiasmo militar da atualidade”, ironizando:

Agora – tudo é soldado / No país dos coronéis... / Estudante, ou empregado, /  
Agora – tudo é soldado! / O *chic* é se andar fardado, / Manobrando nos  
quartéis... / Agora – tudo é soldado – no país dos coronéis /  
Tudo marcha, tudo atira, / tudo forma em continência / Do *avenidense* ao  
caipira, / Tudo marcha, tudo atira! / No amor à Pátria delira / A garbosa  
adolescência...! / Tudo marcha, tudo atira / Tudo forma em continência!<sup>464</sup>  
(grifo original)

É interessante notar certa semelhança com a crônica anterior, repetindo o estribilho de que tudo era soldado no país dos coronéis. Porém, é possível apontar algumas diferenças. Em primeiro lugar, o cronista poderia estar sinalizando que o movimento poderia estar passando por algo de modismo, vez que essa euforia chegava a todos, transformado o vestir fardado como algo ‘*chic*’. Como vem sendo demonstrado, a série ia incorporando, eventualmente, comentários positivos sobre os militares e suas ações em prol do entusiasmo patriótico.

Cabe ressaltar que o próprio espaço que os membros da oficialidade baiana iam ganhando no JN foi se tornando maior durante o ano. Além dos citados artigos pró-escotismo do almirante Caio de Vasconcelos, Aloísio também abria espaço para artigos de militares em datas festivas. Um exemplo simbólico foi o longo artigo em comemoração ao dia da Bandeira, assinado pelo 2º tenente do Exército, Emygídio

---

<sup>463</sup> CASTRO, Celso. Insubmissos na Justiça Militar (1874-1945). Usos do Passados. XII Encontro Regional de História – ANPUH. Disponível e <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conf>. Acessado em 30.05.2013. p.4-5.

<sup>464</sup> N 25 Nov. 1916.

Ribeiro, publicado dia 18. Na cobertura da festa, realizada no 50º Batalhão pela mesma sociedade de tiro, Aloísio de Carvalho descrevia a “atmosfera de entusiasmo” que dominava “todos os espíritos, ao ser erguido, no topo dos mastros dos quartéis, dos edifícios públicos e de associações (...) o pavilhão da Pátria.”<sup>465</sup>

Pelo argumentado até aqui, tudo indica que até finais de 1916, o cronista ainda matinha aceso seu espírito de euforia nacionalista. Se entre 1914 a 1916, a grande aposta era o escotismo na Bahia, o movimento não voltou a receber a mesma cobertura e apoio do jornal. As notícias sobre iniciativas do clube foram rareando. Por outro lado, a partir do final do ano, Aloísio se envolveu na fundação da Sociedade de Tiro, cuja inspiração também estava naquela animação nacionalista no contexto de guerra, bem como na sua aproximação com os militares.

Como citado, no jornal todos estes eventos tiveram amplo espaço de divulgação, na série *Cantando e Rindo*, o cronista se propôs a fazer pilhérias e pequenas reflexões sobre a necessidade de salvação do caráter do povo e do papel dos militares na República. Neste sentido, nas crônicas a partir de 1914 os temas sobre o caráter do brasileiro e seus hábitos condenáveis, a intervenção militar, o entusiasmo militar, entre outros já comentados passaram a dominar a série. Cronista e cidadão, embalados pelo “nacionalismo militante”, para utilizar novamente a expressão de Lúcia Oliveira, atuaram na cena pública.

Mas as adversidades da Guerra interferiram na longa trajetória da série e do seu cronista, pois os crescentes custos do preço do papel e a redução da receita forçaram a sociedade que comandava o jornal a optar pela sua venda<sup>466</sup>. Em 30 de dezembro de 1916, anunciava a venda do periódico para Ernesto Simões Filho, jornalista e dono do jornal *A Tarde*. Este já havia criado uma sociedade anônima para “o definitivo e maior desenvolvimento da folha”, que, após uma interrupção, deveria se transformar “folha matutina, com amplo serviço de informação e um corpo redacional e de colaboradores, na qual figurarão os primeiros nomes da nossa e da imprensa carioca.”<sup>467</sup>

---

<sup>465</sup> JN 20 nov. 1916. É interessante notar que no dia 19 o jornal publicava um longo texto de Olavo Bilac, chamado “Oração a Bandeira”, reforçando a comparação entre os dois intelectuais.

<sup>466</sup> As razões para o fechamento do jornal foram mais detalhadas no relatório de 1918, apresentado aos acionistas e publicado no jornal. Ver JN 14 Maio 1918.

<sup>467</sup> JN 30 Dez. 1916.

Aloísio de Carvalho continuaria na redação e produzindo sua coluna até 1918, porém agora como empregado da nova empresa. Na sua crônica de despedida, mantinha ainda o bom humor, mas saía com alguma melancolia:

Este é o Cantando último que eu faço / Aqui, neste lugar! / Porque devo dizer-  
lhes, meus senhores / Que eu vou, por estes dias, me mudar.../ Vendi meu  
palacete, mas ficando / Ainda com um pedaço: / De sorte que o Cantando, /  
Caríssimos leitores, / Continua a sair.../ Noutra coluna, sim; mas, continua / Que  
o melhor desta vida é a gente rir!...  
Feliz de quem se habitua / E rir de tudo, sem perder a linha! / Homens, o Riso é  
a vida! Festeijá-vo!  
Vendi meu palacete, mas não saio: / Passo a ser inquilino.../ Entre para aqui,  
não digo menino / Mas entrei muito moço, quando tinha / Os meus vinte anos e  
bigode raro.../ (Ah! Que fortuna imensa de ter vinte anos a nenhuma eu  
comparo!) /  
Trinta anos em gazeta! E depois desse tempo, abro a gaveta... /  
...cheia de desenganos!<sup>468</sup>

A despedida do público tinha tudo que marcou a série: os versos curtos, de humor leve, a ambiguidade. Após trinta anos de jornalismo e atividade de crônica, Aloísio de Carvalho deixava a direção do JN para trabalhar como funcionário, ainda que gozasse já de grande prestígio. Era uma figura conhecida entre seus pares e parte da população. Ainda escreveu a série por mais dois anos, agora deslocado para parte inferior da página, tecendo os seus comentários em verso. Mas aquela ruptura marcava sua trajetória, pois não teria o mesmo espaço e influência na nova empresa e imerso no meio de outros colaboradores e comentaristas.

A frase final era carregada de alguns significados históricos, que este trabalho buscou desvendar. Os desenganos com os quais o jovem Aloísio se deparou na instalação na República, logo materializadas em crônicas de prosa e verso, continuaram durante as duas primeiras décadas republicanas. Os leitores – ou pelo menos parte deles – sabiam que encontrariam na coluna ironias e pilhérias aos ‘vícios’ republicanos. Durante a ascensão seabrista, entre 1906 até 1912, o cronista também lançou mão da sua coluna para intervir no debate político, participando daquilo que considerava uma possibilidade de fração do grupo dominante da política baiana, cuja marca de atuação reforçava os mesmos problemas que degeneravam o regime.

Por fim, o cidadão – e o cronista -, abalados pelos impactos da guerra e pelo entusiasmo nacionalista que se seguiu, apostou positivamente na salvação e regeneração

---

<sup>468</sup> JN 30 Dez. 1916.



do regime do país. Era na educação cívica, via prática do escotismo, que dedicou parte de suas energias. Nos versos debatia com seus leitores sobre os hábitos e valores que poderiam melhorar, sobre o perigo disto para o sentimento patriótico, entre outros. Mas o movimento não parecia, pelo menos inicialmente, empolgar grandes massas de jovens e cidadãos.

O cronista não teve tempo de ver a guerra terminar enquanto trabalhava no JN. Na final, lamentava a gaveta aberta com as decepções. As crônicas de Aloísio de Carvalho, seu espaço por excelência de intervenção social e política, não viram a consolidação da República. De fato, mesmo com avanços, o caminho está sendo – não sem pesar – um pouco longo.

## Considerações finais

O presente trabalho buscou estudar historicamente as duas séries crônicas do jornalista e poeta Aloísio de Carvalho, entre 1891 a 1916. Publicadas no *Jornal de Notícias*, importante periódico baiano do início da república, tais textos atravessaram boa parte do período, não apenas documentando as mudanças políticas e sociais pelas quais passou o novo regime. Conforme foi indicado inicialmente, o propósito central aqui foi relacionar tal produção com a consolidação da república, principalmente através dos temas de desilusão dos intelectuais brasileiros. Partiu-se da hipótese que o seu autor, solapado por esse sentimento ante à distância dos primeiros atos políticos com as apostas de um republicanismo mais radical, foi construindo um perfil de crônicas que lhe permitisse não apenas comentar, mas interferir à sua maneira no debate do seu tempo.

Desta maneira, uma primeira diferença se fez: sua desilusão não foi encarada a partir da chave do afastamento da arena política do novo regime. A pesquisa empírica foi demonstrando que, ao passo que tal perfil de desilusão e crítica ferina fizesse parte do personagem Lulu Parola, outros elementos foram sendo incorporados na produção das crônicas. Se na série *Far-niente*, conforme indicado no primeiro capítulo, esteve fundamentalmente envolvida no clima político do início republicano, marcado pela instabilidade dos governos militares no Rio de Janeiro e pelas disputas das elites políticas baianas em se acomodar às novas regras do jogo político. Ainda que a amostra analisada neste trabalho, por deterioração das fontes, não permitam estudar como tal série permaneceu até o final de sua existência, por volta de 1897, parece ser possível caracterizá-la como uma coluna de crítica e pessimismo em relação ao regime.

Tal perspectiva influenciou, conforme indicado no mesmo capítulo, o surgimento e caracterização da *Cantando e Rindo*. Neste sentido, as crônicas, agora em versos, também carregariam tal perfil esboçado, comentando de forma direta as disputas das elites políticas baianas e nacionais em torno do poder, ao passo que se apresentavam— ou repetiam — os vícios das práticas políticas. A República sonhada pelos intelectuais, principalmente através da inclusão formal do povo à política, não se confirmou logo em seu nascedouro. Entretanto, se tal marca estava presente no início da *Cantando e Rindo*, sua longevidade e mudanças de contextos também transformaram a série.

Longe de um afastamento político, conforme indicado no segundo capítulo, o cronista e a série participaram de um importante fato da história da Primeira República na Bahia: a ascensão do seabrismo. Participante ativo em um dos grupos que lhe dava suporte, Aloísio de Carvalho utilizou seu jornal e sua série para interferir na disputa política de Seabra com as antigas elites políticas locais. Conforme demonstrado, pari passu em que reforçava suas críticas aos vícios do regime, também não deixava de apostar na mudança política, depositada elemento vindo *por fora* dos velhos círculos políticos da época do Império.

Por fim, no terceiro e último capítulo, foi possível perceber enquanto o tom irônico da série permanecia, já conhecido por seus fieis leitores, a emergência de novos temas sinalizava uma mudança mais profunda e alargada que se operava nos meios intelectuais nacionais. Entre suas manifestações, estava a discussão sobre as características do povo brasileiro e suas particularidades. Na *Cantando e Rindo* tais questões começaram a surgir principalmente a partir de 1913, também influenciado pelos debates que aconteciam na elite local, nos salões do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Com o advento da Primeira Guerra Mundial, tal questão ganhou força e novos contornos, impactando diretamente não apenas na coluna, mas no cronista.

As demandas por um novo engajamento nacionalista que surgem com o conflito, principalmente na constituição de uma defesa interna e externa, atingiram profundamente o cotidiano de Aloísio de Carvalho e sua coluna nos anos de 1914 até 1916, quando seu jornal é vendido. De um lado, os versos buscam refletir mais sobre os aspectos do povo, criticando seus hábitos considerados perniciosos à construção de um sentimento cívico apropriado para os tempos de guerra. Por outro lado, buscou-se indicar que neste momento Aloísio de Carvalho acreditava em uma aposta positiva de salvação na Nação e do regime, baseado na educação escotista dos jovens.

Envolvido na promoção do escotismo na Bahia e nas discussões sobre o futuro do país, o cronista, através da sua coluna, registrava sua simpatia quanto à introdução de valores militares à educação dos jovens, como forma de dar um remédio adequado ao regime, para usar suas palavras. Porém, a sua propaganda não parece ter alcançado um sucesso inicial tão rápido, tanto nas elites locais, como no povo, que insistia em continuar com seus hábitos.

Foi com esses sentimentos que a série de crônicas encerrou sua existência no *Jornal de Notícias* sob a direção de Aloísio de Carvalho. Incapaz de sobreviver às agruras econômicas da guerra resolveu vender seu jornal em finais de 1916. Encerrava, pelo menos parcialmente, uma fase de sua atuação como cronista, após quase trintas anos. Aparentemente amargurado com os desenganos que viveu nesse período, escreveu seus últimos versos no dia 30 de dezembro, despedindo-se do seu público com a indicação que mudava de casa. Na gaveta que guardou seus desenganos, as apostas na república e no escotismo se constituíram em elementos chaves para a compreensão de sua atuação como cronista no início da República.

Na busca pelo entendimento da relação entre crônicas e política na Primeira República, o estudo das séries de Aloísio de Carvalho se constituíram em uma importante forma de aproximação com as apostas dos indivíduos que viram o regime ser proclamado e iniciar sua vida com amplas dificuldades, na esperança de ver sua consolidação. Apesar dos inegáveis avanços, o caminho ainda parece um pouco longo. Como indicado na introdução, essa é apenas uma das leituras possíveis a longa produção de crônica de Aloísio de Carvalho. Temas e abordagens não foram feitas neste trabalho, porém se registra a intenção de iluminar alguns pontos sobre o início da República na Bahia e no Brasil.

## Referências

- ALBERTI, Verena. *O Riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Patriotas, festeiros, devotos...As comemorações da Independência na Bahia (1888-1923)*. Em: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. São Paulo: Edusc, 2007.
- ALMEIDA, Stela Borges. *Negativos em vidro: coleção de imagens do Colégio Antônio Vieira (1920-1930)*. Salvador, BA: Edufba, 2002.
- ALVES, Lizir Arcanjo. *Poesia e vida literária na Bahia de 1890 a 1915*. Mestrado: Departamento de Letras clássicas e vernáculas, São Paulo, USP, 1986.
- ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de. *A Bahia e seus governadores na República*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010.
- ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Republicanism e classe média em Salvador (1870-1889)*. Salvador, 1992. Dissertação (mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.
- ARRIGUCCI JR, Davi. *Fragments sobre a crônica. Em Enigma e comentário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- AZEVEDO, Thales de. *A francesia baiana de antanho*. Salvador: CEB, 1985.
- BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2009.
- BARBOSA, Manuel. *Aloísio de Carvalho (elogio póstumo)*. Revista da Academia de Letras da Bahia. Salvador: Imprensa oficial da Bahia, 1949.
- BILAC, Olavo. *A Defesa Nacional: discursos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.
- BRAYNER, Sonia. *Machado de Assis: um cronista de quatro décadas*. Em CANDIDO, Antonio. *A Crônica. O Gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. Em AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CARVALHO, Aloísio de. *A imprensa na Bahia em 100 anos*. In TAVARES, Luis Guilherme Pontes. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008.

CARVALHO, Aloísio de. *Cantando e Rindo*. Publicação da diretoria do arquivo da prefeitura municipal de Salvador, 1954.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *A formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: \_\_\_\_\_. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, Pinto de. *Aloísio de Carvalho (elogio póstumo)*. Revista da Academia de Letras da Bahia. Salvador: Imprensa oficial da Bahia, 1949.

CHALHOUB, Sidney; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney; Neves, Margarida de Souza; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

\_\_\_\_\_. *A arte de alinhar histórias: a série "A + B" de Machado de Assis*. Em CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

CALASANS, José. *Lulú Parola e os acontecimentos Políticos de 1891*. Salvador: CEB, 1967.

CANDIDO, Antonio. *A vida ao rés-do-chão*. Em: Candido, Antonio (org.). *A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

DANTAS, Carolina Viana. *O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade acional em periódicos: Rio de Janeiro, 1903-1914*. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2010.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República*. Belo Horizonte: Editora, 2005.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance!* Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940. Salvador, CEB, 2003.

FLORES, Elio Chaves. *A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso*. Em FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.) *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FREITAS, Alana de Oliveira. *Lulu Parola - Cantando e Rindo: a crônica do riso na cidade da Bahia*. Dissertação defendida no programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural. UEFS, 2003.

FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. *Fazendo fita: cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador, 1897-1930*. Salvador. BA.: EDUFBA, Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 2002.

JACOBINA, R. R. e CARVALHO, F. M.: *'Nina Rodrigues, epidemiologist: historical study of beriberi outbreaks in a mental illness asylum in Bahia, Brasil (1897-1904)*. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VIII(1): 113-32, Mar.-June 2001.

GRANJA, Lúcia. A língua engenhosa: o narrador de Machado de Assis, entre a invenção de histórias e a citação da história. Em Chalhoub, Sidney; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1998.

GLEDSOON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. *Bons dias!: crônicas (1888-1889)*. São Paulo, SP: Hucitec, Ed. da UNICAMP, 1990.

\_\_\_\_\_. *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

HEROLD JUNIOR, Carlos; VAZ, Alexandre Fernandez. *A educação corporal em Baden-Powell: o movimento escoteiro contra o intelectualismo escolar*. Em Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.47, p. 166-184 Set.2012.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador (1912-1916)*. Dissertação de mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em História, UFBA, 1996.

\_\_\_\_\_. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e infortúnios nas primeiras décadas da Bahia republicana*. Tese (doutorado em História); Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

LINS, Wilson. *A Musa Vingadora: crônica do epigrama na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1999.

LUSTOSA, Isabel. *O texto e o traço: a imagem dos nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura*. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo deo liberalismo excludente*. 5ª Ed. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 2011.

LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MACHADO NETO, Antonio Luis. A Bahia Intelectual (1900-1930). *Universitas – Revista de Cultura da UFBA*. Salvador, n° 12\13, pp.261-305, 1972.

MATTOS, Hebe. A vida política. Em SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.) *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia Século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria*. História do Exército Brasileiro (1889-1930). São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

MUECK, D. C. *Ironia e o irônico*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A Escola de Baden-Powell: Cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

NERY, Laura. Nostalgia e novidade: estratégias do humor gráfico em Raul Perdeneiras. In LUSTOSA, Isabel (org.) *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

NEVES, Margarida de Souza. *Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*. Em: Candido, Antonio (org.). *A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. Os cenários da República. *O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. História da crônica. Em *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP : Ed. da UNICAMP, Rio de Janeiro, RJ : Casa de Rui Barbosa, 1992

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira Republica*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990.

PAMPLONA, Marco A. *Revoltas, república e cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PAROLA, Lulu. *Meu caderno: primeiro semestre*. Salvador: Typographia Bahiana de Cinnato Melchiades, 1918.

PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

PINA, Angelina Aparecida. *Fontes latinas de Camilo Castelo Branco*. Cadernos do CNLF, 88 VOL. XI, N° 13, 2008.

PINHEIRO, Eloísa Petti. As influências na reforma urbana de Salvador a princípios do século XX. Em *Cidades brasileiras II: políticas urbanas e dimensão cultural*. BATISTA, Marta Rosseti; GRAF, Márcia Elisa de Campos (orgs.). São Paulo, SP: Centro de Estudos Brasileiros, 1999.



PINHEIRO FILHO, Fernando Antônio. Intelectuais: perfil de grupo e esboço de definição. In *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. Andre Botelho, Lília Moritz Schwarcz (orgs.) São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. – 2 ed. rev. – Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário. Em SILVA, Fernando Teixeira e et al (orgs.) *República, Liberalismo e Cidadania*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003.

RABELO, Ricardo Rocha; BARRETO, Raylane A. D. N. *A figura de Baden-Powell no cenário educacional do século XX: um novo olhar sobre sua história de vida*. Em Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.47, p.154-165. Set.2012.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1884)*. Dissertação (mestrado em História). Departamento de História, UNICAMP, 2005.

REIS, João José. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. Em CUNHA, Maria Clementina Pereira(org.). *Carnavais e outras F(r)estas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp\Cecult, 2002.

RESENDE, Beatriz; Neves, Margarida de Souza. *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de S. *A dança das cadeiras: Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, SECULT, 2001.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos da rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. Cultura: as apostas na República. EM SCHWARCZ, Lília Moritz (coord.) *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1999.

SANTOS, José Weliton Aragão. *Formação da grande imprensa na Bahia*. Salvador. BA., Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia 1985.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão*. Salvador: EDUFBA, 2001.

\_\_\_\_\_. *Associação comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2011.

SANTOS, Mônica Celestino. *As trincheiras do Major Cosme de Farias (1875-1972): a interface entre atuação na imprensa e ações de caridade em Salvador (BA) no alvorecer*

da República. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Origem e estratégias de consolidação institucional (1984-1930)*. Salvador, 2006. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição. Lutas políticas, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo, SP: Companhia das letras, 2012.

SPANNENBERG, Ana Cristina M. *Entre Mudanças e Permanências – itinerário do papel social dos jornais diários soteropolitanos no século XX a partir da análise das coberturas eleitorais do jornal A tarde e, 1919, 1954 e 1990*. Tese: Salvador: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, 2009.

COUTO, Edilece Souza. *Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant'ana em Salvador (1860-1940)*. Salvador, BA: EDUFBA, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. *A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira*. Cad. CEDES, Campinas, v. 20, n. 52, Nov. 2000. Acessado em 20 de Maio de 2013.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

TEIXEIRA, Cid. *História do Petróleo na Bahia*. Salvador, BA: EPP, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou Um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VIANA, Hildegardes. *Revisitando Lulu Parola*. Revista da Academia de Letras da Bahia. Salvador, n° 40.

VIANA FILHO, Luiz. *Aloísio de Carvalho*. Em Revista da Academia de Letras da Bahia. Salvador: Imprensa oficial da Bahia, 1949.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.

\_\_\_\_\_. *Meta-história: imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

ZUQUIM, Judith; CYTRYNOWICZ, Roney. *Notas para uma história do escotismo no Brasil: a "psicologia escoteira" e a teoria do caráter como pedagogia de civismo (1914-1937)*. Educ. Rev., Belo Horizonte, n. 35, jul. 2002. Acessado em 29 maio 2013.

## ANEXO I

### Crônicas sobre a República

13 novembro 1894 – N° 772 – A saída do marechal Floriano da presidência da República.

Eu acho que ele sai. Para mim não há questão  
Que ele ao Prudente entrega;  
Precisa ter descanso, e acho-lhe razão;  
Não foi pequena a esfrega!  
E desde que ele sai, obedecendo à lei,  
Não há razão de queixa...  
Eu digo que ele sai; agora o que eu não sei  
É se, depois da entrega, ele o governo deixa!

04 março 1898 N° 1421 – O país das adesões...

Anunciam do Rio que o Prudente  
Porção de saudações tem recebido...  
Calcula-se daí em grande enchente  
O Dr. Campos Sales terá tido!

14 novembro 1894 N° 775 – A adesão ao novo governo.

Aderi ao Prudente...Que afinal  
Vivo do meu Cantando...  
Já que não serve mais o marechal  
É preciso ir a outro me chegando.  
Além disso, aderir é opinião  
Que está no sangue deste povo inteiro;  
Uma andorinha só não faz verão,  
E eu não posso ficar sem companheiro.  
Hoje em dia, portanto, sou Prudente;  
Como posso ser amanhã Vitorino,  
Se, por acaso, o vice-presidente  
Chegar a dirigir nosso destino...  
Quer ver o presidente governando  
De maneira que possa se aplaudir...  
E que, de vez em quando,  
Venha lá um motivo para eu rir!

30 outubro 1906 – N° 3315 – Décimo quinto aniversário, ontem, começo do Cantando e Rindo.

Fiz ontem bodas de cobre;  
E muito espírito achei  
Que me encontrasse mais pobre  
Do que quando comecei

Tenho mais experiência  
Lá isso, tenho; é verdade!  
Também tem a Intendência  
E que é que lucra a cidade?

Cabelos brancos, a mais...  
Não sendo, entanto, o preciso,  
Pois, nos tempos atuais,  
Velhice não dá juízo!

Desilusões! Isto sim!  
Isto trouxeram-me os anos...  
Consola-me – é ver assim,  
Também, os republicanos!

Riqueza em versos fazer!  
Eu não me iludo, sou franco...  
As letras que hão de valer  
São sempre *as letras...*de banco!

“Ouvir estrelas...”...Pateta!  
Deste ideal eu me rio,  
Pois muito mais que um poeta  
Vale qualquer senhorio!

Cante as canções mais divinas!  
Seja nos versos um mestre...  
Para ter um par de botinas  
É com a moeda terrestre!

Vá eu com o açougue levando  
Os meus volumes...É boa!  
O homem diz: *O Cantando*  
Não rima aqui, não entoa!

A harpa eólia que fosse!  
Hoje seria trombeta...  
Não vibraria tão doce,  
Como qualquer caderneta!

Nome mais próprio lhes dou...  
De cobra a folhinha diz;  
Mas, pobre assim, como estou,  
São de papel as que eu fiz!

Terei as bodas de ouro?  
DEUS é quem pode dizer  
Se eu passo a perna ao tesouro,  
Que nunca o ouro há de ter!

26 outubro 1907 – Nº 3605 – Décimo sexto aniversário do “Cantando e Rindo”.

Foi em mil oitocentos e... Não trema,  
Que lhe não vão contar a história inteira.  
Tinha quase dois anos o sistema,  
Que nos botou discurso na bandeira,  
E que, deitando ao chão a monarquia,  
Da noite para o dia,  
Fez andar por ai os trambolhões  
A pobre da gramática;  
Pois, muitos cidadãos [sic]  
Forçados a tratarem-se por – vós,  
E amando, ao mesmo tempo, a democrática  
Só usavam do vós – com o verbo em – tu...

Inda assim mesmo era menor o angú,  
Do que o atual, que estamos vendo nós,  
Com tantas regras novas de aplicar,  
Sem *h* e com o *f*, a *ortografia*,  
Da ilustre Academia,  
Di çorte eh p'ra a jente oje asertar,  
Basta escrever o que era errado outrora!

E lá vou eu seguindo verso afora,  
Sem dizer a que vim.  
Quantas vezes no mundo é mesmo assim!  
Dezesseis anos faz que o Zé-povinho  
Ouve-me aqui tocar o cavaquinho!

E está contada a história que eu queria...  
E por estar cantando há tantos anos,  
Não vão chamar a isto- Oligarquia,  
Como a dos vilões republicanos!

16 novembro 1910 – Terminação ontem do mandato presidencial do Dr. Nilo Peçanha.

Ilustre ex-presidente dr. Nilo!  
Trago-lhe minha saudação local...  
Sei muito bem que, obedecendo ao estilo,  
Devo dar parabéns ao marechal,  
E por haver subido!  
Mas, é mesmo a Você que eu quero dar,  
E por haver descido!  
(Desculpe não lhe dar mais Excelência;  
Mas não é de direito que eu lhe dê...

Quem sai da Presidência  
Já é ter muita coisa....ter Você!..)

Em primeiro lugar,  
Vai ficar de palanque, apreciando,  
O outro na gangorra,  
Por sua vez errando,  
Pois no erro não há quem não incorra...  
Depois...a pouco e pouco, eu já estou vendo  
Todo o país dizendo  
Que Você, afinal, foi um dos bons;  
Que tinha para o governo muito dons;  
Que foi até suprema ingratidão  
Não lhe dar o Congresso a intervenção!  
Hão de achá-lo excelente...É uma verdade  
Que o Cantando lhe diz  
Porque, neste país,  
Nós temos muito o culto da saudade!

16 Novembro de 1914 N° 5641 – O meu adeus ao Marechal Hermes da Fonseca, que ontem terminou o quadriênio presidencial.

Quando Vossa excelência, Marechal,  
Visitou, há três anos, a Bahia,  
Eu, numa saudação, toda cordial,  
Dei-lhe: Bom dia!

Quando, depois, passaram-se dois anos,  
Que é quando esfria o entusiasmo que arde,  
Eu, que sei dos padrões republicanos,  
Dei-lhe então: Boa tarde!..

Mais dois anos passaram-se...E agora  
Vossa excelência sai da presidência,  
E eu venho lhe assistir o bota-fora....  
Não o apedrejo!...O seu receio esmoite...  
Mas, há de me permitir Vossa Excelencia...  
Que eu lhe dê: - Boa noite!

27 Agosto 1915 N° 5868 – O futuro governador da Bahia.

É amanhã, eleitor,  
Que o partido governista  
Indicará sucessor  
Para o Seabra...Na lista

Há um nome só, que conquista

De todos a regia flor;  
Por isso, aqui se registra  
Quem seja o governador...  
Será, que a praxe nos diz,  
O de amanhã escolhido:  
Doutor Antonio Moniz

Neste regime é isto:  
Se o governo é querido  
O voto põe logo a visto!...

30 Agosto 1915 – N° 5870 – Em reunião do partido republicano democrata, anteontem, foi aclamado candidato a governador da Bahia, no próximo quadriênio, o Dr. Antônio Ferrão Moniz de Aragão.

Deu-se ontem um fato a registrar:  
Foi eleito...perdão, foi escolhido,  
Em grande convecção do seu partido,  
Quem vem, depois de Seabra, governar.

Foi, conforme era mesmo de esperar,  
O Antonio Moniz...e seja lido,  
Que vai subir num bloco bem unido,  
Quando supunham que ia fraccionar!...

Agora, falta apenas ser votado;  
E quando digo – apenas – digo bem,  
Pois se sabe o que é hoje o eleitorado...

De sorte que, depois do que foi feito,  
Pode a gente dizer que este que vem  
Já está mais que escolhido – está eleito!

27 marco 1913 – N° 5165 – Saudação ao meu maior amigo.

Meus parabéns, amigo! Parabéns,  
Por ser hoje o dia dos teus anos!...  
Guarda-te Deus de muitos desenganos,  
E a vida te conserve em muito bens!

Que possas realizar teus nobres planos,  
As naturais aspirações que tens...  
Que não te venha a Glória sem vinténs,  
Pois sem vinténs a Glória causa danos!

Isto de fazer anos...envelhece:  
Aumenta, é bem sabido, a nossa idade,



Exceção da mulher, a quem não cresce...

Já que não podes ir diminuindo,  
Que te cresça também a felicidade,  
E seja o teu viver – Cantando e rindo!

21 setembro 1915 – N° 5888 – Companheiros meus do mesmo teto, festejando ontem o 36° aniversário do “Jornal de Notícias”, fizeram a completa surpresa da publicação do meu retrato, para isto se servindo de tirado há algum tempo...

Ontem, pelo motivo, muito grato  
De fazer o *Jornal* trinta e seis anos,  
Companheiros de sonhos e de enganos,  
Deitaram nesta folha o meu retrato!...

Isto, bem que conhecem os maganos,  
Não era do contrato...  
Sabem que eu sou contrário ao espalhafato,  
Muito embora a modéstia cause danos...

Em todo caso, amigos, obrigado!  
Nem posso mesmo agradecer fineza  
De semblante zangado....

Fique meu coração neste soneto!  
Obrigado! Inda mais pela surpresa  
De eu vir à rua de bigode preto!

### **Crônicas sobre os aniversários da República**

14 novembro 1908 N° 3913 - Saudação à Senhorita República, que faz 19 anos amanhã.

República elegante do Brasil  
Formosa senhorita,  
Você que é tão bonita,  
Que tem da natureza graças mil,  
Aceite os meus sinceros parabéns,  
Por seu aniversário!  
Presente não lhe dou; não há vinténs...  
Estou igualzinho a seu erário!  
Entretanto, permita,  
Um conselho real. Permita, e aceite!  
Seus modos estão feios...Endireite!  
E Deus lhe dê juízo, senhorita!

14 novembro 1910 N° 4501 – Vigésimo primeiro aniversário, amanhã, da proclamação da República.

Faz amanhã vinte e um anos  
A graciosa senhorita,  
Que se tornou favorita  
De vinte e um soberanos...  
Esperta, forte, gentil,  
É sedutora a figura...  
Também, na desenvoltura,  
Faz o que quer no Brasil...  
Quando nasceu, toda gente  
Ficou mesmo embasbacada...  
Foi isto – de madrugada,  
Sem se esperar , de repente!  
Sempre inquieta, a senhorita,  
Veio, traquinas, crescendo...  
Fez coisas – que só se vendo;  
Contando – não se acredita!  
Teve barulhos em casa;  
E um então...retumbante!  
Com o marechal e o altamirante,  
Quase que tudo se arrasa!  
Também coitada! que sina  
Ser perseguida de amores!...  
Uma porção de senhores  
Todos querendo a menina!..  
Tem das noitadas o vinco  
Nas rodas da mocidade...  
Pois, logo à primeira idade  
Deram-lhe chave de trinco!...  
Fora da casa – que efeito!  
Ela faz hoje – um vistão!  
Deve isto assim ao Barão,  
Que lhe quer mesmo direito...  
Também, eu lhe quero...É bonita,  
Amável, rica, educada,  
A grandes brilhos fadada...  
Meus parabéns, senhorita!  
Vi-lhe o primeiro sorriso!  
Quero-lhe bem! Deus lhe dê  
Só o que faltava a Você,  
Que é um pouco mais de juízo!

14 novembro 1911 – N° 4766 – Vigésimo segundo aniversário da República, amanhã.

A formosa e travessa *Novembrina*,  
Vinte e dois anos amanhã completa;  
Nasceu das fantasias do poeta,  
Cantadas pela voz da carabina...  
Eu gosto dela – desde pequeninha...

Sei muito bem de quem é filha e neta;  
Veio ao mundo entre amens, toda discreta,  
Mas, depois, meus senhores, que menina!  
Tem dado que fazer!...Olá, se tem!  
Quando, às vezes, parece que vai bem,  
Dá-lhe o nervoso...e, então, tome barulho!  
Vinte e dois anos! Moça! O que é preciso  
É ter modo melhor, ter mais juízo,  
Para ser, afinal, o nosso orgulho...

17 novembro 1913 N° 5346 – As leviandades da senhorita *Novembrina*, que fez anos no dia 15.

Fez anos a travessa senhorita  
Filha certa do Exército e da Armada  
E que foi nos registros assentada  
Como filha do Povo...É uma bonita

Moçoila, pelos velhos requestada,  
Dos moços favorita,  
De sorte que os namoros facilita,  
E na boca do mundo anda falada!  
Para se ter a posse, passageira,  
Do seu amor, - de vez em quando há rôlo,  
Com cabeça quebrada e choradeira.  
Teus encantos têm feito muito doidos!  
Viras a esses pobres o miolo,  
Mas, tens menos juízo que eles todos!

13 de Novembro 1914 N° 5639 - Vigésimo quinto aniversário da República. Esta não tem sido a que ninguém sonhou.

É depois de amanhã que ela faz anos...  
É moça, mas, parece ter noventa,  
De trôpega que está, que não se aguenta,  
Babando os ideias republicanos!...

Mas, parece também, (quantos enganos!)  
Parece uma criança, barulhenta,  
Traquinas, sem juízo, as tais da venta,  
Que se supõe que não, mas causam danos...

Faz anos no domingo...Vinte e cinco...  
E desde que nasceu que a indisciplina  
Deu-lhe a chave de trinco!

Gosta muito de amores de soldados...  
- Ora, deixe-me lá, que esta menina  
Tem sido os meus pecados!

14 de novembro 1914 N° 5640 - Uma rápida história da República, que amanhã completa 25 anos.

Uma história ligeira: - Um belo dia,  
Lembro-me bem, parece que estou vendo,  
Zé-povinho, acordando, foi sabendo  
Que já tinham deposto a monarquia...

A coisa meteu medo na Bahia;  
Que, afinal, a Bahia, não querendo,  
Era um choque tremendo,  
Pois ela então pesava o que valia

Por fim, porém, o Exército e a Armada  
“Em nome da nação” deram por pronta  
A mudança, a República fundada...

Foi preciso, depois, consolidar;  
E os seus erros são tais, tão grande conta,  
Que eu não tenho coragem de contar!

18 novembro 1915 – N° 5933 – A proclamação da República na Bahia.

Vinte e seis anos, ontem, que a Bahia  
Aceitou a República...Rugiu!  
O seu sincero amor à monarquia;  
Mas, por fim, como todos, aderiu...

É verdade o que eu lembro: resistiu  
Desde o dia 15 de noite, mais de um dia...  
Com isto o Provisório se aturdiu:  
O que? A Mulata Velha não queria...

Não! A princípio, a coisa esteve quente;  
E se ela bate o pé – pode ir jurando  
Que o Wenceslau não era agora gente!

Diz-me um sujeito, ouvindo tal perigo:  
- É que a Bahia estava adivinhando...  
Mas, também, que linguinha deste amigo!

14 novembro 1916 – N° 6190 – Aniversário da República, amanhã.

Lembro-me bem do dia em que nasceu  
A nossa Democrática Beleza...  
Então, vinte e três anos tinha eu,  
Pois foi a vinte e sete anos essa surpresa....

Surpresa, sim! Foi isto que se deu;  
D. Pedro, inexcelsível em grandeza,  
Deitou-se rei; mas, quando amanheceu,  
O Deodoro é que estava na realeza!

Pois é esta menina prematura,  
Já hoje senhorita desenvolta,  
Que recorda amanhã o seu natal....

Dizem que ela está agora bem segura;  
Eu a vejo, entretanto, andar tão solta,  
Que tenho medo que ela acabe mal...

### **Crônicas sobre a guerra**

03 de agosto 1914 - Cantando e Rindo nº 5552 - A grande guerra na Europa...Livros inúteis.

Vou jogar fora uns livros que possuo  
Que são matéria morta em minha estante...  
Não quero ser mais deles estudante,  
Pois com suas lições eu não construo!...  
Que bonitos princípios! Que brilhante  
Ensino, em todos eles efetuo!  
O que pregam, porém, lhes restituo,  
Pelo exemplo que tenho neste instante!

Inglaterra, Alemanha, e França – as três  
Majores responsáveis na cultura  
Humana – têm da guerra a embriaguez!  
Do que doutrinam – vejo-as no recuo:  
Fraternidade, paz, amor, cordura...  
Vou jogar fora uns livros que possuo...

07 de Agosto 1914 Nº 5556 - A atual conflagração europeia...

Não sei se a guerra dura trinta dias,  
Ou se dura três meses...O que eu sei  
É que nunca pensei  
Ver em cultas nações tantas harpias!

Nunca pensei que a mais polida grei  
De povos, e as mais belas teorias  
De civilização, que os grandes guias

Do mundo, em quem lições mais procurei,

Dessem exemplo tal de tal carnagem!  
Ah! Se isto acontecesse – faço ideia! –  
Na América do Sul, nesta selvagem

Morada de Candilho e da desordem !  
Já a Polícia Europeia  
Aqui estaria...para por tudo em ordem!

12 de Agosto 1914 N° 5560 – A dependência em que vivemos da Europa.

Este estado de sítio, em que a feroz  
Guerra europeia nos está fechando,  
Vai, sem mesmo o querer, nos ensinando  
Que tratemos um pouco mais de nós...

Por exemplo, alargando,  
Independência herdada dos avós,  
Devemos, eu e vós,  
Da Europa a servidão ir acabando...

Pois, precisamos importar feijão,  
Papel, batata, arroz, manteiga, trigo,  
Produtos, em porção,

Que a nossa terra e indústria podem dar?  
Todo mal traz um bem...Ah! povo amigo!  
Vamos esta lição aproveitar!

19 de Agosto 1914 N° 5566 - A guerra Europeia e a Independência agrícola e industrial do Brasil.

Nós, Brasileiros, temos um defeito...  
Não se zangue você,  
Pois no mundo não há ninguém perfeito,  
Todos têm, mais ou menos, o seu quê...

Um defeito que é grave, onde se vê,  
E que a nossa existência diz respeito.  
Eu tenho, tem aquele que me lê,  
E o governo, então, é o mais sujeito!

É não tratamos nada do futuro...  
Não nos preocupa o dia de amanhã,  
Porque Deus dá, - contamos no seguro.

Esta guerra, entretanto, nos ensina  
Que precisamos ter o trigo, a lã,

Tudo quanto o estrangeiro nos proprina!...

19 de Setembro 1914 N° 5592

A propósito da guerra europeia: o que é a moderna civilização moderna.

Não é possível que este assunto eu deixe,  
Quando no mundo inteiro é o que ribomba;  
Nem outro existe, que atenções enfeixe;  
Dos outros todos este assunto zomba!  
A civilização é um tigre com ar de pomba;  
Quem nela confiar – não se desleixe!  
Prende um sujeito porque atira bomba,  
Em vez de rede, para matar o peixe...

Vai para cadeia...Sim! que é malvadez  
Matar o peixe assim! Que barbaria!  
Que humana hediondez!

E a Civilização, que assim se queixe,  
Aperfeiçoa e exalça a artilheria,  
Que mata o homem, como a bomba o peixe!

30 Setembro 1914 – N° 5601 – Dois meses de derrota da Civilização. Treze declarações de guerra em trinta dias.

Fez anteontem dois meses que a primeira  
Declaração de guerra rebentou...  
Em trinta dias – treze! A terra inteira  
Ou recebeu, ou, ardente, declarou!

A terra toda! ...É esta a verdadeira  
Verdade, o que a dizer aqui eu estou!  
Todos estão sofrendo na sangreira,  
Mesmo aquela nação que não entrou

Dois meses de nascida, faça a conta...  
E dizia, a princípio, toda gente  
Que com um tiro – a coisa estava pronta!

Dois meses, ou dois anos...Demorada  
Ou rápida, eu já sei o suficiente:  
Que a Civilização está derrotada!...

**Crônicas sobre festas.**

01 julho 1913 – N° 5232 – Comemorando o grandioso feito de 02 de Julho de 1823, para a independência do Brasil.

O nosso patriotismo  
Durante a paz – é muito palanfrório...  
Viva! Viva! E mais Viva! E no vivório  
Tratar cada um de si – é que é o civismo!

Meia dúzia possui o refeitório...  
E o resto chupa o dedo [...]  
E, no entretanto, um povo no heroísmo  
Defendendo a Bandeira e o Território.

Neste valor, eu sinto em pleno orgulho,  
Nós honraremos sempre o Dois de Julho,  
Transformando o carneiro em leão!

Heróis de 23! No monumento  
Que o povo vos ergueu, há o juramento  
De preferir a morte à escravidão!

03 Julho 1916 – N° 6103 - Interview com o tradicional Caboclo do carro alegórico do Dois de Julho, ontem saído á rua, na revivescência popular dos festejos da grande data baiana.

Venha cá, meu Caboclo, emblema antigo,  
Do patriotismo dos heróis baianos,  
De Cabrito, Funil e Pirajá,  
Que depois de guardado tantos anos,  
Saiu ontem á rua... Venha cá:  
Preciso de uma enquete, velho amigo!...

E para tanto, eu, aqui mesmo, o emprazo...

Você talvez não saiba, em seu atraso,  
O que eu quero dizer; que, antigamente,  
Naqueles tempos da palavra – o ouro, –  
Isto de se meter em confissão  
A qualquer cidadão  
Era coisa imprudente.  
Considerada um grande desaforo...

Não era, como agora,  
Em que qualquer pessoa é interrogada,  
Em perguntas, que, outrora,  
Quem fosse mais ousado não faria,  
E logo, no outro dia,  
Com a dita pessoa retratada,



Sai tudo o que ela disse – na gazeta!  
Que o repórter, enfim, não é gaveta  
Para guardar segredo de ninguém...

Pois é isto, Caboclo! Aqui me tem  
Você, para isto mesmo: uma entrevista,  
Que há muitos anos era coisa feia  
De pedir, quanto mais de conceder...

Mas, hoje em dia está melhor a aldeia...  
Pelo menos, na vista...  
O que eu quero saber  
É coisa muito simples, de corrida,  
Que eu lhe direi de um salto:  
Você gostou do asfalto?  
Achou boa a Avenida?  
Não pergunto á Cabocla, por baldio...  
Ela gostou do asfalto, com certeza,  
Porque as mulheres gostam do macio,  
Não só por natureza,  
Mas também por amor dos sapatinhos...  
Outrora, ali havia  
Umhas pedras agudas como espinhos,  
De que há ainda fartura na Bahia...

Em Santo Antônio, então, é um gosto em vê-las...  
Fazendo o transeunte ver estrelas!  
Você, que é de lá das bandas da Lapinha,  
Sabe qual é: é aquela bem miudinha!...

Mas, meu Caboclo velho deve estar  
Bastante fatigado  
Porque não foi pilheria o seu andar,  
Nem pouco o rataplan...

Vamos, portanto, amigo entrevistado,  
Deixar o resto disso para amanhã...

4 de Julho de 1916 – N° 6104 - Continuação da entrevista com o tradicional Caboclo do  
Dois de Julho, saído anteontem á rua.

Vamos continuar, Caboclo amigo,  
Nossa conversa de ontem. Nos ficamos...

(espere: eu já lhe digo,  
Que do passado nunca nos lembramos)  
Nós ficamos no ponto das pedrinhas,  
Daquelas afiadas navalhinhas,  
Com que ai muitas ruas são calçadas,

E hão de assim ficar, sem ser mudadas;  
Que a Intendência, Caboclo, eu não lhe conto  
Em que apuros está!...  
Neste ponto, é melhor fazermos ponto...

Ah, tempos dos heróis de Pirajá!

Foi a primeira vez que você viu Asfalto e Avenida;  
E, com toda a certeza, o que sentiu  
Foi cousa indefinida...  
Que me diz da surpresa  
Da Igreja de S. Pedro vir ao chão  
E acabar a estreiteza  
Da garganta, que havia ali do lado,  
Mãe da constipação?!  
Custou! Tudo, porém, no mundo muda,  
E cada vez o mundo é mais mudado!  
Custou: mas custou menos que a da Ajuda,  
Que esta, sim, que foi coisa perigosa,  
E cheguei a ver mesmo a coisa feia,  
Na rua toda a aldeia  
Acompanhando os santos, lacrimosa...  
Que me diz do automóvel, que não tinha...  
No tempo do Madeira, quando usada  
Era a suspensa e leve cadeirinha,  
Aos ombros carregada  
Por dois negros da mesma escravatura,  
Da mesmíssima cor, e mesma altura?

Hein, Caboclo?! que grande diferença!  
O automóvel mata; mas o atraso,  
Ele próprio, confessa,  
Que o automóvel leva mais depressa!

E correr, hoje em dia, é que é o caso!  
Correr; e tanto assim,  
Que muita coisa, agora, a gente pensa  
Que inda está no principio, e está no fim...

Nº 6108 – 8 de julho de 1916 – Nº 6108 - O cinema e o Caboclo do 2 de Julho, em  
continuação das nossas conversas destes dias...

Você, Caboclo, estive mais de um dia  
Fora de casa, andando como emblema,  
E não aproveitou esta alforria  
Para ir ao Cinema!

Pois, olhe que fez mal, digo-lhe eu...  
Fez mal!... Você não sabe o que perdeu,

Não indo á diversão...  
E quando, nesta vida,  
Não aproveita a gente a ocasião,  
Adeus! Que para sempre está perdida!

Cinema! Você sabe o que é Cinema,  
Caboclo de minha alma?

Não sabe, não! Nem pode imaginar!  
E onde agora a educação se extrema...  
Nisto ganhou a palma  
Sobre os outros processos de ensinar!

Você fez mal não indo; e para o ano  
Não perca, que há de ver que u não o engano!  
Digo-lhe em poucas frases o que canto:  
Sala escura, cadeiras apertadas;  
E para alguns é este um grande encanto,  
Pois, com toda a certeza,  
Se a sala do Cinema fosse acesa,  
E fossem as cadeiras afastadas,  
Muito freguês a casa perderia...  
E cinemas que têm  
O vento á popa, em franco navegar,  
Teriam muitos deles que empregar  
A bolina também...  
Ah! Não sabe você o que, hoje em dia,  
É a tal educação!...Não! Não calcula!  
Em certas coisas o Progresso corre;  
Porem, em outras pula,  
Para que da demora se desforre...

No Cinema, de certo, que deu salto...

Se você não se espantou de ver asfalto,  
Coisa em que Labatut nunca pensou,  
Eu imagino agora o que seria  
Se você no Cinema entrasse um dia!...  
Você!...Calcule agora seu avô,  
Que era ainda mais velho que você!

Como estava, porem, lhe descrevendo:  
A gente senta assim, e então vai vendo,  
(Tudo, tudo animado ali se vê!)  
Passarem sobre um pano, lá no fundo,  
Homens, bichos, mulheres, panoramas,  
Reis, mendigos, regatas, procissões  
Virtudes e ladrões,  
O sereno e revolto mar profundo,

A frescura do vento,  
Vastíssimos programas  
A pílulas reduzidos  
E tudo num momento,  
Longos séculos em horas percorridos!...

Toda a vida da Terra se retrata  
Naquela lição curta!  
O discípulo bom não pestaneja...  
Aprende a gente ali como se beija,  
Aprende como furta,  
Aprende como mata,  
E orientada fica  
Como um bandido foge pela bica!

De uma maneira sedutora e leve  
Ensina tudo aquilo que não deve!

Ensina assim, de um modo tão perfeito,  
Que, para logo entrar na educação  
Tenho visto presentes á lição  
Até crianças de peito!

Não é só o que existe de real  
Que ali aos nossos olhos se desfia!  
Não! Corre ali também a fantasia,  
(Que é, ás vezes, na vida o principal)

Tanto assim que se diz  
De alguém, que não sendo sincero se exercita,  
Que está *fazendo fita*...  
Hoje, isto é muito usado no país...

Enfim, Caboclo amigo,  
É assombroso o invento do Cinema!  
Você fez muito mal – ainda lhe digo –  
Em não aproveitar....agora, gema!  
Venha para o ano, e traga a Caboclinha  
Para o ver...Que depois dela assistir,  
Você não volta mais para a Lapinha  
Posso lhe garantir!

20 janeiro 1913 – A tradicional Segunda-feira do Bomfim, da grande folgança popular no cavaquinho e no samba.

Há uma lei, salvo engano,  
Vedando acumulações:

Mas, estou vendo este ano  
Acumular diversões!...  
Meu cavaquinho afinei  
Para todas...A mim que importa?  
Até na folhinha a lei  
É, entre nós, letra morta!

Não sei como é que na Bahia,  
( A gente fica espantada!)  
O divorcio repudia,  
Sendo assim, tal mal casada!...  
Mulata, suspende as ligas!  
Caboclo, segura o pinho!  
Que nesta terra de brigas  
Só não briga o *Zé-povinho!*

As ruas vão se alargar;  
Não há ninguém que reprove!  
É para se ter onde andar  
Depois dos tais otomove!...  
Fon-fon, fon-fon, vai voando!  
Não sei como é que ligeiro  
Assim, sem ser remanchando  
Serve a quem é Brasileiro!

- Você está mesmo croquete!  
Se me dá licença,  
Eu vou fazer uma enquete,  
Que é hoje a moda na imprensa!  
- Mas só se for em segredo;  
Senão, depois, me complico...  
- Dê a entrevista, sem medo,  
Que eu garanto, não publico!

Quando brigam lá por cima  
(Mais de uma vez já se deu)  
Seja em gazeta, ou esgrima,  
Quem paga a briga sou eu!...  
Morena, prorroga o samba!  
Ajusta a saia, sinhá!  
Quando a corda estiver bamba,  
Não se assuste, eu caio lá!

Você zangou-se comigo...  
Que dor do lado eu senti!  
Mas com você eu não brigo,  
Porque gosto de siri!  
Morena, vamos pescar,  
Com a isca que se tiver!...

Não há nada como o mar,  
Para parecer com a mulher!

Seu senador Azeredo  
Fez o reclame do jogo  
A gente pega o brinquedo,  
Depois, se mete no fogo...[...]

Ou falar, hoje em dia,  
Que por um tal D. Luiz  
Vai voltar a monarquia...  
Não creio no que se diz!  
Deve ser outra manobra  
Para nos dar o preciso  
*Reis* – nós já temos de sobra;  
O que nos falta - *é juízo!*

Estou aqui sem saber  
(Trabalhos que a gente tem!)  
Quem é que vai suceder  
Ao sucessor do quem vem!...  
Pois neste entrar e sair  
Fica o país ocupado  
Quem é que tem que subir  
Logo depois do sentado...[...]

Até o modo de escrever,  
Hoje em dia, está mudado...  
Coração – passou a ter  
Dois s s no c cedilhado!  
Portanto, já toda razão  
Nas queixas de toda gente:  
Hoje em dia coração  
Difere de antigamente!

Você, morena, me está  
*Remodelando* também...  
Quem me cozinha, yayá?  
Quem lava a roupa, meu bem?  
- Foi isto nos tempos idos,  
Se a tradição não nos erra...  
Hoje eu só coso vestidos;  
Sou a *grisette* da terra!

Você conhece, morena,  
O que é *champagne rosé*?  
Se não conhece, ai! Que pena!  
Que pena me faz você!  
Circule, meu beija flor!

Circule, se quer provar!  
Que o recurso salvador  
É este só: circular!

Por muito mal que se diga,  
(E os argumentos são mil)  
Eu considero a formiga  
A salvação do Brasil!  
Ai, morena, reforça!  
Miúdo, mais miudinho!  
Que a formiga é que nos força  
A trabalhar um pinguinho!

05 janeiro 1915 – N° 5681 – A noite de Reis. O rancho do “Pinte de Verde”. Música –  
a tradicional dos demais ranchos.

O doutor Wenceslau Braz,  
Que está agora de subida  
Veja lá o que é que faz,  
Olhe o apito na saída...

Esta porta mande abrir,  
Que Zé-Povo quer entrar,  
Quer também se divertir,  
Para as mágoas disfarçar!...

A República fundou-se  
Para o povo passar bem;  
Mas, não teve ainda um doce,  
Quando os outros tudo tem!,,,

Do regime que vigora  
Faz este ano vinte e seis;  
Era um rei, que havia outrora;  
Hoje – é uma porção de reis!...

Da mudança houve um motivo  
Que era o povo governar...  
Mas, só sabem que ele é vivo  
Quando é hora de pagar!...

Mande abrir a sua porta,  
Apesar da economia,  
Que o governo quando corta  
Sempre fica uma fatia

Mesmo estando dessortido [sic],  
Mande abrir, susto não tome,

Que Zé-Povo, é bem sabido,  
Nisto tudo é quem não come...

Mande abrir, seu Presidente,  
Que é preciso o povo entrar...  
Tem gozado tanta gente,  
Que ele quer também gozar!

18 janeiro 1915 – N° 5691 – Descantes de Zé-Povo, na sua tradicional Segunda-feira do Bomfim, hoje.

O cavaquinho e as morenas  
É que são meu desabafo!...  
Se eu fosse choras as penas,  
Já estava feito sarrafo!....

Não sei se o Dudú foi mau;  
O que eu digo, alto e bom som,  
É que estou sempre no pau,  
Não vejo qual é bom!...

Que é selvagem nossa terra,  
A Europa sempre reclama;  
Agora, depois da guerra,  
Quero ver como nos chama!...

Ó cidadãos imperfeitos,  
As eleições estão perto;  
E vão ser todos eleitos,  
Sem ter, porém, nenhum certo!

As eleições mais exatas  
Têm hoje um outro feitio;  
Todos preparam as atas,  
Depois se escolhe no Rio...

Mulata dos meus amores,  
Aperte o samba, mulata!  
Deixe ao lado os eleitores,  
Vamos lavrar essa ata!

Queria ser general  
Queria ser almirante;  
Para, não digo por mal,  
Me reformar num instante!...  
Eu bem sei que quer dizer  
Tanto imposto se lançar;  
É para o cofre se encher,



E ao depois se esvaziar!...

É o Nilo? É o Feliciano?  
Não sei dos dois qual venceu?  
Só sei que eu sou soberano,  
E quem apanha...sou eu!

Foi o Congresso chamado,  
Dias antes de acabar;  
E eu já estou informado  
Que vai com outro emendar...

Eu gosto mais de você,  
Porque seu rosto é fiel;  
Tem a cor que Deus lhe dê;  
Sem ser a favor do Pincel...

Não vou fazer trocadilho;  
Mas um contraste aqui vem:  
Café moído – tem milho;  
O que os governos não tem...

Eu bato às portas do Estado,  
Do Município, E União;  
Diz de dentro o arrebitado:  
- Só amanhã, hoje, não!

O Wenceslau governando  
Só tem dois meses, só dois!  
E eu já vivo pensando  
Quem é que virá depois!...

Que na República é isto:  
Só se pensa em eleições!  
Eu nem sei como resisto  
A tantas demonstrações!...

Você, quando sapateia,  
Você não parece gente...  
Tem no corpo de sereia  
Ondulações de serpente!...

Deixei o *velho* ir embora,  
Pensando que melhorasse...  
Mas, dia a dia, piora...  
Ah, se o passado voltasse!

Ah, se voltasse o passado,  
Eu era agora mais moço,

O imposto menos pesado,  
A carne com menos osso...

Eu vi um velho, doente,  
Coitado! Andar, trabalhando!...  
Eu vi um moço luzente,  
Aposentado, ganhando...

Yayá, machuque seu branco,  
Na chula, assim, bem quebrada...  
Que, nestas horas, sou franco,  
Eu não me lembro de nada!

Eu cada vez me convenço,  
E tenho disto vangloria,  
Que é de um benefício imenso  
A gente não ter memória...

Porque, se eu me recordasse  
Do quanto tenho sofrido,  
Talvez que nem mais tocasse  
Meu cavaquinho querido!